

TRAVESSIA



revista do migrante **103**

Publicação do CEM - Ano XXXVIII, Nº 103 - Maio - Agosto/2025

CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATORIOS



Britânicos

Cartas

Memória

Crianças

Haitianos

Venezuelanos

Brasileiros

Chineses

América Latina

Escolas

Segurança pública

Interculturalidade

Influencers

Convenção da ONU de 1951

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor-chefe

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica - Milano),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cásper Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise (ITESP/MISSÃO PAZ),
Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Tatiana Waldman (Museu da Língua Portuguesa),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

COLABORADORES

Anna Ferri Davies (USP), Camilla Reis (USP), Yara Silvia Tucunduva (CEM)

EDITORA DE LEIAUT

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sérgio Ricciuto Conte
sergioricciuto@gmail.com
www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO/ SUMMARY

Apresentação 05
José Carlos Pereira

Presentation 11
José Carlos Pereira

ARTIGOS

Os fluxos migratórios na América Latina nos últimos 10 anos
Migration flows in Latin America over the last 10 years 17
Sidnei Marco Dornelas

A migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro – 2018 – 2024
Venezuelan migration to the state of Rio de Janeiro – 2018 – 2024..... 37
Victor Aguiar Barbalho

Imigração Haitiana: formação socioespacial da “baz” em Campinas/SP
Haitian Immigration: Socio-spatial formation of the “baz” in Campinas/SP 59
Sophia Damiano Rôvere; Rosana Baeninger

Políticas públicas na educação básica e o contexto migratório: espectro da naturalização da violência nas relações escolares
Public policies in basic education and the migratory context: the spectrum of the naturalization of violence in school relations..... 79
Fátima Regina Burlamaqui Lima; Julyana Sueme Winkler Oshiro Galindo

Diversidade cultural: fundamentos para a construção de uma escola inclusiva
Cultural Diversity: foundations for building an inclusive school 97
Inês Sabka; Leonel Piovezana

The counter-narratives of immigrant students learning the language of schooling in Montreal concerning their experience and placements in relation to the welcoming class
As contranarrativas de estudantes imigrantes que aprendem o idioma escolar em Montreal, referentes à sua experiência e colocação em relação à turma acolhedora..... 119
Roberta Soares

Pedagogias da imigração: os influencers imigrantes brasileiros na Irlanda e seus canais do Youtube

Pedagogies of immigration: Brazilian immigrant influencers in Ireland and their YouTube channels..... 141
Guilherme Lima; Igor José de Renó Machado

74 anos da Convenção das Nações Unidas de 1951: desafios e reflexões acerca da definição de “Refugiado”

74 years of the United Nations Convention of 1951: challenges and reflections on the definition of “Refugee” 159
Rafaela Claudino Osaki

The need for international solidarity: the case of Latin American democracies

A necessidade por solidariedade internacional: o caso das democracias latino-americanas 177
Lucilene Cury; Bruno Massola Moda

As cartas do imigrante britânico George Stewart Boddy sobre sua vida na colônia do Assunguy, província do Paraná, Brasil – segunda metade do século XIX

The letters of British immigrant George Stewart Boddy about his life in the colony of Assunguy, province of Paraná, Brazil – second half of the 19th century 203
Ana Maria Rufino Gillies

RELATOS

Celebrando a herança e o afeto

Celebrating heritage and affection 227
Tatiana Chang Waldman

Imigração religiosa - uma história

Religious immigration - a history 233
Alexandre Rocha Pintal

Apresentação

José Carlos Pereira

Esta edição da Revista Travessia traz três blocos temáticos emergentes de processos migratórios vivenciados por seus protagonistas, mas com tímida visibilidade sociológica e, muitas vezes, ausentes ou presentes apenas no rodapé das agendas de políticas públicas, apesar de constituírem a pauta de reivindicação de migrantes por reconhecimento, e de organizações de defesa de Direitos Humanos (DH).

O primeiro bloco temático aborda aspectos socioeconômicos e culturais que influenciam a formação e transformação de fluxos migratórios na América Latina; o desenho de políticas públicas de interiorização de imigrantes venezuelanos no Brasil, especialmente no Rio de Janeiro; e à articulação entre instituições e grupos de migrantes que geram solidariedade, estratégias de mobilidade, acolhimento e territorialização, como a formação da *baz* por haitianos em Campinas-SP.

O segundo bloco temático diz respeito à inserção de crianças migrantes e refugiadas na educação escolar; a desafios de imigrantes estudantes para concluírem seus respectivos cursos; e a comunicadores de plataformas digitais como mediadores de “candidatos a imigração” e ou de imigrantes recém-chegados, o que realça a internet como um importante campo de pesquisa.

O terceiro bloco apresenta questões como violência e democracia; abordagem acerca da defasagem do conceito de refugiado, proposto a 74 anos pela Convenção de 1951 da Organização das Nações Unidas (ONU); e memórias, dramas e protagonismos das primeiras levas de imigrantes britânicos no Brasil, através de análises de cartas.

Dois relatos completam essa edição. Um aborda o fundamentalismo religioso e a violência como fontes de migração forçada e refúgio. O outro apresenta memórias afetivas de uma sino-brasileira sobre encontros, ritos e festas entre familiares e amigos que (re)produzem, ressignificam tradições legados às novas gerações de imigrantes.

Em “*Os fluxos migratórios na América Latina nos últimos 10 anos*”, Sidnei Marco Dornelas apresenta uma síntese das transformações que já se manifestavam no final do Século XX e que adquiriram consistência entre os anos 2015 e 2025. Três delas se destacam: a) constituição de corredores migratórios, como o “Corredor Amazônico; b) a confluência dos fluxos em direção à fronteira México-Estados Unidos da América (EUA), bem como a intensificação dos fluxos migratórios Sul-Sul; e c) a complexificação da crise

migratória no continente, com um recrudescimento de políticas migratórias, criminalização de migrante e de organizações de defesa dos Direitos Humanos, fechamento de fronteiras, intervenção militar, aumento de deportações etc.

Victor Aguiar Barbalho aborda *“A migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro – 2018 – 2024”*. Em sua análise ele considera aspectos históricos e sociais da Venezuela no Século XX e início do Século XXI; e ações da Operação Acolhida que contribuíram para o direcionamento de imigrantes venezuelanos para o estado fluminense. O autor utiliza dados do Painel de Interiorização (R4V) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal. Mas, Barbalho observa que, além da Operação Acolhida, subjetividades e práticas articuladas pelos próprios venezuelanos contribuem para a sua migração ao Rio de Janeiro, como a fama da cidade por sua beleza, a circulação de informações entre eles sobre as condições de vida, as práticas solidárias e possibilidades de acesso a políticas públicas etc. Uma interessante cartografia dos seus deslocamentos no estado fluminense é apresentada.

Em *“Imigração Haitiana: formação socioespacial da “baz” em Campinas/SP”*, Sophia Damiano Rôvere e Rosana Baeninger mostram as competências de articulação e mobilização de haitianos que viabilizam práticas solidárias entre si. Trata-se de um saber fazer desses imigrantes em interlocução com instituições como a Unicamp, igrejas e ONGs que os auxiliam na reconfiguração de espaços e formação do que eles chamam de *baz*. Isto é, a formação de espaços seminais de acolhida, organização e mobilização, para a sua territorialização circular, dinâmica e permanente na região.

O artigo *“Políticas públicas na educação básica e o contexto migratório: espectro da naturalização da violência nas relações escolares”*, de Fátima Regina Burlamaqui Lima e Julyana Sueme Winkler Oshiro Galindo, se caracteriza por uma perspectiva sociopsicológica e aborda o tema da inserção escolar de crianças migrantes ou filhas de migrantes, especialmente em Campo Grande-MS. Dentre os recursos metodológicos utilizados para a pesquisa, as autoras organizaram e realizaram rodas de conversa e atividades lúdico-pedagógicas que proporcionaram a expressão de subjetividades através de desenhos, narrativas sobre as experiências de deslocamentos e sentimentos de pertencimento de crianças e adolescentes nos novos espaços e territórios da imigração. Não é demais lembrar que o OBMigra (2025)¹ aponta que há mais de 48 milhões de crianças e adolescentes deslocadas ou refugiadas no mundo. 12,4 milhões delas têm idade escolar, porém encontram graves dificuldades de acesso à escola. O acesso e permanência no ensino médio é o mais deficitário, com somente 37% das matrículas, considerando a totalidade das crianças deslocadas ou refugiadas aptas à essa fase escolar. Considerando o contexto global de deslocamentos forçados, expulsões e xenofobia, há uma crescente evasão, interrupção de processos educativos de crianças

migrantes e refugiadas. No Brasil, a Lei de Migração 13.445/17 garante a matrícula dessas crianças. Mas, a escassez de profissionais bilíngues e aptos às práticas interculturais dificultam a permanência das referidas crianças nas escolas. Soma-se a isso o caráter da circularidade migratória das famílias dessas crianças e os baixos investimentos governamentais em educação pública. Entre os desdobramentos perversos desse drama social destacam-se e aprofundam-se as desigualdades sociais a médio e longo prazo. A pesquisa de Fátima R. B. Lima e Julyana S. W. O. Galindo contribui para a compreensão mais profunda dos processos de inserção escolar de crianças migrantes e refugiadas e para a formulação de políticas de acolhimento.

Inês Sabka e Leonel Piovezana também elegem a educação como tema pertinente em processos de migração. O seu artigo *“Diversidade cultural: fundamentos para a construção de uma escola inclusiva”* aborda a reconfiguração do perfil sociocultural das escolas no Brasil no contexto das migrações. Há no texto três chaves de análise: a) o processo de inclusão dos estudantes migrantes na interface dos programas curriculares; b) preconceitos no ambiente escolar; e c) as contribuições da diversidade étnica para o desenho de políticas pedagógicas interculturais. Seu estudo foi realizado com estudantes migrantes venezuelanos e docentes do Ensino Médio em escolas públicas do município de São Lourenço do Oeste-SC. Mas, os resultados da pesquisa apontam para realidades mais amplas no território brasileiro e até global. O déficit de visibilidade política, os escassos recursos de infraestrutura e orçamento concorrem para obstáculos linguísticos e práticas xenófobas que inviabilizam o acolhimento e o aprendizado na escola. De acordo com Inês Sabka e Leonel Piovezana, nota-se, também, “a necessidade de reconhecimento e valorização da interculturalidade e da diversidade cultural como condições indispensáveis à consolidação de um espaço democrático, comprometido com a garantia do acesso, da permanência e da igualdade de oportunidades educacionais”.

Roberta Soares apresenta o *“The counter-narratives of immigrant students learning the language of schooling in Montreal concerning their experience and placements in relation to the welcoming class”* (As contranarrativas de estudantes imigrantes que aprendem o idioma escolar em Montreal, referentes à sua experiência e colocação em relação à turma acolhedora). De acordo com a autora, os estudantes questionam os critérios de avaliação das suas experiências na classe de acolhimento e das classificações que recebem antes e depois dessa fase de ensino e aprendizagem. Roberta Soares destaca o peso do capital cultural nas experiências transnacionais dos imigrantes, o uso da disciplina no processo de aprendizagem, avaliação e classificação dos alunos. O maior ou o menor aproveitamento do curso pelos estudantes tem relação com suas distintas trajetórias. No entanto, a avaliação do desempenho deles prima por discursos deficitários e hierarquizantes sem

considerar as trajetórias mais difíceis de uns comparadas com as de outros que não precisaram enfrentar tantos obstáculos e adversidades para acessar a universidade e concluir o curso com sucesso.

Guilherme Lima e Igor José de Renó Machado, em *“Pedagogias da imigração: os influencers imigrantes brasileiros na Irlanda e seus canais do Youtube”*, analisam mudanças no perfil social da imigração brasileira na Irlanda. Em períodos significativos do início dessa imigração, nos fins da década de 1990 e início dos anos 2000, muitos imigrantes dedicavam-se a atividades agropecuárias, especialmente em abatedouros e açougues; outros empregavam-se em serviços de limpeza e de cuidados. Os autores indicam que, nos últimos anos, muitos imigrantes, ainda que desenvolvam atividades laborais em tempo parcial, têm vistos de estudantes. Outra transformação importante é a crescente tendência de imigrantes criadores de canais de comunicação na plataforma digital Youtube. Guilherme Lima e Igor R. Machado observam que “A vida contemporânea do imigrante está atravessada pelo uso da internet e as redes sociais tomaram o posto de principal meio de comunicação”. Eles analisaram 12 canais no Youtube de imigrantes brasileiros na Irlanda que atuam difundindo informações, respondendo às dúvidas de candidatos a imigração ou de imigrantes recém-chegados. Para os autores, “pensar a internet enquanto campo é também pensá-la através de suas possibilidades de ocupação, tal como as associações circunscritas por ela, mas não limitadas a ela. É nesse rastro que este artigo é construído: o acompanhamento etnográfico de produções audiovisuais de imigrantes brasileiros na Irlanda revela uma dimensão importante da produção de subjetividades que não se restringem mais à localidade, mas extrapolam o Estado-nação e o espaço físico”. Nesse sentido, os autores apontam para transformações mais amplas que extrapolam o perfil da imigração e demandam metodologias e campos de investigação diferenciados.

Rafaela Claudino Osaki, em *“74 anos da Convenção das Nações Unidas de 1951: desafios e reflexões acerca da definição de Refugiado”*, busca trazer para o centro do debate o déficit teórico interpretativo na definição de “refugiado” após os 74 anos da Organização das Nações Unidas (ONU). Após a tragédia da 2ª Guerra Mundial, foi instituído, em 1951, o “Refúgio” para proteger a vida e os Direitos Humanos de milhares de europeus. Quase oito décadas depois, diversos eventos igualmente trágicos, guerras, mudanças climáticas, supressão de regimes democráticos, etnonacionalismo, fundamentalismos religiosos etc. têm colocado em risco ou destruído os direitos e a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, especialmente em países empobrecidos. A concepção política e conceitual de “refugiado” no documento da ONU ficou defasada no bojo das transformações históricas. Isto, se não impede, bloqueia a garantia de proteção legal e factual às pessoas ameaçadas. Não obstante as importantes ampliações e atualizações da compreensão política e conceitual do termo “Refugiado” na África e na

América Latina², o Estatuto do refugiado da ONU (1951) não foi atualizado. Isto implica uma limitação do alcance político, geográfico e cultural da Convenção da ONU na defesa e promoção dos DH das pessoas refugiadas. Contudo, Rafaela C. Osaki observa que, apesar de defasado, a Convenção da ONU ainda é relevante devido ao seu destaque e defesa dos DH no bojo da ascensão da extrema direita, governos nacionalistas e grupos sociais xenófobos que atuam mundialmente em espaços virtuais e geográficos.

Lucilene Cury e Bruno Massola Moda se propõem a responder como “como a solidariedade internacional pode fortalecer e garantir direitos aos cidadãos na região?” (América Latina). Em seu texto “*The need for international solidarity: the case of Latin American democracies (A necessidade por solidariedade internacional: o caso das democracias latino-americanas)*”, sua reflexão considera o contexto das frágeis democracias na América Latina, o permanente crescimento da violência, a eleição de governos refratários à garantia de direitos humanos; e a processos democráticos de organização e participação social. Com uma abordagem teórica interdisciplinar, os autores trazem à tona experiências antidemocráticas de governos no Equador, El Salvador e Venezuela. Uma expressão dessas experiências é o encarceramento em massa e a xenofobia. Diante da escalada da violência e da perda de direitos, Lucilene Cury e Bruno M. Moda sugerem o compartilhamento cívico de ações de solidariedade internacional como contraponto ao déficit democrático, por um lado, e, por outro, como estímulo a uma sociedade latino-americana participativa.

Em “*As cartas do imigrante britânico George Stewart Boddy sobre sua vida na colônia do Assunguy, província do Paraná, Brasil – segunda metade do século XIX*”, Ana Maria Rufino Gillies apresenta facetas da memória de uma imigração pouco estudada no Brasil, a britânica. Essa imigração é mais conhecida pela influência de capital, tecnologia, materiais, planejamento e gestão técnica no processo de construção de ferrovias no Brasil, entre meados do Século XIX e início do Século XX. Contudo há uma carência de estudos sobre a imigração inglesa para outras regiões e setores econômicos no Brasil. O trabalho de Ana Maria R. Gillies apresenta os primórdios dessa imigração na Região Sul, especialmente no Paraná. Ao analisar as cartas, como elementos de sociabilidade, do imigrante George Stewart Boddy e seus familiares, ela revisita o contexto histórico, político e social do processo de imigração de ingleses para o Brasil. As cartas analisadas relatam as condições extremamente precárias de vida e de trabalho em uma região, onde tudo estava por fazer, estradas, habitação, comércio, ferramentas de trabalho, espaços de sociabilidade etc. A falta de infraestrutura era agravada pelas enormes distâncias entre uma localidade e outra. Além dessas dificuldades, as cartas relatam saudades, solidão, convites a familiares que ficaram na Inglaterra a emigrarem ao Brasil, para fazer companhia e ajudar no trabalho de formação de sítios, fazendas. Há indícios de que os relatos sobre as

penosas condições de vida na imigração eram censurados pelo governo brasileiro, a fim de que isso não atrapalhasse as relações com o governo britânico, tampouco desestimulasse os ingleses interessados em emigrar ao Brasil. Contudo, as cartas sugerem o protagonismo de imigrantes britânicos como uma das marcas desse processo. Igualmente importante são as festas e outras atividades de entretenimento, bem como a própria troca de cartas entre os imigrantes e seus familiares, como elementos de sociabilidade, coesão do grupo e criação de bases materiais e humanas para a formação de futuros núcleos rurais, povoados, vilas e, mais tarde, cidades.

Dois relatos completam essa edição. Tatiana Chang Waldman, em *“Celebrando a herança e o afeto”*, faz uma viagem pela infância em meio aos avós, pais, tias, primos e outros familiares, parentes e amigos que, se não vieram eles mesmos da China, são sino-brasileiros. O relato mostra que encontros, sotaques, usos de roupas típicas, ritos e celebrações como a festa de “Ano Novo Chinês”, saberes e sabores da culinária chinesa compõem um trânsito afetivo de tradições, alteridades e sociabilidades que são reproduzidas e ressignificadas, simultaneamente, no permanente movimento de passagem e legado às gerações. Para além das ricas subjetividades, o relato de Tatiana C. Waldman inspira uma antropologia da afetividade em processos migratórios.

Alexandre Rocha Pinal apresenta o relato *“Imigração religiosa - uma história”*, no qual narra situações de perseguições e atentados contra a vida de pessoas que professam uma fé diferente de outro grupo social, político, religioso ou militar que controla um território ou país. O relato é ilustrado pela experiência de um imigrante nigeriano que busca documentação e reconhecimento como refugiado em razão de perseguições e atentados que sofreu, porque professa a fé católica. Alexandre R. Pinal traz à tona o fundamentalismo religioso como uma gravíssima violação de Direitos Humanos e ameaça fatal à vida de milhares de pessoas.

Boa leitura!

NOTAS

¹ JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. Refúgio em Números 10ª Edição. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025.

² Para o caso da África, veja a Convenção da OUA de 1969; a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, ou Carta de Banjul de 1981; a Convenção de Kampala de 2009. Para o caso da América Latina, veja a Declaração de Cartagena de 1984 que amplia significativamente a definição de "refugiado" pensada na Convenção de 1951 da ONU.

Presentation

José Carlos Pereira

This edition of Travessia Magazine features three thematic blocks addressing emerging social issues stemming from migratory processes experienced by their protagonists, but which have limited sociological visibility and are often absent or present only in the footnotes of public policy agendas, despite constituting the demands of migrants for recognition and of human rights organizations.

The first thematic block addresses socioeconomic and cultural aspects that influence the formation and transformation of migratory flows in Latin America; the design of public policies for the internal relocation of Venezuelan immigrants in Brazil, especially in Rio de Janeiro; and the articulation between institutions and migrant groups that generate solidarity, mobility strategies, support and territorialization, such as the formation of the *baz* by Haitians in Campinas-SP.

The second thematic block concerns the inclusion of migrant and refugee children in school education; and the challenges faced by immigrant students in completing their respective courses; and to communicators on digital platforms as mediators of “immigration candidates” and/or new arrivals immigrants, which highlights the internet as an important field of research.

The third block presents classic issues such as violence, democracy, and immigration; an approach to the outdated concept of refugee, proposed 74 years ago by the 1951 United Nations Convention; and memories, dramas, and protagonisms of the first waves of British immigrants in Brazil, as revealed through an analysis of letters.

Two accounts complete this edition. One addresses the theme of religious fundamentalism and violence as sources of forced migration and refuge. The other presents affective memories of a Sino-Brazilian woman about encounters, rites, and celebrations among family and friends that (re)produce and resignify customs and traditions passed down to new generations of immigrants.

In “*Migration Flows in Latin America in the Last 10 Years*,” Sidnei Marco Dornelas presents a synthesis of the transformations that were already evident at the end of the 20th century and that gained consistency between the years 2015 and 2025. Three of them stand out: a) the formation of migration corridors, such as the “Amazon Corridor”; b) the confluence of flows towards the Mexico-United States of America (USA) border, as well

as the intensification of South-South migration flows; and c) the increasing complexity of the migration crisis on the continent, with a resurgence of migration policies, criminalization of migrants and human rights organizations, border closures, military intervention, increased deportations, etc.

Victor Aguiar Barbalho addresses *“Venezuelan Migration to the State of Rio de Janeiro – 2018 – 2024”*. In his analysis, he considers historical and social aspects of Venezuela in the 20th and early 21st centuries; and actions of Operation Welcome that contributed to directing Venezuelan immigrants to the state of Rio de Janeiro. The author uses data from the Interiorization Panel (R4V) and the National Migration Registration System (SISMIGRA) of the Federal Police. However, Barbalho observes that, in addition to Operation Welcome, subjectivities and practices articulated by the Venezuelans themselves contribute to their migration to Rio de Janeiro, such as the city’s reputation for beauty, the circulation of information among them about living conditions, solidarity practices, and possibilities of access to public policies, etc. An interesting cartography of their movements in the state of Rio de Janeiro is presented.

In *“Haitian Immigration: Socio-spatial Formation of the “baz” in Campinas/SP”*, Sophia D. Rôvere and Rosana Baeninger demonstrate the articulation and mobilization skills of Haitians that enable solidarity practices among themselves. This involves the know-how of these immigrants in dialogue with institutions such as UNICAMP, churches, and NGOs that assist them in reconfiguring spaces and forming what they call baz. In other words, the creation of fundamental spaces for welcoming, organizing, and mobilizing, with a view to their permanent circular territorialization in the region.

The article *“Public policies in basic education and the migratory context: the spectrum of the naturalization of violence in school relations,”* by Fátima Regina Burlamaqui Lima and Julyana Sueme Winkler Oshiro Galindo, is characterized by a socio-psychological perspective and addresses the issue of the school inclusion of migrant children or children of migrants, especially in Campo Grande-MS. Among the methodological resources used for the research, the authors organized and conducted discussion groups and playful-pedagogical activities that provided the expression of subjectivities through drawings, narratives about displacement experiences, and feelings of belonging among children and adolescents in the new spaces and territories of immigration. It is worth remembering that OBMigra (2025)¹ indicates that there are more than 48 million displaced or refugee children and adolescents in the world. 12.4 million of them are of school age but face serious difficulties in accessing school. Access to and retention in secondary education is the most deficient area, with only 37% of enrolments considering

all displaced or refugee children eligible for this school level. Considering the global context of forced displacement, expulsions, and xenophobia, there is a growing dropout rate and interruption of educational processes for migrant and refugee children. In Brazil, the Migration Law 13.445/17 guarantees the enrolment of these children. However, the scarcity of bilingual professionals and those skilled in intercultural practices hinders the retention of these children in schools. Added to this is the migratory nature of the families of these children and the low government investment in public education. Among the perverse consequences of this social drama, social inequalities stand out and deepen in the medium and long term. The research by Fátima R. B. Lima and Julyana S. W. O. Galindo contributes to a deeper understanding of the school integration processes of migrant and refugee children and to the formulation of welcoming policies.

Inês Sabka and Leonel Piovezana also choose education as a relevant theme in migration processes. Their article *“Cultural Diversity: Foundations for the Construction of an Inclusive School”* addresses the reconfiguration of the sociocultural profile of schools in Brazil in the context of migration. The text presents three key analytical points: a) the inclusion process of migrant students in the interface of curricular programs; b) prejudices in the school environment; and c) the contributions of ethnic diversity to the design of intercultural pedagogical policies. Their study was conducted with Venezuelan migrant students and high school teachers in public schools in the municipality of São Lourenço do Oeste-SC. However, the research results point to broader realities in Brazil and even globally. The lack of political visibility, scarce infrastructure resources, and limited budgets contribute to linguistic obstacles and xenophobic practices that hinder acceptance and learning in schools. According to Inês Sabka and Leonel Piovezana, it is also noted *“the need for recognition and appreciation of interculturality and cultural diversity as indispensable conditions for the consolidation of a democratic space, committed to guaranteeing access, permanence and equal educational opportunities.”*

Roberta Soares presents *“The counter-narratives of immigrant students learning the language of schooling in Montreal concerning their experience and placements in relation to the welcoming class.”* According to the author, students question the evaluation criteria of their experiences in the welcoming class and the classifications they receive before and after this teaching and learning phase. Roberta Soares highlights the weight of cultural capital in the transnational experiences of immigrants, the use of discipline in the learning, evaluation and classification process of students. The greater or lesser benefit from the course by students is related to their different trajectories. However, the evaluation of their performance is characterized by deficient

and hierarchical discourses, failing to consider the more difficult paths some faced compared to others who did not have to overcome as many obstacles and adversities to access university and successfully complete their studies.

Guilherme Lima and Igor José de Renó Machado, in *“Pedagogies of Immigration: Brazilian Immigrant Influencers in Ireland and their YouTube Channels,”* analyze changes in the social profile of Brazilian immigration to Ireland. During significant periods at the beginning of this immigration, in the late 1990s and early 2000s, many immigrants were dedicated to agricultural activities, especially in slaughterhouses and butcher shops; others were employed in cleaning and care services. The authors indicate that, in recent years, many immigrants, even those working part-time, have student visas. Another important transformation is the growing trend of immigrants creating communication channels on the YouTube platform. Guilherme Lima and Igor R. Machado observe that “The contemporary life of the immigrant is permeated by the use of the internet, and social networks have taken the place of the main means of communication.” They analyzed 12 YouTube channels run by Brazilian immigrants in Ireland who disseminate information and answer questions from immigration applicants or newly arrived immigrants. For the authors, “thinking about the internet as a field is also thinking about it through its possibilities for occupation, as well as the associations circumscribed by it, but not limited to it. It is in this wake that this article is constructed: the ethnographic monitoring of audiovisual productions by Brazilian immigrants in Ireland reveals an important dimension of the production of subjectivities that are no longer restricted to the locality but extend beyond the nation-state and physical space.” In this sense, the authors point to broader transformations that go beyond the profile of immigration and demand different methodologies and fields of research.

Rafaela Claudino Osaki, in *“74 Years of the 1951 United Nations Convention: Challenges and Reflections on the Definition of Refugee,”* seeks to bring to the center of the debate the theoretical and interpretative deficit in the definition of “refugee” after 74 years of the United Nations (UN). Following the tragedy of World War II, the “Refugee” was established in 1951 to protect the lives and human rights of thousands of Europeans. Almost eight decades later, several equally tragic events—wars, climate change, suppression of democratic regimes, ethnonationalism, religious fundamentalisms, etc.—have jeopardized or destroyed the rights and lives of millions of people worldwide, especially in impoverished countries. The political and conceptual conception of “refugee” in the UN document has become outdated in the wake of historical transformations. This, if it does not prevent, blocks the guarantee of legal and factual protection for threatened individuals. Despite the significant expansions and updates

to the political and conceptual understanding of the term “Refugee” in Africa and Latin America², the UN Refugee Convention (1951) has not been updated. This implies a limitation in the political, geographical, and cultural scope of the UN Convention in defending and promoting the human rights of refugees. However, Rafaela C. Osaki observes that, despite being outdated, the UN Convention is still relevant due to its prominence and defense of human rights in the context of the rise of the far right, nationalist governments, and xenophobic social groups that operate globally in virtual and geographical spaces.

Lucilene Cury and Bruno Massola Moda propose to answer the question, “How can international solidarity strengthen and guarantee rights for citizens in Latin America?”. In text “*The need for international solidarity: the case of Latin American democracies*,” their reflection considers the context of fragile democracies in Latin America, the constant growth of violence, the election of governments resistant to guaranteeing human rights, and democratic processes of organization and social participation. With an interdisciplinary theoretical approach, the authors bring to light anti-democratic experiences of governments in Ecuador, El Salvador, and Venezuela. One expression of these experiences is mass incarceration and xenophobia. Faced with the escalation of violence and the loss of rights, the authors suggest the civic sharing of international solidarity actions as a counterpoint to the democratic deficit, on the one hand, and, on the other, as a stimulus to a participatory Latin American society.

In “*The Letters of British Immigrant George Stewart Boddy about his life in the Assunguy colony, Paraná province, Brazil – second half of the 19th century*,” Ana Maria R. Gillies presents facets of the memory of a little-studied immigration in Brazil: the British. This immigration is best known for its influence of capital, technology, materials, planning, and technical management in the process of railway construction in Brazil between the mid-19th and early 20th centuries. However, there is a lack of studies on English immigration to other regions and economic sectors in Brazil. The author presents the beginning of this immigration in Paraná. By analyzing the letters, as elements of sociability, of the immigrant George Stewart Boddy and his family, she revisits the historical, political, and social context of the English immigration process to Brazil. The analyzed letters recount the extremely precarious living and working conditions in a region where everything was yet to be done: roads, housing, commerce, work tools, spaces for sociability, etc. In addition to these difficulties, the letters recount feelings of longing, loneliness, and invitations to family members who remained in England to emigrate to Brazil to provide companionship and help in the development of small farms and ranches. There are indications that accounts of the

harsh living conditions during immigration were censored by the Brazilian government so as not to disrupt relations with the British government, nor to discourage English people interested in emigrating to Brazil. However, the letters suggest the leading role of British immigrants as one of the hallmarks of this process. Equally important are the parties and other entertainment activities, as well as the exchange of letters between immigrants and their families, as elements of sociability and the creation of bases for the formation of future rural centers, settlements, villages, and later, cities.

Two accounts complete this edition. Tatiana Chang Waldman, in *“Celebrating Heritage and Affection”*, takes a journey through her childhood amidst grandparents, parents, aunts, cousins, and other family members, relatives, and friends who, if they did not themselves come from China, are Sino-Brazilian. The account shows that encounters, accents, the use of typical clothing, rites and celebrations such as the “Chinese New Year” party, knowledge and flavours of Chinese cuisine make up an affective transit of traditions, otherness and sociabilities that are reproduced and re-signified, simultaneously, in the permanent movement of passage and legacy to generations. Beyond the rich subjectivities, Tatiana C. Waldman’s account inspires an anthropology of affectivity in migratory processes.

Alexandre Rocha Pintal presents the account *“Religious Immigration - a history”*, in which he narrates situations of persecution and attacks against the lives of people who profess a faith different from another social, political, religious, or military group that controls a territory or country. The account is illustrated by the experience of a Nigerian immigrant who seeks documentation and recognition as a refugee because of the persecution and attacks he suffered because he professes the Catholic faith. Alexandre R. Pintal brings to light religious fundamentalism as a very serious violation of human rights and a fatal threat to the lives of thousands of people.

Enjoy your reading!

NOTES

¹ JUNGER DA SILVA, Gustavo; CAVALCANTI, Leonardo; DE OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro. *Refúgio em Números 10ª Edição*. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Departamento das Migrações. Brasília, DF: OBMigra, 2025.

² In the case of Africa, see the 1969 OAU Convention; the African Charter on Human and Peoples’ Rights, or the 1981 Banjul Charter; and the 2009 Kampala Convention. In the case of Latin America, see the 1984 Cartagena Declaration, which significantly broadens the definition of ‘refugee’ set out in the 1951 UN Convention.

Os fluxos migratórios na América Latina nos últimos 10 anos

Migration flows in Latin America over the last 10 years

*Sidnei Marco Dornelas**

1 INTRODUÇÃO

Nosso objetivo neste texto é apresentar sucintamente uma perspectiva ampla dos fluxos que marcaram o continente latinoamericano nos últimos 10 anos. Ainda que a realidade brasileira seja complexa e de fundamental relevância social na América Latina, buscaremos nos ater, sobretudo, aos países hispano-americanos.¹ Também gostaríamos de observar que a nossa perspectiva, mais do que propriamente acadêmica, é marcada pelo olhar do agente de pastoral, que é o lugar social em que neste momento nos encontramos. Nesse sentido, nos limitaremos a utilizar informações que se podem encontrar facilmente em documentos de livre acesso na internet.

2 O CONTEXTO AMPLO DA GLOBALIZAÇÃO

Antes de tratar dos últimos 10 anos, é bom ter presente que o ano de 2025 completa o primeiro quartel deste século XXI. Na verdade, a aceleração das mudanças dos últimos dez anos encontram interfaces em um processo mais amplo, já em andamento no início desse primeiro quartel de século. Nesse sentido, a principal e majoritária tendência, já manifestada no limiar dos anos 2000, era, e continua sendo, a emigração latino-americana em direção aos Estados Unidos da América (EUA).

* Pe. Sidnei Marco Dornelas, cs é missionário scalabriniano atuando em Lima, Peru. Possui mestrado em Sociologia, pelo Institut d'Etudes Economique Sociales (1992), do Institut Catholique de Paris, França, e em Teologia Pastoral pelo Centro Universitário Assunção (2005), de São Paulo, Brasil. Atua nas áreas das Ciências Sociais, Teologia Pastoral e Missiologia. Trabalha principalmente nos seguintes temas: pastoral dos migrantes, sociologia das migrações, teologia pastoral, agente de pastoral e migração latino-americana.

Em torno daquela tendência se delineiam os principais contornos da questão migratória:

- a consolidação das redes de migrantes e a formação das comunidades transnacionais;
- a diversificação crescente dos fluxos, demandando uma tipologia de compreensão mais complexa;
- a visibilização do tema do tráfico humano e a ação do crime organizado;
- o tema da regulação e gestão das migrações por meio de acordos e instrumentos internacionais como principais marcos das políticas migratórias; e
- um controle cada vez mais rigoroso das fronteiras.

Em particular, no início do século, as redes e a diáspora latino-americana se apresentavam como o grande tema emergente dos estudos migratórios. Já se falava de uma “globalización desde abajo”, em que o transnacionalismo das redes dos migrantes exercia um papel econômico e social crucial (PORTES, GARNIZO, LANDOLT, 2003). Assim, se poderia dizer que:

en aquellas regiones y comunidades en que se ha configurado a lo largo del tiempo un complejo sistema de redes de intercambio y circulación de personas, dinero, bienes e información tiende a transformar los asentamientos de migrantes a ambos lados de la frontera en una sola gran comunidad dispersa en una multitud de localizaciones (CANALES; TLOLNISKI, 2002, p. 221).

Com efeito, por meio da transnacionalidade, os migrantes permanentemente reconstituem suas comunidades a partir de novas formas de ser e pertencer a mais de um Estado-nação. Essas comunidades interconectadas formam diásporas articuladas em mais de um país, gerando novas estratégias de migração e inserção em uma multiplicidade de contextos. Temos então uma variedade de formas de configuração das migrações, e logo um quadro cada vez mais complexo para a compreensão dos fluxos.

Esta complexidade dos circuitos e comunidades transnacionais se traduz num fenômeno de mobilidade humana de diferentes dimensões e múltiplas faces:

- uma multiplicidade de estratégias individuais e familiares atuando em rede, gerando uma diversidade de horizontes possíveis;

- a simultaneidade e enfoque multissituados das estratégias das famílias e grupos migrantes, condicionando a vivência de seu cotidiano;
- a busca de novas dinâmicas de organização, associação e ações coletivas;
- as práticas culturais como instrumento de fortalecimento e articulação das redes transnacionais dos migrantes (as festas religiosas, patronais, entre outras);
- e, sobretudo, o investimento econômico e a crescente incidência política das coletividades migrantes.

Atualmente, a transnacionalidade dos migrantes segue condicionando os fluxos de origem latino-americana em todas as suas formas: sul-norte, as migrações regionais, limítrofes e sul-sul. Este condicionamento fica mais evidente quando se examina o significado econômico e social do envio de remessas dos migrantes. Os dados recentes sobre evolução do fluxo de remessas mostram com clareza os fatores que continuam reforçando a tendência da migração internacional norte-sul. Principalmente, há um crescimento expressivo das remessas dos migrantes neste quarto de século, que não foi interrompido nem mesmo durante o período da pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022.

Dados da OIM de 2024 indicam o crescimento dos deslocamentos humanos em termos mundiais: o número estimado de 150 milhões de migrantes, no ano 2000 salta para 281 milhões em 2024; a proporção dos migrantes em relação à população mundial, no mesmo período (2000 a 2024), vai de 2,8% a 3,6%; o número de refugiados aumenta de 14 milhões para 35,4 milhões; e o número de pessoas deslocadas internas cresce de 21 milhões para 71,4 milhões.

Porém, o que mais impressiona é o imenso salto do valor das remessas enviadas internacionalmente (*Global international remittances – USD*): de U\$128 bilhões para U\$831 bilhões (IOM, 2024, p.8). Se os investimentos estrangeiros diretos (Foreign Direct Investment – FDI) seguiram crescendo de U\$150 bilhões em 2000, chegando a quase U\$800 bilhões em 2020, e depois sofrer uma queda abrupta com a pandemia, baixando a pouco mais de U\$500 bilhões, os fundos de ajuda ao desenvolvimento (Official Development Assistance – ODA) cresceram bem mais lentamente de cerca de U\$80 bilhões em 2000, a pouco mais de U\$200 bilhões em 2022.

Na América Latina e no Caribe os indicadores das remessas dos migrantes confirmam e detalham essa evolução. No quadro geral, os países da região passaram de U\$59,4 bilhões em 2013 a U\$155,9 bilhões em 2023. Na América Central, vários países são extremamente dependentes do envio das remessas, constituindo parte substancial de seu Produto Interno. Vejamos a Tabela 1.

Tabela 1 - Dinâmica das remessas de imigrantes no período de pandemia e sua representação no PIB de países da América Central.

Países	Remessas – em milhões de dólares	Representação das remessas na composição do PIB, em porcentagem (%)	Dinâmica das remessas, em milhões de dólares no período de pandemia de Covid-19	
			2020	2021
Nicarágua	5.127	29,7	1.855	2.076
Honduras	9.369	27,3	5.576	7.376
El Salvador	8.198	24,3	5.936	7.397
Guatemala	19.982	19,5	11.402	15.187

Fonte: VOA, 2022

No que tange a alguns países de América do Sul, as remessas também representam um aporte importante para as suas respectivas economias, destacando-se Colômbia com U\$10.202 milhões (3% do PIB); Equador com U\$5.150 milhões (4,4% do PIB); Peru com U\$4.241 milhões (4,8% do PIB,). (BID, 2023).

Considerando o significado social destes valores econômicos, podemos inferir algumas conclusões sobre essa tendência predominante dos fluxos migratórios. As remessas dos migrantes são uma parte substancial da poupança que eles reservam dos ganhos obtidos através da sua atividade laboral, para enviar a seus familiares em seus países de origem. Os migrantes geralmente se empregam no chamado “setor secundário”, que são os trabalhos considerados “sujos, pesados e perigosos”, em setores como a agricultura, serviços, limpeza, construção civil, cuidado de crianças e de idosos etc. Esses trabalhos são depreciados e com salários abaixo do nível pago aos nacionais. Deste tipo de trabalho, com várias horas extras, os migrantes extraem o que enviam para compor a economia familiar nos países de origem: complementando gastos domésticos, apoiando na educação dos filhos, no cuidado da saúde de pessoas idosas, e quando muito, investindo na compra de um automóvel, um terreno, na construção de uma casa, na instalação de um pequeno comércio etc.

Este significado social mostra bem como os países do Norte Global continuam muito atrativos, principalmente para aqueles migrantes que vêm de países econômica e socialmente fragilizados por vários fatores, inclusive pela contínua onda emigratória há décadas. Mais, países do Norte Global continuam apresentando uma crescente demanda por essa mão de obra migrante, revelando a dependência dos países centrais em relação ao seu

trabalho, e incrementando, ao mesmo tempo, indiretamente, todo um circuito financeiro que ganha com o aporte das remessas, como a West Union. Evidentemente, os migrantes são atraídos, também, por algum tipo de estabilidade e bem-estar social que não encontram em seus países de origem. Não é por uma miragem ou um simples sonho que os migrantes têm lutado encarniçadamente para chegar à fronteira do México com os EUA.

3 TENDÊNCIAS DAS MIGRAÇÕES NO CONTINENTE

Algumas tendências no início do século já demonstram uma ampliação e diversificação na tipologia das migrações, culminando no recrudescimento dos fluxos nos últimos 10 anos. São, principalmente: a feminização das migrações; o tráfico de migrantes para exploração sexual e trabalho análogo a escravo; a migração sazonal e temporária, para trabalhos de colheita no campo, ou na construção civil, turismo e outros mercados globalizados; a intensificação da migração transfronteiriça, nos territórios de fronteira e transnacionais; a migração forçada (refugiados, deslocados internos, conflitos armados, crime organizado, mudanças climáticas); outras categorias relevantes como os estudantes internacionais, trabalhadores do mar, a migração de profissionais (“*brain drain*”); e a interação e mescla de várias destas categorias, resultado da interação de diferentes intencionalidades e trajetórias, gerando as chamadas “migrações mistas”.

É dentro deste quadro mais amplo que podemos situar a crise global atual, marcada por uma intensificação e crescente precarização dos fluxos migratórios. São processos que se desenrolam em um contexto pós-colonial, como efeito acumulado de seguidas e recorrentes migrações, bem como a ação de uma multicausalidade e interseccionalidade de fatores. Na verdade, a crise global de 2008 desencadeou uma série de transformações no Sul Global, que aumentou as instabilidades econômicas e políticas, gerando, inclusive, conflitos armados. Por outro lado, se torna mais nítido, seja o crescente poder do crime organizado, sejam os efeitos cada vez mais drásticos das mudanças climáticas. Os impactos sociais e políticos refletem na desagregação do tecido social e da governabilidade em diversos países, e o conseqüente deslocamento de população (refugiados sírios, afegãos, rohingya...).

No contexto da América Latina e Caribe (ALC), os efeitos daquela crise se fazem sentir mais pelos casos de América Central, do Haiti e da Venezuela. No entanto, apesar da percepção clara da intensificação dos processos migratórios, ALC estão longe de ser o continente onde mais se destaca o peso da realidade das migrações. Enquanto a Europa Ocidental, em 2020, tinha 81 milhões de imigrantes (10,9% de sua população total) e América do

Norte possuía 53,3 milhões (14,5%), ALC tinham 13,3 milhões de imigrantes, ou 2% de sua população (IOM, 2022, p. 201). Ainda assim, em ALC houve um crescimento expressivo das migrações nos últimos 10 anos: se entre 2010 e 2015, a população migrante oscilou entre 8 e 9 milhões no continente, de 2015 a 2020 houve um salto para mais de 13 milhões (MORA, SOTO, SELEE, 2024, p. 8). Este efeito é, sobretudo, causado pelo imenso êxodo venezuelano a partir de 2017.

Os fluxos na ALC podem ser apresentados em três grandes grupos: os extrarregionais, em direção a outros países e continentes (EUA, Europa, Japão...), envolvendo as diásporas latino-americanas e as comunidades transnacionais; os fluxos regionais, que se desenrolam dentro do território latino-americano, também como um desdobramento dessas diásporas; os fluxos regionais de migração limítrofe, entre países vizinhos, como entre Bolívia-Argentina-Chile, ou entre Nicarágua-Costa Rica e Venezuela-Colômbia. Considerando estes grandes fluxos, também é importante assinalar algumas zonas críticas, sobretudo em algumas fronteiras. A mais crucial é a que conecta o México com os EUA. Porém, há também outras marcadas pelo trânsito intenso de migrantes, como a do México com a Guatemala; a da Colômbia com a Venezuela; a do Peru com o Chile; e a fronteira do Brasil com a Venezuela. (TRICONTINENTAL, 2022)

Considerando o quadro mais geral de ALC, passamos aos três grandes fluxos que se destacam no continente latino-americano: haitiano, venezuelano, e o dos países do Caribe. O grande êxodo haitiano no continente começou ainda em 2010, após o terremoto que destruiu o Haiti. Seguindo por Panamá, Colômbia, Equador e Peru, haitianos entraram pela Amazonia brasileira, instalando-se em diferentes estados do Brasil, chegando a cerca de 60 mil haitianos ao final de 2014. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2025). A partir de 2015, com as instabilidades econômicas e sociais do país, muitos passaram a buscar outros destinos, sobretudo o Chile, que chegou a receber 103.827 haitianos em 2017 (SJM, 2023, p.19). Ao final da década, a circularidade da migração haitiana passou a orientar-se, sobretudo, em direção ao Norte Global, buscando alcançar a fronteira entre o México e os EUA. Assim, registrou-se que, em 2021, das cerca de 100 mil pessoas que passavam pelo estreito de Darién (Panamá), em direção da fronteira norte, cerca de 62% eram haitianos (OIM, 2022).

O êxodo de venezuelanos desencadeou-se a partir de 2017, como consequência da degradação da situação política, econômica e social vivida em Venezuela. A experiência recorrente da fome, da ausência de medicamentos, da falência dos serviços públicos, junto com o desalento criado pela falta de perspectiva face à situação catastrófica do país, levou a que os venezuelanos buscassem um outro horizonte em diferentes países

do continente. Se entre 2015 e 2017 se calculava a saída de migrantes venezuelanos aos países de ALC ao redor de 1.600 mil (IOM, 2025), em 2024, essa cifra se elevou a 6.702.332 (R4V, 2025). A maioria dessa população migrante ainda padece de insegurança alimentar, acesso limitado a emprego formal, falta de documentação, e dificuldades para obter atenção médica e educacional. Os países de maior presença da coletividade venezuelana, em maio de 2024 eram: Colômbia com 2.864 mil, sendo que se estima um grande proporção de colombianos retornados; Peru, 1.566 mil; Brasil, 560 mil; Chile, 532 mil; Equador, 445 mil venezuelanos (R4V, 2025). Depois da pandemia, houve um crescente fluxo dirigindo-se à fronteira do México com os EUA.

No entanto, é na América Central que os fluxos são mais intensos, em especial no chamado Triângulo Norte. Os números da região destacam o enorme peso da emigração. Vejamos, na Tabela 2, a expressão quantitativa dos fluxos migratórios na América Central, incluso o México, bem como nos três países que formam o Triângulo norte (Guatemala, El Salvador e Honduras) da América Central; e, também, no Caribe, especialmente em Cuba, Haiti e República Dominicana. . Na República Dominicana existem milhares de haitianos que cruzam a fronteira em busca de trabalho, enfrentando nos últimos anos forte xenofobia e a repressão por parte do governo dominicano (ONU, 2020).

Tabela 2 - Fluxos migratórios na América Central e no Caribe, com destaque para o Triângulo norte da América Central e para as três maiores Antilhas caribenhas – 2020

Países/Sub-regiões		Emigrantes	Imigrantes
Triângulo norte da América central	Guatemala	1.368.431	84.311
	El Salvador	1.599.058	42.767
	Honduras	985.077	39.195
América Central, incluso o México		16.198.974	2.302.001
Três maiores Antilhas caribenhas	Cuba	1.757.300	38.532
	Haiti	1.769.671	18.884
	República Dominicana	1.608.567	603.794
Caribe		7.122.385	892.316

Fonte: ONU (2020)

É importante destacar, também, a imensa diversidade entre os países do istmo centro-americano (Costa Rica e Panamá, gozando de uma situação econômica e social mais estável, e Nicarágua vivendo uma paradoxal realidade social e política): temos um quadro de forte precarização social e intensificação dos fluxos que se originam e passam por seus territórios. Entre as causas que incidem neste quadro temos os efeitos mais fortes das mudanças climáticas, somando-se à violência social produzida pelos grupos criminais. O aumento da pressão migratória levou a um maior rigor nas fronteiras, incluindo a ação das próprias forças armadas. Assumindo-se com “terceros países seguros”, alguns exercem uma função de barreira aos fluxos que buscam a América do Norte. Para enfrentar os efeitos adversos vividos pelos migrantes – o aumento da deportação, o fenômeno dos menores não acompanhados, as diferentes formas de violência e abuso vividos nas rotas migratórias, entre outros – emergem estratégias, como as caravanas dos migrantes, e o surgimento de uma grande variedade de entidades de apoio e defesa dos direitos dos migrantes.

Vejamos no próximo tópico alguns aspectos da migração na América do Sul.

4 OS FLUXOS NA AMÉRICA DO SUL

Ao analisar a dinâmica migratória na América do Sul percebe-se uma maior proporção dos fluxos para fora do continente, embora se observe um crescimento daqueles internos. A Tabela 3 apresenta a dinâmica migratória na América do Sul no período 2010 a 2019.

Tabela 3 - Dinâmica migratória de pessoas, em número absoluto, na América do Sul – 2010 - 2019

Tipo de migração	2010	2019
Interna	3.577.416	6.091.023
Externa	6.873.906	7.786.586

Fonte: ONU, 2019.

Quando observamos a América do Sul na escala de país por país, se observa que, em 2023, havia uma proporção maior de emigrantes em relação aos imigrantes. Vejamos informações mais detalhadas na Tabela 4.

Tabela 4 - Dinâmica migratória em países latino-americanos - 2023

Países	Emigração	Imigração
Venezuela	5.100.000	1.324.193
Colômbia	3.024.273	1.905.393
Equador	1.127.891	784.787
Peru	1.519.635	1.224.519
Bolívia	927.244	164.121
Paraguai	896.484	169.567
Chile	643.800	1.645.015
Argentina	1.076.148	2.281.728

Fonte: Revista Universitária, 2023

Em todos os casos, constata-se o aumento da mobilidade interna à região, com 17.612.735 emigrantes em relação a 10.887.474 imigrantes. (REVISTA UNIVERSITARIA, 2023). Ademais, ao examinar cada país em particular, vemos como a mobilidade impacta diferentemente cada cenário nacional. Assim, na Colômbia existe ainda hoje uma grande proporção de deslocados internos, contabilizando cerca de 6.8 milhões em 2022. Seja pela permanência de grupos de guerrilha atuantes, seja porque a violência do narcotráfico vem recrudescendo, o país registrou 250 mil vítimas de deslocamento interno entre 2021 e 2022 (ACNUR). Por outro lado, se Colômbia é o país que mais recebeu imigrantes venezuelanos nos últimos anos, também continua sendo o de maior população emigrante da América do Sul, com cerca de 5.767.577 pessoas, ao que haveria de descontar os que vêm retornando de Venezuela (IOM COLÔMBIA – 2021). De toda maneira, a emigração segue aumentando: de 185.934 emigrados entre 2015 e 2019 passou a 405.881 entre 2020 e 2024 (RAMIREZ, ZULUAGA, PERILLA, 2010).

Em Equador, igualmente, se a chegada recente de imigrantes venezuelanos é sentida fortemente, não é menos verdade que a comunidade transnacional de equatorianos continua como tendência preponderante, contando em 2024 com 2.4 milhões de pessoas vivendo no exterior (cerca de 10% da população) (IOM ECUADOR – 2024). Por outro lado, a violência do crime organizado tem impactado o país, ocasionando uma migração forçada a outros países da região. Entre janeiro e outubro de 2024, calcula-se em mais de 80.000 pessoas, tanto equatorianas como estrangeiras, as vítimas de deslocamento forçado (INSIGHT CRIME, 2025). Assim que,

também impulsionado pela crise econômica, em 2023 se registrou um aumento expressivo da emigração em situação de grande precariedade. Constatou-se, no referido ano, que cerca de 57.250 equatorianos atravessaram o estreito de Darién, em direção aos EUA, e, até maio de 2024, eram 12.128, sendo o segundo maior grupo depois dos venezuelanos (IOM ECUADOR – 2024).

O caso do Peru segue basicamente a mesma tendência. Se a presença de mais de 1,5 milhão de venezuelanos no país o torna, inesperadamente, um importante país de imigração, as estatísticas mostram que o Peru continua sendo sobretudo uma sociedade de emigração. Em 2015, a diáspora peruana contava com 1.731.000 emigrados, alcançando em 2020 a cifra de 3.309.635 de emigrantes (SNM / INEI, 2022, p. 18). Em junho de 2024, esse número chegou a 3.505.511, representando 10,3% da população nacional (INEI, 2024). Assim é que, em 2024, mais de 600 mil peruanos deixaram o país entre janeiro e setembro (INFOBAE, 2024). Essa diáspora se distribui por todos os continentes: 32,7% na América do Norte; 30,5% na Europa; 31,1% na América do Sul, sobretudo em Chile, Argentina e Brasil; além de outros países importantes, como no Japão.

Bolívia, com números absolutos menos expressivos, mantém, há décadas, uma contínua tendência emigratória. No entanto, por sua localização geográfica no centro do continente, vem se constituindo como uma “placa *tournante*” da mobilidade sul-americana. Com uma diáspora distribuída por países como Argentina, Espanha, Chile, Brasil; uma longa tradição de migração temporária e sazonal no cone sul; uma presença de 18 mil venezuelanos nos últimos anos; atualmente se destaca pelo intenso

trânsito que se desplaza de manera informal por las fronteras de Bolivia, proveniente principalmente de Venezuela y Haití, con ingresos y salidas por pasos no habilitados, junto a las vulneraciones a derechos que esto conlleva, incluidos la trata de personas y tráfico de migrantes (BCN, 2025, p.1).

No cone sul, Argentina e Chile apresentam-se como polos de atração migratória, com exceção do Paraguai. Durante décadas, o Paraguai veio mantendo uma forte emigração, chegando a 2020 com 896.484 emigrantes, 12,36% de sua população (ONU, s/d.). As coletividades de paraguaios no exterior se localizam principalmente em Argentina, com 685.714 pessoas (76,49%), Espanha, com 77.926 (8,69%), e Brasil, com 49.842 (5,56%) (DATOS MACRO – EXPANSIÓN – PARAGUAY).

Argentina, por sua vez, é o país sul-americano com mais antiga tradição imigratória. Se durante décadas os imigrantes eram, sobretudo, de origem europeia, a partir dos anos 1980 predominaram os fluxos regionais.

Essa tendência persiste, alternando-se a cada década a maior ou menor representação de cada coletividade. Assim, segundo dados da ONU, a Argentina, em 2020, possuía 2.281.728 imigrantes (5,05% de sua população). (DATOS MACRO – EXPANSIÓN – ARGENTINA). Em 2022, os paraguaios representavam 27% da população imigrante, os bolivianos, 17,5%, os venezuelanos, 8,4%, peruanos, 8,1% (INDEC, 2022, p. 13). Concentrando-se a grande Buenos Aires, migrantes vivem ali, em geral, de maneira precária, trabalhando em oficinas de costura, no cultivo de hortaliças, no comércio, cuidado de idosos e serviços por aplicativos (IOM – ARGENTINA, 2022). Por outro lado, a Argentina também apresenta uma forte corrente de “brain drain”: se estima que 1.803.000 argentinos emigraram entre 2013 y 2023, radicando-se principalmente em Espanha, EUA e Itália (CLARIN, 2024).

Entretanto, Chile é o país mais impactado pelas migrações no último quarto de século. Impulsionado pelo forte crescimento econômico já no final dos anos 1990, o país veio recebendo crescentes ondas de imigrantes, sobretudo de peruanos e bolivianos. A partir de 2010, esse perfil começou a se diversificar com a chegada de outros grupos, como caribenhos de República Dominicana. Depois de 2015, essa tendência encontrou um impulso mais forte com a chegada de uma grande leva de haitianos, e posteriormente de venezuelanos. De tal forma que, se em 2015 havia um pouco mais de 500 mil imigrantes em Chile, em 2017 esse número chegou a 746 mil, saltando em 2022, a um total de 1.625.074 pessoas migrantes: venezuelanos, 532.715; peruanos, 250.908; colombianos, 189.524. Assim, se entre 2006 e 2013, a proporção da população migrante passou de 0,96% a 2,05%, chegando a 4,1% em 2017, em 2022 eram já 8,2% (CEP, 2024). A instabilidade e a precariedade social criadas por este quadro, a recorrente situação de informalidade de parte da população migrante, sua circularidade crescente e a pressão contínua nas fronteiras têm levado a um aumento da xenofobia e um endurecimento das políticas de migração no país. Notadamente, a reforma da lei migratória de 2022 tem resultado na deportação ou na saída voluntária de inúmeros migrantes (SJM, 2023).

Enfim, o Uruguai, que sempre contou com uma estabilidade populacional, e sempre foi caracterizado por uma onda emigratória e a presença de uruguaios em vários países do mundo, vem também passando por mudanças. Segundo dados da ONU, em 2020 eram 367.060 emigrantes (10,4% da população nacional), encontrando-se sobretudo em Argentina, Espanha e Estados Unidos. Nos últimos anos, porém, a imigração vem aumentando. Uruguai registrou 15.000 venezuelanos em 2023, representando 27% do total de imigrantes, seguidos por cubanos e outras nacionalidades (DATOS MACRO – EXPANSIÓN – URUGUAY).

5 OS CORREDORES MIGRATÓRIOS: UM FENÔMENO CONTINENTAL

Contudo, o que parece ser realmente novo neste aumento da mobilidade humana em praticamente todos os países de ALC é o fato de constituir-se num fenômeno continental. Com as diásporas haitiana e venezuelana, somando-se à consolidação do trânsito e das comunidades transnacionais, além da intensificação dos fluxos recentes que se dirigem à fronteira México-EUA, se pode dizer que as migrações conectam todos os países do continente. Já se admite, explícita ou implicitamente, que nenhum país, isoladamente, tem a capacidade de cuidar da governança das migrações em seu território. Uma noção que tenta dar conta dessa problemática é a dos chamados “corredores migratórios”.

A expressão “corredores migratórios” inicialmente se tornou corrente entre as grandes organizações internacionais, como uma maneira de focalizar, de maneira global, os lugares de trânsito mais intenso das migrações: é *“generalmente considerada como la ruta de migración entre dos países, es decir, la que utilizan las personas nacidas en un determinado país para trasladarse a otro”* (SEGOB, s.d.). Assim, a OIM apresenta um quadro dos corredores mais importantes, localizados entre dois países de intenso fluxo de migrantes, em 2023. Nesse quadro, junto a países em conflito que geram grandes fluxos de migração forçada, destaca-se em primeiro lugar a fronteira entre México-EUA, com cerca de 11 milhões de pessoas, seguido por aquela entre Síria e Turquia, com cerca de 4 milhões (IOM, 2024, p. 23)².

Problematizando esta noção durante o tempo da pandemia, investigadores do grupo de Geografia Crítica propuseram uma definição que tenta dar conta dos conflitos e crises “humanitárias” provocadas pela intensa mobilidade no continente latino-americano. Nela, os corredores migratórios seriam:

...como espacios sociales transnacionales producidos como efecto de la conflictividad social y política gestada en torno a diversas movilidades migrantes que recorre, moldea, configura y transforma esas formaciones espaciales (...) son producto de relaciones de poder cambiantes y que deben comprenderse a la luz de la tensión entre movilidad y control (VELASCO, DONE, MIRANDA, 2021, p.5).

Esta noção de corredores migratórios, indo além da ideia de fluxo, aponta para uma interação dialética entre migração e território; sinaliza para uma padronização dos fluxos em determinados percursos do território

de ALC. Estendendo-se por todo continente, neles confluem e se articulam diferentes rotas, circuitos, e múltiplas formas de mobilidades. A noção de corredores migratórios também aponta para uma concentração de população migrante em lugares críticos como as fronteiras internacionais e algumas grandes cidades. Assim, diferentes grupos migrantes com distintas trajetórias, motivações e condição social interagem, em meio às contradições produzidas pelas diferentes dinâmicas de mobilidade, confrontando-se com os mecanismos de controle dos governos da região.

Dos itinerários dos respectivos êxodos haitiano e venezuelano pela América do Sul nos últimos quinze anos, podemos identificar dois principais corredores: o “Andino” (desde Venezuela, percorrendo Colômbia, Ecuador, Peru, Chile, Bolívia) e o “Amazônico”, que atravessa os territórios da Pan-Amazônia, direcionando-se, em geral, para a costa atlântica. Por eles continuam circulando, inclusive durante e depois da pandemia de Covid-19, diferentes fluxos em várias direções, com diversos destinos, com os migrantes mostrando grande variedade de motivações e condição social. Assim, esses corredores enfeixam diferentes rotas que se conectam entre si, mostrando a flexibilidade, provisoriedade e improvisação permanente das estratégias dos migrantes. Porém, indicam, também, uma crescente vulnerabilidade social e, cada vez mais, a busca intensa pela fronteira entre México e EUA.

Dessa maneira, os fluxos nesses corredores conectam-se com o corredor centro-americano. É neste exíguo território que se concentram as zonas mais críticas da travessia dos migrantes: o estreito de Darién (na floresta fronteiriça entre Colômbia e Panamá), as várias fronteiras a serem vencidas dos diversos países e, sobretudo, o território entre os países do Triângulo Norte e México, por onde devem passar, para concentrar-se na fronteira entre México e EUA. Tanto mais críticas, que por este corredor nos últimos dez anos se enfeixam fluxos oriundos de países centro-americanos, os originários do Caribe (Haiti e Cuba), da América do Sul, sobretudo, venezuelanos e de outros continentes.

Dados sobre a concentração de migrantes na fronteira México-EUA, entre 2007 e 2023, são reveladores das aceleradas mudanças no perfil das migrações, sobretudo, após a pandemia de Covid-19. Em 2007, eram cerca 800 mil os que se concentravam na fronteira, sendo que mais de 80% eram mexicanos. Houve uma lenta diminuição nos dez anos seguintes, baixando a 300 mil em 2017. Nesse ano, os mexicanos eram menos da metade, com um maior número de guatemaltecos, hondurenhos e salvadorenhos. Houve a partir de um rápido aumento, chegando em 2019 a mais de 800 mil, sendo os mexicanos menos de 20%, e o grupo de guatemaltecos e hondurenhos cerca de 50%. No entanto, foi depois de 2020 que houve um enorme salto. Em 2021 eram 1,6 milhões, passando a mais dois milhões, tanto em 2022 como em 2023. O que mais impressiona neste período é o perfil extremamente

diversificado da origem dos migrantes. Com cerca de 25% de mexicanos, se verifica níveis sem precedentes daqueles que chegam por terra, caminhando, vindos, além do Triângulo Norte, de Venezuela, Cuba, Nicarágua, Colômbia, Equador, Haiti, e de países extracontinentais, oriundos de Europa, África e Ásia (MORA, SOTO, SELEE, 2024, p. 9-10).

Porém, não é só a diversidade de nacionalidades e origem que chama a atenção. Em sua maioria em situação irregular, há uma diversidade também na precariedade social, com muitas mulheres (incluídas grávidas e lactantes), crianças e adolescentes, alguns separados/as ou não acompanhados, indígenas, diferentes credos religiosos, vários com algum tipo de deficiência ou doença crônica, pessoas LGBTQ+, e outros grupos em situação de vulnerabilidade (EL PAIS, 2023; IOM, 2023). Com efeito, essa vulnerabilidade junta-se a uma maior volatilidade dos fluxos. Essa contatação se percebe em outros lugares do continente, sobretudo nos grupos acolhidos pelas casas de acolhida de migrantes. Além disso, destaca-se a recorrência de uma população flutuante, muito dependente dos serviços de assistência social, composta por grupos em permanente trânsito, com laços familiares fragilizados ou rompidos, e que parece se mover unicamente em busca de algum benefício social (DORNELAS, 2022).

É dessa perspectiva mais ampla que podemos entender mais concretamente os chamados fluxos Sul-Sul do mundo globalizado. Com esta multiplicação de fluxos e a diversificação de grupos, redes, rotas, estratégias, confluindo nos corredores migratórios latino-americanos, constatamos o aumento da circulação de migrantes no Sul Global. Este perfil mais diversificado das migrações conforma o que uma tipologia ainda precária denomina como “migrações mistas”. Não é nada, porém que esteja desconectado com a tendência majoritária, de mais longo alcance, conectando os países do Sul com o norte Global. Para todos que se sensibilizam pela sorte dos migrantes, trata-se de um horizonte cada vez mais desafiador, se buscamos, para além da acolhida e proteção, alcançar sua promoção e algum nível de integração social.

6 À GUIA DE CONCLUSÃO

Em setembro de 2018, o Prof. Lélío Mármora, pesquisador de referência nos estudos de políticas migratórias em Argentina, foi homenageado pela Secretaria de Derechos Humanos y Pluralismo Cultural, do governo nacional argentino, por sua contribuição e longa trajetória na defesa dos direitos dos migrantes. Em seu discurso de agradecimento ele fez uma breve análise das migrações naquele momento histórico, ponderando que a questão migratória não decorria tanto do volume ou da proporção de

migrantes em relação à população nacional. A crise concernia sobretudo na capacidade dos Estados em administrar os fluxos migratórios. De fato, no final do século XIX e em outros períodos do século XX, o volume e peso das migrações era maior que nos tempos atuais. E o Estado não só soube administrar, como também mostrou capacidade para extrair benefícios da migração para a sociedade nacional.

No entanto, haja visto a complexidade do quadro atual, poderíamos dizer que seria simplesmente uma crise de gestão? Com o recrudescimento no rigor das políticas migratórias em todo o mundo, o fechamento de fronteiras, a criminalização das migrações e, inclusive das organizações humanitárias de apoio, com a intervenção militar na repressão e perseguição de refugiados e migrantes, a generalização e normalização dos centros de detenção e consequente aumento das deportações – tudo isso não seria o indicador de uma crise mais profunda? Não haveria uma interseccionalidade de crises, em que na condição social dos migrantes, e mesmo nos seus corpos, se refletiria algo maior que uma simples crise de gestão? O atual cenário do primeiro semestre de 2025, com todas suas perplexidades, aponta para o inverso de uma gestão das migrações. E nas indefinições deste horizonte social, econômico e político, as interrogações sobre as tendências futuras dos fluxos migratórios são ainda maiores.

NOTAS

¹ Este artigo é uma adaptação da conferência que realizei no X Simpósio de Migração e Religião, entre os dias 26 e 28 de maio de 2025, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). O referido Simpósio foi organizado e realizado pelo Departamento de Ciências da Religião da PUC-SP, em parceria com o Centro de Estudos Migratórios de São Paulo (CEM-SP) da Missão Paz, com o Scalabrinian International Migration Institute (SIMI/Roma) e o Departamento de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP.

² Em uma nota de pé de página, a OIM apresenta também o que entende por “corredor migratório”: *“The corridors represent the number of international migrants (millions) born in the first-mentioned country and residing in the second. Corridors represent an accumulation of migratory movements over time and provide a snapshot of how migration patterns have evolved into significant foreign-born populations in specific destination countries.”*

“Os corredores representam o número de migrantes internacionais (em milhões) nascidos no primeiro país mencionado e residentes em um segundo. Os corredores representam um acúmulo de movimentos migratórios ao longo do tempo e fornecem um panorama de como os padrões migratórios evoluíram para populações significativas de ‘imigrantes’ em países de destino específicos.” (Tradução livre do editor)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID), **Récord en el envío de remesas a los países de América Latina y el Caribe en 2023 envío de remesas.** Disponível em: <https://blogs.iadb.org/migracion/es/record-en-el-envio-de-remesas-a-los-paises-de-america-latina-y-el-caribe-en-2023/> . Acesso em 27/11/2023.
- BIBLIOTECA DEL CONGRESO NACIONAL DE CHILE (BCN). **Aspectos de la situación migratoria en Bolivia:** Panorama general y perfil del tránsito de flujos migratorios. Santiago de Chile: BCN, enero/2025. Disponível em: https://obtienearchivo.bcn.cl/obtienearchivo?id=repositorio/10221/36885/1/Aspectos_de_la_situacion_migratoria_en_Bolivia.pdf . Acesso em 27/06/2025.
- CANALES, Alejandro; TLOLNISKI, Cristian. Comunidades transnacionales y migración en la era de la globalización. **CEPAL - Notas de Población**, n. 73. Santiago de Chile: CEPAL, 2002.
- CENTRO DE ESTUDIOS PUBLICOS (CEP). **Radiografía de la población migrante en Chile.** CEP 3-4 Historia, r2024. Disponível em: <https://www.studocu.com/cl/document/instituto-profesional-de-chile/trabajo-social-y-multiculturalidad/radiografia-de-la-poblacion-migrante-en-chile-cep-3-4-historia/127949473>. Acesso em 27/06/2025.
- CLARIN. El gobierno dio a conocer cuántos argentinos se estima que viven en el exterior y en qué países. **Clarín.** Buenos Aires, 26/11/2024. Disponível em: https://www.clarin.com/sociedad/gobierno-dio-conocer-argentinos-estima-viven-exterior-paises_0_Inf2Cw3hrQ.html. Acesso em 30/06/2025.
- DATOS MACRO – EXPANSIÓN. Argentina -inmigración. **Expansión/Datosmacro.com** . Madrid, 2025. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/inmigracion/argentina#:~:text=Seg%C3%BAn%20los%20%C3%BAltimos%20datos%20publicados,de%20la%20poblaci%C3%B3n%20de%20Argentina> . Acesso em 27/06/2025.
- DATOS MACRO – EXPANSIÓN. . Paraguay – emigrantes totales. **Expansión/Datosmacro.com** . Madrid, 2025. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/emigracion/paraguay#:~:text=La%20emigraci%C3%B3n%20de%20Paraguay%20se,%2C%20un%206%20C02%25>. Acesso em 30/06/2025.
- DATOS MACRO – EXPANSIÓN. Uruguay – emigrantes totales. **Expansión/Datosmacro.com** . Madrid, 2025. Disponível em: <https://datosmacro.expansion.com/demografia/migracion/emigracion/uruguay#:~:text=Uruguay%20tiene%2C%20seg%C3%BAn%20publica%20la,195%20del%20ranking%20de%20emigrantes> . Acesso em 27/06/2025.

DORNELAS, Sidnei Marco. **Actuación de Casas de Migrantes y Centros de Atención Scalabrinianos de la región andina, en tiempos de COVID 19 - 2021/2022.**

Relatório interno à Região Nossa Senhora Mãe dos Migrantes – Scalabrinianos, 2022. (Mimeo).

FERNÁNDEZ, Inés. La violencia transforma el mapa migratorio de Ecuador.

InSight Crime, 21/01/2025. Whashington – D.C., EUA, 2025. Disponível em: <https://insightcrime.org/es/noticias/violencia-transforma-mapa-migratorio-ecuador/#:~:text=M%C3%A1s%20de%2080.000%20personas%20%E2%80%93tanto,de%20la%20organizaci%C3%B3n%20humanitaria%203iSolution>. Acesso em 27/06/2025.

GONZALES, María Alejandra. Más de 600 mil peruanos emigraron en 2024 por crisis económica. **Infobae**. Buenos Aires (AR), 28/11/2024. Disponível em: <https://www.infobae.com/peru/2024/11/28/mas-de-600-mil-peruanos-emigraron-en-2024-por-crisis-economica> . Acesso em 04/03/2025.

GUEVARA, Tomás. Centroamericanos baten récord con envíos de remesas desde EE. UU. **VOZ DE AMERICA/CENTROAMÉRICA**. Washington – DC (EUA), 2022. Disponível em: <https://www.vozdeamerica.com/a/centroamericanos-batieron-nuevo-record-envios-remesas-desde-eeuu/6396943.html> . Acesso em 27/06/2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSOS -INDEC. **Censo Nacional de Población, Hogares y Viviendas 2022: resultados definitivos - migraciones internacionales e internas / 2a ed ampliada.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC, 2024. Libro digital, PDF - (Censo nacional de población, hogares y viviendas 2022 / 7 . Disponível em: https://www.indec.gov.ar/ftp/cuadros/poblacion/censo2022_migraciones.pdf . Acesso em 30/06/2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA (INEI); ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DE LAS MIGRACIONES – OIM. **Perú: Estadísticas de la Emigración Internacional de Peruanos e Inmigración de Extranjeros, 1990 – 2021.** Lima (Peru): INEI/OIM, 2022. Disponível em: https://www.inei.gov.pe/media/MenuRecursivo/publicaciones_digitales/Est/Lib1857/libro.pdf . Acesso em 27/06/2025.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA E INFORMACIÓN (INEI). **Más de 3 millones 500 mil peruanos viven en el extranjero (Nota de prensa).** Lima: Gob.pe, 18/12/2024. Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/inei/noticias/1077153-mas-de-3-millones-500-mil-peruanos-viven-en-el-extranjero> . Acesso em 27/06/2025.

MARGARIT, Daisy. La nueva geografía de la Migración. **Revista Universitaria**, n. 168, 2023. Santiago de Chile, 2023. Disponível em: <https://revistauniversitaria.uc.cl/especial/la-nueva-geografia-de-la-migracion/16761/> . Acesso em 27/06/2025.

- McAULIFFE, Marie; TRIANDAFYLLIDOU, Anna. (eds.). **World Migration Report 2022**. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2021. Disponível em: <https://publications.iom.int/system/files/pdf/WMR-2022.pdf> . Acesso em 03/07/2025.
- McAULIFFE, Marie; OUCHO, Linda Adhiambo (eds.). **Informe sobre las Migraciones en el Mundo 2024**. Ginebra: Organización Internacional para las Migraciones (OIM), 2024. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-sobre-las-migraciones-en-el-mundo-2024>. Acesso em 27/06/2025.
- MIRANDA, María Eugenia. **Estudio sobre migrantes en situaciones de vulnerabilidad**. Genève: OIM, 2023. <https://respuestavenezolanos.iom.int/sites/g/files/tmzbd1526/files/documents/2023-03/Migrantes-vulnerables.pdf> . Acesso em 03/07/2025.
- MORA, María Jesús Mora; SOTO, Ariel G. Ruiz; SELEE, Andrew, **Construyendo vías regulares para abordar presiones migratorias en el hemisferio occidental**. OIM / MPI, 2024, p. 10. Disponível em: https://www.migrationpolicy.org/sites/default/files/publications/mpi-oim_vias-regulares-americas-2024_final.pdf . Acesso em 26/06/2025.
- MUNDO EDUCAÇÃO. **Imigração haitiana no Brasil**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/imigracao-haitiana-no-brasil.htm#:~:text=Em%202010%2C%20o%20n%C3%BAmero%20de,anos%20de%202010%20e%202015>. Acesso em 27/06/2025.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Respuesta regional a flujos recientes de venezolanos**. OIM/Oficina Regional para América Latina y Caribe. Disponível em: <https://lac.iom.int/es/respuesta-regional-flujos-recientes-de-venezolanos>. Acesso em 30/06/2025.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Condiciones de vida y situación laboral de las personas en la República Argentina 2022**. 1a ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Organización Internacional para las Migraciones-OIM, 2023. Libro digital, PDF. Disponível em: https://argentina.iom.int/sites/g/files/tmzbd1901/files/documents/2023-12/condiciones-de-vida-y-situacion-laboral-de-las-personas-migrantes-en-argentina_oim_2022.pdf . Acesso em 30/06/2025.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Informe 2021 - La Diáspora Colombiana como Agente de Desarrollo Sostenible**. Bogotá: OIM, 2022. Disponível em: <https://publications.iom.int/books/informe-2021-la-diaspora-colombiana-como-agente-de-desarrollo-sostenible> . Acesso em 30/06/2025.
- ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM). **Análisis del flujo migratorio de población ecuatoriana hacia el extranjero**. Quito: OIM, 2022. Disponível em: <https://ecuador.iom.int/sites/g/files/tmzbd1776/files/>

- documents/2024-08/flujo-migratorio-de-poblacion-ecuatoriana_0.pdf . Acesso em 30/06/2025.
- PORTES, Alejandro; GARNIZO, Luis; LANDOLT, Patricia, **La globalización desde abajo: Transnacionalismo inmigrante y desarrollo**. La experiencia de Estados Unidos y América Latina. Ciudad de Mexico, FLACSO, 2003.
- R4V – PLATAFORMA DE COORDINACIÓN INTERAGENCIAL PARA REFUGIADOS Y MIGRANTES DE VENEZUELA. **Personas refugiadas y migrantes de Venezuela**. Disponível em: <https://www.r4v.info/es/refugiadosymigrantes> . Acesso em 30/06/2025.
- RAMIREZ, Clemencia; ZULUAGA, Marcela, PERILLA, Clara . **Perfil migratorio de Colombia – OIM Colombia**. Bogotá: OIM, 2010. Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sites/default/files/planeacion_estrategica/Transparencia/estudio_oim_con_el_apoyo_de_colombia_nos_une_y_otras_entidades.pdf . Acesso em 27/06/2025.
- SANTOS CID, Alejandro. México bate récords como destino y origen de la migración en 2022. **El País**. Madrid (ES), 28 fev, 2023. Disponível em: <https://elpais.com/mexico/2023-02-28/mexico-bate-records-como-destino-y-origen-de-la-migracion-en-2022.html> . Acesso em 27/06/2025.
- SERVICIO JESUITA MIGRANTES – SJM. **Anuario estadístico en movilidad humana en Chile – 2023**. Santiago, Chile: SJM, 2024. Disponível em: <https://sjmchile.org/wp-content/uploads/2024/06/Anuario-2023.pdf> . Acesso em 20/06/2025.
- SECRETARIA DE GOBERNACIÓN (SEGOB), **Glosario de términos relacionados con el programa presupuestario P019-coordinar la política migratoria**. Cidade do México: Subsecretaria de población, Migración y asuntos religiosos, SEGON, Estados Unidos Mexicanos, s.d. Disponível em: https://portales.segob.gob.mx/work/models/PoliticaMigratoria/CEM/UPM/Glosario_P019.pdf . Acesso em 27/06/2025.
- TRICONTINENTAL ARGENTINA/BRASIL. 08/08/2022, **Derribando muros**. migraciones, políticas y luchas migrantes en América. Colección Debates Estratégicos de Nuestra América. Buenos Aires: Tricontinental/OBSAL/ ARGOS, 2022. Disponível em: <https://thetricontinental.org/es/argentina/nuestraamerica2/> . Acesso em 27/06/2025.
- UNITED NATIONS (UN); DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS. **Population Division (2019). International Migration 2019 (ST/ESA/SER.A/438)**. New York: United Nations, 2019. Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/files/documents/2020/Jun/international_migration_2019_report_june20.pdf . Acesso em 21/06/2025.

UNITED NATIONS (UN); DEPARTMENT OF ECONOMIC AND SOCIAL AFFAIRS.

Population Division (2020). International Migrant Stock 2020. (United Nations database, POP/DB/MIG/Stock/Rev.2020). Disponível em: https://www.un.org/development/desa/pd/sites/www.un.org.development.desa.pd/files/undesapd_2020_international_migrant_stock_documentation.pdf . Acesso em 21/06/2025.

VELASCO, Soledad Álvarez; DONE, Claudia; MIRANDA, Bruno. Movilidades, control y disputa espacial. La formación y transformación de corredores migratorios en las Américas. **PERIPLOS** Revista de Investigación sobre Migraciones. Volumen 5 - Número 1, 2021, pp. 4-27.

RESUMO

Neste artigo se busca fazer uma panorâmica dos fluxos migratórios na América Latina entre 2015 e 2015, em conexão com as transformações que já vinham se manifestando no início do século XXI. Considerando a consolidação das comunidades transnacionais e a tendência majoritária da migração sul-norte, aborda as várias tendências no continente latino-americano, em particular a América do Sul. Na perspectiva dos corredores migratórios, aponta algumas transformações mais recentes, e a intensificação dos fluxos sul-sul, no contexto do direcionamento dos fluxos em direção à fronteira México-Estados Unidos.

Palavras-chave: Dinâmicas migratórias; América Latina; Remessas; Comunidades transnacionais; Migração Sul-Sul.

ABSTRACT

This article seeks to provide an overview of migration flows in Latin America between 2015 and 2015, in connection with the transformations that were already taking place at the beginning of the 21st century. Considering the consolidation of transnational communities and the predominant trend of south-to-north migration, it addresses the various trends in the Latin American continent, particularly South America. From the perspective of migration corridors, it points out some more recent transformations, and the intensification of south-to-south flows, in the context of the direction of flows towards the Mexico-United States border.

Keywords: Migration dynamics; Latin America; Remittances; South-South migration.

A migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro (2018 - 2024)

Venezuelan migration to the state of Rio de Janeiro – 2018 – 2024

*Victor Aguiar Barbalho**

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo visa preencher uma lacuna científica existente sobre a migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro, um dos destinos dessa migração para o Brasil. O objetivo central é apresentar o fluxo espacial de entrada dos imigrantes nos respectivos municípios do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2018 e 2024 através de duas plataformas de dados: 1) a do Painel de Interiorização (R4V), que apresenta os interiorizados venezuelanos para diversos estados e municípios do território brasileiro a partir de postos de triagem da Operação Acolhida; 2) os dados da plataforma SISMIGRA (Sistema de Registro Nacional Migratório) da Polícia Federal, que registra a entrada dos imigrantes nos municípios brasileiros, não necessariamente relacionados com a interiorização. É destacada também uma estimativa da quantidade numérica desse respectivo fluxo entre os anos de 2018 e 2024. Essa escala de anos foi escolhida porque a partir de 2018 se passou a ter registro sobre os dados de interiorização dos imigrantes venezuelanos no território brasileiro, e 2024 é o ano em que esta presente pesquisa foi produzida.

Um dos objetivos específicos dessa produção é compreender, de fato, o desdobramento da crise venezuelana retomando brevemente sua história política e econômica desde o século XX até o século XXI, com a crescente emigração de seus nacionais para diversos países do mundo. Além disso, foi preciso abranger o processo de chegada dos venezuelanos no território brasileiro e o dinamismo, em curso, de sua integração ao país. Para isso, foi preciso descrever sobre o programa da Operação Acolhida e sua relação

* Professor licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua no Grupo de Estudos Espaço e População (GEPOP-UFRJ) na área de migrações venezuelanas no Brasil. Email: victoraguiar654@gmail.com

com a chegada dos migrantes no estado do Rio de Janeiro. Ademais, foi necessário resgatar o panorama atual em que se encontra a escalada política da Venezuela e entender algumas nuances e projeções para o futuro.

Esse artigo está dividido em 5 seções. A primeira, esta presente introdução. A segunda seção aborda a crise política e econômica da Venezuela, resgatando a história do seu desenvolvimento econômico do século XX ao século XXI, apresentando aspectos do governo de Hugo Chávez a Nicolás Maduro e suas relações com a crise emigratória atual. A terceira seção diz respeito ao processo de chegada dos venezuelanos no território brasileiro e seu processo de ingresso e distribuição pelo país e pelo estado do Rio de Janeiro através do programa Operação Acolhida do Governo Federal. A quarta seção apresenta a espacialização dos imigrantes nos respectivos municípios do estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2018 e 2024, com base no filtro e representação de dados da plataforma Sismigra. A quinta e última seção destaca o panorama atual da Venezuela. Para isso, foi necessário consultar notícias jornalísticas do ano de 2024 e 2025 de diversas fontes no intuito de compreender os desafios que ainda persistem no país. Nesta última seção, serão apresentadas, também, as considerações finais deste artigo.

2 A CRISE POLÍTICA E ECONÔMICA DA VENEZUELA

A Venezuela vive hoje um dos maiores cursos migratórios da história populacional da América do Sul. De acordo com dados da R4V¹ (2024), são mais de 7,8 milhões de venezuelanos que emigraram do país e estão espalhados pelo mundo devido a crise política e econômica que está em curso desde 2013. Muitos se perguntam, por que isso aconteceu? Por que o país que já foi o 4º país mais rico do mundo, hoje vive com a maioria da população em situação de pobreza? Para responder a estas perguntas, é preciso voltar à Venezuela do século XX. Ao se observar a relevância histórica e econômica da Venezuela no século XX, consta que:

Essencialmente agrícola e pobre, o país apresentava, na virada do século XIX para o XX, pouca importância no cenário internacional. Até que, a partir da década de 1920, o petróleo começou a dominar a sua vida política, social e econômica. (DA SILVA, 2021 p.77)

Ou seja, o título de “4º país mais rico do mundo” dado a Venezuela no século XX, tem profunda relação com a descoberta de petróleo no país.

Mas somente nos anos de 1920 é que o petróleo se tornou a base da economia, que abandonava a agricultura de exportação para girar, de forma definitiva, em torno do extrativismo desse recurso.

Inaugurava-se uma nova era no país, que passava a ter relevância estratégica no mundo capitalista. Ao final da década de 1920, a Venezuela já era o segundo maior produtor mundial, atrás somente dos Estados Unidos (MARINGONI, 2009, p.43).

Pardo (2019) argumenta que nas décadas de 1950 a 1980, a Venezuela nada se parecia com a Venezuela atual. Se hoje o país atravessa uma crise econômica e política sem precedentes, no passado chegou a ser um dos mais ricos da América Latina. Um de seus apelidos era, por exemplo, “Venezuela Saudita”, em alusão à Arábia Saudita, devido à riqueza proveniente do petróleo. Na capital Caracas, os prédios eram altos e modernos para a época. As rodovias eram largas e os hotéis eram considerados “um luxo em um paraíso tropical”. E os venezuelanos tinham o título de maiores consumidores de uísque do mundo. O mesmo autor também traz em sua Reportagem que em 1958, depois da queda do regime militar de Marcos Pérez Jiménez (1914-2001), a Venezuela viveu as três melhores décadas de sua história em termos econômicos, citando que uma piada da época em relação ao poder de compra dos venezuelanos era a seguinte: “Isso está barato, então me dê dois!”.

Avançando no tempo histórico, depois do período de bonança, constata-se que a década de 1980 ficou conhecida na América Latina como a década perdida, em função da grave crise econômica pela qual boa parte dos países da região passava (MARINGONI, 2012). A diminuição do ritmo da economia global resultou em uma significativa redução na demanda por petróleo, o que causou sérios danos à economia da Venezuela, refletindo em indicadores macroeconômicos com índices desfavoráveis. Com isso, conseguimos observar que o país que estava ganhando muito dinheiro com o petróleo, passava por um dano justamente por ancorar a sua economia a esse mesmo produto. A economia tornou-se excessivamente dependente desse recurso inflamável, e, conseqüentemente, os investimentos em outras áreas, como agricultura, pecuária e indústrias de base, acabam sendo insuficientes. Mariana Bruce (2016, p. 52), cita que os dados da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL) apontam que de 1984 a 1995, período no qual houve a queda nos preços do petróleo, a população pobre aumentou de “36% para 66% e o setor em pobreza extrema triplicou – de 11% foi para 36%”; e “entre 1981 e 1997, a participação dos pobres no PIB do país caiu de 19,1% para 14,7%, e a porcentagem da população mais rica aumentou de 21,8% para 32,8%”. A autora destaca que os investimentos se concentraram em uma pequena parcela da população, tornando a sociedade cada vez mais polarizada entre ricos e pobres (BRUCE, 2016). Nesse contexto, surge Hugo Chávez, o político eleito presidente em 1998 e que irá melhorar a qualidade de vida da população com políticas de distribuição de renda e redução da pobreza.

Hugo Chávez foi eleito presidente da Venezuela com uma ampla maioria de votos em dezembro de 1998. De 1999 até sua morte em 2013, ele implementou reformas com o objetivo de aumentar a qualidade de vida da população, especialmente das classes menos favorecidas em termos econômicos. Durante boa parte do seu mandato, o valor do barril de petróleo esteve elevado, permitindo o financiamento de programas sociais e a importação de grande parte dos produtos consumidos no país, desde alimentos e remédios até automóveis (DA SILVA, 2021). Simultaneamente, durante seu mandato, a dependência do país em relação ao setor petrolífero se manteve firme e não foram feitos investimentos suficientes para diversificar as atividades produtivas, como nas áreas agrícola e industrial, que são os setores primários e secundários da economia, por exemplo.

Ou seja, ocorreram financiamentos em áreas que beneficiavam a população da Venezuela e que melhoraram a vida das pessoas principalmente entre 2004 e 2008, período em que o preço do petróleo estava em alta. Em 2002 houve a tentativa de golpe de Estado pelas elites dominantes e pela oposição para retirá-lo do poder devido a medidas como Reforma agrária e o fortalecimento do controle estatal para a atividade petrolífera. Logo, em seguida, houve uma intensa mobilização popular (em menos de 48 horas) que o reconduziu ao poder. Esses indícios demonstravam a forte aprovação de Chávez perante a opinião pública. Ramón (2020), ao escrever o livro “Mãe Pátria” no qual relata a situação de desintegração da sua família em uma Venezuela que estava em colapso, percebe que apesar da melhora na vida da população no Governo Chávez, os venezuelanos não se davam conta que a bonança e a melhora de vida eram por efeito dos altos preços dos barris de petróleo, e que um dia a “festa” poderia acabar, e de forma trágica.

Quando Chávez começou a criar programas sociais paralelos ao sistema público constitucional, o aparato estatal foi crescendo, empregando milhões de pessoas que passavam a receber salários superiores ao mínimo. Essas políticas assistencialistas beneficiaram, sim, as classes baixas. As aposentadorias também foram aumentando, e de repente, em casa não éramos mais pobres. O dinheiro jorrava, e muita gente estava feliz. Quase toda a minha família, que voltara a comprar caixas de uísque, apoiava o governo. No começo do novo milênio, a narrativa que eu ouvia nas festas familiares não era de que a valorização ininterrupta do barril de petróleo fosse a causa daqueles tempos de bonança, e, sim, a boa administração de Chávez, que não roubava e cuidava dos pobres. (RAMÓN, 2020, P.26).

Depois de mais de 10 anos no poder, em outubro de 2012, Chávez se elegeu para o seu quarto mandato consecutivo, com aproximadamente 54% dos votos. Porém, teve seu quarto mandato interrompido em 5 de março de 2013 pela morte causada por um câncer. (AZENHA, 2013). Nicolás Maduro, seu vice, assumiu o governo e, em abril do mesmo ano, concorreu à eleição presidencial. Com resultado apertado, o pleito revelou um país dividido. Maduro foi confirmado presidente da Venezuela com 50,66% dos votos (AZENHA, 2013)

O governo de Maduro seguiu o plano elaborado por Chávez em 2012, com o objetivo de continuar a implementação do socialismo, aumentar a produção de petróleo, erradicar a miséria e criar polos produtivos nacionalizados. Essa continuidade reflete uma postura que mantém a ideologia em relação ao governo anterior e demonstra que Maduro baseia seu capital político na memória de Chávez.

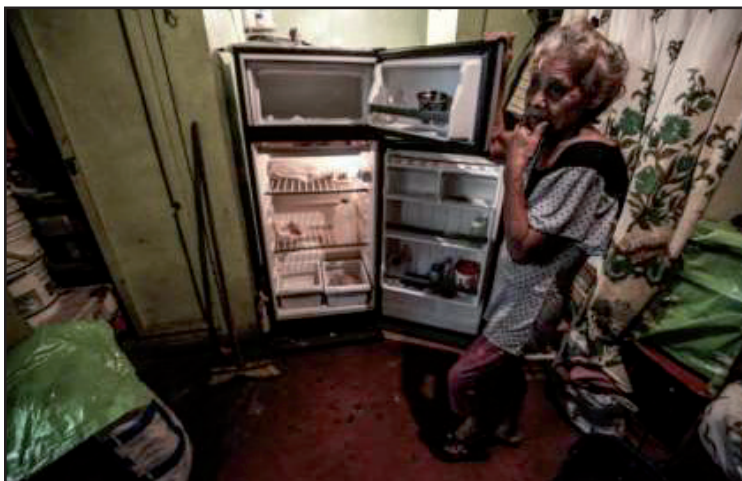
No entanto, as condições materiais do país em 2013 eram de escassez de produtos básicos de subsistência, crise no setor elétrico, inflação alta, desvalorização do câmbio e queda no PIB. Além disso, em novembro de 2013, Maduro adotou medidas demasiadamente intervencionistas ao reduzir preços de mercadorias por ordem presidencial, limitando, dessa maneira, a margem de lucro do setor privado, o que acarretou no fechamento de várias lojas. No mesmo mês, consegue aprovar a “Lei Habitante”, usada por Chávez anteriormente, que deu a Maduro poderes especiais para legislar por decreto por um ano. Através do mecanismo jurídico, limitou em 30% o lucro do empresariado venezuelano, estabeleceu um teto máximo para os valores dos aluguéis e fixou os preços dos automóveis, cuja produção passa a ser submetida ao controle do Estado. Não obstante à crise econômica, Maduro concede muitas promoções às Forças Armadas, elevando o salário dos militares em 60% se comparado com o Governo Chávez, a fim de resguardar o apoio do setor. (BASTOS & OBREGÓN, 2018, p.10).

Segundo Leonardo Vera (2018), em apenas dois anos, entre 2015 e 2016, cerca de 10 milhões de venezuelanos passaram a viver abaixo da linha da pobreza. Ao final de 2016, 80% das famílias no país estavam em alguma situação de pobreza. Nesse cenário, teve início a migração da população para nações próximas, como o Brasil. É importante dar atenção também para as sanções impostas pelos Estados Unidos da América. Segundo o Centro Estratégico Latino-americano de Geopolítica (CELAG, 2019), o posicionamento norte-americano contribuiu com a expulsão dos mercados financeiros internacionais da Venezuela, e a impediu de recorrer ao mercado

de crédito. Isso foi determinante para a saída do mercado financeiro do país (SANTOS *et al*, 2024). É válido ressaltar que a argumentação norte-americana com relação às sanções está baseada em premissas que alegam manter a ordem democrática e as razões humanitárias (JUSTO, 2020). Porém, a prática de impor boicotes econômicos é uma estratégia utilizada há décadas pelo país a fim de intimidar nações que não se submetem às suas diretrizes (CELAG, 2019, s/n, tradução nossa). Nesse contexto, se observa que a Venezuela se posicionou por anos contrariamente à hegemonia norte-americana, como destaca CELAG (2019) *apud* (SANTOS *et al*, 2024).

Segundo Páez e Vivas, *apud* (DA SILVA, 2021), o processo de emigração venezuelana pode ser dividido em três fases principais desde o governo Chávez: a busca por novas oportunidades (2000-2012), no qual a nacionalização de diversas indústrias e início de instabilidades políticas foi um dos fatores da decisão de saída dos venezuelanos; a crescente desesperança (2012-2015); e a migração de desespero (2015 até o presente). A primeira etapa foi marcada pela saída de profissionais qualificados e empresários, especialmente para os Estados Unidos e a Europa, enquanto a segunda e a terceira fases refletiram uma crise econômica e social cada vez mais severa, levando à migração forçada de pessoas de todas as classes sociais para países vizinhos, como Colômbia e Brasil. Uma vez que, caso não o fizessem, poderiam acabar sofrendo com desnutrição ou não ter o tratamento de saúde devidamente adequado, já que ter acesso a alimentos e a uma saúde de qualidade são condições básicas para a sobrevivência. E nesse momento, muitos já não tinham acesso a esses bens básicos. Na Foto 1, uma exemplificação dessa situação:

Foto 1 – Venezuelana moradora da Cidade de Caracas (2016)



Dores Vásquez, moradora da violenta favela Petare, em Caracas, mostra a geladeira vazia, problema comum no país. Fonte: Jornal Zero Hora (2016). Félix Zucco.

3 A CHEGADA DOS VENEZUELANOS NO BRASIL E A OPERAÇÃO ACOLHIDA

O Brasil, país que faz fronteira com a Venezuela por 2.199 Km, foi um dos países receptores da imigração venezuelana, sendo o 3º destino mais procurado dessa imigração na América do Sul, ficando atrás da Colômbia e Peru, respectivamente. A partir de 2016, a população que chegava ao Brasil passou a fazer uma pressão de demanda nos serviços públicos do estado de Roraima e principalmente na cidade fronteiriça de Pacaraima (RR). Este município está localizado ao norte do estado de Roraima, no limite fronteiriço com a Venezuela. Além disso, é o único município brasileiro com ligação rodoviária com este país vizinho.

No Brasil foi instituída a Lei da Imigração, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017². A partir deste ano, há um maior registro da entrada de venezuelanos no país de forma contínua e crescente. Sancionada em 2017, substituindo o Estatuto do Estrangeiro, a lei instituiu uma perspectiva da migração pautada nos direitos humanos com o repúdio à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação como um de seus princípios. Essa nova Lei substituiu o até então vigente Estatuto do Estrangeiro (Lei nº 6.815/1980), que tratava a migração estritamente relacionada à mão de obra e no contexto de segurança nacional. Neste contexto, segundo alguns estudiosos, a nova governança migratória implica que a reconfiguração espacial no país pela presença de venezuelanos seja uma oportunidade de fazer jus ao reconhecimento internacional de espírito solidário (SAMPAIO; JAROCHINSKI-SILVA, 2018, p. 737).

Mas, a migração de venezuelanos para o Brasil ocorreu de forma precária e emergencial, concentrando-se em um estado que carece de estrutura para acolher um grande volume de migrantes. Diante da impossibilidade do estado de Roraima em atender diversos tipos de serviços básicos, a solução encontrada foi encaminhar os migrantes para outras cidades, sobretudo aquelas localizadas na região sul e sudeste. Uma dessas estratégias foi a criação do programa “Operação Acolhida”, que foi articulada e liderada pelo Governo Federal, com a criação e a gestão sendo atribuídas ao setor militar do Brasil, através das Forças Armadas do Exército. A Operação Acolhida também conta com parcerias de agências internacionais como a Organização Internacional para as Migrações (OIM), o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e mais de 100 organizações da sociedade civil.

Mas, o que é, de fato, o programa da Operação Acolhida? No site oficial do Ministério do Desenvolvimento, Assistência Social e Combate a Fome do Governo brasileiro, ela é definida como:

A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal para o fluxo migratório intenso de venezuelanos na fronteira entre os dois países. Criada em 2018, com o objetivo de garantir atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos, a Operação Acolhida consiste na realocação voluntária, segura, ordenada e gratuita dessas pessoas, em situação de vulnerabilidade, dos municípios de Roraima para outras cidades do Brasil. (Operação Acolhida, 2024).

O plano operacional para assistência emergencial aos imigrantes foi organizado em três frentes, Ordenamento da Fronteira, Abrigamento e Interiorização. O terceiro eixo ou frente da logística, se relaciona com a interiorização para inclusão socioeconômica através do deslocamento voluntário de venezuelanos que adentram por Roraima com destino a outras unidades federativas (DO VALE ROCHA & RIBEIRO, 2018 p.557). O objetivo dessa estratégia é diminuir a pressão sobre os serviços públicos do estado de Roraima, e, ao mesmo tempo, oferecer maior oportunidade de inserção socioeconômica aos imigrantes venezuelanos (DO VALE ROCHA & RIBEIRO, 2018 p.557). É neste eixo que se insere o programa da interiorização dos migrantes. Além disso, existem 4 modalidades diferentes de interiorização: a) dos abrigos provisórios em Roraima para outros abrigos distribuídos pelo território nacional Abrigo-abrigo; b) por reunião social (encontrar um amigo ou conhecido); c) por reunificação familiar, ou seja, irá se distribuir no território para estar junto de um parente e d) por uma vaga de emprego sinalizada (VES).

É importante mencionar que a Operação Acolhida sofre diversas críticas. A aliança entre a ajuda humanitária e o exército brasileiro, na visão de muitos autores, contribui para a securitização das fronteiras e higienização/expulsão de “imigrantes indesejáveis” de diversas regiões, selecionando os migrantes mais bem qualificados para melhores oportunidades de desenvolvimento no território brasileiro, em um regime de hierarquização. Existia também o monitoramento por câmeras em grande parte dos abrigos da operação. A polícia estadual procurava zelar por uma certa higienização dos arredores dos abrigos, atendendo demanda das vizinhanças. (VASCONCELOS & MACHADO, 2022)

Os/as venezuelanos/as, por sua vez, temiam a truculência dos agentes de controle nas ruas, incomodavam-se com as câmeras de vigilância e as restrições de vestuário. No calor de Boa Vista, homens não podiam andar sem camisa e mulheres não podiam usar roupas curtas. Os imigrantes se ressentiam da proibição de permanecer nas portas dos abrigos, situações que lhes remetem à ideia de uma prisão. Ou seja, o abrigo exigia uma

certa moralidade no comportamento e visual, de alguma forma similar às experiências de vida dentro de uma vila militar. (VASCONCELOS & MACHADO, 2022). A atuação dos militares em Roraima prioriza o bem-estar da população brasileira local em detrimento das necessidades dos migrantes venezuelanos. Vários procedimentos ilustram isso, como a remoção de imigrantes de espaços públicos, como praças, ruas e terrenos abandonados, e na sua realocação em abrigos fechados, onde há controles de horários e de circulação, visando reduzir sua presença visível nos espaços urbanos. Por não ser o objeto de análise, não será explorado essa questão nesse artigo, mas vale a menção devido a necessidade de mais estudos críticos sobre a Operação Acolhida pelos pesquisadores.

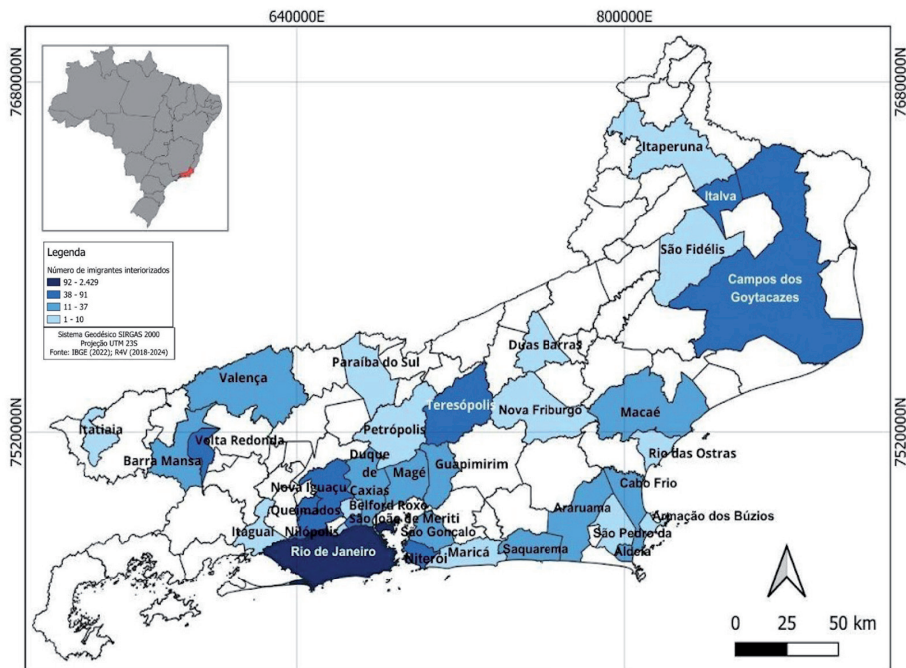
Retomando aos tipos de interiorização, o estado do Rio de Janeiro possui uma peculiaridade. Os dados que serão citados nesta seção foram retirados da Plataforma R4V, Painel da Interiorização³. O estado do Rio de Janeiro é o 11º que mais interioriza imigrantes, não sendo o destino principal deles. Eles, vão se concentrar no sul do Brasil, região que recebe mais da metade do fluxo de interiorizados. Enquanto na escala nacional, 48% interiorizam através da modalidade de Reunião Social, sendo a tipologia principal de entrada no território brasileiro, na escala do estado do Rio de Janeiro, apenas 25,7% adentram sob essa modalidade, sendo a segunda tipologia mais utilizada para interiorizar. A principal tipologia no território fluminense é a modalidade institucional, ou abrigo-abrigo, totalizando 51,5% das interiorizações. O estado possui sedes de importantes ONGs- muitas delas concentradas na cidade do Rio de Janeiro-, de apoio aos venezuelanos, como a SOS Aldeias Infantis, Venezuela Global, Caritas e o Centro de Proteção a Refugiados e Imigrantes. Essas ONGs, muitas vezes, oferecem abrigo ao imigrante que ainda não se inseriu socioeconomicamente e que necessita de um lar temporário para se estruturar. O próprio site da ONG SOS ALDEIAS INFANTIS (2024) descreve que: *“Atualmente, a Aldeias Infantis SOS no Rio de Janeiro oferece atividades de fortalecimento familiar e comunitário e realiza o acolhimento de famílias refugiadas da Venezuela, em parceria com o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR).”* Tal fato, pode explicar o número alto dessa modalidade para o estado, se comparado a escala nacional.

Ainda nas tipologias de interiorização, o estado do Rio de Janeiro possui 11,9% de interiorização por reunificação familiar, o que é mais baixo que a média em escala nacional que possui 18% de interiorização por essa modalidade. A entrada por Vaga de Emprego Sinalizada (VES) corresponde a apenas 5% das interiorizações no estado, ficando também longe da média nacional que é de 16%. É importante mencionar que 5,9% dos 3.153 interiorizados estavam sem informações na base de dados. Aparentemente, se pode observar que mais da metade dos interiorizados que têm como destino o estado do Rio de Janeiro não vêm a trabalho, tampouco para morar

com amigos próximos ou algum parente familiar. Mais da metade vêm para morar em abrigos. No que tange a distribuição dos migrantes interiorizados pelos municípios do estado do Rio de Janeiro, nota-se a centralização da capital fluminense com 2.429 interiorizados. Os outros municípios que mais interiorizaram no Estado são respectivamente: Teresópolis (91), Campos dos Goytacazes (90), Nova Iguaçu (68) e Italva (54) compondo os 5 primeiros.

No que se refere ao perfil etário dos interiorizados para o estado fluminense, se observa uma grande quantidade de crianças e jovens entre 0 a 19 anos, compondo cerca de 44% do fluxo de interiorizados. Esse percentual é igual ao da escala nacional, da qual o número de interiorizados entre 0 a 19 anos é de 44%. Nota-se a presença de poucos idosos, tanto na escala nacional quanto na estadual, que somam 2% dos interiorizados. Há uma população economicamente ativa e apta ao trabalho em grande número, compondo a porcentagem restante de 54% em ambas as escalas. A seguir, observe o Mapa 1 sintetizando essa representação do número de interiorizados por município entre 2018 e 2024, em uma abordagem espacial:

Mapa 1 – Imigrantes venezuelanos interiorizados para o estado do Rio de Janeiro (RJ) por município entre 2018 e 2024

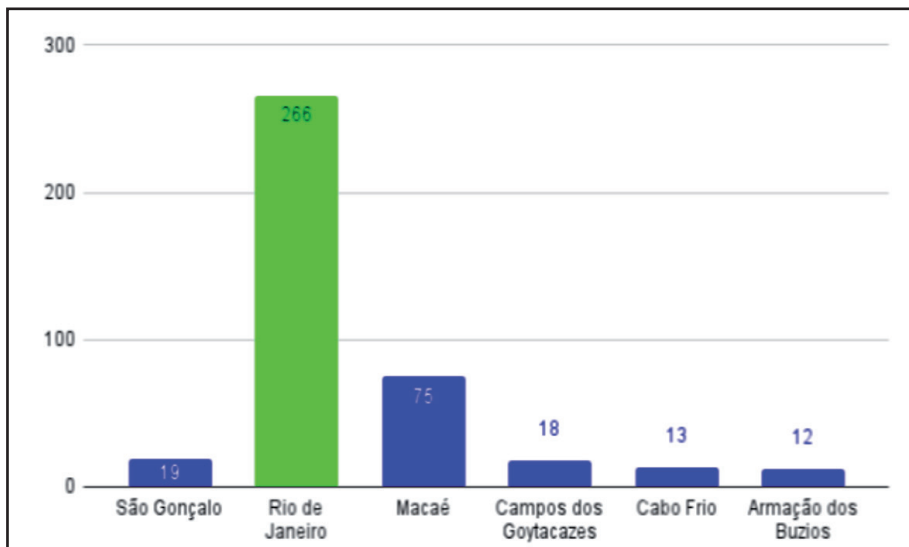


Autor: Victor Aguiar. Fonte: R4V (2018-2024)

4 O FLUXO DA MIGRAÇÃO VENEZUELANA PARA O ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O fluxo de pessoas venezuelanas partindo de Roraima com destino a outro estado do Brasil não é uma novidade da Operação Acolhida. Esse deslocamento espontâneo já era uma prática corriqueira entre venezuelanos que pretendiam ter como destino outros países da América do Sul, mesmo antes da criação da interiorização como estratégia de realocação de migrantes no território brasileiro (ACNUR, 2022, p. 55). Para esta seção, que trata da entrada de migrantes no estado do Rio de Janeiro, não pela Operação Acolhida, foi utilizada a base de dados da plataforma SISMIGRA, que registra o processo de entrada dos imigrantes nos estados e municípios pela polícia federal brasileira, feito de forma obrigatória, sejam eles vindo ou não através de interiorização. A partir do ano de 2015, se registra com mais intensidade a entrada de venezuelanos no Brasil. Antes disso, não existiam dados relevantes sobre a migração venezuelana no Rio de Janeiro, pois o que existia era uma migração transfronteiriça, com um maior foco no estado de Roraima. O território fluminense era pouco atrativo à essa migração. A partir da análise de dados do (SISMIGRA) e do relatório de Ferreira (2023), verificou-se que, no ano de 2016, em termos de quantidade absoluta de imigrantes venezuelanos residentes no estado do Rio de Janeiro, ocorre ainda um quadro de baixo fluxo, apresentando uma pequena presença dos migrantes. Nota-se a mudança do padrão populacional e da concentração espacial após 2018, com destaques para a capital fluminense, com 266 desses habitantes, seguidos das cidades interioranas que atraíram a população venezuelana como Macaé (75), São Gonçalo (19), Campos dos Goytacazes (18), Cabo Frio (13) e Armação dos Búzios (12).

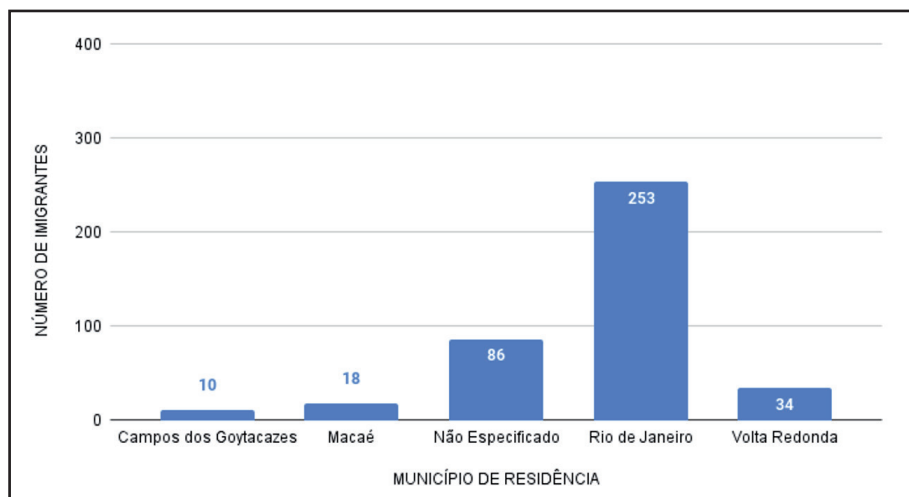
Gráfico 1 – Fluxo migratório de venezuelanos no estado do RJ por município (2018).



Fonte:(SISMIGRA 2018, André Ferreira – Apresentação 12ª SIAC 2023). Organizador: Victor Aguiar

É importante dizer que existem os migrantes “não especificados”, isto é, são aqueles (a) os quais não estão sendo contabilizados, pois não se tem dados do local de residência deles na Plataforma. Os dados acima são de imigrantes venezuelanos cujos municípios de moradia podem ser averiguados na plataforma Sismigra. Essa hipótese de mudança no padrão migratório se confirma ao analisar a continuação dessa tendência do crescimento para o ano de 2019. Em 2019 passam a ter novos municípios de residência dos venezuelanos, os quais não foram encontrados em 2016 e 2018, como Volta Redonda, Rio das Ostras, Nova Friburgo, Niterói, Italva, Duque de Caxias e Araruama. Chama a atenção, também, Macaé que, em 2018, recebeu 75 migrantes venezuelanos e, em 2019 somente 30. Uma das explicações é que, dada a expansão da interiorização, Macaé perde a sua condição de destino predileto. Mas ainda está em aberto a análise desta redução. Em suma, a tendência é de crescimento de entrada de imigrantes e de dispersão dos mesmos pelos municípios fluminenses, ainda com uma centralização dominante da capital. O ano de 2020 possui uma peculiaridade, inicia-se a pandemia da COVID-19. Isso se refletiu em baixos números de registro de entrada para os municípios do Estado. Foram identificados neste ano, somente 4 municípios com entrada de imigrantes.

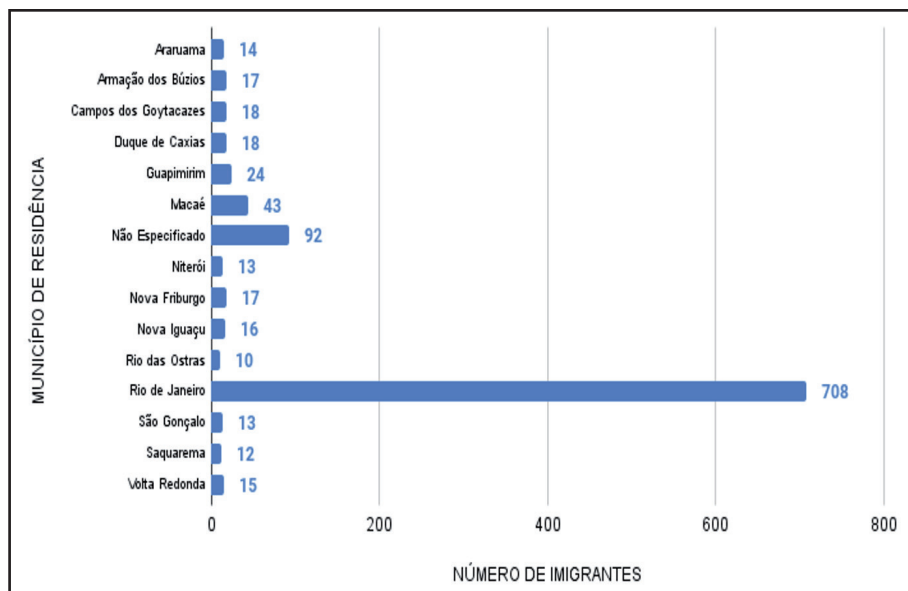
Gráfico 2 – Fluxo de venezuelanos no estado do RJ por município (2020).



Fonte: SISMIIRA, 2020. Autor: Victor Aguiar

Após a abertura da fronteira, em junho de 2021, observa-se um aumento expressivo no registro de entrada de imigrantes e no fluxo espacial pelos municípios do estado em relação a 2020. Observe o Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 – Fluxo de venezuelanos no estado do RJ por município (2021).

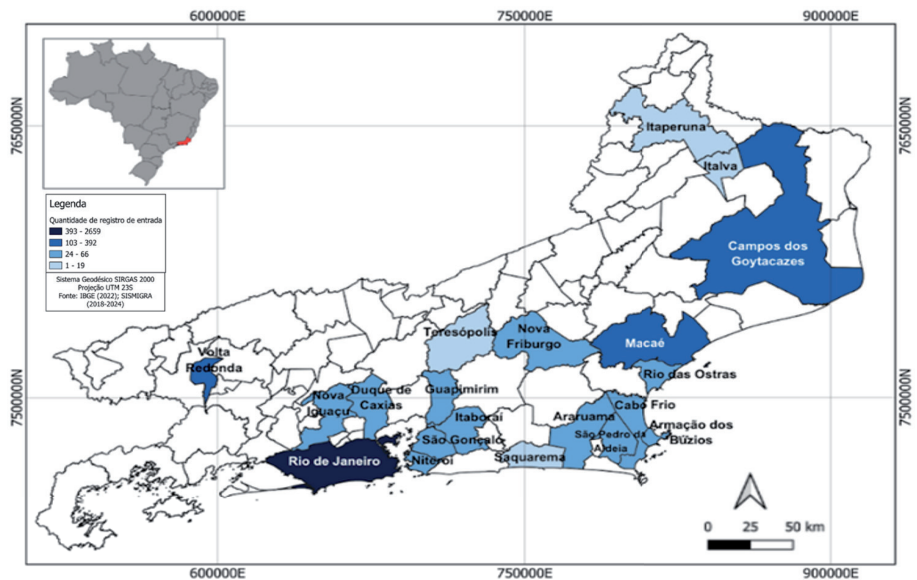


Fonte: SISMIIRA, 2021. Autor: Victor Aguiar

Em 2021 e 2022, volta-se a ter a entrada de imigrantes no Brasil e consequentemente a sua dispersão por mais municípios no estado do Rio de Janeiro, com um recorde dentre os anos citados de fluxo para a Cidade do Rio de Janeiro em 2021, notando-se a entrada de 708 imigrantes. O município de Macaé, entre 2021, 2022 e 2023, é a segunda cidade com a maior entrada de imigrantes no estado do Rio de Janeiro. Apenas em 2020 perde a segunda colocação para Volta Redonda. Um ressalve também para Volta Redonda e Campos dos Goytacazes que são cidades que apareceram como receptoras de imigrantes em todos os anos entre 2020 e 2023. Em suma, como dito anteriormente, se confirma a dispersão dos migrantes pelos municípios do Estado, mas com a centralização do município do Rio de Janeiro como receptor principal da população migrante, e com melhores oportunidades de inserção e desenvolvimento socioeconômico.

O ano de 2024 apresenta dados na plataforma Sismigra, mas contemplando registros de entrada até o mês de setembro nesta presente pesquisa. Para entender esses Gráficos e as informações numéricas desse capítulo, será apresentado abaixo o Mapa 2, com todos os dados compilados entre o ano de 2018 até 2024 com registro de entrada dos imigrantes nos municípios fluminenses. Importante citar que entre os anos de 2018 e 2024, 403 migrantes não tiveram seu município de entrada especificados pela plataforma Sismigra. Logo, esses migrantes ficaram de fora da contagem do mapa.

Mapa 2 – Registro de entrada de imigrantes venezuelanos no estado do Rio de Janeiro por município entre os anos de 2018 e 2024.



Autor: Victor Aguiar. 2024. Fonte: SISMIGRA (2018-2024). Base Cartográfica: IBGE 2022

5 A SITUAÇÃO ATUAL NA VENEZUELA

O ano de 2024 foi marcante para a Venezuela devido às eleições presidenciais de 28 de julho, que geraram uma nova crise política no país. A reeleição de Nicolás Maduro, sem divulgação oficial das atas pelo CNE (Conselho Nacional Eleitoral), foi contestada pela oposição, que afirma ter vencido com 67% dos votos. A falta de transparência no processo gerou desconfiança internacional, com países como o Brasil tendo uma certa cautela a reconhecer o pleito. A situação socioeconômica da Venezuela permanece crítica, com inflação elevada, pobreza extrema e sanções internacionais, especialmente dos EUA, que agravam a crise humanitária e dificultam a recuperação econômica. Estima-se que até cinco milhões de venezuelanos estejam dispostos a emigrar caso o impasse político continue. O número é o resultado de uma pesquisa realizada em junho pela consultoria venezuelana ORC Consultores⁴. Após as eleições, houve um aumento de 28% no fluxo migratório pela fronteira com Roraima, com registros diários de cerca de 370 entradas e maior número de solicitações de refúgio (G1,2024). Na Cidade do Rio de Janeiro, migrantes venezuelanos organizaram uma manifestação em frente ao Copacabana Palace exigindo transparência eleitoral e a renúncia de Maduro, com mobilização coordenada por redes sociais e liderada pela ONG Venezuela Global. No local, pude registrar o momento em que os venezuelanos se reuniram para uma foto ao final do protesto. Cartazes emitindo mensagens como: “Venezuela Livre”, “Edmundo González, presidente eleito” e “Maduro Morte” estavam expostas a todos que caminhavam pela praia de Copacabana no momento do ato. Observe a Foto 2 abaixo, que demonstra um registro da situação:

Foto 2 – Manifestação pacífica dos imigrantes venezuelanos contra o resultado das eleições presidenciais do dia 28 de julho.



Migrantes venezuelanos em protesto contra as eleições do dia 28 de julho à frente do Hotel Copacabana Palace na Cidade do Rio de Janeiro. 17 de Agosto de 2024. Foto: Víctor Aguiar

Pardo (2024), disserta sobre 3 possíveis cenários futuros na Venezuela. O primeiro deles é que as coisas podem se manter como estão, em uma espécie de *'status quo'*. O segundo deles é o aprofundamento da crise econômica e política, uma vez que nas palavras do autor, “as coisas sempre podem piorar”. E o terceiro cenário seria a transição de governo entre Nicolás Maduro e a oposição, seja ela feita de forma pacífica ou através de uma revolta popular contra o governo, caso perdesse sua base de sustentação nas forças armadas. Seja qual for o cenário futuro, é preciso que os pesquisadores nacionais e internacionais estejam atentos aos desdobramentos da questão venezuelana. A história continuará sendo escrita e é provável que a migração de venezuelanos para o Brasil, e consequentemente para o estado do Rio de Janeiro, continue.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Infere-se, portanto, que a Venezuela ao longo da sua história, tornou-se extremamente dependente do petróleo para seu desenvolvimento econômico. De momentos gloriosos a momentos de crise em sua economia entre os séculos XX e XXI, atualmente o país ainda passa por uma profunda dificuldade, com problemas nos números inflacionários e na dívida externa, além de sofrer sanções econômicas de diversos países do mundo,

principalmente dos Estados Unidos, o que dificulta a sua recuperação. Hugo Chávez, com seu projeto socialista, implementou uma política de assistência social e de distribuição de renda que melhorou a qualidade de vida dos venezuelanos durante o período em que estava no poder (1999-2013). Após sua morte, Nicolás Maduro assume o governo em um cenário já de queda na redução de preço no barril de petróleo no mercado internacional e de um país já não tão satisfeito com o regime socialista. Seu governo foi marcado por polarização política, problemas com democracia, valorização da classe militar e por uma profunda crise econômica que gerou como consequência mais de 7 milhões de imigrantes venezuelanos pelo mundo. O Brasil, foi um dos destinos dessa migração, recebendo mais de 500 mil venezuelanos até o ano de 2024, sendo o 3º país que mais recebeu imigrantes venezuelanos na América Latina, atrás apenas da Colômbia e do Peru. A migração para o Brasil, principalmente após a promulgação da Lei da Imigração (2017), em uma visão de maior acolhimento e pautada pelos direitos humanos, passou a receber um maior fluxo de nacionais da Venezuela, de entrada em grande parte pelo estado de Roraima, e diante da impossibilidade dessa unidade da federação em atender esse fluxo, o Governo Federal teve como uma das estratégias a aplicação de técnicas e procedimentos de logística militar para o controle desta circulação de pessoas, a instalação da Operação Acolhida.

Através dessa Operação com seus três eixos: Ordenamento de Fronteira, Abrigamento e Interiorização, os imigrantes foram se adentrando no território brasileiro em diversas cidades e estados, principalmente através desse último eixo citado, sendo esta a principal estratégia brasileira para lidar com esse grande contingente de pessoas. Foi constatado que essa Operação possui diversas críticas, principalmente na forma de tratamento dada aos migrantes e na seletividade de alguns militares em agir de acordo com seus próprios interesses, sendo necessário e de grande urgência mais pesquisas investigando de forma crítica a gestão desta operação.

No que tange a interiorização, ela possui 4 tipos: abrigo-abrigo, reunificação familiar, reunificação social e vaga de emprego sinalizada (VES). Conclui-se que para o estado do Rio de Janeiro, foram interiorizadas 3.153 pessoas divididas por essas 4 modalidades, com uma peculiaridade que os difere dos demais estados. Enquanto na escala nacional, 48% interiorizam através da modalidade de Reunião Social, sendo a tipologia principal de entrada no território brasileiro, na escala do estado do Rio de Janeiro, apenas 25,7% adentram sob essa modalidade, sendo a segunda tipologia mais utilizada para interiorizar. A principal tipologia no território fluminense é a modalidade institucional, ou abrigo-abrigo, totalizando 51,5% das interiorizações, uma vez que o estado possui sede de diversas ONGs que oferecem abrigos, com ênfase em sedes no município do Rio de Janeiro, citando principalmente a *SOS Aldeias Infantis*.

Verificou-se através de dados da R4V que o estado do Rio de Janeiro é o 11º que mais interioriza imigrantes, não sendo o destino principal deles, que vão se concentrar no sul do Brasil, região que recebe mais da metade do fluxo de interiorizados. No entanto, no contexto estadual, cabe reforçar que a capital fluminense exerce a centralidade na interiorização, mas nota-se uma dispersão migratória de interiorizados para 33 municípios de um total dos 92 que existem no Estado. No que tange ao registro de entrada de imigrantes no estado, tomando como base a plataforma SISMIGRA, da Polícia Federal, o fluxo de pessoas partindo de Roraima para outros estados não é uma novidade, mas intensificou-se e passou a ser dirigida pela Operação Acolhida. A migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro se intensificou a partir de 2018, com aumento de cerca de nove vezes no número de imigrantes em relação a 2016, período que marca o início da Operação Acolhida. Antes disso, os registros se limitavam à migração transfronteiriça. Apesar da queda nos fluxos em 2020 devido à pandemia de COVID-19, a tendência de crescimento foi retomada nos anos seguintes, com dispersão dos migrantes pelo território fluminense, embora a capital ainda concentre a maioria das entradas. Municípios como Macaé, Volta Redonda e Campos dos Goytacazes também se destacaram como importantes destinos. A pesquisa enfrentou desafios com a base de dados do SISMIGRA, como registros incompletos e a ausência de dados em alguns municípios. No cenário atual, a instabilidade política na Venezuela, agravada pelas eleições de julho de 2024 e pela suspeita de fraude na reeleição de Nicolás Maduro, tende a manter ou intensificar o fluxo migratório ao Brasil e ao estado do Rio de Janeiro. Pesquisadores devem acompanhar os desdobramentos políticos e econômicos venezuelanos e seus reflexos nos padrões migratórios.

NOTAS

¹ R4V (Response for Venezuelans) é um site de operação entre agências do Sistema das Nações Unidas no Brasil, gerenciada e apoiada pela Plataforma Regional de Coordenação Interagências para Refugiados, Refugiadas e Migrantes da Venezuela, liderada conjuntamente pelo ACNUR e OIM. O R4V pode ser acessado pelo link: < <https://www.r4v.info/index.php/pt> >. Acesso em 16 set.2024.

² A Lei de Migração, Lei Nº 13.445, de 24 de maio de 2017, foi sancionada pelo então Presidente Michel Temer, substituindo o Estatuto do Estrangeiro. A referida Lei instituiu uma perspectiva da migração pautada nos direitos humanos, com o repúdio à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação como um de seus princípios basilares. Link de acesso à referida Lei: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm >. S/D de acesso.

³ O Painel da Interiorização é uma iniciativa conjunta entre o Ministério da Cidadania, que coordena o Subcomitê Federal para Interiorização, e as agências da ACNUR e OIM. A plataforma mostra os números da interiorização com dados de evolução histórica desta estratégia, informações de quais municípios e estados receberam refugiados e migrantes, e o perfil laboral, educacional e de necessidades específicas de proteção. Essas informações possibilitam maior conhecimento e agilidade para a integração local dessa população em interface com o poder público local.

⁴ ORC Consultores é uma consultoria empresarial com foco em estratégia empresarial, inteligência política e comunicação política. Site da empresa: < <https://orcconsultores.com/> >. Acesso em 14 dez. 2024

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR – ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS. **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas**. Rio de Janeiro: FGV DAPP, 2020, 148p. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2020/02/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano_compressed.pdf>. Acesso em: 18 nov.2024.

AZENHA, Luiz Carlos. Nicolás Maduro eleito presidente com vantagem de apenas 1,5% dos votos. **VIOMUNDO**, São Paulo, 14 abr. 2013. Disponível em: < <https://www.viomundo.com.br/politica/augusto-ferreira-os-13-anos-de-celebracao-de-um-golpe.html> >. Acesso em: 22 set. 2024

BASTOS, Julia Pedroni Batista; OBREGÓN, Marcelo Fernando Quiroga. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro. **Revista de Derecho y Câmbio Social**, v. 15, n. 52, p. 1-16, 2018

BRUCE, Mariana. **Estado e democracia nos tempos de Hugo Chávez (1998-2013)**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

CELAG – CENTRO ESTRATÉGICO LATINOAMERICANO DE GEOPOLÍTICA. **Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela**, 2019. Disponível em: < <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/> >. Acesso em: 20 de Novembro de 2024

DA SILVA, Bruno Oliveira Gomes. **Migrantes e refugiados venezuelanos na cidade do Rio de Janeiro: trabalho e territorialidades**. Dissertação de Mestrado. UERJ, Rio de Janeiro-RJ. 2021.

DO VALE ROCHA, Gustavo; RIBEIRO, Natália Vilar Pinto. Fluxo migratório venezuelano no Brasil: análise e estratégias. **Revista Jurídica da Presidência**, v. 20, n. 122, p. 541-563, 2018.

- FERREIRA, André. Papel da OIM na Rede Migratória de Venezuelanos no Brasil. Relatório de Iniciação Geográfica. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). **12ª SIAC (Semana de Integração Acadêmica)**. Departamento de Geografia. UFRJ 2023
- G1. **Eleição na Venezuela:** entenda os principais desafios econômicos da nova gestão — seja ela qual for. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2024/07/27/eleicao-na-venezuela-entendaos-principais-desafios-economicos-da-nova-gestao-seja-ela-qual-for.html>>. Acesso em: 21 nov. 2024.
- JUSTO, Camilla. (2020). **Migrações venezuelanas e a xenofobia:** temáticas da realidade brasileira contemporânea. [Trabalho de conclusão de curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro].
- MARINGONI, Gilberto. **A Revolução venezuelana**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- MARINGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** Desafios do Desenvolvimento. Ipea, Brasília, ano 9, ed. 72, 15 jun. 2012. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 03 de dez.2024.
- PÁEZ, Tomas; VIVAS, Leonardo. **The venezuelan diaspora:** another impending crisis? Freedom House Report. Abr. 2017 Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/317099053_The_Venezuelan_Diaspora_Another_Impending_Crisis>. Acesso em: 20 agosto. 2024.
- PARDO, Diego. **Como era a ‘Venezuela saudita’, um dos países mais ricos dos anos 50 e 80**. BBC News, 2 de março de 2019. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47423737>>. Acesso em: 26 de ago.2024.
- PARDO, Diego. **Crise na Venezuela:** 3 possíveis cenários para futuro do país após Supremo cancelar vitória de Maduro. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c1l589n2zj1o>>. Acesso em: 11 de dez. 2024.
- RAMÓN, Paula. **Mãe pátria:** a desintegração de uma família na Venezuela em colapso. Tradução Paulina Wacht, Ari Roitman. 1a ed. São Paulo. Companhia das Letras. 2020.
- SANTOS, Emerson. ALVES, Tamiris Maia. JUSTO, Camilla. FREIRE, Julia. **A migração venezuelana no Brasil:** redes sociais, relações territoriais e construção de lugar. Ciências Sociais em Revista, [S. l.], v. 60, n. 2, 2024. DOI: 10.34024/csr.2024.60.2.17380. Disponível em: <<https://periodicos.unifesp.br/index.php/csr/article/view/17380>>. Acesso em: nov. 2024.
- SAMPAIO, Cyntia; SILVA, João Carlos Jarochinski. Complexidade x Singularidade – A Necessidade de Outras Soluções Duradouras. In. BAENINGER, Rosana; SILVA, Jarochinski João Carlos. (Coords.) **Migrações venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” –Nepo/Unicamp, p. 391-394, 2018

VASCONCELOS, Iana. dos Santos., & MACHADO, Igor José de Reno. (2022). Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista- RR. **REMHU**, Revista Interdisciplinar Da Mobilidade Humana, 29(63), 107-122.

VERA, Leonardo. ¿ Como explicar lá catástrofe económica Venezolana? **Nueva Sociedad**, n. 274, 2018.

ZERO HORA. **ZH apresenta uma radiografia do caos na Venezuela**. Disponível em:<<https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2016/07/zh-apresenta-umaradiografia-do-caos-na-venezuela-6475919.html>>. Acesso em: 5 out. 2024.

RESUMO

Este artigo investiga a migração venezuelana para o estado do Rio de Janeiro, com foco no período de 2018 a 2024, buscando preencher lacunas na produção científica sobre esse fluxo migratório no território fluminense. Para compreender essa questão, a pesquisa resgata aspectos históricos e políticos da Venezuela do século XX ao XXI, com atenção à recente emigração para o Brasil e a outros países da América Latina. Ademais, essa investigação disserta sobre o papel do programa Operação Acolhida, que interioriza imigrantes venezuelanos no Brasil através de postos de triagem específicos. Utilizando dados do Painel de Interiorização (R4V) e do Sistema de Registro Nacional Migratório (SISMIGRA) da Polícia Federal, o estudo apresenta a distribuição espacial dos imigrantes nos municípios fluminenses e as particularidades desse percurso. Por fim, são apresentados aspectos da política venezuelana atuais e algumas projeções do cenário migratório, econômico e político da Venezuela para o futuro.

Palavras-chave: Crise; Venezuela; Interiorização; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This article investigates Venezuelan migration to the state of Rio de Janeiro, focusing on the period from 2018 to 2024, aiming to fill gaps in the scientific literature regarding this migratory flow in the Fluminense territory. To understand the issue, the research revisits historical and political aspects of Venezuela from the 20th to the 21st century, with special attention to the recent emigration to Brazil and other Latin American countries. Furthermore, the study discusses the role of the “Operação Acolhida” program, which relocates Venezuelan migrants across Brazil through specific screening centers. Using data from the Interiorization Panel (R4V) and the National Migration Registry System (SISMIGRA) of the Federal Police, the study presents the spatial distribution of immigrants across municipalities in the state of Rio de Janeiro and the particularities of their routes. Finally, the article outlines aspects of actually Venezuelan politics and presents some projections regarding the country’s migratory, economic, and political.

Keywords: Crisis; Venezuela; Relocation; Rio de Janeiro.

Imigração Haitiana: formação socioespacial da “baz” em Campinas/SP

Haitian Immigration: Socio-spatial formation of the “baz” in Campinas/SP

*Sophia Damiano Rôvere**
*Rosana Baeninger***

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo analisar a imigração haitiana para o Brasil, com foco para o município de Campinas/São Paulo, enfatizando a formação das “baz” e seus territórios circulatorios. A análise busca compreender as dinâmicas espaciais e sociais que estruturam a presença haitiana na cidade.

Os processos migratórios contemporâneos inseridos no contexto das migrações Sul-Sul (BAENINGER, 2018) demonstram desafios no que diz respeito aos fluxos, categorias migratórias, destinos e origem (BAENINGER, 2016). Devido a fatores internacionais como protecionismos dos países do Norte e destaque de alguns países periféricos dentro da periferia (VILLEN, 2016), localidades como o Brasil, nas últimas décadas, receberam e ainda recebem expressivo contingente migratório. Para além das discussões relativas à quantidade, o fenômeno migratório internacional ilumina diversos desafios frente aos municípios, espaços concretos que receberão esse contingente populacional.

Desde o começo da década de 2010, o Brasil se coloca nas rotas das migrações transnacionais dos imigrantes haitianos (FERNANDES; FARIA, 2016), em que a sua motivação migratória se insere em um contexto complexo de origem e as possibilidades do destino.

* Pesquisadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO/Unicamp). E-mail: sophiarovere@gmail.com

**Professora aposentada, colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Demografia (IFCH-UNICAMP); pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (NEPO-UNICAMP); coordenadora do Observatório das Migrações em São Paulo (NEPO-UNICAMP) e coordenadora do Observatório da Emigração Brasileira em parceria com a Universidade de Lisboa e a Universidade do Minho. E-mail: baeninge@unicamp.br

Questões históricas do país, com uma tradição migratória e forte presença norte americana e um incipiente desenvolvimento econômico formam os ingredientes principais para os migrantes haitianos. A inserção do Brasil na rota das migrações haitianas se insere em contexto multifatorial que envolve um momento de expressivo crescimento econômico no Brasil, na década de 2010, sediando megaeventos esportivos como Copa do Mundo e Olimpíadas, colocando o Brasil em destaque entre os países da periferia do capitalismo, o que Villen (2016) chama de periféricos na periferia.

Além desses fatores econômicos, a instabilidade política recorrente e as catástrofes ambientais fragilizaram ainda mais a já precária infraestrutura haitiana, agravando situações de desemprego e renda. Paralelamente, o aumento do protecionismo e o fechamento das fronteiras nos países do Norte Global – destino tradicional da migração haitiana – também contribuíram para a diversificação das rotas migratórias, tornando o Brasil um destino emergente (BAENINGER; PERES, 2016; MAGALHÃES, 2017).

Compreender a imigração haitiana dentro do aporte do transnacionalismo nos ajuda a relacionar a imigração como um processo dinâmico, de articulação constante entre diferentes Estados-Nação, em que os imigrantes não rompem sua conexão com o país de origem, muito pelo contrário, mantém relações constantes com uma ou mais sociedades (GLICK-SCHILLER; BASCH; BLANC, 1992).

Dessa forma, as migrações transnacionais não estão dissociadas de transformações sociais e econômica em que os países, sejam eles do Norte, ou Sul global, estão inseridos (BAENINGER, 2014). Essas transformações são decorrentes da reestruturação econômica (HARVEY, 1992) e da globalização (SANTOS, 2012; SASSEN, 2001) e vão influenciar na maneira como os Estado-Nação irão se comportar no que se refere a política migratória e ao recebimento de imigrantes internacionais.

A reestruturação econômica, chamada por Harvey (1992) de acumulação flexível, é responsável por produzir novas formas de trabalho flexibilizados, com novos setores produtivos, em que graças aos avanços tecnológicos dos meios de comunicação por satélite há a “compressão do espaço-tempo”. Essas características, segundo Harvey (1992) criam uma dinâmica de desenvolvimento econômico e de oferta de emprego em regiões subdesenvolvidas. Ou seja, começamos a assistir uma participação mais efetiva de países periféricos na economia global (VILLEN, 2016).

A globalização também está imbricada com aspectos econômicos. Segundo Santos a globalização é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista” (SANTOS, 2012, p. 23). De acordo com Santos (2012), no final do século XX, os avanços científicos levaram ao desenvolvimento de um sistema técnico centralizado nas tecnologias da informação, que

passaram a conectar e integrar as demais, garantindo uma presença global desse novo sistema. Contudo, a globalização não se limita ao surgimento desse conjunto técnico, sendo também resultado de ações que possibilitaram a formação de um mercado global, o qual influencia os principais processos políticos contemporâneos. A configuração atual da globalização é explicada por fatores como a unicidade técnica, a simultaneidade dos eventos, a capacidade de conhecimento planetário e a presença de um motor histórico único, representado pela mais-valia em escala global.

Embora a globalização represente uma escala mais global, Sassen (2010) chama a atenção para se considerar a escala local nas análises desse processo, já que o global se manifesta em uma escala local, uma vez que os processos globalizantes se articulam através do avanço das tecnologias da informação, sobretudo das redes.

As redes são responsáveis pela mobilidade do capital e controle transfronteiriço, e apresentam características de grande integração e avanço tecnológico, isso a serviço de trocas financeiras mais ágeis, transporte de mercadorias e produtos, além da regulação de um mercado global (SASSEN, 2001).

Apesar do aparato das redes e do seu avanço tecnológico de suposta integração, a globalização não se manifesta no globo de forma igualitária, muito pelo contrário. Esse processo confirma a posição hegemônica de certos países, em relação aos outros que estarão aquém dos processos globalizantes. Isso acontece, porque quem determina como a globalização vai se estruturar são os países desenvolvidos, segundo a sua posição dentro do capitalismo (MARTINE, 2005).

Ou seja, a globalização atua na distribuição da economia, o que reorganiza os espaços nacionais, uma vez que, o capital se concentra em locais estratégicos, especificamente representados por aglomerações urbanas os quais, por meio das redes, sustentam o funcionamento do mercado global (SASSEN, 2001). Portanto, o corpo teórico que se apresenta como lócus desse processo são as cidades.

Dessa forma, como a distribuição de atividades econômicas não acontece da mesma forma em todas as cidades, assistimos um processo de hierarquização do espaço urbano, no qual, cidades que apresentam maior poder decisório, econômico e de articulação das redes desempenham papéis de maior centralidade na lógica global e nacional (SASSEN, 2010; SILVEIRA, 2002), levando a formação de cidades globais (SASSEN, 2001).

Sassen (2001) argumenta que as cidades globais exercem um papel estratégico ao materializar os processos globais nos territórios nacionais, nos quais as dinâmicas globais são ajustadas a arranjos institucionais locais. Esse modelo desafia a ideia de que a economia global e a economia nacional

são excludentes, destacando que a globalização envolve não apenas fluxos de capital, mas também a coordenação, gestão e manutenção desses fluxos pelas empresas que operam em diversos países. Assim, a globalização não é um fenômeno externo, mas parte integrante das estruturas corporativas nacionais, com as cidades globais exemplificando a internalização das dinâmicas fundamentais da economia global.

Nesse contexto, a articulação entre diferentes escalas geográficas – possibilitada pela reestruturação econômica, pela globalização e pelas redes – favorece a formação das “baz” e dos territórios circulatórios (TARRIUS, 2002).

“Baz” é um conceito haitiano polissêmico. Para este trabalho assumiremos a perspectiva de Fabien (2015, p. 9) ao discorrer sobre as “baz”¹ como

Um tipo de agrupamento social onde se pratica a solidariedade coletiva e a assistência social mútua, em grande parte composto por jovens desempregados que dependem apenas de pequenos empregos ou de atividades econômicas esporádicas para comer. Nas Baz, a reciprocidade e a comunidade predominam, então o “bem” de alguém é o de todos. Por exemplo, uma camisa, uma camiseta, um par de calças, um tênis ou outro pode ser colocado por várias pessoas. Mesmo um cigarro provavelmente fuma entre várias pessoas, passando-o de mão em mão. A adesão às Baz, não obedecendo a nenhuma regra lógica, racional ou objetiva, é baseada na afinidade, amizade, solidariedade, familiaridade, proximidade ou reconhecimento. (FABIEN, 2015, p. 9)

Como complementa a definição de Neiburg (2014), as “baz” são áreas que apresentam proteção, tanto material, quando social, através do oferecimento de alimentação, abrigo, e oferta de trabalho remunerado. Da mesma forma, Cotinguiba (2014) e Pimentel-Cotinguiba (2022) definem a “baz” como um lugar específico capaz de oferecer condições seguras para permanência, incluindo acesso a trabalho, moradia e serviços públicos gratuitos. Nesse contexto, a noção de “baz” vai além das relações pessoais e intergrupais, expandindo-se para um plano macrossocial, como destacam Cotinguiba e Pimentel-Cotinguiba (2022, p. 135).

As “baz” estão inseridas na fluidez dos territórios circulatórios, funcionando como pontos fixos e concretos, nos quais as atividades comunitárias, solidárias e de organização civil podem de fato acontecer. Representam, dentro dos territórios circulatório, um espaço de referência, fornecendo suporte para os imigrantes haitianos.

Já os territórios circulatorios se caracterizam pelo local onde os imigrantes vão circular, formar e reformar os seus projetos migratórios. Da mesma forma que o conceito da migração transnacional que rompe com a ideia clássica de movimentos migratórios restritos entre origem e destino, os territórios circulatorios emergem representando essa fluidez nos espaços desenvolvida pelos imigrantes, que constantemente nutrem relações entre mais de um Estado-Nação.

A estruturação desses territórios circulatorios e das “*baz*” ocorre principalmente através de redes sociais, estabelecidas por trocas de informação e convívio entre os imigrantes, seus familiares e amigos. Diferentemente das “*baz*”, que são um espaço concreto, os territórios circulatorios também são imateriais na medida em que são representados pelo envio de remessas e representação cultural desses imigrantes.

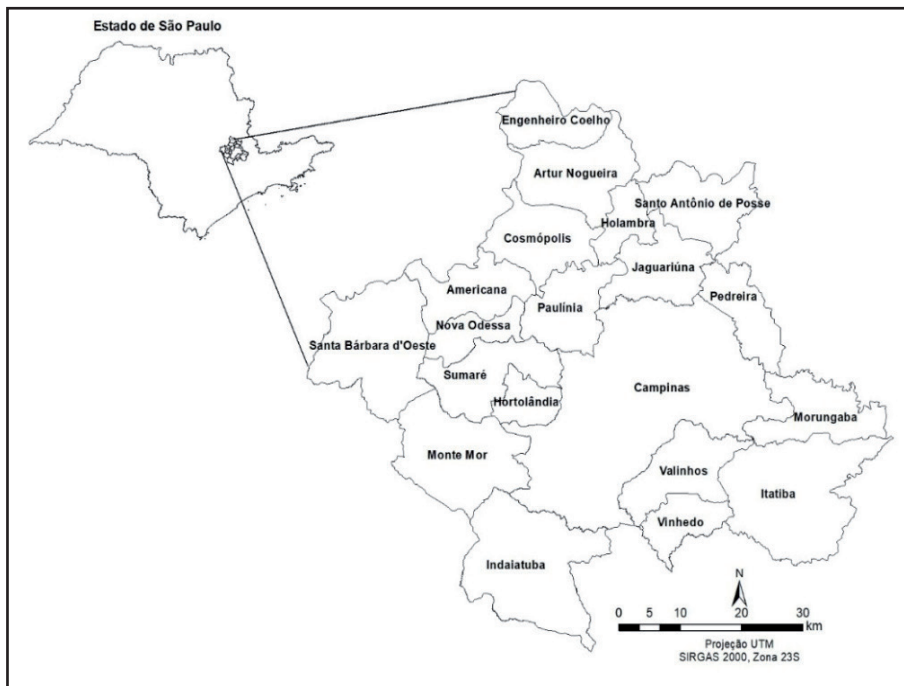
Dessa forma, os avanços tecnológicos impulsionados pela globalização, sobretudo pela intensificação das redes de comunicação, conferem maior dinamismo e fluidez a esses territórios. A troca de informações e o compartilhamento do saber migratório ocorrem de maneira acelerada, muitas vezes em tempo real, fortalecendo a articulação transnacional dos imigrantes haitianos. Por isso, o conceito de “*baz*” e territórios circulatorios serão utilizados para compreender os deslocamentos e a inserção dos haitianos no município de Campinas/SP.

2 O CASO DE CAMPINAS/SP

Na sessão anterior observamos que Sassen (2001) destaca a importância para a análise local dos processos globalizantes e discorre sobre as cidades globais, como representação material desses processos de reestruturação econômica e redes. Embora Campinas/SP não seja classificada como uma cidade global, esse município apresenta características relevantes, que confere um grande dinamismo populacional e econômico, relevante para a análise do caso da imigração haitiana.

Esse dinamismo populacional e econômico está diretamente ligado à localização estratégica de Campinas/SP. Situada no interior do estado de São Paulo, a aproximadamente 100 quilômetros da capital, a cidade se insere em uma densa malha rodoviária e integra a Região Metropolitana de Campinas (RMC)². Conforme ilustra a Figura 1, essa região é composta por 20 municípios, incluindo: Campinas, Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Engenheiro Coelho, Holambra, Hortolândia, Indaiatuba, Itatiba, Jaguariúna, Monte Mor, Nova Odessa, Paulínia, Pedreira, Santa Bárbara D’Oeste, Santo Antônio de Posse, Sumaré, Valinhos, Vinhedo e Morungaba.

Figura 1 – Mapa de localização e municípios pertencentes a Região Metropolitana de Campinas (RMC)

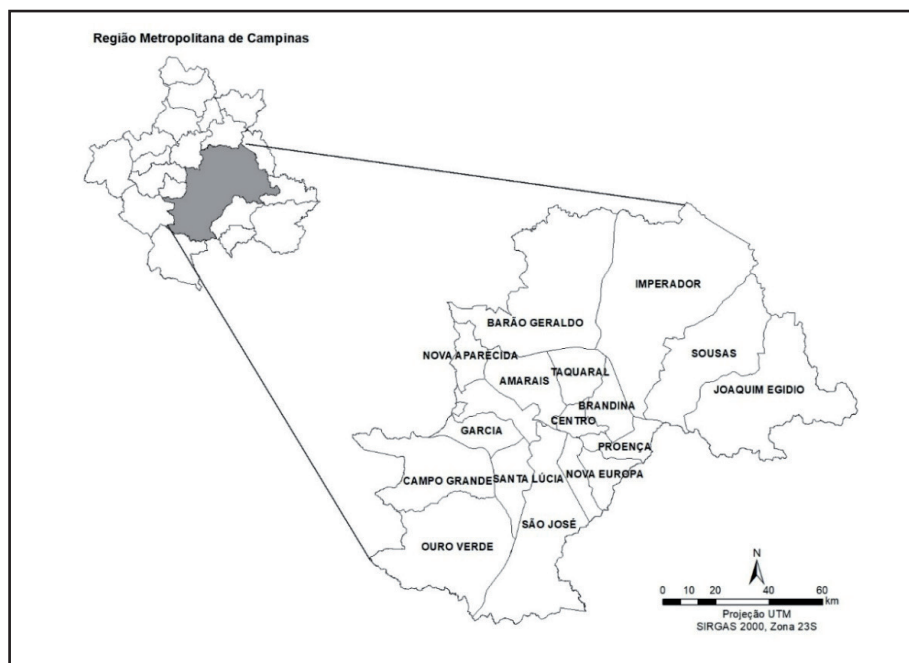


Fonte: IBGE (2023), Elaboração Própria.

Questões relativas à sua estruturação econômica e infraestrutura urbana fazem Campinas ser o único município do país, que não é capital estadual, ser considerado uma metrópole (IBGE, 2020). Esse fato reforça seu dinamismo econômico, empresarial e populacional, evidenciado por uma rede diversificada de comércio e serviços, além de um importante polo industrial, elementos que o tornam um destino atrativo para a migração internacional e interna.

Os fenômenos migratórios fazem parte da história do município de Campinas/SP (BAENINGER, 1993), com fluxos oriundos da Itália e de outros países para trabalhar nas fazendas de café da região, datando do século XIX. Já os fenômenos migratórios recentes têm íntima relação com a formação de polos tecnológicos na região, sobretudo no distrito de Barão Geraldo (Figura 2), configurando um fluxo migratório de indivíduos altamente qualificados (DOMENICONI, 2017), além de importantes fluxos graças a diversos programas de internacionalização estudantil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), também localizada no distrito de Barão Geraldo.

Figura 2 – Mapa de localização do Distrito de Barão Geraldo



Fonte: IBGE (2023), Elaboração Própria.

A imigração haitiana para Campinas/SP, em especial para o distrito de Barão Geraldo, está intimamente ligada à implementação do programa Pró-Haiti - embora não se restrinja a ela -, uma iniciativa de internacionalização estudantil voltada para imigrantes haitianos. Esse programa foi viabilizado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), no ano de 2010, com o objetivo de garantir a continuidade do ensino superior de estudantes haitianos, cujos percursos acadêmicos foram interrompidos devido a um grave terremoto ocorrido no Haiti, no início daquele ano.

A formulação desse programa ocorreu graças a Pró-Reitoria de Pesquisa da Graduação da Unicamp em conjunto com um Professor da mesma universidade que, no momento do terremoto, realizava trabalho de campo no Haiti. Além disso, o Brasil já estava desde 2004 em território haitiano em razão da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), que pretendia aumentar a segurança e auxiliar na estruturação de um processo democrático, “na falsa ideia de que o país estava em guerra e precisava ser pacificado” (ALPHONSE; MACEDO, 2017, p. 240). Embora a presença do Exército Brasileiro seja controversa (ALPHONSE; MACEDO, 2017; THOMAZ; SEBASTIÃO, 2012), já havia uma proximidade entre os dois países.

O programa Pró-Haiti beneficiava alunos da graduação, com duração de 5 anos, concedendo uma bolsa mensal, auxílio de deslocamento e instalação e, dentre todas as universidades participantes (também aderiram ao programa, a Universidade Federal de São Carlos, Universidade Federal de Santa Catarina e Universidade Federal do Rio Grande do Sul), a Unicamp foi a que mais recebeu alunos haitianos (Seleção do Edital, 2011).

A implementação do programa Pró-Haiti, no qual a Unicamp destacou-se como a instituição que mais acolheu imigrantes haitianos, possibilitou a formação de uma rede migratória que se retroalimenta com a chegada de novos imigrantes, muitos dos quais não possuem vínculo direto com a universidade. Isso ficou evidente ao longo do trabalho de campo com a aplicação de um questionário de pesquisa³ em que ao ouvir as falas dos imigrantes a posição central da Unicamp foi sendo percebida.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada no trabalho de campo foi a de observação participante, permitindo que, gradualmente, eu fosse aceita no grupo de imigrantes e pudesse aplicar o questionário de pesquisa semiestruturado (MAY, 2004). Essa abordagem possibilitou uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e espaciais dos haitianos em Campinas/SP. Além disso, a escolha do questionário semiestruturado se deu pela necessidade de captar tanto informações objetivas quanto percepções subjetivas dos imigrantes sobre sua trajetória e vivência na cidade.

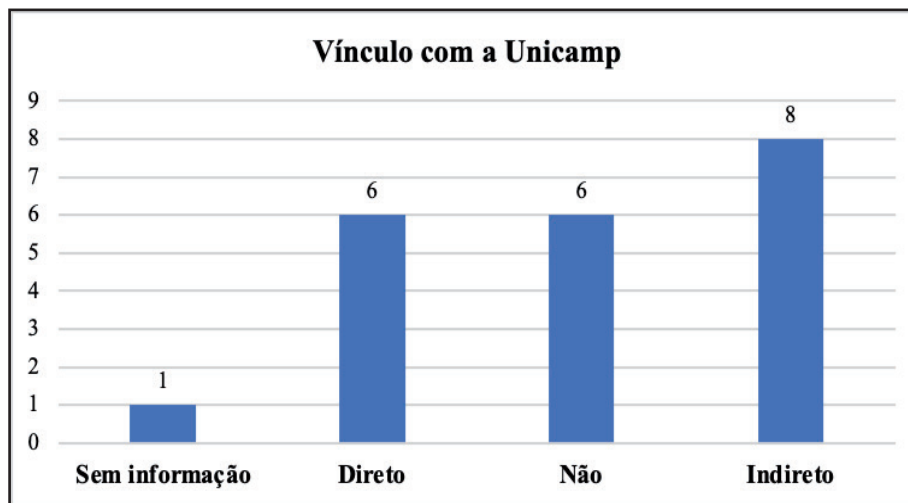
Em um dos relatos dos entrevistados da pesquisa, ele afirma que veio para o Brasil, por conta de um amigo que já estava em Campinas/SP, especificamente em Barão Geraldo, pois era um dos beneficiados pelo programa Pró-Haiti. Esse rapaz que chegou ao Brasil por meio desse colega, tornou-se um importante nó na rede migratória haitiana para o distrito de Barão Geraldo. Em suas palavras:

“Hoje eu posso falar, todos os haitianos que não são por estudante, que não vem estudar aqui, mesmo que você não passa na minha casa, mas a pessoa que trazer você, me conhece, e passou também um tempo comigo. É assim mesmo. Eu não posso contar, perdi a conta, das pessoas que passou na minha casa, quantas pessoas que eu ajudei”.

O relato acima foi colhido durante uma segunda rodada de entrevistas, que buscou compreender a relação entre os imigrantes e a Unicamp. Eles

foram questionados se vieram ao Brasil para estudar nessa universidade ou se conheciam alguém que havia estudado nela. Os resultados podem ser observados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição por vínculo com a Unicamp de entrevistados/as da pesquisa

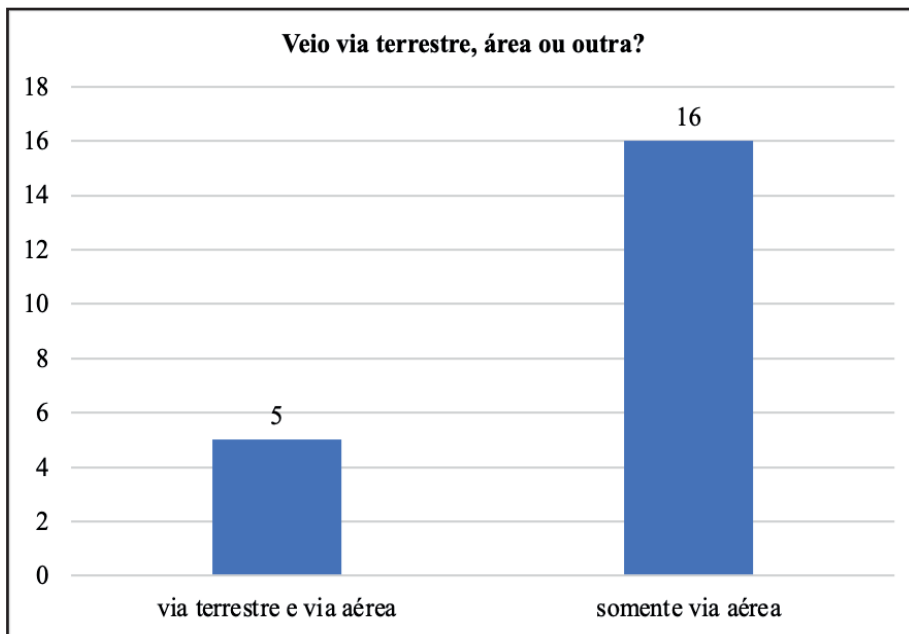


Fonte: Rôvere (2024).

A maioria dos entrevistados veio para Campinas/SP devido ao conhecimento prévio de algum amigo ou parente que estuda ou estudou na Unicamp, o que no gráfico está descrito como vínculo indireto. O vínculo direto refere-se àqueles imigrantes que vieram especificamente por conta do Programa Pró-Haiti. A categoria “não” representa imigrantes que não possuem qualquer vínculo com a Universidade. Já a categoria “sem informação” deve-se à impossibilidade de reencontrar um dos entrevistados para essa segunda rodada de perguntas.

Outra questão do questionário fornece fortes indícios de que, independentemente do vínculo com a Unicamp, esses imigrantes já tinham um trajeto migratório bem definido antes de chegar a Campinas/SP. A pergunta em questão refere-se ao meio de transporte utilizado, conforme ilustrado no Gráfico 2. A maioria dos entrevistados chegou ao município por via aérea, desembarcando nos aeroportos de Guarulhos (São Paulo) e Viracopos (Campinas), o que reforça a posição central da Unicamp nesse processo.

Gráfico 2 – Distribuição do meio de transporte utilizado para chegar no Brasil de entrevistados/as da pesquisa



Fonte: Rôvere (2024).

4 TERRITÓRIOS CIRCULATÓRIOS E A CONSTRUÇÃO DE UMA “BAZ”

No caso do município de Campinas/SP, o Pró-Haiti foi fundamental para estabelecer um fluxo migratório inicial de pioneiros que se estabeleceram em Barão Geraldo, criando, tanto no Brasil quanto no Haiti, um novo espaço de circulação e presença da comunidade haitiana.

Os imigrantes pioneiros, ao se fixarem no município por meio do programa Pró-Haiti, tiveram acesso a diversos recursos e apoio institucional oferecidos pela Universidade, o que garantiu maior segurança durante sua permanência. Esse aparato pode ser descrito como, ingresso aos restaurantes estudantis com preço acessível, acesso a serviços específicos de saúde oferecidos pela própria universidade, aulas de português para estrangeiros, entre outros elementos. Frequentando espaços privilegiados da Universidade e inseridos nesse contexto, os imigrantes haitianos desenvolveram um entendimento das normas sociais locais e consolidaram uma rede de apoio, fortalecendo a imigração para Campinas/SP.

Nesse sentido, ao perceber a criação dessa “baz”, o trabalho se propôs compreender como que esses imigrantes circulam e relacionam com o território de Campinas/SP, através da ocupação desses espaços e da criação de redes sociais, interação que Tarrius (2002) chamou de territórios circulatorios. Para mapear esses territórios circulatorios, foram analisadas as respostas às seguintes perguntas do questionário de pesquisa⁴:

- Qual seu bairro de residência?
- Frequenta alguma organização religiosa? Qual o bairro/município que está localizado?
- Quais são outros bairros, regiões e municípios do entorno que você circula com frequência?
- Qual é o bairro/ município de seu trabalho?

A intenção de fazer essas perguntas era de compreender como se dava a circulação e ocupação dos imigrantes haitianos em Campinas/SP e sua região metropolitana. As respostas a essas perguntas permitiram mapear os territórios circulatorios dos imigrantes, revelando padrões de ocupação e circulação que destacam a centralidade de Barão Geraldo e sua conexão com outros bairros do município de Campinas/SP.

A partir desse mapeamento, foi possível identificar que os territórios circulatorios dos imigrantes se estruturam no espaço intraurbano dos municípios. É na ocupação e circulação pelos bairros da cidade que esses territórios se manifestam, revelando dinâmicas que conectam diferentes áreas da cidade.

Com base nas respostas dos imigrantes haitianos, foram aplicadas técnicas de cartografia para mapear os territórios circulatorios e analisar a distribuição espacial dos entrevistados em Campinas/SP.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

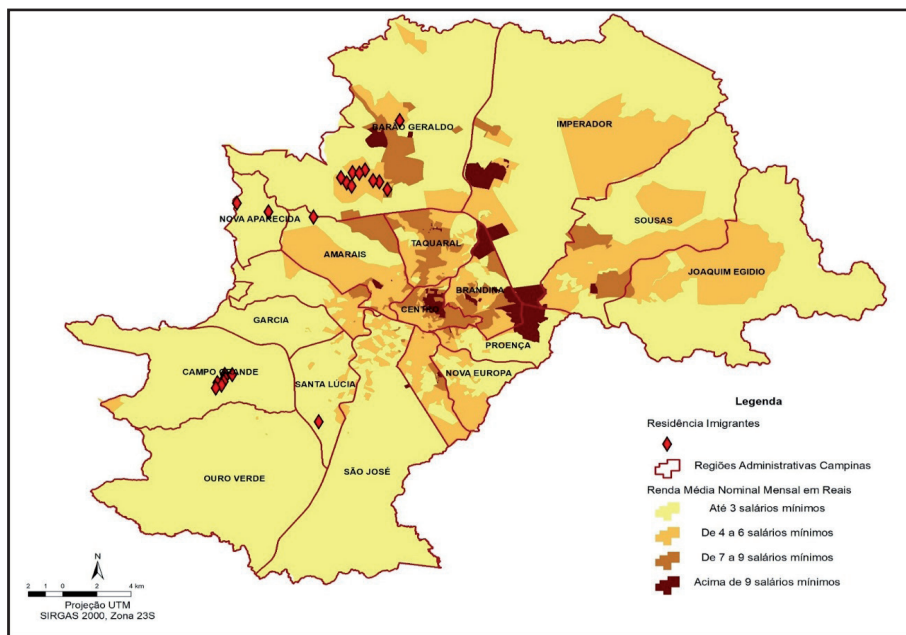
Foram entrevistadas 21 pessoas (4 mulheres e 17 homens), todas residentes em Campinas/SP e com mobilidade concentrada no município. Embora alguns entrevistados tenham mencionado municípios da RMC, como Hortolândia e Paulínia, a mobilidade da maioria se concentra no município de Campinas/SP, seguindo o padrão de circulação entre casa-trabalho-igreja, também descrito por Mathieu e Martinelli (2024).

Ao mapear os bairros de residência dos imigrantes analisamos a presença em duas áreas principais do município de Campinas/SP (Figura 3), uma no distrito de Barão Geraldo, região noroeste de Campinas/SP e a outra, na região de Campo Grande, região sudoeste do município. Essas duas

regiões representam realidades socioeconômicas distintas. Barão Geraldo, distrito desenvolvido, abriga polos tecnológicos e o campus da Unicamp, com custo de vida mais elevado. Já Campo Grande, área periférica, possui menor infraestrutura urbana e custo de vida significativamente mais baixo.

A formação desses dois grupos reflete dois momentos distintos da imigração haitiana para Campinas/SP. O primeiro, vinculado ao programa Pró-Haiti, estabeleceu-se em Barão Geraldo, região de maior desenvolvimento econômico e infraestrutura, enquanto o segundo, com perfil laboral, fixou-se na região do Campo Grande, área periférica com menor acesso a serviços urbanos. Essa divisão espacial evidencia a estratificação socioeconômica da comunidade haitiana no município.

Figura 3 – Mapa de distribuição de renda nominal mensal e residência dos imigrantes haitianos



Fonte: IBGE (2023; 2010), Elaboração Própria.

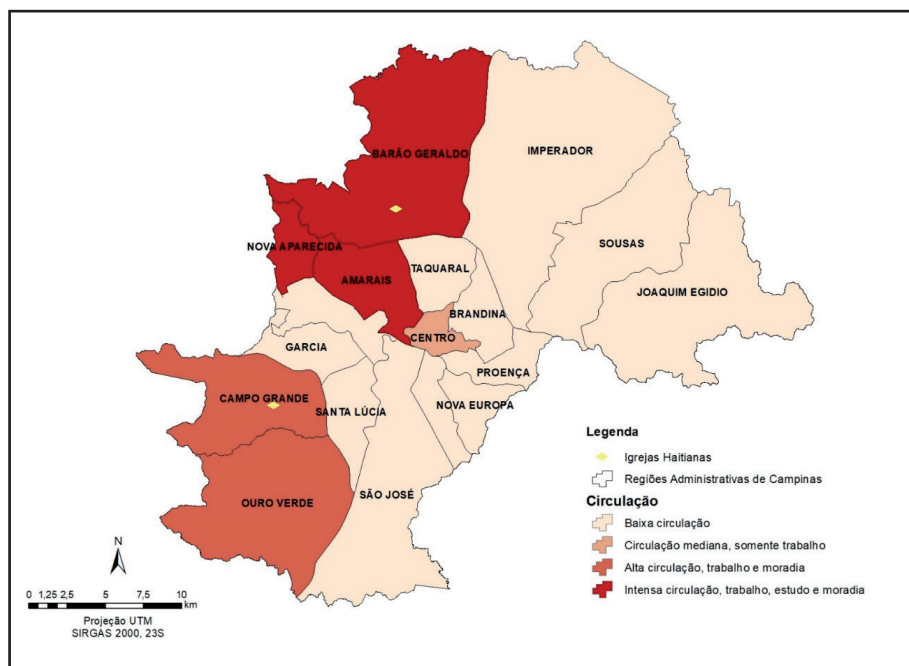
As respostas do questionário possibilitaram a elaboração da cartografia dos territórios circulatorios dos imigrantes haitianos em Campinas/SP (Figura 4), revelando padrões de mobilidade e ocupação do espaço urbano.

O mapa da Figura 4 foi feito baseado na repetição dos bairros para as respostas do questionário de pesquisa. Quanto maior a repetição desses bairros, maior a circulação dos imigrantes nessas regiões. O que podemos

concluir é que os territórios circulatórios de intensa circulação de imigrantes são aqueles bairros em que eles moram, trabalham, estudam e frequentam atividades comunitárias como cultos em igrejas.

Dos 21 entrevistados, 14 residem em Barão Geraldo ou bairros próximos, enquanto 7 moram na região do Campo Grande e Santa Lúcia. Barão Geraldo foi o bairro mais citado em termos de circulação, seguido por Campo Grande e Ouro Verde. Como já mencionado, essa distribuição espacial evidencia a centralidade de Barão Geraldo, impulsionada pela Unicamp e pelo programa Pró-Haiti, enquanto a presença em Campo Grande e Ouro Verde reflete um perfil migratório voltado para o mercado de trabalho.

Figura 4 – Mapa dos Territórios circulatórios dos haitianos e haitianas em Campinas/SP



Fonte: IBGE (2023) e Rôvere (2024)

Essa dinâmica espacial pode ser visualizada no mapa da Figura 4, que destaca, em cores mais escuras, os territórios circulatórios de maior intensidade. O distrito de Barão Geraldo e a região de Campo Grande se sobressaem como polos dessa circulação. A forte presença haitiana em Barão Geraldo está diretamente ligada à Unicamp, seja pelo Programa Pró-Haiti ou pelas redes formadas por imigrantes que passaram pela universidade e

permaneceram na região. Já no Campo Grande, a concentração migratória reflete um perfil distinto, orientado pelo acesso ao mercado de trabalho, especialmente nos setores da construção civil e de serviços.

Vale destacar que, nas duas regiões de maior circulação em Campinas/SP, há igrejas lideradas pelos próprios haitianos, que funcionam como importante espaço de socialização e manifestação cultural da comunidade, o que além da Universidade Estadual de Campinas, pode representar uma “baz”. Essas igrejas são locais de apoio, formando redes informais de trocas de informação, acolhimento e assistência, onde novos migrantes encontram suporte para sua inserção na cidade. Já a Unicamp, desempenhou um papel de referência para a comunidade haitiana, pois através da criação do Programa Pró-Haiti, recebeu os imigrantes haitianos pioneiros inseridos em uma estrutura de serviços, proteção e orientação fornecidos pela própria universidade. Portanto, tanto as igrejas quanto a universidade podem ser compreendidas como “baz”, na medida em que proporcionam condições de suporte e integração.

A criação dessas “baz” e o seu reconhecimento como espaços de sociabilização e troca de conhecimento, leva a construção dos territórios circulatórios, espaços nos quais os imigrantes haitianos mantém conexões constantes tanto com o Haiti, quanto com outras nacionalidades onde há a circulação e presença da imigração haitiana.

Ao relacionar os achados deste estudo com o conceito de territórios circulatórios de Tarrus (2002), observa-se que a mobilidade haitiana em Campinas/SP não se limita à migração linear entre origem e destino, mas se organiza em uma rede dinâmica de interações sociais, econômicas e simbólicas. A presença dos haitianos em diferentes pontos ilustra como a migração transnacional opera por meio da articulação entre múltiplos espaços, reforçada pelo avanço das tecnologias de comunicação e pelo fortalecimento das redes migratórias.

Assim, a criação de territórios circulatórios pelos imigrantes haitianos não apenas reorganiza o espaço urbano local, mas também conecta Campinas/SP a fluxos migratórios transnacionais, alinhando-se ao conceito de Tarrus (2002).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana para Campinas/SP, especialmente para o distrito de Barão Geraldo, reflete processos amplos das migrações Sul-Sul e da reestruturação econômica global. O contexto específico do município, com sua estrutura metropolitana e a presença da Unicamp, teve papel crucial na consolidação dos fluxos migratórios haitianos.

Os resultados indicam a formação de dois grupos distintos de imigrantes haitianos em Campinas/SP: um vinculado à Unicamp e outro ao mercado de trabalho, majoritariamente fixado na região do Campo Grande. Essa diferenciação demonstra como fatores institucionais e econômicos influenciam a configuração espacial das populações migrantes dentro da cidade. Além disso, evidencia que, apesar da dispersão territorial, ambos os grupos compartilham estratégias de apoio mútuo e organização social, muitas vezes estruturadas por meio das “baz”, que funcionam como espaços de acolhimento e referência para a comunidade haitiana.

A cartografia dos territórios circulatórios permitiu identificar os principais espaços de vivência e deslocamento dos haitianos, revelando que suas interações sociais, econômicas e culturais estruturam um circuito próprio dentro do município. A forte presença em determinados bairros, associada ao trinômio casa-trabalho-igreja, reforça a relevância das redes migratórias e do conceito de “baz” na configuração desses territórios.

Importante reforçar que a imigração haitiana está inserida em um contexto complexo e precisa ser avaliada com cuidado. Os achados desde trabalho só se aplicam para o entendimento do grupo de imigrantes entrevistado na pesquisa de campo e não se tem a pretensão de ampliar esses achados para a compreensão de todo o processo migratório haitiano. No entanto, considerando o recorde espacial e temporal da pesquisa percebe-se que os territórios circulatórios são uma importante categoria para analisar a imigração haitiana, sobretudo porque ela está inserida no contexto transnacional. Como esses imigrantes, o tempo todo, desafiam os limites dos Estado-Nação, os territórios circulatórios mostram sua mobilidade dentro dos territórios formais, lócus prático desse processo migratório.

Por fim, compreender a imigração haitiana em Campinas/SP dentro do referencial do transnacionalismo, dos territórios circulatórios e das “baz” amplia a análise das dinâmicas migratórias contemporâneas. Esse olhar permite uma abordagem mais complexa, que considera não apenas os desafios enfrentados pelos imigrantes, mas também suas estratégias de adaptação, resistência e permanência em um novo contexto urbano.

NOTAS

¹ Muitos trabalhos internacionais associam o conceito de “baz” a formação e atuação das gangues em território haitiano no período recente. No entanto, como este trabalho tem um olhar para o destino e não para a origem, assumimos que as “baz”, quando formadas no destino, detêm essa característica de agrupamento social baseada na ajuda mútua e construção de convivência comunitária.

² Criada pela Lei Complementar Estadual n° 870/2000.

³ Comitê de Ética em Pesquisa da Unicamp – CAAE número 59669722.4.0000.8142 aprovado em julho de 2022.

⁴ O questionário de pesquisa completo era composto por 30 perguntas e pode ser consultado na publicação da tese. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1403510?guid=1742237504257&returnUrl=%2fresultado%2flistar%3fguid%3d1742237504257%26quantidadePaginas%3d1%26codigoRegistro%3d1403510%2314-03510&i=2>.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPHONSE, F.; MACEDO, J. R. O programa pró-Haiti nas universidades públicas brasileiras (2011- 2016). **Temáticas**, Campinas, SP, v. 25, n. 49, p. 233-270, 2017.
- BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Migrações Sul-Sul**. 2. ed. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
- BAENINGER, R. Migração transnacional: elementos teóricos para o debate. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. 13-43.
- BAENINGER, R.; PERES, R. Imigração haitiana em São Paulo: perfil e ocupação. In: BAENINGER, R. (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2016. p. 253-263
- BAENINGER, R. Rotatividade migratória no Brasil: entre o local e o global. In: CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE POBLACIÓN, 6., 2014, Lima. **Anais...** [S. l.]: ALAP, 2014. Disponível em: https://files.alapop.org/congreso6/files/pdf/alap_2014_final57.pdf. Acesso em: 17 mar. 2025.
- BAENINGER, R. Espaço e tempo em Campinas: migrantes e a expansão do polo industrial paulista. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 4, n. 5, p. 109-112, 1993. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8647996>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resultado Programa Emergencial Pró-Haiti**. Brasília, DF, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/bolsas/bolsas-e-auxilios-internacionais/informacoes-internacionais/programas-encerrados-internacionais/programa-emergencial-pro-haiti>. Acesso em: 09 mar. 2025.
- COTINGUIBA, G. C.; PIMENTEL-COTINGUIBA, M. L. Uma baz en la Amazonía brasileña: interconexiones migratorias haitianas. In: JOSEPH, H.; AUDEBERT, C. (ed.). **El sistema migratório haitiano em América del Sur: proyectos, movilidades y políticas migratorias**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2022. (Grupos de Trabajo de CLACSO).

- COTINGUIBA, G. C. **Imigração haitiana para o Brasil**: a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014. 154f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais) – Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, 2014.
- DOMENICONI, J. O. S. **Migração internacional qualificada**: trabalhadores do conhecimento em São Paulo no início do século XXI. 2017. 173f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- FABIEN, J. Conflitos armados e mudança a partir dos anos de 1990 até hoje: uma análise crítica da gestão do poder político e do papel das religiões. In: FÓRUM DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, 2., 2015, Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP: UNICAMP/IFCH, 2015.
- FERNANDES, D.; FARIA, A. V. A diáspora haitiana no Brasil: processo de entrada, características e perfil. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2016. p. 95-112.
- GLICK-SCHILLER, N.; BASCH, L.; BLANC, C. Z. Transnationalism: a new analytic framework for understanding migration. **Annals of the New York Academy of Sciences**, New York, NY, v. 645, n. 1, p. 1-24, 1992.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1992.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Malha municipal digital**. Rio de Janeiro, RJ, 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15774-malhas.html>. Acesso em: 01 abr. 2025.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro, RJ, 2020.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.
- MAGALHÃES, L. F. A. **A imigração haitiana em Santa Catarina**: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. 355f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2017.
- MARTINE, G. A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, SP, v. 19, n. 3, p. 3-22, 2005.
- MATHIEU, J.; MARTINELLI, G. M. A participação religiosa como mecanismo de enraizamento de imigrantes haitianos cristãos em São Paulo. **Travessia – Revista do Migrante**, São Paulo, SP, v. 1, n. 101, p. 44-62,

2024. Disponível em: <https://revistatravessia.com.br/travessia/article/view/1429#:~:text=Os%20resultados%20apontam%20que%20a,para%20a%20preserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20identidade>. Acesso em: 5 fev. 2025.
- MAY, T. **Pesquisa social**: questões e métodos e processos. Tradução de: Carlos Alberto Silveira Netto Soares. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.
- NEIBURG, F. Foucault em chave etnográfica: o governo dos guetos de Porto Príncipe. **Análise Social**, Lisboa, v. 49, n. 212, p. 742-747, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43152842>. Acesso em: 28 mar. 2025.
- RÔVERE, S. D. **Migrações haitianas**: presença e vivência em Campinas/SP. 2024. 154 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2024.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 22. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2012.
- SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.
- SASSEN, S. **The global city**: New York, London, Tokyo. New Jersey, NJ: Princeton University Press, 2001.
- SILVEIRA, M. L. Globalização, funcionamento técnico e funcionamento político na rede urbana argentina e nordpatagônica. SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A.; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo, SP: Hucitec, 2002. p. 125-140.
- TARRIUS, A. **La mondialisation par le bas**: les nouveaux nômades de l'économie souterraine. Paris: Éditions Balland, 2002.
- TARRIUS, A. Territoires circulatoires et espaces urbains: différenciations des groupes migrants. **Les Annales de la Recherche Urbaine**, Paris, n. 59-60, p. 51-60, 1993. <https://doi.org/10.3406/aru.1993.1727>.
- THOMAZ, O. R.; SEBASTIÃO, N. Fronteira social e fronteira de serviço. **Estadão, São Paulo**, SP, 28/01/2012.
- VILLEN, P. Periféricos na periferia. In: BAENINGER, R. *et al.* (org.). **Imigração haitiana no Brasil**. São Paulo, SP: Paco Editorial, 2016. p. 45-64.

RESUMO

O presente trabalho é resultado da pesquisa de doutorado defendida em 2014. Nele, discute-se a distribuição espacial da imigração haitiana no município de Campinas/SP por meio dos conceitos de baz e territórios circulatorios, que ajudam a compreender a fluidez desses imigrantes no espaço urbano, bem como suas estratégias de socialização e permanência. A metodologia incluiu a aplicação de questionários semiestruturados e a cartografia dos espaços de maior circulação dos imigrantes haitianos na cidade. Os resultados mostram que esses imigrantes desenvolveram estratégias de permanência, proteção e ajuda mútua por meio da criação das baz, representadas, nesse caso, pela presença de igrejas e pela própria Universidade Estadual de Campinas. A contribuição deste trabalho está na compreensão da imigração haitiana no município de Campinas/SP e de suas formas de circulação no espaço urbano.

Palavras-chave: Imigração haitiana; Campinas, SP; Baz; Territórios circulatorios.

ABSTRACT

This paper is the result of doctoral research defended in 2014. It discusses the spatial distribution of Haitian immigration in the municipality of Campinas/SP through the concepts of baz and circulatory territories, which help to understand the fluidity of these immigrants in the urban space, as well as their socialization and permanence strategies. The methodology included the use of semi-structured questionnaires and the mapping of the spaces where Haitian immigrants circulate most in the city. The results show that these immigrants have developed strategies of permanence, protection and mutual aid through the creation of baz, represented in this case by the presence of churches and the State University of Campinas itself. The contribution of this work lies in understanding Haitian immigration in the municipality of Campinas/SP and its forms of circulation in the urban space.

Keywords: Haitian immigration; Campinas, SP; Baz; Circulatory territories.

Políticas públicas na educação básica e o contexto migratório: espectro da naturalização da violência nas relações escolares

Public policies in basic education and the migratory context: the spectrum of the naturalization of violence in school relations

*Fátima Regina Burlamaqui Lima**
*Julyana Sueme Winkler Oshiro Galindo***

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos globais envolvendo guerras estimuladas e que se inscrevem num movimento de novos arranjos geopolíticos, onde o mundo bipolar não tem mais lugar e espaço, vêm promovendo um crescente aumento nas atitudes xenofóbicas de alguns países; remetendo a situações de insegurança humanitária, vulnerabilidades e desigualdade social, fatos que estimulam saídas possíveis envolvendo o deslocamento forçado.

Também se pode incluir neste cenário os eventos climáticos extremos que estão gerando problemas de moradia e de saneamento básico, que também são motivadores da migração. Pessoas nestas condições tornam-se refugiados do clima. A pesquisa denominada “Groundswell”, publicada em 2021 pelo Banco Mundial, indica que 216 milhões de pessoas poderão ser forçadas a se deslocar de seus países até 2050 em função de eventos climáticos extremos. (Revista ARCO, 2023).

* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco.

** Doutora em Educação/ UFMS; psicóloga e mestra em psicologia/ UFMS; Docente Efetiva do curso de graduação em psicologia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul/UEMS; Líder do grupo de pesquisa Eduforp/CNPq; Orientadora de pesquisas de iniciação científica com os estudantes da Rede Básica de Ensino PICTEC/Fundect.

O Brasil presidiu e sediou a reunião do G20, grupo de países criado em 1999, com o objetivo de promover a cooperação internacional; o encontro se coloca como um dos eventos mundiais mais importantes vinculado às demandas do capital. A diplomacia brasileira construiu consenso para incluir na declaração final a tributação dos mais ricos, que seria destinada para o abastecimento de recursos necessários para a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza. (Jornal da USP, 2024).

Ainda segundo informações do referido jornal, também se apresentou como relevante na reunião do G20, o tema do combate às mudanças climáticas, assim como os conflitos internacionais, como a guerra na Ucrânia e a crise em Gaza, acordando a defesa de soluções pacíficas e condenação dupla do uso da força e violações da soberania.

Concomitante ao encontro realizado no Brasil, ocorreu em Baku (Azerbaijão) a COP29, cujo resultado polêmico inclui uma nova meta de financiamento climático de US\$ 300 bilhões por ano até 2035; esta cifra foi considerada um “insulto” e se apresentava distante dos US\$ 1,3 trilhão reivindicados pelos países em desenvolvimento para fazer frente à crise climática, sendo caracterizada como uma “flagrante violação da justiça climática”. (ECO, 2024).

Os aspectos que envolvem a crise do clima apontadas no encontro em Baku, revelam as circunstâncias econômicas que impedem que decisões de financiamento reivindicadas por países em desenvolvimento, se coloquem como prioridades, já que tais decisões bloqueiam a possibilidade de que fatos como a seca, o desmatamento e as inundações, oriundas da ação do homem, sejam devidamente tratadas, pois estas também implicam em migrações e sofrimentos humanos.

A moldura em que se insere o processo migratório no Brasil e no mundo se desenha e se colore com as linhas e as tintas da pobreza, dos conflitos bélicos e das crises climáticas cujas raízes se encontram em um mesmo eixo: o capital. Os compromissos oriundos da reunião dos G20, destacando principalmente a aliança global contra a fome e a pobreza, já seriam um primeiro passo para a mitigação de situações sofridas por famílias em deslocamento forçado, permitindo que possam construir suas vidas em seus territórios e em suas redes de convivência culturais e afetivas.

O processo migratório se constitui num movimento de caráter marcadamente vinculado às questões políticas e econômicas que envolvem as desigualdades sociais e a busca por melhores condições de vida e de trabalho. Portanto, tal processo se relaciona aos aspectos concretos da realidade de reprodução da vida e da história, não sendo um fenômeno abstrato que ocorre desvinculado da totalidade da existência. Desta forma, pode-se considerar a seguinte contribuição:

Reputamos por essencial, para compreender devidamente a questão da migração e do refúgio, levar em conta a conjuntura histórica da sociedade em que vivemos. A cotidianidade e todos os fenômenos sociais possuem determinações particulares que se relacionam com a totalidade de uma dada sociedade, com o modo que se trabalha, com as classes sociais em conflito, com o modo de produção da vida material, com a situação econômica etc. (FARO JUNIOR e BELENZZANI, 2024, p. 48).

Quando comparado aos anos anteriores, a edição atual do Relatório Mundial da Migração (OIM, 2024) revela mudanças importantes na migração nos últimos dois anos, com grandes eventos de migração e deslocamento que causaram dificuldades, traumas e perdas em função de conflitos, terremotos, desastres climáticos e meteorológicos. Incluindo, por outro lado, deslocamentos relacionados a violências, violação de direitos, desigualdades socioeconômicas, discriminações, xenofobia, entre outros.

Ainda tratando dos dados do referido Relatório, há um número expressivo de 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo, com recorde de pessoas deslocadas na cifra de 117 milhões ao final de 2022. São 135 milhões de mulheres migrantes internacionais, indicativo de um percentual de 3,5% da população feminina mundial e 146 milhões de homens migrantes internacionais ou 3,7% na população do mundo (OIM, 2024). Se em 1970, a população migrante internacional era de 84 milhões de pessoas ou 2,3% da população mundial, atualmente os dados apontam para um patamar de 281 milhões de migrantes internacionais, o que significa um salto de aproximadamente 200 milhões de pessoas em pouco menos de 55 anos.

Assim, a relevância da temática e da construção de políticas públicas que envolvam as migrações, são pautas que deveriam fazer parte das esferas federais, estaduais e municipais, considerando que a atual Lei da Migração, dispõe, entre outras providências, de medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária. A implantação e implementação de tais políticas deveria ser preocupação de estados como Mato Grosso do Sul, em função de suas fronteiras e do significativo movimento migratório, principalmente oriundo da Venezuela.

O espaço da escola se perpetuou e se perpetua como produtor de conhecimento, socialização e inclusão social, porém, ao se analisar dialeticamente este cenário educacional de caráter formal, verificam-se as contradições oriundas do interior da sociedade onde se insere, já que o

processo de inclusão social não vem se apresentando no cotidiano escolar, já que a diferença/diversidade ainda se traduz como impedimento para que algumas pessoas nestas condições sejam efetivamente acolhidas na instituição de ensino.

Institucionalmente, o que preconiza o artigo 205 da Constituição Federal de 1988, é que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, e deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, com o objetivo do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ainda recomenda que o ambiente escolar deve ser saudável, seguro e acolhedor.

Em se tratando de políticas de acolhimento no espaço escolar, no estado de Mato Grosso do Sul o que se verifica são iniciativas governamentais que garantem a matrícula de pessoas migrantes e refugiadas na escola, independentemente de estarem ou não com a documentação em mãos, (Campo Grande News, 2024). Neste sentido, pode-se dizer que é um primeiro movimento de garantia de direito, todavia na perspectiva da recomendação da referida lei acima citada, há que se pensar na construção de políticas de boas práticas que possam efetivamente promover um espaço acolhedor e sobretudo seguro para todas as crianças e adolescentes e, principalmente para as que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Dados disponíveis no Painel de Interiorização (BRASIL, 2024), indicam que, desde abril de 2018 até julho de 2024, mais de 137 mil pessoas foram interiorizadas. O estado de Mato Grosso do Sul se encontra em quinto lugar entre os estados que mais acolheram migrantes e refugiados interiorizados, com mais de 7 mil venezuelanos, sendo as cidades de Dourados e Campo Grande os principais destinos dessa migração.

Em se tratando das migrações que se apresentam no estado de Mato Grosso do Sul,¹ são os venezuelanos que se apresentam em maior número. Estes deslocamentos oriundos da Venezuela vêm ocorrendo, em grande medida, em função do estrangulamento financeiro e comercial imposto pelas sanções estadunidenses ao país.

As análises e perspectivas que indicam uma relação entre migrações e sanções econômicas sugerem que “el bloqueo explica la mayor parte de la crisis económica que afecta al país, que ha sido el principal causante de las migraciones” (CELAG, 2019, p. 01).

Independente das origens político-econômicas que marcam o quadro venezuelano, o fato é que pessoas migrantes que adentram o território brasileiro, são portadoras de direitos que devem ser garantidos e, portanto, as ações institucionais precisam caminhar em direção da construção de políticas públicas para que tais garantias ocorram em todas as dimensões.

2 OS IMPACTOS DO ASSÉDIO MORAL NA FORMA DA VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA NAS RELAÇÕES ESCOLARES

A inclusão das diversidades, sejam elas de caráter psicopatológico, de classe, raça, gênero e, mais recentemente, da população migrante e refugiada, que se faz presente nas escolas, se caracteriza pelas barreiras atitudinais que dificultam o processo de acolhimento, pertencimento e inclusão, indicando a necessidade de se construir boas práticas que impliquem na implantação e implementação de política pública que promova a inclusão de todos.

Estas dificuldades envolvem relações de violência psicológica, muitas vezes naturalizadas no ambiente escolar, como apelidos difamadores, brincadeiras inapropriadas que refletem o preconceito de classe, gênero e origem, assim como de violações de direitos como o que se verifica nas provas de classificação de nível de conhecimento, realizada em português pelas escolas, para crianças e adolescentes migrantes e refugiadas, onde não há presença de um tradutor.

Conforme Vygotsky (1991), a linguagem não é um fenômeno natural e inato, mas está revestida pelas determinações histórico-sociais; acrescenta-se a esta categoria da linguagem o poder de violar direitos no ambiente escolar, quando a palavra é empregada para assediar e constranger crianças e adolescentes.

A tese de doutorado de Galindo (2024), utilizou como método a pesquisa documental, realizando análise dos cadernos de ocorrências das turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola estadual no município de Campo Grande-MS. A autora revela o caráter policial envolvido na prática educacional em que as escolas utilizam o registro de ocorrências para identificar padrões de comportamento, prevenir conflitos e aplicar o regimento interno, atividade similar a abordagem vigilante e investigativa de monitoramento de padrões de criminalidade para posterior providência de medidas preventivas usadas pelo sistema de segurança pública.

Dialogando e concordando com a autora, as relações da escola com o diferente, o diverso, o migrante, indicam que

(...)O racismo, em particular, assume um papel significativo nesse contexto, pois eleva o potencial de crueldade ao subjugar o negro, o indígena ou o asiático pela sua cor, historicamente classificados como “raças” inferiores. Em um sistema capitalista cruel, esses grupos não apenas são tratados como objetos estereotipados, mas também são manipulados até o esvaziamento psíquico, perdendo sua individualidade e dignidade. (GALINDO, 2014, p. 103).

Ainda no que se refere à tese de Galindo, o contexto da violência e o assédio moral na escola, podem ocorrer na forma de humor sarcástico, lembrando que “(...) O humor nazista frequentemente se baseava em estereótipos e caricaturas de grupos considerados inferiores, como judeus, ciganos, homossexuais e pessoas com deficiência, retratando-os de forma degradante e desumanizante”. (GALINDO, 2024, p.76).

Brincadeiras e apelidos abusivos são presenças frequentes na sociedade e, evidentemente nas unidades escolares. Porém no âmbito do aprendizado entre os muros da escola, espera-se que tais atitudes de constrangimentos, sejam observadas e consideradas inadequadas, já que esse espaço deveria envolver, portanto, aspectos da apropriação formal do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades sociais, como o respeito e a ética na convivência humana.

Para Galindo (2024), as punições severas se incluem no âmbito da escola, dificultando procedimentos de apoio e de expressão de criatividade:

Políticas de disciplina rigorosas são outra manifestação dessa violência no ambiente escolar. Regras que impõem punições severas por infrações menores, como atrasos, uniformes inadequados ou comportamento considerado inadequado, reforçam a conformidade e a obediência através do medo de represálias. Tais políticas, embora concebidas para manter a ordem, podem ser percebidas como injustas ou excessivamente punitivas. Elas podem criar um ambiente onde o foco está mais na punição do que no apoio e desenvolvimento dos estudantes, limitando a expressão individual e a criatividade. (GALINDO 2024, p. 82.).

Segundo a referida autora, ocasiões em que a escola promove a seleção de alunos pelo critério do desempenho acadêmico ou a alocação desigual de recursos reforça hierarquias existentes e marginaliza determinados grupos de estudantes. Tais práticas não apenas mantêm, como também legitimam estruturas desiguais dentro do sistema educacional, exacerbando as disparidades sociais e econômicas.

Afirma ainda que, “métodos de ensino e disciplina que incluem gritos, humilhação pública ou outras formas de coerção psicológica são justificadas como necessárias para manter a disciplina na sala de aula.” (GALINDO, 2024, p. 82), podendo gerar um ambiente hostil que interfere no desenvolvimento do processo de ensino e aprendizado.

Circunstâncias como as citadas remetem ao quadro que se caracteriza como a normalização da violência. Neste contexto de humilhações públicas perpetradas aos gritos por gestores, coordenadores e professores passam

a ser a justificativa para naturalizar atitudes que não são percebidas como assédio, já que fazem parte do esperado convívio em situações de relações assimétricas. Em tais relações o aluno/preto/pobre/migrante ou com alguma deficiência, ocupa o lugar do não saber, aí incluído o não-saber formal, o comportamental, o moral, entre outros.

Conforme o relatório produzido pelo GT Trabalho de Especialistas em Violência nas Escolas (2023), as medidas de enfrentamento e melhoria da convivência e do ambiente de acolhimento nas instituições educacionais, envolvem a garantia de boa infraestrutura física e espaços de diálogo e de movimentos de inclusão, com ênfase na gestão democrática e cidadã que possibilitam a resolução de conflitos.

Tais medidas de enfrentamento sugerem que os espaços de convivência, o ambiente de acolhimento e a infraestrutura da escola, juntamente com a gestão democrática podem favorecer as relações de respeito e inclusão, possibilitando a desconstrução da normalização do caráter inconveniente e imoral do constrangimento psicológico.

Se os espaços de convivência dificultam as possibilidades de haver um intercâmbio relacional e de respeito às diferenças entre pares da mesma origem territorial, o que dizer de crianças e adolescentes de outros países que já encaram as dificuldades da língua e dos costumes culturais? São essas condições de processos inclusivos que necessitam ser garantidos através de incentivo governamental às boas práticas que oportunizem a convivência democrática e a permanência dessa população migrante infantojuvenil no espaço escolar.

O cenário psicossocial, cultural e histórico de cada espaço escolar se constrói nas redes relacionais que envolvem todos os atores, com suas particularidades e desejos, crenças e valores, abordagem educacional, tendência política, compreensão de sujeito que irão permear as atitudes e interações de cada escola.

3 BOAS PRÁTICAS E CONTRIBUIÇÕES PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Almeida (2017), o processo migratório não se restringe à dimensão legal e política. Tal processo também engloba a subjetividade das experiências vividas pelos migrantes, que se manifestam nas práticas sociais e culturais durante o trânsito e a permanência nos países de acolhimento. É deste ponto de vista que se compreende a temática da migração, em que crianças e adolescentes são protagonistas de suas histórias de afetos e de

aprendizagem. Isso requer ferramentas metodológicas de pesquisa que permitam transitar e caminhar com elas para além da escuta, possibilitando o desvelar de violações de direitos no âmbito da escola, por meio do incentivo a construção e implantação de políticas públicas que assegurem o acolhimento e a inclusão desta população, bem como de todas e todos, considerando as suas diversidades.

As relações entre pesquisador e sujeito da pesquisa em psicologia apresentam um contexto de subjetividade/objetividade que devem ser pensados a partir dessas categorias. Visto de outra forma, a presença da vida do sujeito investigado, assim como a do pesquisador fazem parte dessa rede de afetos que ora se apresenta, configurando-se como um recorte singular a ser observado e analisado sob a ótica do referido pesquisador, sem a frieza da pesquisa positivista.

Ao definir a pesquisa participante como procedimento metodológico no campo da psicologia, há que se considerar e possibilitar o enquadramento da relação investigativa no sentido de garantir o papel do pesquisador/participante na realização dos inquéritos ou outras propostas participativas sem que ocorram direcionamentos e persuasões quanto às respostas esperadas. Dito de outra forma, o pesquisador não pode incorrer no erro de sugerir respostas, ou mesmo de se posicionar como julgador, indicando o que seria uma resposta *correta* ou *esperada*, já que, no contexto da pesquisa participante, não há perguntas dirigidas ou semiestruturadas, exigindo assim uma preparação prévia quanto aos objetivos da pesquisa e suas características procedimentais.

Quando se propõe uma compreensão do ser construído a partir da práxis social, conforme os princípios materialista e dialético, se pretende marcar um posicionamento orientador que se fundamenta nas bases concretas e implicadas socialmente na constituição do sujeito. Verifica-se, neste aspecto, que a abordagem da escola e demais atores envolvidos na prática educativa, ora pendem para uma vertente universalista/idealista do ser, ora para uma lógica desenvolvimentista/evolucionista em cujo formato não caberiam as condições sociais e concretas de existência.

Desse modo, na imensa maioria das abordagens idealistas dessas questões, a especificidade do ser social desaparece por completo; é construída, artificialmente, uma esfera desprovida de raízes do dever-ser (do valor), que em seguida é posta em confronto com um - presumido - ser meramente natural do homem, embora este último, do ponto de vista ontológico objetivo, seja tão social como a primeira. (LUKÁCS, 2013, p. 100).

Afirma Lukács (2013) que, assim como ocorreu a práxis social na forma do trabalho como marco da hominização do sujeito, também com a linguagem ocorreu um salto do ser natural para o social; num processo lento, em que permanecerão desconhecidos para sempre, ao passo que, com a ajuda do desenvolvimento das ferramentas, considerando certos limites, pode-se estudar em seu conjunto, a orientação do desenvolvimento.

A orientação e fundamentação epistemológica da psicologia sócio-histórica que se traduz na sustentação à compreensão do sujeito, parte do real, do enredo cultural, concreto e histórico de sua vida, incluindo a linguagem e os outros códigos presentes na sociedade. Estes elementos são implicados na constituição de seu desenvolvimento, evidentemente considerando os elementos biológicos que o sustentam.

Retomando a questão inicial da atuação do profissional da psicologia na escola e as políticas públicas, as referências técnicas (CREPOP, 2019) propõem uma revisão nas bases epistemológicas que possibilitem rever o caráter adaptacionista da atuação desse profissional na educação, já que esta lógica pouco avança na melhoria da educação, em especial à escolarização de crianças oriundas das classes populares.

Segundo o referido referencial, elaborado pelo Conselho Federal de Psicologia, CFP(2019), cabe à/ao psicóloga(o) escolar e educacional participar da construção de um projeto educacional que tenha como propósito coletivizar práticas de formação e de qualidade para todos; que lute pela valorização do trabalho do professor e construa relações escolares democráticas que enfrentem os processos de medicalização, patologização e judicialização da vida de educadores e estudantes; que lute por políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento de todos e todas, trabalhando na direção da superação dos processos de exclusão e estigmatização social.

Observa-se que tais referências apontam para uma lógica coletiva no enfrentamento das dificuldades do ambiente educacional, redefinindo as orientações psicopedagógicas e possibilitando redesenhar, juntamente com a escola, as demandas medicalizantes com o propósito de ampliar a compreensão do processo de ensino e aprendizagem, assim como de interpretações morais que inviabilizam a aproximação concreta e destituída de julgamentos da problemática do aluno e de sua família.

Assim, frases simplistas para explicar condições econômicas precárias de existência humana, muitas vezes são aprisionadas em definições como “família desestruturada” para definir aquele aluno oriundo da classe trabalhadora que frequenta a escola pública, com problema de aprendizagem.

As condições concretas e históricas da construção da educação engendram os aspectos objetivos da constituição do movimento das lutas de classe, sendo que o cenário da escola é atravessado por elaborações mecanicistas, liberais e, muitas vezes preconceituosas, possibilitando o

desenvolvimento de crenças que impedem a possibilidade de compreensão e possíveis soluções da complexidade que envolve a apropriação do conhecimento. Desta forma, dialoga-se com as análises dos referenciais:

(...)As narrativas podem tomar força, deslocando dos casos problemas às histórias de vida. Porém, a lógica médica que nos atravessa vem delimitando papéis e funções na efetivação de medidas para as velhas urgências e, que bloqueiam o pensamento, pois requer outro tempo de ação. O que vemos no campo de trabalho na atualidade é que, diante das urgências e da falta de tempo para conversar, as cenas se repetem e a rotina tem sido passar o problema adiante (encaminhamento), culpabilizar (a si próprio, às crianças, aos familiares, ao sistema), lamentar-se (sofrer, adoecer, licenciar-se). Quando a potência de interferir é fragilizada traz como efeito a perda do sentido das práticas e a pouca implicação com o processo de trabalho. (CREPOP, 2019, p.40).

Ainda considerando os referenciais técnicos elaborado pelo conselho de psicologia, a escola se constitui no espaço concreto da história, da política, da economia, inserida em um território existencial em que a diversidade de vínculos e de ações requerem habilidades e embasamento teórico por parte da(o) psicóloga(o). Assim, vale ressaltar:

Entrar em interlocução com aqueles com quem vamos trabalhar é um desafio a novos arranjos, sejam eles com especialistas e professores, sejam com as crianças e familiares, que possam movimentar a escola no sentido de promover o desenvolvimento de todos os envolvidos no trabalho pedagógico. Se nos aproximamos de uma escola para dar solução aos problemas, se aceitamos tal lugar, entramos na trama que amarra o cotidiano nas questões postas. Reduzimos a atenção, a sensibilidade e os ensaios para a criação de um campo argumentativo, território de experimentação de outros possíveis e circulamos no estabelecido que levou à constituição dos impasses. (CREPOP, 2019, p.36).

O caminho percorrido pela psicologia no interior das escolas ainda reflete as abordagens classificatórias e psicologizantes em cujas demandas se apoiam os demais profissionais da educação quando convocam a(o) psicóloga/o para juntos definirem o encaminhamento para atendimentos

especializados, prévia e profeticamente, daquele aluno com algum tipo de problema de aprendizagem ou comportamento. Tal profecia reflete as atitudes e rituais que a escola vem perpetuando, em muitos casos, com o aval do profissional da psicologia.

Em se tratando de políticas públicas na área educacional vale registrar a dimensão da educação incluída nas “10 Dimensões da Governança Migratória” (MIGRACIDADES, 2023) documento elaborado em plataforma desenvolvida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2021), a proposta relacionada à educação leva em conta a existência de medidas que facilitem o acesso e a integração dos migrantes ao sistema de educação. Fato que marca posição, apontando que o acesso à educação não se resume à efetivação da matrícula.

As dimensões de governança também se referem ao ponto de vista organizacional que requer o devido acolhimento como requisito na garantia do aprendizado e da permanência dos estudantes migrantes nas escolas, sendo que a manutenção de tais garantias cabe à comunidade escolar, considerando ainda, a importância da convivência entre diferentes culturas, idiomas e experiências de vida como fatores de enriquecimento no espaço educacional.

Vale ressaltar, com base nos dados da referida plataforma, a presença de cidades certificadas com o selo MigraCidade, que vêm desenvolvendo boas práticas como Ananindeua no Pará que propõe atividades em contraturno, com a organização de classes multietárias, oferecidas por escolas municipais localizadas próximo a área em que residem indígenas migrantes e refugiados Warao; Araguaína, no Tocantins, que realiza contratação de venezuelanos como monitores nas escolas, auxiliando migrantes e professores no processo de integração, sendo responsáveis por acompanhar e desenvolver atividades cotidianas com os estudantes em português, espanhol e Warao.

Já Corumbá, no Mato Grosso do Sul, elaborou um catálogo com o objetivo de fomentar a integração entre os dois países no ambiente escolar, proporcionando o contato dos professores e alunos com as literaturas brasileira e boliviana: “Catálogo Literário na Fronteira Brasil-Bolívia.”

Em Curitiba, no Paraná, o Fórum Permanente de Educação em Direitos Humanos desenvolve a formação para profissionais da área da educação que inclui também estudantes migrantes; em Erechim, no Rio Grande do Sul, ocorre a oferta de curso preparatório para a prova do Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM), com encontros semanais com a participação de 20 estudantes migrantes.

A cidade de Guarulhos, no interior de São Paulo, onde se encontra o Aeroporto Internacional de Guarulhos/Governador André Franco Montoro, palco de sérias violações de direitos de migrantes e refugiados, oferece um curso intitulado Migração e Inclusão Educacional.

Observa-se em experiências de boas práticas relacionadas ao acolhimento de famílias migrantes e refugiadas, um movimento que já vislumbra uma abordagem de garantias de direitos e da promoção de ações de inclusão desta população. Todavia, ainda que se constate que, em estados como o Mato Grosso do Sul, mesmo com a certificação do Selo MigraCidade, projeto cuja parceria vincula-se a OIM (Organização Internacional para as Migrações) e que faz parte do Sistema das Nações Unidas e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, a garantia institucional à matrícula não implica na construção de políticas públicas de acolhimento e respeito à cultura, língua, gastronomia, e demais elementos que constituem a história de um povo.

4 RESULTADOS E CONCLUSÕES

Os resultados parciais da pesquisa de campo, cuja metodologia implica em rodas de conversa temática, desenhos/recortes e colagem com crianças e adolescentes com idade entre 6 e 13 anos, indicam projeções de sentimento de territorialidade e processos de transição de pertencimento ao país que por ora lhes servem de abrigo e acolhimento.

Observa-se, entre tais construções lúdicas das rodas, em que solicitou-se a construção de um painel de desenho e colagem com temas: casa e escola, a necessidade das crianças e adolescentes migrantes de situar as condições de deslocamento que vivenciaram, onde a marcação territorial é simbolizada com a presença do desenho das bandeiras da Venezuela e Brasil, elaboradas por uma criança de 6 anos, marcando e sinalizando essa transição de pertencimento territorial com um círculo, incluindo as duas bandeiras. Para melhor compreensão, descrevemos o desenho das duas pequenas bandeiras, indicadas por duas setas azuis, que estão envolvidas por uma tênue linha de lápis colorido.

A criança que registra tais referências territoriais e a ligação entre as bandeiras (Figura 1), se encontra com outros familiares na cidade Campo Grande-MS, o que sugere que o fato de conviver com familiares se apresenta como condicionante positivo para a permanência menos traumática em um outro país, embora mencione que sente saudades de seu país de origem.

Figura 1 - Registro de atividades de alunos migrantes/Projeto Nova Transforma



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Em diálogo com a presidente do projeto Conexión, um dos ramos de atuação do Projeto Nova Transforma, organização social em que fora realizada a pesquisa de campo, a mesma cita que familiares migrantes relataram situações em que se verificam sinais de constrangimentos xenofóbicos na escola em relação ao tipo de lanche que crianças venezuelanas levavam, cujo odor era criticado pelos demais alunos brasileiros.

O projeto Conexión está vinculado à FUNASPH, (Fundação de Assistência à Pessoa Humana) e apresenta como finalidade o acolhimento aos migrantes, refugiados e apátridas que se encontram em extrema vulnerabilidade, assim como oferece a orientação aos serviços da assistência social e demais órgãos que promovam a inclusão desta população na cidade de Campo Grande-MS.

No Projeto Nova/Transforma também são realizados atendimentos odontológicos e psicológicos às famílias migrantes, refugiadas e apátridas. Em tais ocasiões há a oportunidade de realização de diálogos em que há denúncias e relatos que envolvem situações de constrangimento e assédio psicológico no ambiente escolar.

Em um dos diálogos com uma mãe migrante, cujo filho apresenta dificuldades de linguagem e suspeita de Transtorno do Espectro Autista (TEA), foi revelado que este sofreu castigo pela professora que não lhe permitiu sair para ir ao banheiro enquanto não dissesse a palavra banheiro.

Tal fato levou a mãe a fazer queixa à coordenação que também não se colocou à disposição para tratar do problema com a professora. Em outras ocasiões, a mãe relata a perseguição do filho pela professora, que, em situações de brigas em sala, sempre pune o mesmo, desconsiderando os outros alunos envolvidos.

A referida mãe também relata que o filho gostava da escola e da professora anterior, a partir deste ano de 2024, com a postura abusiva da então nova professora, o mesmo não mais se interessou em voltar para a unidade escolar.

Vale relatar o caso de três adolescentes, que também fazem parte do projeto de pesquisa, cuja idade se encontra entre 12 e 13 anos, em que desenvolveram atividades de arte e roda de conversa que envolvia a pintura de cores diferentes de acordo com as emoções que sentiam em determinados espaços como a escola, a casa e o projeto.

Elas pintam então de cores que remetem a alegria e satisfação os momentos em que se encontram no projeto Nova Transforma, onde brincam e realizam atividades; explicam também que se sentem felizes neste espaço, pois podem conversar e falar sobre seus medos, tristezas e vergonha. Estas últimas emoções ocorrem quando estão na escola, elas explicam, que sentem dificuldades de se comunicarem com colegas e professores, em função da língua que ainda não dominam, preferindo se manter em silêncio e sem se relacionarem com outros alunos. Assim, afirmam que vão para a escola só para estudar.

Observa-se que, considerando a experiência pessoal destas três adolescentes migrantes, o período em que permanecem na instituição escolar, parece não estar sendo um momento de construção de relações interpessoais que favoreçam o acolhimento e a percepção de pertencimento ao grupo, fato que pode interferir no processo de aprendizagem já que o espaço coletivo de convivência da escola se constitui na construção de experiências e condutas psicossociais e éticas necessárias para a coexistência humana.

Considerando os depoimentos e experiências acima descritos, pode-se inferir que os processos de constrangimentos e falta de acolhimento revelados no ambiente escolar indicam a necessidade de se construir políticas públicas que proponham instrumentos que favoreçam a inclusão de crianças e adolescentes migrantes de forma que lhes sejam garantidas uma convivência afetuosa e de respeito às diferenças para que a permanência seja de fato uma realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto e as condições reais da inserção dos filhos de famílias migrantes na escola, particularmente no município de Campo Grande-MS, conforme relatos de pais e alunos participantes desta pesquisa em andamento, vêm ocorrendo sem nenhuma política pública que diminua os impactos resultantes das demandas oriundas das diferenças culturais e linguísticas, entre outros fatores implicados na migração.

Desta forma, embora haja a garantia de matrícula para migrantes e refugiados, estes enfrentam situações que podem comprometer o processo de aprendizagem, além de prejudicar o desenvolvimento psicossocial.

Considerando os impactos e vulnerabilidades na vivência migratória dessas crianças, se faz prioritária a formulação de políticas públicas que possam fazer o enfrentamento, no cotidiano da rede de atendimento e proteção à violação de direitos.

Um desses pontos foi apontado pela Conferência Livre Nacional (COMIGRAR-MDHC, 2024), direcionada à esfera federal. Durante a Conferência, houve o destaque relacionado às diretrizes propositivas de garantia e promoção do acesso e permanência de migrantes, refugiados e apátridas no sistema público educacional, prevendo a formação continuada de professores e outros profissionais da área, a transversalização de temáticas nos currículos e materiais escolares, e o ensino bilíngue.

Brincadeiras e humor baseados em piadas de relações interpessoais ingênuas e infantis, repetidamente utilizadas, não podem ser consideradas como práticas “normais”. Ao ignorar tal premissa no espaço escolar, a convivência coletiva se afasta das relações saudáveis e de construção da cidadania e do respeito às diversidades. Tais práticas, portanto, podem configurar assédio moral e promoverem impactos e desdobramentos psicossociais de sofrimento. Elas não podem ser banalizadas em detrimento de uma escola inclusiva, intercultural e formadora de cidadãs e cidadãos compromissadas/os com a promoção e a defesa incondicionais dos direitos da pessoa humana, independentemente de etnia, classe social, gênero, credo e nacionalidade.

Defende-se que o espaço escolar não pode manter uma convivência saudável sem que considere que brincadeiras e humor abusivos baseados em piadas normalizadas como práticas de relações interpessoais ingênuas e infantis, sejam repetidamente utilizadas sem que sejam consideradas assédio moral e que promovem impactos e desdobramentos psicossociais sérios não podendo ser banalizados.

Quando se promove a reflexão a respeito da necessidade da elaboração de políticas públicas que tratem do contexto migratório e da inserção e permanência de pessoas migrantes e refugiadas na escola, defende-se que a esfera educacional deveria estar implicada no enfrentamento desta causa, já que se caracteriza, fundamentalmente, por ser um espaço de aprendizados e com a construção não somente dos aspectos da apropriação formal do conhecimento, mas, também, com o desenvolvimento de habilidades sociais, como o respeito e o compromisso ético na convivência humana.

NOTAS

¹ Migrantes venezuelanos constituem a maior comunidade estrangeira em Mato Grosso do Sul. A Polícia Federal reportou que o Estado abriga 10.827 venezuelanos, superando os imigrantes paraguaios, que totalizam 9.789 residentes. (CAMPO GRANDE NEWS, 2024)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, L. P. de. Migração Transnacional e Refúgio: A rota de passagem por Mato Grosso do Sul. In: _____. **Migrações, fronteiras e refúgio: Mato Grosso do Sul na rota das migrações transnacionais**. Campo Grande: UCDB, 2017. cap. 1, p. 25-46.

BRASIL. **Painel de interiorização**. 2024. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/painel-interiorizacao/> . Acesso em 20 de dezembro de 2024.

CELAG. Centro Estratégico Latino-Americano de Geopolítica. **Las consecuencias económicas del boicot a Venezuela**. 2019. Disponível em: <https://www.celag.org/las-consecuencias-economicas-del-boicot-venezuela/> . Acesso em 01 de agosto de 2024.

CREPOP - CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. 2019. **Referências técnicas para atuação de psicólogos(os) na educação básica**. Disponível em: https://www.crpms.org.br/wp-content/uploads/2022/03/EducacaoBASICA_web.pdf . Acesso em 17 de dezembro de 2024.

ECO. **Resultado da COP29 coloca diplomacia brasileira à prova**. 2024. Disponível em: <https://oeco.org.br/reportagens/resultado-da-cop29-coloca-diplomacia-brasileira-a-prova/> . Acesso em 15 de dezembro de 2024.

FARO Jr. e BELLENZANI R. “Os impasses da sociedade contemporânea: qual é o mundo que produz as crises migratórias e as suas respectivas políticas sociais?” In: ALMEIDA, L. P.; CARISSIMI, F. S. O. (Orgs). **Expressões acadêmicas e diálogos sobre migração, refúgio e políticas sociais: interlocuções em Direitos Humanos**. São Paulo: Pimenta Cultural/UCDB, 2024.

GALINDO, J. S. W. O. **Expressões de violências na escola, tensões sociais e “raciais”**: minha presença o incomoda? Tese (doutorado) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação. Campo Grande: UFMS. 2024.

JORNAL DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Cúpula do G20 no Brasil destaca avanços em temas econômicos e climáticos**. 2024. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/cupula-do-g20-no-brasil-destaca-avancos-em-temas-economicos-e-climaticos/> Acesso em 15 de dezembro de 2024.

JORNAL CAMPO GRANDE NEWS. **Sed publica resolução para garantir matrícula de crianças imigrantes.** 2024. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/sed-publica-resolucao-para-garantir-matricula-de-criancas-imigrantes> Acesso em 15 de dezembro de 2024.

LUKÁCS. G. **Para uma ontologia do ser social.** São Paulo: Boitempo. 2013

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Grupo de trabalho de especialistas em violência nas escolas. GT. (2023).** 2023. Disponível em: <https://new.safernet.org.br/content/grupo-de-trabalho-de-especialistas-em-violencia-nas-escolas-entrega-relatorio-ao-mec> Acesso em 30 de outubro.

MIGRACIDADES/UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **A Plataforma Migracidades.** (2021). Disponível em: <https://www.ufrgs.br/migracidades/a-plataforma-migracidades/> Acesso em 30 de novembro de 2024.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **World Migration Report 2024.** 2024. Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/what-we-do/world-migration-report-2024-chapter-1/what-has-happened-migration> Acesso e 10 de dezembro de 2024.

REVISTA ARCO. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Deslocamentos migratórios forçados.** Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/deslocamentos-migratorios-forcados> . 2023.Acesso em 15 de dezembro de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, SED. **Diário Oficial regulamenta matrícula de estudantes apátridas que não possuem documentos pessoais.** Disponível em:<https://www.sed.ms.gov.br/diario-oficial-regulamenta-matricula-de-estudantes-apatridas-que-nao-possuem-documentos-pessoais/> . 2024. Acesso em 10 de dezembro de 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. 2023. **Certificação reconhece ações do MS em prol do migrantes.** Disponível em: <https://www.sead.ms.gov.br/certificacao-reconhece-acoes-de-ms-em-prol-dos-migrantes/> . 2023. Acesso em 15 de dezembro de 2024.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes.1991.

RESUMO

Este estudo se insere nas reflexões acerca dos processos migratórios, particularmente no município de Campo Grande, no Mato Grosso do Sul-MS, com o propósito de analisar as especificidades das vivências de crianças e adolescentes migrantes e refugiadas na esfera da inserção na escola, assim como identificar a existência de práticas e políticas públicas existentes no espaço escolar. A fundamentação teórica de análise é a psicologia sócio-histórica, numa perspectiva marxista que possibilita uma compreensão dialética das referidas vivências que se constituem no interior da sociedade concreta, sem desconsiderar as singularidades da existência do sujeito. Serão apresentados também, os resultados parciais da pesquisa de campo desenvolvida no Projeto *“Entre flores, espelhos e faces desiguais: a dialética da força feminina nos deslocamentos humanos”*, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) n. 10/2022 – Mulheres na Ciência Sul-Mato-Grossense (Brasil). As rodas de conversa e as atividades lúdicas foram substanciais para se acessar elementos que se encontram em estado latente na rede subjetiva que ora se apresenta através da arte.

Palavras-chave: Crianças imigrantes, Escolas, Políticas públicas

ABSTRACT

This study is part of the reflections on migratory processes, particularly in the municipality of Campo Grande, in Mato Grosso do Sul-MS, with the purpose of analyzing the specificities of the experiences of migrant and refugee children and adolescents in the sphere of insertion in school, as well as identifying the existence of public practices and policies existing in the school space. The theoretical basis for analysis is socio-historical psychology, from a Marxist perspective that allows a dialectical understanding of the aforementioned experiences that are constituted within the concrete society, without disregarding the singularities of the subject's existence. The partial results of the field research developed in the Project *“Between flowers, mirrors and unequal faces: the dialectic of feminine strength in human displacements”*, financed by the Foundation for Support to the Development of Education, Science and Technology of the State of Mato Grosso do Sul (Fundect) No. 10/2022 - Women in Science in Mato Grosso do Sul (Brazil) will also be presented. The conversation circles and recreational activities were essential for accessing elements that are in a latent state in the subjective network that is now presented through art.

Keywords: Immigrant children, Schools, Public policies

RESUMEN

Este estudio se enmarca en las reflexiones sobre los procesos migratorios, particularmente en el municipio de Campo Grande, en Mato Grosso do Sul-MS, con el propósito de analizar las especificidades de las experiencias de niños y adolescentes migrantes y refugiados en el ámbito de la inserción escolar, así como identificar la existencia de prácticas y políticas públicas existentes en el espacio escolar. La base teórica del análisis es la psicología sociohistórica, desde una perspectiva marxista que possibilita una comprensión dialéctica de las referidas experiencias que se constituyen dentro de la sociedad concreta, sin desconocer las singularidades de la existencia del sujeto. Los resultados parciales de la investigación de campo desarrollada en el Proyecto *“Entre flores, espejos y rostros desiguales: la dialéctica de la fuerza femenina en los desplazamientos humanos”*, financiado por la Fundación de Apoyo al Desarrollo de la Educación, la Ciencia y la Tecnología del Estado de Mato Grosso do Sul (Fundect) n. 10/2022 – Mujeres en la Ciencia en Mato Grosso do Sul (Brasil). Los círculos de conversación y las actividades.

Palabras clave: Niños inmigrantes, Escuelas, Políticas públicas

Diversidade Cultural: fundamentos para a construção de uma escola inclusiva

Cultural Diversity: fundamentals for building an inclusive school.

*Inês Sabka**
*Leonel Piovezana***

1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupa a quinta posição entre os países que mais recebem migrantes venezuelanos, por meio da estratégia de interiorização implementada pela Operação Acolhida. Trata-se de uma resposta humanitária do Governo Federal à migração venezuelana, cujo objetivo consiste em possibilitar a esta população a realocação voluntária e gratuita em estados com mais oportunidades de integração socioeconômica.

Olhar a migração, de modo global, é uma condição para realizar a análise local, pois ambos os espaços (global e local) são construídos e reconstruídos na dinâmica social complexa da contemporaneidade e seus crescentes desafios à humanidade, no sentido de garantias de direitos de afirmação às identidades étnicas, culturais, políticas, sociais, religiosas etc. Assim,

Na Agenda 2030, da ONU – plano global composto por 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, a fim de que os 193 países membros alcancem o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos até 2030 – encontra-se o Objetivo 10, que visa

* Mestre em Educação pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ. Vinculada ao grupo de pesquisa SULEAR. E-mail: ines.sabka@unochapeco.edu.br

** Pós-Doutorado em Educação pela Universidade de Salamanca - Espanha. Doutor em Desenvolvimento Regional (UNISC, 2010) e Mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (2000). Vinculado ao grupo de pesquisa SULEAR. E-mail: leonel@unochapeco.edu.br

reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, com a meta referente às migrações internacionais: ‘facilitar a migração e a mobilidade ordenada, segura, regular e responsável das pessoas, inclusive por meio da implementação de políticas de migração planejadas e bem geridas’. (BAENINGER, 2018, p. 10).

A Agenda 2030, da ONU, integra as migrações internacionais à pauta do desenvolvimento sustentável ao estabelecer a necessidade de políticas migratórias planejadas e responsáveis como condição para a redução das desigualdades.

A busca por uma nova identidade e a formação da cidadania são elementos a serem considerados nos processos migratórios. Quando grupos migram para um novo país ou região, geralmente estão em busca de melhores oportunidades de educação, saúde e segurança. Nesse processo, enfrentam desafios consideráveis, como a adaptação a uma nova cultura, um novo idioma, preconceito, xenofobia, exploração trabalhista, problemas de habitação e ausência de suporte social e emocional.

Sob a perspectiva da educação como direito fundamental, a inclusão de estudantes venezuelanos, configura-se como um campo de investigação que possibilita refletir sobre as potencialidades e limitações da escola na formação cidadã, especialmente diante de barreiras como o desconhecimento do idioma, o preconceito e a xenofobia, que comprometem a efetividade de práticas pedagógicas inclusivas.

Kant (1996) nos leva a refletir sobre a condição de cada indivíduo ser único. Tudo o que temos de experiências na vida pode afetar diretamente nossa saúde, nossa educação, nossas relações sociais. Tal aspecto constitui parte integrante do processo educativo, uma vez que práticas discriminatórias favorecem a xenofobia¹, a hostilidade e a rejeição em relação a migrantes, além de promoverem a exclusão de grupos étnicos distintos e a desvalorização de suas culturas. Segundo Bernartt *et al.* (2015, p. 13), estar em um novo ambiente é perceber que há “novos rostos e novas culturas que provocam inúmeros sentimentos que vão desde a solidariedade, acolhimento, ajuda legal, até atos bárbaros, como agressões físicas e morais e demonstração de preconceito”.

Embora a educação não seja a única instituição responsável pela formação do cidadão, esta é, pois, considerada como elemento de grande importância, uma vez que, por meio do conhecimento acadêmico, a escola viabiliza a aprendizagem e, por intermédio da educação, o cidadão constrói seu lugar na sociedade como sujeito de direitos e deveres, com visão de mundo reconhecido como espaço de pertencimento.

Acompanhando o fluxo migratório do último quinquênio, a Escola de Educação Básica Sórora Angélica, município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina, tem recebido um número significativo de estudantes migrantes, notadamente da Venezuela. São Lourenço do Oeste, apresenta uma população de 24.791 habitantes, de acordo com dados do Censo de 2022, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), destes, os venezuelanos representam 2.053 pessoas.

A história do município remonta ao século XIX, quando a região foi “ocupada” por colonizadores de origem italiana e alemã, atraídos pela promessa de fartura proveniente da agricultura e da pecuária. A região, hoje, é conhecida pela produção de grãos, além da criação de suínos e de aves. O comércio e os serviços também desempenham papel importante na economia local, e a bovinocultura leiteira é uma das principais forças motrizes do município. Destacam-se, ainda, a indústria moveleira e alimentícia, esta última com ênfase na produção de biscoitos e massas (IBGE, 2023). O índice de empregabilidade é um dos fatores que atraem os migrantes ao município.

O presente artigo, resultante de uma Dissertação de Mestrado, teve como problema: *analisar como acontece o processo de inclusão de estudantes migrantes venezuelanos em uma escola pública de Ensino Médio*. Para tanto, definiu-se como objetivo investigar o processo de inclusão de estudantes migrantes no contexto escolar, considerando os desafios curriculares, as experiências de aceitação e preconceito, bem como as contribuições da diversidade para a construção de práticas pedagógicas interculturais.

2 PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

A pesquisa que dá sustentação a este artigo foi realizada entre 2022 e 2024. As materialidades empíricas foram coletadas durante o segundo semestre de 2023, por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores e a gestora da escola, também foram ouvidos, em roda de conversa e produção textual, nove estudantes migrantes venezuelanos matriculados na turma do Programa de Atendimento a Migrantes e Refugiados (PARE). O PARE, se constitui num programa implementado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, e objetiva promover a acolhida humanizada de estudantes migrantes e refugiados, minimizar os impactos negativos na sua aprendizagem, garantir a integração linguística e o avanço no percurso formativo, além de promover a socialização e sociabilidade desses alunos na rede estadual de ensino. A metodologia contemplou uma pesquisa de natureza qualitativa e de campo. As materialidades empíricas foram analisadas sob a técnica da Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016).

Dos professores entrevistados, Quadro 01, quatro são efetivos na escola e uma foi contratada temporariamente, tendo entre 5 e 25 anos na profissão docente, declararam-se brancos e foram entrevistados no dia 18 de outubro, na escola. Os critérios para seleção dos professores foram de acordo com os componentes curriculares de atuação. Para preservar o anonimato, os professores foram identificados exclusivamente pela inicial de seus nomes, assegurando a proteção de suas identidades no processo de pesquisa.

Quadro 01 - Professores participantes da pesquisa

Identificação	Gênero	Idade	Vínculo	Tempo de atuação na profissão	Componente curricular de atuação
Professor A	Masc.	47 anos	Efetivo	14 anos	Sociologia
Professora C	Fem.	27 anos	Contratada temporariamente	5 anos	Língua Portuguesa
Professora J	Fem.	33 anos	Efetiva	10 anos	Língua Espanhola
Professora R	Fem.	51 anos	Efetiva	25 anos	Projeto de Vida
Gestora	Fem.	49 anos	Efetiva	23 anos	Educação Física

Fonte: Autora (2024).

Dos 732 estudantes matriculados na escola, à época, 45 eram de nacionalidade venezuelana. Destes, 27 estavam matriculados no PARE, no turno matutino, e, a partir de dados coletados na escola, apenas 14 frequentavam regularmente o Programa.

O primeiro contato com os estudantes, participantes da pesquisa, aconteceu mediante planejamento prévio com a gestora da escola e com a professora do PARE, no dia 26 de outubro de 2023, no período da manhã. Na ocasião, apresentei-me e apresentei minha intencionalidade na pesquisa. Os estudantes tiveram curiosidade sobre o que eu vinha escrevendo. Então, relatei a estes sobre minha trajetória de vida, bem como sobre os aspectos que já havia pesquisado a respeito da temática. Isso suscitou diversas

indagações e reflexões que me motivaram a solicitar-lhes que, quem quisesse, poderia escrever um texto sobre sua trajetória social e acadêmica. No dia 16 de novembro de 2023, nove estudantes participaram da roda de conversa, quatro faltaram à aula e um não teve autorização da mãe para participar, justificando que não podia ser identificado o seu local de moradia. A realização da roda de conversa com estudantes migrantes venezuelanos foi conduzida pela pesquisadora em língua portuguesa, configurando-se como estratégia metodológica de escuta e interação. As respostas de alguns participantes foram enunciadas em língua espanhola, contando com a mediação de estudantes já proficientes em português, assegurando a efetividade do diálogo e a construção coletiva de sentidos. As informações relativas aos estudantes participantes² da roda de conversa, constam no Quadro 02, abaixo.

Quadro 02 - Estudantes participantes da pesquisa

Identificação	Gênero	Idade	Ano/série/turma	Se declarou
Estudante E	Fem.	16	1ª série - Turma 6	Pardo
Estudante J	Fem.	15	1ª série - Turma 7	Branca
Estudante N	Fem.	16	1ª série - Turma 6	Branca
Estudante O	Masc.	16	1ª série - Turma 6	Branca
Estudante P ¹	Fem.	16	1ª série - Turma 7	Pardo
Estudante P ²	Masc.	17	1ª série - Turma 6	Pardo
Estudante R	Masc.	16	1ª série - Turma 7	Pardo
Estudante V	Masc.	15	1ª série - Turma 7	Branca
Estudante Y	Masc.	17	1ª série - Turma 10	Pardo

Fonte: Autora (2024).

As respectivas idades dos participantes à época da pesquisa era: dois tinham 15 anos, cinco com 16 anos e outros dois com 17 anos. Todos os estudantes frequentavam a 1ª série. Quatro se declararam brancos e cinco, pardos. Chamou-nos a atenção quando da resposta de estudantes que se identificaram pardos, a insegurança na voz, e certo constrangimento. Na pergunta relativa ao gênero, participaram quatro do gênero feminino e cinco do gênero masculino, conforme informações descritas anteriormente.

3 CAMINHOS DE INCLUSÃO: AS VIVÊNCIAS DOS MIGRANTES NA ESCOLA

Esta seção tem a intencionalidade de orientar-nos a volver nosso olhar para aquilo que não se vê, ampliar níveis de consciência, desnaturalizar conceitos, trazer clareza para fatos, relações e concepções. Produzimos identidade à medida que temos oportunidades de vivenciar diferentes lugares e diferentes culturas. É diferente pensarmos relações interculturais com pessoas que nasceram e viveram em um único lugar do que com pessoas que já circularam e vivenciaram outros lugares e outras culturas, que estão em outros territórios reaprendendo e intercambiando práticas, saberes, expressões culturais. Em outras palavras, há uma reconstrução simbólica ou uma relação daquilo que não queremos abrir mão, a cultura por exemplo, nunca inerte no tempo. Nunca haverá uma cultura sem ter um trânsito de elementos entre grupos diferentes, entre pessoas diferentes. Esse processo de produção e reprodução cultural constitui-se como diversidade cultural, próprio da natureza humana. A relação entre cultura e diversidade cultural nos remete a pensar no sujeito. Desta forma,

[...] os 'outros', os diferentes, muitas vezes estão perto de nós, e mesmo dentro de nós, mas não estamos acostumados a vê-los, ouvi-los, reconhecê-los, valorizá-los e interagir com eles. Na sociedade em que vivemos há uma dinâmica de construção de situações de separação social e cultural que confinam os diferentes grupos socioculturais em espaços diferenciados, onde somente os considerados iguais têm acesso. Ao mesmo tempo, multiplicam-se as grades, os muros, as distâncias, não somente físicas, como também afetivas e simbólicas entre pessoas e grupos cujas identidades culturais se diferenciam por questões de pertencimento social, étnico, de gênero, religioso etc. (CANDAUI 2005 *apud* MOREIRA; CANDAUI 2008, p. 31).

Por conseguinte, temos o desafio de observar essa diversidade cultural presente nos espaços sociais, uma vez que cada grupo tende a adotar a sua lente como referência para olhar, identificando esse olhar como único e verdadeiro. Podemos chamar essa disposição de *tendência ao etnocentrismo*, de olhar para o centro.

Diante desse cenário, o desafio consiste em estabelecer pontes interculturais em lugar de muros. As questões curriculares, tais como a barreira linguística, o preconceito e a xenofobia, manifestam-se de diversas

formas, exigindo a compreensão dos conceitos a seguir apresentados, de modo a promover a inclusão da diversidade, em particular, no âmbito escolar.

3.1 Interculturalidade, diversidade cultural e inclusão escolar

A definição dos conceitos de interculturalidade, diversidade cultural e inclusão escolar nos direciona ao que Catherine Walsh (2005, p. 26) identifica como fomentador na crítica à cultura dominante, considerando que,

El concepto de interculturalidad, entonces, es central a la (re)construcción de un pensamiento crítico, un pensamiento crítico de/desde otro modo, precisamente por tres razones principales: primero, porque está concebido y pensado desde la experiencia vivida de la colonialidad, es decir, desde el movimiento indígena; segundo, porque refleja un pensamiento no basado en los legados eurocéntricos o de la modernidad, y tercero, porque tiene su origen en el sur, dando así una vuelta a la geopolítica dominante del conocimiento que ha tenido su centro en el norte global. (WALSH, 2005, p. 26).

Portanto, a interculturalidade transcende sua natureza meramente social, adotando também uma dimensão ideológica ao reconhecer a diversidade cultural. Nesse sentido, a diversidade cultural não é apenas uma realidade vivida, mas um princípio fundamental a ser reconhecido e valorizado.

Para Walsh (2005, p. 66), a inclusão representa a necessidade de reconhecimento da diversidade cultural, mesmo que haja “[...] la negación por parte de las dirigencias nacionales a reconocer que estas comunidades han participado en el fortalecimiento de la vida económica, social, cultural y política”. Logo, os conceitos estão relacionados entre si, demonstrando que a interculturalidade se faz a partir da diversidade cultural presente e que esta busca ser reconhecida a partir da inclusão.

Assim, ter uma sala de aula diversa não deveria ser sinônimo de problema, mas, de oportunidades para aprendermos a conviver melhor, pois uma noção equivocada do outro é o fator que gera preconceito, discriminação e, com isso, a exclusão, a segregação, a dominação e a violência.

O termo interculturalidade tem uma vertente forte na América Latina, talvez pelo fato de sermos colonizados, por termos um histórico de negação de nossa própria cultura e assumirmos posturas europeias ou “americanizadas”, não pensamos interculturalmente. Contudo, pensamos com assimetria de poder, porque existe uma hierarquia social bem estabelecida que possibilita a

alguns o direito à palavra, a expressar-se, a comandar, a pertencer ao mundo da política, à economia, e, para outros, não há espaço para manifestação, não há voz, ou seja, manifestam-se as relações de poder.

Neste contexto, a interculturalidade questiona a desigualdade, pois a intencionalidade do poder não é meramente conviver com o diferente, mas, mantê-lo como explorado, como marginalizado, como excluído. A interculturalidade nos leva a conviver e a reconhecer a diversidade cultural, porém, ao mesmo tempo, há a possibilidade de reaprender. A relação entre culturas abre para o diálogo, entretantes, e esse diálogo não é hierarquizado. Ao contrário, ele

[...] se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença; um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. (CANDAU, 2011, p. 10).

Neste sentido, a presença dos migrantes na escola demonstra uma diversidade étnico-cultural que transforma esse ambiente e não pode passar despercebida pelos gestores da educação. A discriminação social sempre existiu na sociedade, porém, precisamos caminhar como coletividade em busca de relações harmônicas e respeitadas dos direitos, deveres, e diferenças típicas de qualquer dinâmica social.

Suyeyassu (2019) afirma que a discriminação ou a não aceitação da diversidade cultural é uma problemática observada no ambiente escolar. O sujeito que não tem o sentimento de pertencimento poderá se tornar alienado e, conseqüentemente, o seu processo de aprendizagem será prejudicado. Convém destacar que o não respeito à diversidade na escola pode causar racismo, xenofobia, conflitos, evasão e baixo rendimento escolar. Entendermos as pessoas como diferentes e respeitá-los na sua diferença fará com que cada indivíduo participe do seu próprio empoderamento como sujeito, estabelecendo seu lugar na sociedade. Logo,

A educação intercultural parte da afirmação da diferença como riqueza. Promove processos sistemáticos de diálogo entre diversos sujeitos individuais e coletivos, saberes e práticas na perspectiva da afirmação da justiça-social econômica, cognitiva e cultural, assim

como da construção de relações igualitárias entre grupos socioculturais e da democratização da sociedade, através de políticas que articulam direitos da igualdade e da diferença. (CANDAU, 2016, p. 5).

Para Candau (2016), colocar a ênfase e o reconhecimento das diferenças para assegurar a manifestação das diversas culturas representadas num ambiente, assim como garantir esse espaço, pode ser um caminho para a promoção da interculturalidade.

Historicamente, no Brasil, os processos educativos estavam vinculados ao poder econômico e político. A educação foi restrita a uma parcela privilegiada da população, em sua maioria elites econômicas e políticas, negligenciando as demais culturas que compunham a diversidade do país. Para Piovezana, Dill e Kujawa (2015, p. 149), “os processos educativos no Brasil caracterizaram-se historicamente como elitistas e colonialistas, ou seja, o seu acesso vinculava-se ao poder econômico e político, e seus programas eram vinculados a conteúdos com caráter eurocêntrico”.

No entanto, os efeitos do histórico elitista e eurocêntrico ainda estão presentes no cenário educacional, aprofundados pela desigualdade de acesso, pelos currículos escolares que requerem representatividade e valorização das diferentes culturas e saberes presentes no país. Assim, pensar num currículo que fuja da condição eurocêntrica, num ambiente multicultural, deverá ser um exercício democrático que envolva a inclusão de todos, assegurando seus direitos. Esta é, pois, a educação para a interculturalidade.

3.2 Diversidade cultural como princípio formativo

A Proposta Curricular de Santa Catarina denota a importância de se conceber a educação como direito, acompanhada por duas outras dimensões, como a ideia de uma educação comum e a ideia do respeito à diferença. Destarte,

O conceito de comum se associa à noção de universal, coadunando com a perspectiva dos aprendizados de saberes válidos para toda e qualquer pessoa, na esteira da noção de patrimônio cultural que merece ser partilhado. Articulado a isso, a noção de diferença também foi incorporada, [...] é após a abertura política e no processo legislativo decorrente da democratização, que a Educação Básica como um direito desponta ancorada no princípio do bem comum e no respeito à diversidade. (SANTA CATARINA, 2014, p. 53).

As diferenças estão relacionadas à diversidade, “os seres humanos são diversos em suas experiências de vida históricas e culturais, são únicos em suas personalidades e são também diversos em suas formas de perceber o mundo” (SANTA CATARINA, 2014, p. 54). Em que pese a lei, mesmo que esta preveja o direito à diversidade, gozá-lo, efetivamente, não é uma ação automática. Há inúmeros conflitos sociais envolvendo indivíduos, coletividades, instituições e outras organizações, destas, umas reivindicam o gozo do direito previsto em lei, já outras procuram inibir ou cercear a garantia e o gozo dos direitos.

A diversidade cultural enriquece nossa sociedade, mas, nem sempre é vista com este olhar, pois a linha tênue entre a discriminação e o preconceito traz presente o sofrimento por que passam as pessoas com determinadas características. A não aceitação do diferente existe, porém, não pode ser relativizada ou normalizada, a ponto de ser aceita como normal. A escola tem papel fundamental no propósito de construir um espaço de aceitação do diferente, pois as relações socioculturais constituem os sujeitos. A valorização das diferenças não significa adesão aos valores do outro, mas, sim, respeitá-lo como expressão da diversidade.

A diversidade também pode ser observada nos “ritmos, nos estilos cognitivos, nos modos de aprender e traços de personalidade”, aponta Candau (2011, p. 243). Assim, é possível entender como essa reflexão deve estar presente nas discussões pedagógicas, sob a ótica de respeitar e compreender a diversidade como possibilidade, a partir de um processo de construção de uma escola que realmente respeite as diferenças. A diversidade como princípio formativo vai se refletir, segundo Santa Catarina (2014, p. 84), “nos conteúdos, na organização curricular, nos tempos e espaços escolares, no modelo de gestão e avaliação, nos materiais didáticos, na formação inicial e continuada, nas relações humanas, no sujeito da educação e no modelo de sociedade que a escola ajuda a construir”.

A construção histórica do sujeito, ao longo do tempo, produziu exclusões e desigualdades, considerando-se as formas como a sociedade foi se constituindo social, política, econômica, cultural e ambientalmente. A colonização do Brasil é um dos exemplos sobre como a desigualdade foi sendo produzida, ao longo do tempo - perderam-se identidades, pertencimentos e histórias de vida, valores agregados em benefício dos colonizadores de matrizes europeias, que se estabeleceram em relações de poder - um tempo novo, com o objetivo de se retirar o suor e a alma das pessoas, com a apropriação da terra e dos corpos para o trabalho, com o uso de violência e de apagamento de memórias.

Neste contexto, a diversidade cultural sempre existiu, mas ela foi sendo naturalizada e silenciada nas relações entre as pessoas. Os conflitos entre os povos foram sendo minimizados. Do ponto de vista do neoliberalismo, é

salutar existirem as relações de poder, pois isso torna a convivência desigual, o que oculta as intencionalidades e as implicações sociais e políticas de muitos. Segundo Catherine Walsh (2005, p. 93), a relação de poder,

Se caracteriza principalmente por ser homogeneizante, desde la visión de un modelo ideal universal, promueve la ‘reducción’ de las diversidades ocultando, a la vez que excluyendo, las diferencias sociales, económicas, políticas, culturales y sexuales de las sociedades. Tiene un alcance global, se extiende por tanto al planeta como territorio y a todos los órdenes de la vida a través de la sociedad de mercado. (WALSH, 2005, p. 93).

Sob a perspectiva de Walsh (2005), a interculturalidade necessita buscar o reconhecimento da diversidade cultural com propostas de inclusão na estrutura social estabelecida, buscando o diálogo, a tolerância e a convivência, o que implica, no caso deste artigo, incluir e possibilitar espaços de pertencimento aos estudantes migrantes também na sociedade.

Quando perguntados aos pesquisados, professores e estudantes, sobre possíveis desafios curriculares ou dificuldades enfrentadas no contexto da migração na escola, os participantes apontaram, em primeiro lugar, a barreira linguística. Os estudantes também destacaram a ausência de aceitação, os entraves à integração, bem como experiências de discriminação e intolerância.

Para Candau (2011, p. 252), necessita-se de “aprofundamento da reflexão sobre diferenças específicas, desconstrução de visões estereotipadas de certas identidades, desenvolvimento da autoestima, particularmente dos alunos e alunas que pertencem a grupos inferiorizados e objeto de discriminação”. Isso para transpormos a barreira da intolerância, garantindo a “reafirmação das diferenças individuais e coletivas a partir do senso de pertencimento identitário” (SANTA CATARINA, 2014, p. 87). Ademais,

Quanto às estratégias que mobilizam para enfrentá-las, estão baseadas numa ideia negativa de diferença e, portanto, supõem que devem ser superadas no sentido de se viabilizar o alcance do padrão comum, socialmente reconhecido e capaz de garantir a inserção social dos alunos. (CANDAU, 2011, p. 13).

Para Candau (2011), a ideia negativa da diferença contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Ao tentar superar tais diferenças, as escolas podem perpetuar injustiças, promovendo a cultura de exclusão. Sobre

isso, a autora defende uma abordagem que valorize e respeite a diversidade, reconhecendo as diferenças como fonte de aprendizagem, o que envolve a promoção de práticas inclusivas que reconheçam as experiências dos estudantes, contribuindo para uma Educação mais equitativa e democrática.

Emergiu, nos depoimentos da roda de conversa e das entrevistas uma perspectiva em que as diferenças possam estar vinculadas às identidades culturais. Neste contexto, de acordo com Candau (2011, p. 252), a “escola tem um papel importante na perspectiva de reconhecer, valorizar e empoderar sujeitos socioculturais subalternizados e negados³⁷”, cuja questão passa por profundas reflexões e por debates na comunidade escolar objetivando o combate a toda forma de preconceito e discriminação no contexto da escola.

Quando perguntado aos estudantes migrantes sobre aceitação e preconceito, a resposta foi unânime: afirmaram ser atingidos ou percebidos de forma preconceituosa, percepção esta que responde à formação cultural da região, ainda presente nas gerações de migrantes de origem europeia, que estabelecem relações étnico-raciais discriminatórias pela cor da pele. As Estudantes E e J afirmaram: “ouvimos alguns comentários”; a Estudante E relatou que queria ser chamada de “a menina”, não de “a venezuelana”, “que não precisam estar afirmando a todo momento em todos os grupos que somos venezuelanos”.

Ao perguntarmos em relação à parte de quem sentiam o preconceito, os Estudantes R e O afirmaram que, muitas vezes, de colegas e de alguns professores, ao passo que alguns dos participantes gesticulavam afirmativamente com a cabeça. A Estudante J disse: “os professores dão muita atenção para nós, quando não entendemos os conteúdos, mas que por vezes fomos tristes para casa, com o sentimento de não aceitação”.

No que tange aos professores, sobre como trabalham a diversidade cultural na escola, estes relataram:

Na condição de professor na área das ciências humanas, sobretudo no aspecto sociológico e filosófico, tentamos promover essa discussão; trabalhar o aspecto da diversidade cultural na escola e sobretudo dentro de uma sala de aula é importante, algumas estratégias que a gente usa para isso são as discussões nos trabalhos em grupo, exposições de trabalho e, na medida do possível, busco dar espaço para que os estudantes venezuelanos tenham possibilidade de trazer elementos culturais para serem discutidos. A gente procura trabalhar a percepção dos alunos e que eles também, como o Brasil é fruto de processos migratórios que aconteceram e acontecem, processo esse que, nas últimas décadas do século XXI,

tem sido acelerado e, além do mais, estimulá-los a ter a percepção de que muito mais do que você seja uma pessoa migrante, imigrante ou emigrante, existe um ser humano, existe uma história e que precisa ser debatida, discutida, entendida e compartilhada, acredito que seja muito rico, leva as pessoas se tornarem seres humanos melhores (Professor A).

O trabalho realizado na promoção da diversidade cultural e na conscientização sobre a importância dos processos migratórios na construção da sociedade contribui para a construção de uma cultura escolar mais inclusiva, empática e respeitosa com as diversas identidades culturais. Desse modo,

Dependendo da turma, consigo trabalhar mais profundamente sobre a diversidade. Nas turmas que tenho alunos migrantes trabalhei muito essa questão focada na produção de textos dissertativo-argumentativos. Como os alunos estão na 3ª série do Ensino Médio, já tem um discernimento maior sobre entender as diversidades e saber respeitá-las. Então, trabalhamos e discutimos vários assuntos (como xenofobia, homofobia, inclusão escolar, entre outros), buscando argumentos, leis, notícias e especialistas (Professora C).

Neste aspecto, é importante adaptar as abordagens pedagógicas de acordo com as características específicas de cada turma. Os textos dissertativo-argumentativos constituem uma metodologia que auxilia no desenvolvimento do pensamento crítico, na capacidade de expressão e permite a discussão de temáticas sociais. Corroborando,

Eu não vejo como algo difícil, trabalhar a diversidade cultural, considero necessário porque nós aprendemos com as diferentes culturas, é onde desenvolvemos a empatia, resiliência, inclusive é fundamental trazer para o contexto da sala de aula a valorização dessas culturas. Não existe uma única cultura, a nossa sociedade é a soma de diversas culturas, não tem a mais importante ou a menos importante, todas têm o seu valor, precisamos respeitar, precisamos conhecer, é papel da escola trabalhar a diversidade cultural para que a gente possa tornar nossa sociedade mais humana, com mais respeito às diversidades culturais que existem (Professora R).

Quando o professor reconhece a importância relativa à diversidade cultural no contexto da escola, este possibilita aos estudantes desenvolver habilidades essenciais como empatia e resiliência. Esses valores são essenciais para contribuir na construção de uma sociedade mais respeitosa e empática com as diversas culturas que a compõem. Outrossim,

Eu falo na sala de aula que precisamos conhecer a cultura para respeitar. Não precisamos cultivar a mesma tradição, mas sim entender que existem culturas diferentes. A partir do momento que conhecemos as diferentes culturas devemos respeitar. Tem pessoas que têm criticado o fato de eu trabalhar nestas atividades, mas o nosso objetivo nunca foi impor uma cultura perante uma questão religiosa principalmente, que é o que dá o embate maior na sala, mas, sim, mostrar que existe uma cultura diferente, que cada um acredita (Professora J).

Assim, ao explicitar para os estudantes, que conhecer os aspectos culturais do outro é um fator determinante para respeitá-los, o professor promove uma compreensão mais profunda e uma atitude mais tolerante em relação à diversidade cultural presente na escola.

Ademais, um aspecto que não ficou caracterizado nas falas com a gestora e os professores foi o preconceito relatado pelos estudantes e a dificuldade de conviver com o *bullying* na escola. As falas dos professores e da gestora escolar são afetuosas e acolhedoras, com conhecimento e ações claras relativas à diversidade cultural. As falas são profundas e levam em conta as diferenças e a compreensão do diferente, demonstrando maturidade profissional. Um aspecto que nos chamou a atenção, ao se observar o ambiente escolar – é que não identificamos nenhum indicativo de que houvesse, ali, estudantes migrantes.

Quando perguntado aos professores sobre quais contribuições poderiam ser proporcionadas pela abordagem da diversidade cultural, estes observam que “começa-se pelo desenvolvimento da autoestima e da empatia”, considerando que toda cultura tem suas crenças, sua importância. Enfatizam que a alteridade, “desafio de se respeitar as diferenças e de integrá-las em uma unidade que não as anule, mas que ative o potencial criativo e vital da conexão entre diferentes agentes e entre seus respectivos contextos” (FLEURI, 2003, p. 497), faz-se presente, quando, ao se colocar no lugar do outro, abre-se para conhecer o novo e reconhece-se que existem diferenças entre as pessoas.

A formação do sujeito a partir do contato com diferentes culturas possibilita o “conhecimento relacional de si próprio, a vivência de diferenças, a potencialização do senso crítico, a reflexão sobre o sentido de pertencimento” (SANTA CATARINA, 2014, p. 102). Logo, o conhecimento de novas culturas e histórias de outros povos é constituinte da subjetividade humana e visa a auxiliar os processos que nela são projetados. Partindo desse conhecimento, o grupo no qual o estudante migrante está inserido acolhe o sujeito, reconhece e estimula a agir e a transformar a si mesmo e a realidade.

Quando os estudantes, na roda de conversa, afirmaram já terem “ido para casa tristes”, este fator está intimamente ligado ao fato da aceitação: eles refletem que o vínculo formado com a escola ainda não está consolidado. Percebe-se, aqui, a necessidade de a escola manter um trabalho constante que promova a aceitação da diversidade cultural e a criação do sentido de tolerância. Quando os participantes dizem que preferem “fazer amizade com os próprios venezuelanos”, e que gostariam de “ficar nas mesmas salas de aula com os conterrâneos, por causa da compreensão do idioma”, também demonstram que não estão prontos para se abrir ao diferente, que se sentem tristes quando são identificados apenas como “venezuelanos”, que percebem que não há necessidade da identificação cotidiana, que, se estão no Brasil, são migrantes cidadãos, com acesso a todos os direitos.

Desse modo, quando questionados, por colegas de turma, em “por que vieram ao Brasil?”, a impressão que os participantes da roda de conversa têm é de que estão ocupando um espaço que não lhes pertence. Por outro lado, quando participam das atividades nas aulas, quando lhes é permitido demonstrar sua cultura, seus costumes e hábitos, sentem-se incluídos, mostrando, nessas trocas, a interculturalidade, o respeito e as relações de cooperação, com o intuito de trocar experiências.

3.3 Vozes e percursos: o que revelam os textos

A roda de conversa foi fundamental para entender os olhares de aceitação, de negação, as feições do rosto, a vontade de falar, de calar, mas, os textos escritos por seis estudantes, de modo não obrigatório, em nosso primeiro contato no dia 26 de outubro de 2023, demonstram profundamente os sentimentos como tristeza e, também, a não aceitação na escola. Colaborando,

Quem nos recebeu aqui na cidade foi o pai de minha irmã e um pastor de uma igreja. No começo não consegui estudar porque não sabia falar Português, um ano depois comecei a estudar na escola estadual. No tempo da pandemia tive muita dificuldade para aprender e

também porque muitos colegas e professores tinham preconceito e me desprezavam por ser venezuelano (Estudante O).

A Pandemia da COVID-19 marcou profundamente o Brasil, pela sua negação, pela circulação de *fake news*, pela aquisição tardia das vacinas e pelas inúmeras mortes. Contudo, por sua vez, a educação também sofreu um revés neste período e, certamente, haverá demora para se recuperar.

Os migrantes sentiram profundamente esta questão, pois alguns ficaram fora da escola, outros tiveram aulas remotas que podem não ter sido eficientes para a aprendizagem. Outro aspecto na fala do estudante se refere a quem os recebeu na cidade, sendo os familiares e um pastor da Igreja Pentecostal – esta tem se aproximado desse público. A Igreja Católica, por meio da Pastoral do Migrante, para esta família, esteve ausente. A dor, a angústia por ser desprezado pelas suas origens ainda é uma realidade e, infelizmente, comum em muitas partes do mundo, onde as pessoas são discriminadas com base em sua nacionalidade, origem étnica ou cultural. Desse modo,

[...] muita gente não quer e não me aceita, quando chegamos aqui no Brasil, minha mãe e meu pai e eu passamos por muitas dificuldades, como a fome, processo de entrada no Brasil, processo econômico e muito mais, mas com a graça de Deus nós fomos em frente (Estudante R).

O migrante, ao chegar no Brasil, depara-se com muitas dificuldades que vão desde a legalização da condição de refugiado, a fome, a incerteza, a falta de moradia, o preconceito. Nos textos percebemos que a fé e a crença em Deus, muitas vezes, em momentos de adversidade, desempenham um papel fundamental para a superação de obstáculos nos quais as pessoas se encontram. Assim, “minha experiência aqui na escola não foi boa, me senti afastada por ser migrante, só agora me sinto melhor, porque nós ajudamos entre os venezuelanos, aqui vejo que tenho mais futuro, mas tenho saudade da minha família” (Estudante N).

A integração em um novo ambiente educacional e social pode ser desafiadora, especialmente quando se enfrenta o preconceito e a discriminação. Algumas famílias que chegam à cidade de São Lourenço do Oeste são acolhidas por conterrâneos, em suas casas, até encontrarem trabalho e moradia. Tal acolhida aos venezuelanos é vista como um fator positivo, pois a receptividade demonstrada é uma segurança de que não estarão nas ruas. Trata-se, pois, de um gesto solidário. Acrescentando,

[...] viemos para o Brasil para ter uma vida melhor, mas no começo foi difícil para nós, porque não tinha muito emprego onde nós morávamos e também por causa do idioma, depois viajamos para outros estados no Brasil, primeiro nós estávamos em Roraima, depois nós fomos para Brasília, ali deu certo, foi a minha primeira experiência numa escola do Brasil e foi muito boa porque aprendi a falar Português e fui bem-acolhido, porque nessa escola só tinha eu de venezuelano e todos ficavam perguntando coisas de lá, agora aqui em São Lourenço do Oeste é bem diferente porque é normal ter venezuelanos na escola, então a gente é meio que excluído, aqui também tem alguns que tem esse preconceito com os venezuelanos e a gente não gosta disso porque a gente quer ser tratado igual como os demais (Estudante P²).

Brasília é uma cidade, cujo histórico contém o acolhimento de diversos povos, enquanto a região Oeste de Santa Catarina mantém a estrutura cultural europeia e apresenta certa dificuldade em acolher aquele que é diferente de seu padrão regional, seja pela cor da pele, pelas características físicas ou pela língua. A migração, muitas vezes, implica enfrentar dificuldades, especialmente no início, quando se está adaptando a nova cultura, novo idioma e ambiente. Assim, a diversidade é uma parte enriquecedora da sociedade e todos têm o direito de ser aceitos e valorizados como são.

É compreensível o desconforto nessas circunstâncias. Assim, construir vínculos de amizade pode ser uma fonte importante de apoio e de conforto. Corroborando,

Quando eu cheguei aqui não pude estudar por causa da pandemia, foi quase um ano sem estudar, foi muito difícil por causa do idioma que eu não entendia nada. [...] eu gosto de estudar aqui na escola, tem professores e colegas que gostam de ajudar quando não entendemos. Na Venezuela, a grande maioria precisa trabalhar para poder comer e muitos deixam os estudos, foi difícil se adaptar no Brasil, mas tudo segue para um futuro melhor (Estudante J).

A ausência de um conjunto de práticas educativas de acolhimento e de inclusão é um fator que gera insegurança para os migrantes, reaprender a conviver e a se integrar numa nova comunidade pode ser difícil, aspectos

como alimentação, clima, língua são determinantes para a adaptação no Brasil. Este olhar voltado para si e relatado pelos participantes da pesquisa demonstra como eles têm tido dias difíceis.

Além do fator emocional ser manifestado, há o fator educacional, *será que é possível construir conhecimento tendo tantos desafios a vencer?* O obstáculo maior está na aceitação do grupo e esta se manifesta por meio do diálogo, que utiliza a língua, sobre a qual os migrantes afirmam ter maior dificuldade. “O processo de escolarização será bem-sucedido quando for superada a questão da língua, os migrantes avançam bastante, até mais que os estudantes brasileiros, porque eles valorizam a escola, querem crescer” (Gestora). Há um processo intrínseco de aceitação muito significativo que necessita de observação e acolhimento por parte da escola.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas Considerações Finais desta pesquisa é oportuno dizer que outros estudos com diferentes abordagens podem ser empregados para explorar o problema ora apresentado, considerando sua natureza de constantes mudanças e alterações com o passar do tempo.

A investigação teve início pautada no fenômeno migratório que resultou na entrada de grande número de venezuelanos ao Brasil, especialmente adentraram ao município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. Sob essa perspectiva, o estudo abordou a inclusão de estudantes migrantes venezuelanos na escola pública de Ensino Médio, tendo como *locus* de investigação uma escola da rede estadual no município, escolhida por ter recebido um número significativo de migrantes ao longo dos últimos anos.

Ao responder o objetivo inicial de investigar o processo de inclusão de estudantes migrantes no contexto escolar, considerando os desafios curriculares, as experiências de aceitação e preconceito, bem como as contribuições da diversidade para a construção de práticas pedagógicas interculturais, há que se ressaltar que a dificuldade em entender o idioma e em ser entendido, se configuram como o principal desafio para a integração e inclusão do estudante migrante, pois dificultam o processo de adaptação, troca de experiências culturais, reconhecimento, assim como também o idioma se torna uma das principais barreiras para a aprendizagem, o que não acena para o sentimento de pertencimento do migrante.

As práticas de preconceito e xenofobia no interior da escola, relatadas pelos estudantes, levam à invisibilidade da população migrante no espaço educacional, porém, notamos avanços na instituição no que tange à política estadual do Programa PARE. Percebemos nos apontamentos dos profissionais da educação e nos estudantes, que a aculturação se torna um obstáculo para

o aprendizado quando se exige, do migrante, despir-se de seus costumes, de sua cultura e de seus conhecimentos originários, necessitando de discussões mais aprofundadas, incluindo setores socioeconômicos, culturais e ambientais.

A diversidade cultural presente no contexto social escolar propicia aos estudantes migrantes e não migrantes a possibilidade de um contato ativo e próximo, cujo contato favorece e enriquece culturalmente a construção da identidade, da cidadania, do pertencimento e do re/conhecimento de todos. O reconhecimento da interculturalidade presente nas comunidades, acarreta a necessidade de o tema ser discutido dentro do ambiente educacional, englobando a diversidade cultural e tornando as diferenças meios para agregarem positivamente na formação do cidadão e aproximarem o refugiado de seu novo país. Não obstante a necessidade de se pensar projetos com ações específicas de combate à xenofobia e a preservação dos direitos humanos, sem retrocesso, visando a uma cultura de respeito, tolerância, xenodochia e entendimento mútuo entre todos.

Identificamos, no entanto, no contato com os estudantes migrantes, um gostar da escola, fazer parte dela. Por outro lado, demonstram sentimentos, tristeza por sofrer preconceitos, o que dificulta a sensação de pertencer àquele espaço. Nos relatos de suas histórias de vida, a saudade da terra natal é parte integrante de suas falas, assim como na metáfora da casa de Bachelard⁴ (2003), ao migrante deve-se oferecer segurança para que possa estabelecer um novo sentido de lar, em que consiga se sentir acolhido e integrado à nova sociedade.

É imprescindível destacar que o movimento de venezuelanos ao Brasil é recente e, que, apesar da crescente migração, ainda há um distanciamento entre o que a legislação prevê e o que, de fato, é realizado nas escolas diante das transformações que este movimento provoca. Afinal, a inclusão de estudantes migrantes, de modo geral, vai além da matrícula, é fundamental que tenhamos atitudes e gestos diários que demonstram verdadeiro acolhimento e valorização da cultura, dos costumes, das tradições, dos conhecimentos, das experiências e das vivências desses estudantes, assim como é preciso estabelecer práticas educacionais de acolhimento que sejam efetivas.

Portanto, compreender os percursos de aceitação dos migrantes no Brasil contemporâneo, bem como os desafios para a efetivação de uma educação inclusiva pautada na interculturalidade, na valorização da diversidade cultural e na promoção da inclusão escolar, contribui para a construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e comprometida com a valorização das diferenças culturais.

NOTAS

¹ Xenofobia é o temor ou antipatia por pessoas estranhas ao meio. Medo, aversão ao estrangeiro.

² Os estudantes foram identificados com as letras iniciais dos seus respectivos nomes, como uma forma de proteger suas identidades. O número sobreposto às iniciais dos estudantes de letra P, referem-se a dois estudantes de mesma inicial do nome.

³ Diz-se da pessoa que está sob ordens de outra; a quem é negado direitos.

⁴ Na obra *A Poética do Espaço*, Gaston Bachelard apresenta a casa como uma metáfora fundamental para compreender a relação entre espaço e imaginação. Mais do que uma construção material, a casa se revela como entidade simbólica, um abrigo psicológico e existencial que acolhe a memória, o afeto e os sonhos. Ela oferece segurança, sustenta a identidade e se torna o ponto de partida para a abertura ao mundo. Seus diferentes espaços — do porão ao sótão — figuram dimensões diversas do eu, do inconsciente à racionalidade, guardando lembranças íntimas e imagens que estruturam a experiência do ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAENINGER, R. Contribuições da academia para o pacto global da migração: o olhar do sul. In: BAENINGER, R. *et al.* (orgs.). 2. ed. **Migrações Sul-Sul**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” /Unicamp, 2018. p. 17-22.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 288 p.

BERNARTT, M. L. *et al.* Movimento migratório no sul do Brasil: o caso dos haitianos no oeste catarinense. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 7., 2015, Santa Cruz do Sul. **Anais Eletrônicos...** Santa Cruz do Sul: Unisc, 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/13398/2564#>. Acesso em: 7 jul. 2023.

CANAU, V. M. **Reinventar a escola**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

CANAU, V. M. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 240-255, jul./dez. 2011.

CANAU, V. M. Cotidiano escolar, formação docente e interculturalidade. In: CANAU, V. M. (org.). **Interculturalizar, descolonizar, democratizar**: uma educação “outra”? Rio de Janeiro: 7 letras, 2016. p. 342-357.

- FLEURI, R. M. Intercultura e Educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 23, 2003.
- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **São Lourenço do Oeste**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-lourenco-do-oeste/panorama>. Acesso em: 29 maio. 2024.
- KANT, I. **Sobre a pedagogia**. Piracicaba: UNIMEP, 1996.
- PIOVEZANA, L.; DILL, T. M. S; KUJAWA, H. Universidade e povos indígenas: a experiência das licenciaturas interculturais para a formação de profissionais para a educação escolar indígena. *In*: CECCHETTI, E.; PIOVEZANA, L. (org.). **Interculturalidade e educação: saberes, práticas e desafios**. Blumenau: Edifurb, 2015. p. 149-167.
- SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica**. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2014. 192 p.
- SÃO LOURENÇO DO OESTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. **Dados população**. 2024. Disponível em: <http://www.saolourenco.sc.gov.br/municipio/2>. Acesso em: 10 abr. 2024.
- SUYEYASSU, S. P. **Currículo e interculturalidade: imigrantes no ambiente multicultural em uma escola na cidade de São Paulo**. 2019. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/22823/2/Sueidy%20Python%20Suyeyassu.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2023.
- WALSH, C. **Pensamiento crítico y matriz (de)colonial** - reflexiones latinoamericanas. Quito: Abya-Yala, 2005.

RESUMO

O intenso movimento migratório no Brasil tem contribuído para a reconfiguração do perfil sociocultural das escolas. O presente artigo tem como objetivo analisar como acontece o processo de inclusão de estudantes migrantes, considerando os desafios curriculares, as experiências de aceitação e preconceito, bem como as contribuições da diversidade para a construção de práticas pedagógicas interculturais de estudantes migrantes venezuelanos na escola pública de Ensino Médio, no município de São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. A metodologia contemplou uma pesquisa de natureza qualitativa e de campo, desenvolvida no segundo semestre de 2023. O procedimento metodológico incluiu a realização de entrevistas semiestruturadas com docentes e a gestora escolar, além da promoção de uma roda de conversa e da produção textual com os estudantes migrantes venezuelanos. O tratamento das materialidades empíricas amparou-se na técnica de Análise de Conteúdo, defendida por Bardin (2016). Os resultados da pesquisa indicaram processos de invisibilidade e obstáculos linguísticos, associada a manifestações de preconceito e xenofobia, que comprometem a inclusão e o aprendizado de estudantes migrantes. Observou-se, ainda, a necessidade de reconhecimento e valorização da interculturalidade e da diversidade cultural como condições indispensáveis à consolidação de um espaço democrático, comprometido com a garantia do acesso, da permanência e da igualdade de oportunidades educacionais.

Palavras-chave: Interculturalidade; Diversidade Cultural; Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The intense migratory movement in Brazil has contributed to the reconfiguration of the sociocultural profile of schools. This article aims to analyze the process of inclusion of migrant students, considering curricular challenges, experiences of acceptance and prejudice, and the contributions of diversity to the development of intercultural pedagogical practices for Venezuelan migrant students in a public high school in the municipality of São Lourenço do Oeste, Santa Catarina. The methodology involved qualitative field research, conducted in the second half of 2023. The methodological procedure included semi-structured interviews with teachers and the school administrator, as well as discussion groups and text production with Venezuelan migrant students. The empirical material was analyzed using the Content Analysis technique advocated by Bardin (2016). The research results indicated processes of invisibility and linguistic barriers, coupled with manifestations of prejudice and xenophobia, which compromise the inclusion and learning of migrant students. It also highlighted the need to recognize and value interculturality and cultural diversity as indispensable conditions for the consolidation of a democratic space committed to ensuring access, retention, and equal educational opportunities.

Keywords: Interculturality; Cultural Diversity; School Inclusion.

The counter-narratives of immigrant students learning the language of schooling in Montreal concerning their experience and placements in relation to the welcoming class

As contranarrativas de estudantes imigrantes que aprendem o idioma escolar em Montreal, referentes à sua experiência e colocação em relação à turma acolhedora

*Roberta Soares**

1 INTRODUCTION

Immigration plays an important role in Canada's demographic and economic growth (INSTITUT DE LA STATISTIQUE DU QUÉBEC, 2023; STATISTICS CANADA, 2022), but immigrant integration remains a challenge (ABU-LABAN et al., 2023). In the specific case of young immigrants who have recently arrived in the country, these individuals face challenges in a variety of spheres, including barriers related to linguistic and cultural adaptation (SHIELDS; LUJAN, 2018). For this reason, those considered as needing to learn

* Pós-doutoranda em Sociologia, Universidade de Ottawa, Canadá (desde 2024). Possui doutorado em Ciências da Educação, Universidade de Montreal, Canadá (2019-2024), mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, Brasil (2016-2018), bacharelado em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, Brasil (2009-2014) e Bacharelado em Administração de Empresas, Centro Universitário da FEI, Brasil (2003-2007). Sua pesquisa e ensino utilizam a sociologia e a educação a partir de uma perspectiva crítica para compreender as questões de equidade, diversidade, inclusão e justiça social em relação a diferentes categorias sociais, sobretudo imigração, língua e raça para os jovens na escola.

or improve their skills in the language of schooling are referred to a linguistic (and cultural) integration program. However, there are differences at the provincial level (ARMAND, 2021).

In 1977, the Charter of the French Language (Bill 101) came into force in Quebec. Based on the discourse that the rights of French-speaking minorities were under threat, underlining the fragility of the French language in the predominantly English-speaking North American continent, schooling in French became compulsory for students (OAKES; WARREN, 2007). More recently, in 2022, the Charter of the French Language was replaced by an Act, Bill 14, that recognized the official and common language of Quebec, French, in which the discourse of preserving the French language was reaffirmed with new implications, notably for public services aimed at immigrants (e.g., rules against using a language other than French when communicating with them after they have been in Canada for a period of six months) (GOUVERNEMENT DU QUÉBEC, 2023). In addition, issues affecting school-age and adult immigrants continue, for example, with cuts to language support services (LA PRESSE CANADIENNE, 2025).

Quebec created the linguistic, academic and social integration program (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT, 2010), favoring the "classe d'accueil", orwelcoming class, model in which learning the language of schooling is carried out separately from the mainstream classroom (ARMAND, 2021). The welcoming class was created in 1969 but has been widespread since the adoption of the Charter of the French Language in 1977 and continues to grow (ARMAND, 2021). So, since the Charter of the French Language came into force, Quebec's French-language school system has become a welcoming place for immigrant students. Indeed, schools have had to adapt to the resulting linguistic, ethnocultural and religious diversity. In addition, since 1998, the Policy on School integration and intercultural education has provided a framework for the implementation of intercultural education (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, 1998) and, more recently, the Policy on Educational Success provides a framework for the implementation of inclusive education (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, 2017).

In general, in the Montreal metropolitan area, students who are considered as needing support to learn or improve French attend a welcoming class. These students go through two placements: one to enter and another to exit the welcoming class. A welcoming protocol is put in place to assess each student's language skills and decide whether they need to be placed in a welcoming class. After the stay in the welcoming class, students are expected to be referred to the mainstream class (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT, 2010, 2014a).

In 2020, 33% of students in Quebec had an immigrant background and, of these students, 68% were born in Quebec to immigrant parents and 32% were not born in Quebec (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, 2021). More specifically, in 2018-2019, these students comprised 30.5% of students in the Quebec school system in general youth education, with 11.1% born outside Canada and 19.4% born in Canada, with at least one parent born outside Canada. Most young people from immigrant backgrounds live in Montreal (81.3%), with 52.4% on the island of Montreal and 28.9% in its greater suburbs (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR, 2019). In 2009-2010, non-French-speaking students represented 15% of all students in schools in Quebec and 52% specifically on the island of Montreal (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT, 2014b). Thus, this context and these statistics demonstrate the importance of the French language in Quebec and, specifically of the welcoming class, as well as the high number of immigrant students in Quebec and, specifically in Montreal, a large proportion of whom attend the welcoming class at the start of their schooling.

2 STUDENTS' EXPERIENCE OF LEARNING THE LANGUAGE OF SCHOOLING

In education, most research on the welcoming class or similar models is carried out by second-language didactics scholars and focuses on students' experience to improve integration models (ARMAND; LORY; ROUSSEAU, 2013; TAKEUCHI, 2016). They focus on learning processes and teaching practices. For example, some research emphasizes the importance of language, artistic and cultural awareness activities (ARMAND; LORY; ROUSSEAU, 2013; BEAUREGARD; CARON; CALDAIROU-BESSETTE, 2020; BELAUBRE; RUEFF, 2007; CLERC et al., 2007), while others emphasize the importance of writing and reading development activities for students (ARMAND; SIROIS; ABABOU, 2008; MAYNARD; ARMAND, 2016; VATZ LAAROUSSI et al., 2013) .

Research focusing specifically on the experiences of students learning the language of schooling, highlights on the one hand, a feeling of exclusion due to physical separation at school (HILT, 2017; MOYA; BUTLER-KISBER, 2019; RESCH; GITSCHTHALER; SCHWAB, 2023; RIGGS; DUE, 2011; TERHART; DEWITZ, 2018) and generally a lack of contact with mainstream students (AARSÆTHER, 2021; AMIREAULT; LAMPON-DE SOUZA, 2022; RAZAFIMANDIMBIMANANA; BLANCHET, 2011; STEINBACH, 2010a, 2010b). On the other hand, research underscores their agency in responding to the imposed challenges of integration and academic success (ALLEN, 2006, 2007; COHEN, 2012;

MCCLLOUD, 2015) by mobilizing their family resources (KANOUTÉ et al., 2008), their understanding of their immigration as an opportunity (MICHAEL; ANDRADE; BARTLETT, 2007) and social ties with school actors and peers to navigate the school system (MCCLLOUD, 2015). Furthermore, research shows that students belonging to minority groups (e.g., in terms of race, migratory status, etc.), which is the case of some students in welcoming classes, are over-represented in less prestigious tracks, such as programs for students considered to have learning difficulties (BÉLANGER; TALEB, 2006; HIBEL; JASPER, 2012) and under-represented in more prestigious tracks, such as programs for students considered to be gifted (BIANCO; LEECH, 2010).

Most research on the welcoming class or similar models tends to focus on the perception of school actors, but it is also of utmost importance to consider students' perceptions (RESCH; GITSCHTHALER; SCHWAB, 2023). Furthermore, research on the subject does not generally consider the placement procedures to which students are subjected (MATHIVAT; REY; KLOETZER, 2024). Moreover, research adopting a critical standpoint, focusing on students' counter-narratives (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002), is even less numerous, which is the reason why we propose it in this study. The aim of this research is therefore to study the experience of students learning the language of schooling from their counter-narratives concerning their stay in the welcoming class and their placements before and after this stay in Montreal. The focus is on their experiences before, during and after their stay in the welcoming class.

3 CONCEPTUAL FRAMEWORK

The combination of a few concepts was identified as suitable for analyzing the data in an educational context: the concept of cultural capital (BOURDIEU; PASSERON, 1970), including the concept of transnational habitus (KELLY; LUSIS, 2006); Foucault's definition of disciplinary power and, more specifically, of the system of rewards and punishments connected to disciplinarization (FOUCAULT, 1975); the deficit (DAVIS; MUSEUS, 2019) and hierarchizing (DHAMMOON, 2009) discourse of social actors.

Bourdieu (1986) discusses the different forms of capital (economic, social, cultural and symbolic), focusing on cultural capital and its connection to habitus. Cultural capital refers to an individual's dispositions (taste, skills, etc.) that are valued within a certain social class. An individual's habitus is inscribed on the body. The habitus and cultural capital of the dominant groups are reproduced, and school is a central institution contributing to this social reproduction (BOURDIEU; PASSERON, 1970; HALLETT; GOUGHERTY, 2018).

Students who have learned the values transmitted by the school at home adapt easily to them, unlike those whose habitus and forms of capital distance themselves from said values. There is therefore an expectation of adaptation to the school (NOWICKA, 2015). Moreover, habitus is transnational, that is, values that immigrants take with them, including in their bodies, can be considered positive or negative depending on what is valued in the host country (KELLY; LUSIS, 2006).

In relation to this requested adaptation, a system of rewards and punishments can be used to encourage adequacy (FOUCAULT, 1975). Disciplinary power, a power exercised through control, surveillance and classification (FOUCAULT, 1975) acts in different spaces, including school (FOUCAULT, 1975). At school, students can be rewarded or punished according to norms to achieve a minimum level of docility and productivity (RYAN, 1991). In fact, teachers and other school workers encourage student conformity by ranking skills, academic performance and behaviors against standards (FORD, 2003).

In addition, the way in which students and their skills are viewed can be connected to a deficit and hierarchical discourse. Individuals belonging to minority groups (e.g., in terms of race, migratory status, etc.) may be understood as possessing “deficiencies” in relation to local norms (DAVIS; MUSEUS, 2019), since local values are understood to be superior to other values (DHAMOON, 2009). This system upholds a meritocratic discourse that (re)produces social inequalities, blaming students (and their parents) instead of focusing on systematic issues (e.g., racism) (DAVIS; MUSEUS, 2019; DHAMOON, 2009).

4 METHODOLOGY

This study presents the results of qualitative ethnographic research adopting an interpretive-critical epistemological perspective (COHEN; MANION; MORRISON, 2017). Semi-structured interviews (MAY, 2011) with seven students were conducted and the data was analyzed from the perspective of counter-narratives (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002). Specifically, the life story method focuses on the discursive narration of events to describe a trajectory (BERTAUX, 2016). It can also concern a specific period of life (e.g., childhood) or an aspect of life (e.g., school history) (KRUMER-NEVO; SIDI, 2012). The counter-narratives, that is, the narratives of minority groups (e.g., in terms of race, immigration, language, etc.) tend to be ignored in contrast to the dominant narratives of majority groups (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002). This analysis strategy is thus valuable because it reveals hidden (intersectional) mechanisms of inequality and highlights students’ experiences in contrast to dominant narratives (COLLINS, 2024).

Research participants were recruited by means of a call for participation and the snowball technique. The criteria for participation in the research were: 1) to be or to have been a high school student; 2) who has been referred to the welcoming class; 3) in Montreal; and 4) to be at least 18 years old at the time of the interview. The research was approved by the Plurifaculty Research Ethics Committee of the Université de Montréal. For reasons of confidentiality and in accordance with the requirements of this committee, participants are identified by pseudonyms. The interviews were recorded and transcribed in their entirety. A guide for the interviews was used, focusing on the following three themes: 1) the family experience during childhood and adolescence; 2) school experiences before and during the welcoming class stay; and 3) school experiences after that stay. The interviews were conducted in French, and their extracts were translated to English for the purpose of this publication.

Regarding the students' socio-demographic data, seven high school students (or ex-students) were interviewed, comprising 6 women and 1 man, aged between 18 and 28. As for their country of birth, 2 were born in Sudan, 1 in Benin, 1 in Pakistan, 1 in Côte d'Ivoire, 1 in Mexico and 1 in Venezuela. As for their mother tongues, 2 speak Arabic, 2 Spanish, 1 Fon, 1 Dari and 1 Malinke. As for languages spoken at home, 1 student reports speaking only French, and 1 student reports speaking both French and their mother tongue; the other 5 report speaking exclusively their mother tongues at home. As for languages used daily, all students mention French, of whom 2 speak French exclusively daily, and 5 speak French as well as English and/or their mother tongues daily. As for the highest level of education obtained by at least one of their parents, 4 mention university, 1 mentions secondary school, 1 mentions primary school and 1 has chosen not to divulge this information. Students' educational backgrounds will be detailed in the results session. The research focuses on their educational experience before, during and after their stay in the welcoming class.

5 RESULTS

In this section, the results of the research are discussed concerning immigrant students' counter-narratives about their stay in the welcoming class and their placements before and after that stay. The students' discourses are presented in the form of counter-narratives, dividing them into two types of paths: less tortuous and more tortuous,, in relation to their experience before, during and after their stay in the welcoming class. "More" or "less"

tortuous paths mean “more” or “less” difficult paths from their arrival in the Quebec school system to the classroom where they were placed after their stay in the welcoming class. Due to space limitations, excerpts from the most significant moments in students’ journeys and those that complemented other participants’ counter-narratives were prioritized, thus avoiding possible repetitions of similar experiences.

5.1 Counter-narratives from students who have been through less tortuous paths

In this section, the counter-narratives of Regina, Carlos, Rajaa and Ajah are presented. They were aged between 13 and 16 when they arrived in the welcoming class and spent between one and two school years in the welcoming class. These students have some elements in common: 1) they had no knowledge of the French language when they arrived; 2) their parents had completed university studies; 3) they were placed in the mainstream class at a grade level corresponding to or one year or more below their age.

Regina’s counter-narrative, born in Mexico: adaptative but still a challenging experience

Regina was 16 when she arrived in the welcoming class, where she spent two school years. At the time of the interview, she was in the mainstream class. Before joining the welcoming class, she had already been informed of the need for this placement.: “the school was going to put us in a welcoming class to learn the language before going to the mainstream class”. She felt that the assessment was not thorough: “The lady asked me a question, what’s your name or something like that [...]. The only way they knew I didn’t speak French was that I didn’t answer the question”. At the start of her stay in the welcoming class, speaking other languages was not allowed in class: “the teacher, she forced us to speak in French, even if nobody in the class spoke French”. She believed the amount of time she stayed in the welcoming class was excessive: “my friends in Mexico had already finished school last year, a year before me, so I was eager to finish too, and I thought it was a bit of a waste of time”. Comparing the welcoming class and the mainstream class, she says she notices a lack of “patience” on the part of teachers and peers in the mainstream class: “they don’t have the same patience with us who don’t speak the language too well”. Thus, she feels the need to remind them of her educational background: “I feel obliged to say that I don’t speak French perfectly, or that I wasn’t born here, or that I come from the welcoming class, even to the teachers”.

Carlos' counter-narrative, born in Venezuela: added supportive services experience

Carlos was 16 when he arrived in the welcoming class, where he spent two school years. At the time of the interview, he was in the mainstream class. Before his stay in the welcoming class, he had not taken a written test, which he took to mean that he had not taken a French test: "I didn't take a French test". He says that he was sent to the welcoming class because he had to: "I didn't speak French, [...] so I had to go to the welcoming class to learn the language first and then go to the mainstream class". At the start of his stay in the welcoming class, he believed his teacher was strict: "I remember that my first teacher, she was very strict, not with me, but with certain peers in my class, so it was something that intimidated me a lot". According to him, this teacher was strict (e.g., shouting) with students who didn't follow the rules (e.g., doing homework, arriving on time, etc.): "the students who are quiet, who are silent, who pay attention to class, she treats well, compared to the students who have bad habits in the classroom". His experience of learning French generated anxiety, for which he received psychological and speech therapy: "problems like the anxiety I had in my French lessons". In his case, the negative consequences of putting French-speaking and non-French-speaking students in the same welcoming class are noticeable: "I have peers of Algerian origin, so they speak French, and every time I need to do an activity with them where it's just talking, I find difficulties". In the mainstream class, he continues to receive speech therapy. It should be noted that he has been placed below his age level: "I'm 18, this is the fourth year of secondary school in which I'm studying with 15 and 16-year-olds".

Rajaa's counter-narrative, born in Sudan: "working hard" as a strategy experience

Rajaa was 13 when she arrived in the welcoming class, where she spent one school year. At the time of the interview, she was in the mainstream class. Before her stay in the welcoming class, she did not speak French: "It was really a new language for me. It was the first time I'd heard it". During her stay in the welcoming class, she says she participated in class and even did more than her teacher asked: "I like to work, I like to participate, so I often asked for more work to improve". She recalls that the teacher used to give rewards to the students to encourage them: "He gave us rewards to encourage us to speak French, like sweets". After her stay in the welcoming class, she felt anxious when interacting with peers: "I had the impression that no one understood me when I spoke". She compares the welcoming class to the mainstream class: "It was different in the mainstream class, of course, because you weren't supervised like in the welcoming class". However, in the

mainstream class, she continues to devote a great deal of time to her studies, asking for help when needed: “I’m a person who goes to every lunch hour support sessions, so all the teachers know me. [...] I spend my lunch hours there because I have a lot of questions.

Ajah’s counter-narrative, born in Sudan: partial integration/ language support experience

Ajah was 15 when she arrived in the welcoming class, where she spent one school year. At the time of the interview, she was completing her college studies. Before her stay in the welcoming class, she says she did not take a French test, but she did take a math test in French: “They asked me if I knew any French. I said no, so they didn’t give me a French placement test [...], but they gave me a math test, and it was in French”. Her stay in the welcoming class went well. She speaks of it as being a “little family”: “In the welcoming class, because there are fewer people, [...] you’re closer to the teacher, [...] I felt we were all one family, a little family”. According to her, her partial integration into the mainstream classroom generated anxiety, but was also helpful: “I was a bit scared, [but] it helped a lot, because it prepared me”. She also received language support in the mainstream class: “the support helped me a lot. [...] The things I didn’t understand, we did together”.

5.2 Counter-narratives from students who have been through more tortuous paths

In this section, the counter-narratives of Ianna, Akissi and Awaiza are presented. They were between 14 and 15 years old when they arrived in the welcoming class and have spent between one and three school years in the welcoming class. These students have some elements in common: 1) they reported having some knowledge of the French language when they arrived in the local school system; 2) their parents did not have a university education (although one of these students did not wish to disclose her parents’ level of education); 3) they were directed to paths other than the mainstream classroom (partial integration, special education or general adult education). However, one of these students was placed in the mainstream class one year below her age level (the reasons for her placement under the more tortuous paths will be explained in more detail later).

Ianna’s counter-narrative, born in Benin: learning difficulties experience

Ianna was 15 when she arrived in the welcoming class, where she spent less than a school year. At the time of the interview, she had already finished college. However, her school journey was more complicated than

this seemingly smooth summary. Prior to her stay in the welcoming class, after taking a test, she was informed that she “had difficulties”: “based on that test, they just decided to give me the connotation of a student with a disability or difficulty of some kind”. When she arrived in the welcoming class, her teacher was surprised because she had been informed that Ianna did not speak French: “I arrived in her class, and she was trying to make herself understood by speaking French to me very slowly. I said [in French]: ‘Hello, I understand very well what you are saying. [Laughs]’”. Once directed to the mainstream class, she subsequently failed some subjects: “at the end of the year, I had passed some subjects, others not”. After a year in the mainstream class, because of her age and “difficulties”, the guidance counsellor suggested that she take a vocational training program in the special education sector: “the guidance counsellor met me and said, ‘what I’m proposing, given your difficulties, is that you go into [name of program]’. It’s like vocational training [...] with young people who have difficulties”. Neither she nor her parents understood the placement choice proposed, but they accepted it. Then, by chance, she met her former welcoming class teacher, who suggested general adult education instead: “She said to me: ‘No, no, no, you’re not going into [name of program]’ [...]. It would be better if you went to adult education to continue your studies”. Again, neither she nor her parents understood the placement choice proposed, but they accepted it. Ianna mentions that the guidance counselor’s decision was taken without knowing her: “the guidance counselor in fact, who doesn’t know me, who has never met me...” and without her parents being present: “I wasn’t even accompanied by my parents, I was alone during this meeting. Half the things I didn’t understand”. In her opinion, the advisor could have offered other options: “Just offering one choice is something, no, it’s not adequate. [...] The proof: that’s not what I’m doing right now”.

Akissi’s counter-narrative, born in Côte d’Ivoire: French-speaking experience

Akissi was 15 when she arrived in the welcoming class, where she spent one and a half school years. At the time of the interview, she was in the mainstream class. Her case is notable as a French speaker. According to her, despite being French speaking, she had to spend almost two school years in the welcoming class: “I did a year and a half, like two years or so”. She talks about the test taken before her stay in the welcoming class: “They gave me a French test. [...] They said no, I must go to the welcoming class, because the test I had done, I think it was full of mistakes”. She thought she was going to get a good mark in the test, but this was not the case: “when I took

the test, I thought I was going to get a good mark, because I did it my way, but the answer they wanted, that's not how I took my test". She also talks about difficulties in math: "I really had difficulty in maths too, because it also depended on how the teacher explained the lesson". She was placed in the mainstream class below her age level: "Well, my age was still higher".

Awaiza's counter-narrative, born in Pakistan: academic delay experience

Awaiza was 14 when she arrived in the welcoming class, where she spent three school years. At the time of the interview, she was in a partial integration model. Initially, she was referred to a welcoming class for students considered to be behind academically: "it's a welcoming class, it's just that it's for students who have just arrived in Canada, and they have missed years [of schooling]". Thus, her counter-narrative shows yet another division inside the division of the welcoming class. She also mentioned her behavior. When talking about rewards and punishments in class, she says they did not work well for her: "Rewards are good for students who were good and quiet. For me, I don't think so, because I'm not calm". She also experienced partial integration. She went through different levels in the welcoming class until she was sent to a partial integration model in which she takes subjects in the mainstream classroom: "it's just French [...], but the others, I do subject like maths, history, science, in the mainstream class". Considering all the changes she has gone through, she has had five French teachers in the welcoming class: "In French, I had 1-2-3, until now 4, 5 [teachers]". At the time of the interview, she was still waiting for full integration into a mainstream class, but she was already 18.

6 DISCUSSION AND CONCLUSION

Several elements can be noted from the analysis of the research findings. Students (and their parents) do not appear to be properly informed about the workings of the school system, the welcoming class and the placement procedures. For example, students reported that they did not fully understand the placement tests, and that they felt that the way they answered the tests was not considered correct by those assessing their language skills. Students and immigrant parents not being properly informed about local school system has also been highlighted by research (CUKO, 2016). During initial evaluations, some students were told that they "had difficulties" or that they were behind the Quebec academic norm (in academic delay). Immigrant students being judged as having learning disabilities have also been identified by research (CAROTHERS; PARFITT, 2017).

Once in the welcoming class, the participants informed us that they were told that the stay in the welcoming class was an “obligation” they had to fulfil to be able to study in the mainstream class. Some students mentioned that their teachers did not allow them to speak in their mother tongues in class, a finding that has been corroborated by other research (AHOAJA; BALLINGER, 2022). In terms of behavioral requirements, according to the participant students, teachers tended to use a system of rewards and punishments. For example, receiving candy when they did what was expected (e.g., participating in class, doing homework, etc.) or being yelled at when they did what was not expected (e.g., speaking their native language in class, etc.). It should be noted that a system of rewards and punishments is a common technique used in schools to manage students’ participation in class (ISKANDAR et al., 2024). Furthermore, some students mentioned feeling scared and were even referred to additional support language services (e.g., psychology, speech therapy) to manage their anxiety and so-called language “challenges”, which can be considered a deficit-thinking approach to dealing with immigrant students (SOARES, 2025). Finally, some students reported perceiving their time in the welcoming class as a waste of time or of falling behind academically. Other research has mentioned how separated language models can be viewed by students and their parents as a waste of time, especially in case of academic delay (ALLEN, 2006).

Comparing the welcoming class and the mainstream class, the participants reported that teachers and students in the welcoming class are “nicer”, and the welcoming class is like a “little family”. Conversely, in the mainstream class, they feel more external pressure to speak the language well. They also feel the need to remind teachers and peers in the mainstream class that they are still students in the process of learning the language of schooling, a process that takes from 5 to 7 years, according to research (CUMMINS, 2003). In general, the participants reported feeling less supported in the mainstream classroom than in the welcoming class. After a year or more in the welcoming class, some students were placed in the mainstream class (generally below their age level), but some students took paths other than the mainstream class (general adult education, special education or partial integration). More precisely, according to the students’ counter-narratives, neither they nor their parents seemed to have a proper understanding of the options available for their studies, especially after their stay in the welcoming class. Thus, they tend to accept the recommendations of the school actors without questions. Other research has also highlighted the importance of properly informing immigrant parents about the host education system and listening to them (SOARES et al., 2023), since positive collaboration with parents can influence school success (NOROZI, 2023).

According to our analysis, the data highlights the importance of parents' educational capital in the school experience of the students interviewed and, consequently, in their placements, since those whose parents have higher educational capital (university studies) reported having had a less difficult school journey, and those whose parents had lower educational capital (college studies and less) reported having had a more difficult journey. Some of them seem to respond better to school expectations (e.g., asking for help when needed instead of waiting to receive help, etc.). Analysis of the data indicates that those who already have a quality education (which may be associated with their parents' educational capital), seem to respond more readily to school expectations. This may therefore be transferable for some students (that is, even if they are immigrants), because it involves shared values (e.g., doing homework as required, etc.). For these students, the fact that the habitus is transnational helps (KELLY; LUSIS, 2006). Thus, those who already possess what is required by the school, succeed at school and those who do not possess it, tend not to achieve academic success (BOURDIEU; PASSERON, 1970). However, even if the stay in the welcoming class is not enough to achieve success (for those who do not meet school expectations), it does serve to teach students the host society's behavioral requirements (e.g., speaking only in the required language, etc.). These behaviors are taught mainly through a system of rewards and punishments, making the welcoming class a disciplinary space (FOUCAULT, 1975). In fact, these students would be understood by the school system as having "shortcomings": lack of mastery of the language of schooling and lack of understanding of how the school and local culture work, which would justify their "need" for "linguistic, school and social integration" (MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT, 2010). Therefore, this discourse on the part of the host society and its school actors, especially during immigrant students' assessments and placements, can be identified as being both deficit-thinking (DAVIS; MUSEUS, 2019) and hierarchical (DHAMMOON, 2009). Other research has suggested that school actors consider immigrant students' "ability" to speak French as a way of measuring their success. In this sense, "deficiency" in French would indicate "deficiency" as learners in general (AHOOJA; BALLINGER, 2022). As a result, the discourse of the "need" to master the French language tends to occur without highlighting other knowledge and skills of the students (AHOOJA; BALLINGER, 2022).

In terms of the limits of this research, it would be interesting to interview more students, and to find out what their parents and school workers think about the subject at hand. These topics could be addressed in future research. However, this research broke new ground in different ways. This research demonstrated the importance of positive connections with teachers and peers for the well-being of students learning the language

of schooling in both the welcoming class and the mainstream class (BAUER; AEBISCHER; RIBET, 2021). In addition, as in this research, other research has also highlighted that students understand the mainstream class rather than the welcoming class (or other similar models) as a space for inclusion, even if the mainstream class represents a challenge (e.g., in terms of language and connections with teachers and peers) (FANDREM et al., 2024). However, research tends not to adopt a critical perspective, especially from the counter-narratives of minority students (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002). Moreover, research on the subject often focuses on school actors. Consequently, studies have highlighted the importance of examining the experience of students (RESCH; GITSCHTHALER; SCHWAB, 2023). These elements constitute the major asset of this research: carrying out a critical analysis and focusing on the experience of students learning the language of schooling. In this sense, in terms of recommendations, it is essential that school actors also focus on students' experience.

Firstly, it is important to explain to students and their parents the procedures for placing students before and after their stay in the welcoming class. Secondly, it is suggested that they are involved in the decision-making, since these decisions influence the students' school journey and even beyond. Finally, a critical and in-depth reflection is proposed on decisions choosing long stays in the welcoming class, placement below the age level of students in the mainstream class, placement in sectors other than the mainstream class (special education and adult education) and even the choice of the welcoming class model.

NEM AQUI, NEM LÁ: VERTIGEM NO POSICIONAMENTO

Eu tive que escrever uma poesia sem rima
por mim, pra mim.

Primeiro eu tive que escolher uma língua,
depois, um lugar.

Mas não, não há escolha.
É um acúmulo de línguas, de lugares.
Intersecção de opressões e privilégios.

Eu acertei no título: nem aqui, nem lá.
Vertigem constante no posicionamento.
Posicionamento na pesquisa e na vida.

Vida no Norte, mas o Sul global fica.
O Sul global nunca foi tão presente.
O Sul alimenta pra sobreviver no Norte

Pé no Norte e mente e coração no Sul.
Zumbido interno a cada passo não vão.

Só entende realmente quem experiencia.
O que é ser imigrante. i'm migraine.
E nunca deixar de ser "recém-chegada".

É tudo mesmo sobre... acolhimento.
Ou falta de. Acolhimento e cuidado.
Não era pra ser sobre assimilação.
Não era pra ser sobre adaptação.
Não era pra ser só sobre vocês,
mesmo se a casa é sua.
Su casa, mi casa?

As regras são suas, né?
Os valores são seus.

Mas a gente continua existindo aqui.
Com toda a complexidade e riqueza
Que alguns amam e outros odeiam.

E a gente continua cantando e dançando.
Por nós, pra nós. Nós? Vocês? Quem?

Normalização, disciplina dos corpos.
Habitús, tipos de capital. Práticas.
Estigmatização. Ordem interacional.
Tudo junto e misturado. Palavras ao léu.

Só mais uma vez, traduzo pra vocês.
Mas o original fica na minha língua.
Aviso: parte da beleza se perde na tradução.

Reconheço a falta de rima e métrica,
Reconheço os versos bagunçados,
Mas a falta de estilo é o meu estilo.
O único estilo possível no Norte-Sul.

Roberta Soares

BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

- AARSÆTHER, F. Learning environment and social inclusion for newly arrived migrant children placed in separate programmes in elementary schools in Norway. **Cogent Education**, v. 8, n. 1, p. 1-16, Jan. 1, 2021.
- ABU-LABAN, Y. et al. Symposium on Containing Diversity: Canada and the Politics of Immigration in the 21st Century (Toronto: University of Toronto Press, 2023). **Canadian Ethnic Studies**, v. 55, n. 1, p. 125-145, 2023.
- AHOOJA, A.; BALLINGER, S. Invisible experiences, muted voices, and the language socialization of Québec, migrant-background students. **International Journal of Bilingual Education and Bilingualism**, v. 25, n. 2, p. 478-490, Feb. 7, 2022.
- ALLEN, D. Who's in and who's out? language and the integration of new immigrant youth in Quebec. **International Journal of Inclusive Education**, v. 10, n. 2-3, p. 251-263, Mar. 2006.
- ALLEN, D. Just who do you think I am? The name-calling and name-claiming of newcomer youth. **Canadian Journal of Applied Linguistics**, v. 10, n. 2, p. 165-175, 2007.
- AMIREAULT, V.; LAMPRON-DE SOUZA, S. "J'ai appris que c'était plus dur que je pensais de venir dans un autre pays et d'apprendre une nouvelle langue": rencontres entre élèves du secteur régulier et élèves de classe d'accueil dans une école secondaire de Montréal. **International Journal of Intercultural Research**, v. 11, n. 1, p. 45-55, 2022.
- ARMAND, F. L'enseignement du français en contexte de diversité linguistique au Québec: idéologies linguistiques et exemples de pratique en classe. Em: POTVIN, M. et al. (Eds.). **La diversité ethnoculturelle, religieuse et linguistique en éducation: théorie et pratique**. 2. ed. Montréal: Fides Éducation, 2021. p. 220-233.
- ARMAND, F.; LORY, M.-P.; ROUSSEAU, C. "Les histoires, ça montre les personnes dedans, les feelings. Not possible if there's no theater." (Tahina) Ateliers d'expression théâtrale plurilingues en classe d'accueil. **Lidil**, v. 48, p. 37-55, 2013.
- ARMAND, F.; SIROIS, F.; ABABOU, S. Entrée dans l'écrit en contexte plurilingue et défavorisé: développer les capacités métaphonologiques et sensibiliser à la diversité linguistique. **Canadian Modern Language Review**, v. 65, n. 1, p. 61-87, 2008.
- BAUER, S.; AEBISCHER, N.; RIBET, R. De la classe d'accueil à la classe ordinaire: une expérience de "bien-être"? Étude qualitative auprès d'élèves de l'enseignement secondaire vaudois (Suisse). **Recherches en éducation**, n. 44, 1 mar. 2021.

- BEAUREGARD, C.; CARON, M.-E.; CALDAIROU-BESSETTE, P. Fostering Emotional Awareness and Restoring Social Connectedness Through Drawing: The Case of Immigrant Children in Reception Classes). **Canadian Journal of Art Therapy**, v. 33, n. 2, p. 70-79, Nov. 17, 2020.
- BÉLANGER, N.; TALEB, K. Une mise en scène du rôle des comités d'identification de l'enfance en difficulté en Ontario français. **Éducation et sociétés**, v. 18, n. 2, p. 219-236, 1 dez. 2006.
- BELAUBRE, V.; RUEFF, V. Un atelier marionnettes en classe d'accueil de collège. **Études de linguistique appliquée**, v. 147, n. 3, p. 329-338, 2007.
- BERTAUX, D. **Le récit de vie**. 4. ed. Paris: Armand Colin, 2016.
- BIANCO, M.; LEECH, N. L. Twice-Exceptional Learners: Effects of Teacher Preparation and Disability Labels on Gifted Referrals. **Teacher Education and Special Education**, v. 33, n. 4, p. 319-334, Nov. 1, 2010.
- BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. (Ed.). **Handbook of theory and research in the sociology of education**. Westport, CT: Greenwood Press, 1986. p. 241-248.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1970.
- CAROTHERS, D.; PARFITT, C. M. Disability or Language Difference: How Do We Decide? **American Journal of Qualitative Research**, v. 1, n. 1, p. 1–12, 31 dez. 2017.
- CLERC, S. et al. Place et intérêt des pratiques artistiques, interculturelles et interlinguistiques dans les dispositifs d'accueil et d'enseignement/apprentissage pour les élèves allophones. **Études de linguistique appliquée**, v. 147, n. 3, p. 317-328, 2007.
- COHEN, J. Imaginary community of the mainstream classroom: adolescent immigrants' perspectives. **Urban Review**, v. 44, p. 265-280, 2012.
- COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. Critical educational research. Em: COHEN, L.; MANION, L.; MORRISON, K. (Eds.). **Research Methods in Education**. 8. ed. London: Taylor & Francis Group, 2017. p. 51-67.
- COLLINS, T. Foregrounding Black Student Experiences of Special Education Placement Using a Counter-Narrative Method. **Sage Publishing**, 2024.
- CUKO, K. Perceptions de parents nouvellement arrivés dans le système scolaire québécois: la classe d'accueil, lieu de « révélation » de mobilités et d'immobilités dans le parcours d'insertion sociale. **Cahiers internationaux de sociolinguistique**, v. 9, n. 1, p. 263–290, 2016.

- CUMMINS, J. Bilingual Education. Em: BOURNE, J.; REID, E. (Eds.). **World yearbook of education: language education**. London: Routledge, 2003. p. 3–20.
- DAVIS, L. P.; MUSEUS, S. D. What Is Deficit Thinking? An Analysis of Conceptualizations of Deficit Thinking and Implications for Scholarly Research. **NCID Currents**, v. 1, n. 1, 2019.
- DHAMOON, R. Identity/Difference Politics: How Difference Is Produced, and Why It Matters. [s.l.] **University of British Columbia Press**, 2009.
- FANDREM, H. et al. Inclusion of immigrant students in schools: the role of introductory classes and other segregated efforts. **International Journal of Inclusive Education**, v. 28, n. 4, p. 440-455, 20 Mar. 2024.
- FORD, M. Unveiling Technologies of Power in Classroom Organization Practice. **Educational Foundations**, v. 17, n. 2, p. 5-27, 2003.
- FOUCAULT, M. Discipline. Em: FOUCAULT, M. (Ed.). **Surveiller et punir**. Paris, France: Gallimard, 1975. p. 157-264.
- GOVERNMENT OF QUEBEC. **Projet de loi n. 96**: les faits. Disponível em: <https://www.quebec.ca/gouvernement/politiques-orientations/langue-francaise/pl96> . Acesso em: 5 ago. 2025.
- HALLETT, T.; GOUGHERTY, M. Bourdieu and organizations. Em: MEDVETZ, T.; SALLAZ, J. J. (Eds.). **The Oxford handbook of Pierre Bourdieu**. Oxford, England: Oxford University Press, 2018. p. 274-298.
- HIBEL, J.; JASPER, A. D. Delayed Special Education Placement for Learning Disabilities Among Children of Immigrants. **Social Forces**, v. 91, n. 2, p. 503-530, 2012.
- HILT, L. T. Education without a shared language: dynamics of inclusion and exclusion in Norwegian introductory classes for newly arrived minority language students. **International Journal of Inclusive Education**, v. 21, n. 6, p. 585-601, 2017.
- INSTITUT DE LA STATISTIQUE DU QUÉBEC. **Démographie québécoise: les migrations internationales alimentent une forte croissance de la population en 2022**. Disponível em: <https://statistique.quebec.ca/fr/communique/demographie-quebecoise-migrations-internationales-alimentent-forte-croissance-population-2022> . Acesso em: 5 ago. 2025.
- ISKANDAR, S. et al. The Use of Reward and Punishment in Classroom Management in Elementary Schools. **Journal of Pedagogy**, v. 1, n. 3, p. 61–66, 27 jun. 2024.
- KANOUTÉ, F. et al. Familles et réussite scolaire d'élèves immigrants du secondaire. **Revue des sciences de l'éducation**, v. 34, n. 2, p. 265-289, 2008.

- KELLY, P.; LUSIS, T. Migration and the transnational habitus: evidence from Canada and the Philippines. **Environment and Planning A: Economy and Space**, v. 38, n. 5, p. 831-847, 1 maio 2006.
- KRUMER-NEVO, M.; SIDI, M. Writing Against Othering. **Qualitative Inquiry**, v. 18, n. 4, p. 299-309, 1 abr. 2012.
- LA PRESSE CANADIENNE. Quebec suspends support for immigrant and aboriginal students. **Radio-Canada**, Jan. 28, 2025.
- MATHIVAT, N.; REY, J.; KLOETZER, L. Entre inclusion et sélection: l'orientation des élèves primo-arrivants allophones dans les conseils de classe d'accueil en Suisse. **Éducation et Sociétés**, v. 52, n. 2, p. 41-61, 2024.
- MAY, T. Interviewing: methods and process. Em: Social research issues, methods and process. 4. ed. Maidenhead: **Open University Press**, 2011. p. 131-160.
- MAYNARD, C.; ARMAND, F. Écriture de textes identitaires plurilingues et rapport à l'écrit d'élèves immigrants allophones. **Nouveaux cahiers de la recherche en éducation**, v. 19, n. 2, p. 134-160, 2016.
- MCCLOUD, J. "Just like me": how immigrant students experience a U.S. high school. **The High School Journal**, v. 98, n. 3, p. 262-282, 2015.
- MICHAEL, A.; ANDRADE, N.; BARTLETT, L. Figuring "success" in a bilingual high school. **The Urban Review**, v. 39, n. 2, p. 167-189, 2007.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION. **Une école d'avenir: politique d'intégration scolaire et éducation interculturelle**. Quebec: Gouvernement du Québec, 1998.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT. **Programme de formation de l'école québécoise. Intégration linguistique, scolaire et sociale: domaine des langues au secondaire**. Quebec: Gouvernement du Québec, 2010.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT. **Cadre de référence: Accueil et intégration des élèves issus de l'immigration au Québec: 3. Protocole d'accueil**. Quebec: Gouvernement du Québec, 2014a.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION, DU LOISIR ET DU SPORT. **Cadre de référence: Accueil et intégration des élèves issus de l'immigration au Québec: 1. Portrait des élèves - Soutien au milieu scolaire**. Quebec: Gouvernement du Québec, 2014b.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **Politique de la réussite éducative: le plaisir d'apprendre, la chance de réussir**. Quebec: Gouvernement du Québec, 2017.
- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **Portail informationnel. Système Charlemagne, Direction de l'intégration linguistique et de l'éducation interculturelle**. Quebec: Gouvernement du Québec, 2019.

- MINISTÈRE DE L'ÉDUCATION ET DE L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR. **Effectifs scolaires en formation générale des jeunes**. Québec: Gouvernement du Québec, 2021.
- MOYA, M. B. C.; BUTLER-KISBER, L. Latin Americans' perceptions of their secondary school education in Montreal. **Canadian Ethnic Studies**, v. 51, n. 1, p. 89-110, 2019.
- NOROZI, S. A. The important building blocks of newcomer immigrant students' education in the Norwegian context. **Frontiers in Education**, v. 7, Jan. 16, 2023.
- NOWICKA, M. Habitus: its transformation and transfer through cultural encounters in migration. Em: COSTA, C.; MURPHY, M. (Eds.). **Bourdieu, habitus and social research: the art of application**. London: Palgrave Macmillan UK, 2015. p. 93-110.
- OAKES, L.; WARREN, J. **Language, Citizenship and Identity in Quebec**. 2007. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.
- RAZAFIMANDIMBIMANANA, E.; BLANCHET, P. Enquêter sur le plurilinguisme d'enfants migrants: méthode et enjeux au regard d'un terrain québécois. **Child Health and Education**, v. 3, n. 1, p. 31-46, 2011.
- RESCH, K.; GITSCHTHALER, M.; SCHWAB, S. Teacher's perceptions of separate language learning models for students with immigrant background in Austrian schools. **Intercultural Education**, v. 34, n. 3, p. 1-17, Mar. 2, 2023.
- RIGGS, D. W.; DUE, C. (Un)common ground? English language acquisition and experiences of exclusion amongst new arrival students in South Australian primary schools. **Identities**, v. 18, n. 3, p. 273-290, 2011.
- RYAN, J. Observing and normalizing: Foucault, discipline, and inequality in schooling: Big Brother is watching you. **The Journal of Educational Thought**, v. 25, n. 2, p. 104-119, 1991.
- SHIELDS, J.; LUJAN, O. Immigrant Youth in Canada: A Literature Review of Migrant Youth Settlement and Service Issues. [s.l.] **Centre of Excellence for Research on Immigration and Settlement**, 2018. Disponível em: <https://youthrex.com/report/immigrant-youth-in-canada-a-literature-review-of-migrant-youth-settlement-and-service-issues/>, <https://youthrex.com/report/immigrant-youth-in-canada-a-literature-review-of-migrant-youth-settlement-and-service-issues/>. Acesso em: 5 ago. 2025.
- SOARES, R. L'expérience des élèves en apprentissage de la langue de scolarisation à l'égard des services éducatifs complémentaires au Québec: entre soutien et altérisation. **Éducation et francophonie**, v. 53, n. 1, p. 1-14, 2025.
- SOARES, R. et al. Points de vue de parents immigrants à l'égard d'un modèle de services d'accueil et de soutien à l'apprentissage du français hybride au Centre-du-Québec. **Éducation et francophonie**, v. 51, n. 2, p. 1-22, 2023.

- SOLÓRZANO, D. G.; YOSSO, T. J. Critical Race Methodology: Counter-Storytelling as an Analytical Framework for Education Research. **Qualitative Inquiry**, v. 8, n. 1, p. 23-44, Feb. 1, 2002.
- STATISTICS CANADA. **Immigrants have made up the largest share of the population for over 150 years and continue to shape who we are as Canadians**. Disponível em: <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/221026/dq221026a-fra.htm> . Acesso em: 5 ago. 2025.
- STEINBACH, M. Quand je sors d'accueil: linguistic integration of immigrant adolescents in Quebec secondary schools. **Language, Culture and Curriculum**, v. 23, n. 2, p. 95-107, jul. 2010a.
- STEINBACH, M. Eux autres versus nous autres: adolescent students' views on the integration of newcomers. **Intercultural Education**, v. 21, n. 6, p. 535-547, dez. 2010b.
- TAKEUCHI, M. A. Friendships and group work in linguistically diverse mathematics classrooms: opportunities to learn for English language learners. **Journal of the Learning Sciences**, v. 25, n. 3, p. 411-437, 2016.
- TERHART, H.; DEWITZ, N. VON. Newly arrived migrant students in German schools: exclusive and inclusive structures and practices. **European Educational Research Journal**, v. 17, n. 2, p. 290-304, 2018.
- VATZ LAAROSSI, M. et al. Écriture et histoires familiales de migration: une recherche action pour promouvoir les compétences à écrire des élèves allophones immigrants et réfugiés dans les écoles primaires et secondaires du Québec. [s.l.] **Fonds québécois de la recherche sur la société et la culture (FQRSC)**. Actions concertées, Programme de recherche sur l'écriture, 2013. Disponível em: <https://frq.gouv.qc.ca/histoire-et-rapport/ecriture-et-histoires-familiales-de-migration-une-recherche-action-pour-promouvoir-les-competences-a-ecrire-des-eleves-allophones-immigrants-et-refugies-dans-les-ecoles-primaires-et-secondaires-du-q/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

ABSTRACT

This qualitative study examines the counter-stories of immigrant students learning the language of schooling in Montreal, focusing on their stay in the welcoming class and the placement assigned to them before and after this stay. We conducted semi-structured interviews (MAY, 2011) with seven students and analyzed the data using a counter-storytelling framework (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002). Our analysis highlights the influence of cultural capital (BOURDIEU; PASSERON, 1970) in transnational educational trajectories (KELLY; LUSIS, 2006), the use of disciplinary techniques (FOUCAULT, 1975) in the welcoming class learning processes, and the prevalence of deficit-based (DAVIS; MUSEUS, 2019) and hierarchical discourses (DHAMOON, 2009) in student evaluations and placements. Since their arrival in the Quebec school system, some students have experienced more difficult educational paths than others due to the academic requirements they are expected to meet in order to succeed.

Keywords: Linguistic integration, Immigration, Welcoming class, Wnclusion, Canada.

RESUMO

Este estudo qualitativo analisa os contrarrelatos de alunos imigrantes em processo de aprendizagem da língua de escolarização em Montreal (Canadá), a respeito de suas experiências na classe de acolhimento e das classificações recebidas antes e após essa etapa. Realizamos entrevistas semiestruturadas (MAY, 2011) com sete alunos e analisamos os dados a partir da perspectiva dos contrarrelatos (SOLÓRZANO; YOSSO, 2002). A análise destaca o peso do capital cultural (BOURDIEU; PASSERON, 1970) nas trajetórias transnacionais (KELLY; LUSIS, 2006), o uso da disciplinarização (FOUCAULT, 1975) no processo de aprendizagem na classe de acolhimento, bem como a presença de um discurso deficitário (DAVIS; MUSEUS, 2019) e hierarquizante (DHAMOON, 2009) nas avaliações e classificações dos alunos. Desde suas chegadas ao sistema escolar do Quebec, alguns alunos enfrentaram trajetórias mais difíceis do que outros, em função das exigências escolares impostas para alcançar o sucesso acadêmico.

Palavras-chave: Integração linguística, Imigração, Classe de acolhimento, Inclusão, Canadá.

Pedagogias da imigração: os *influencers* imigrantes brasileiros na Irlanda e seus canais do Youtube

Pedagogies of immigration: Brazilian immigrant influencers in Ireland and their YouTube channels

*Guilherme Lima**
*Igor José de Renó Machado***

1 INTRODUÇÃO

De acordo com o último relatório do Ministério das Relações Exteriores, são mais de 80 mil brasileiros vivendo na Irlanda (MRE, 2022), um país com pouco mais de 5 milhões de habitantes. Parte significativa desses brasileiros migram para a Irlanda a trabalho. Segundo (MAHER & CAWLEY, 2016) a migração a trabalho de curto prazo vem crescendo durante as últimas décadas como resultado do rápido crescimento econômico dos chamados países desenvolvidos. Em resposta ao baixo fornecimento de mão de obra local, o recrutamento em larga escala de mão de obra internacional foi uma das apostas da Irlanda desde o final da década de 1990 (CAWLEY, 2018; MAHER & CAWLEY, 2015).

Nesse caso, a rentabilidade desse modo de trabalho está na resposta à escassez de mão de obra local, derivada do baixo interesse da população em executar certos tipos de trabalho, além da diminuição significativa dos custos

* Bacharel em Ciências Sociais (UFSCar) e Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (UFSCar). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Contato: guilhermel@estudante.ufscar.br

** Antropólogo, formado pela UNICAMP (graduação, mestrado e doutorado), com pós-doutorados na UNB e no Museu Nacional. Desde 2004, é professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), onde já atuou como chefe de departamento, coordenador de pós-graduação, diretor da editora universitária (EdUFSCar), diretor do LIDEPS (Laboratório de Pesquisas) e atualmente é professor titular.

de viagem. Os exemplos são comuns no ramo da agricultura, precisamente o setor que marca o início da imigração brasileira para a Irlanda, através do recrutamento de brasileiros para a indústria de processamento de carnes (MACHADO, 2023; SILVA, 2011, 2018; SOARES, 2014). Iniciado na década de 1990, esse processo ocorre em meio aos abatedouros na região de Anápolis, no Estado de Goiás. De lá para cá, importantes mudanças ocorreram no perfil dos imigrantes brasileiros na Irlanda.

Uma dessas mudanças é o avanço da imigração brasileira por meio dos vistos de estudo. Atualmente o número de brasileiros com vistos de estudo é cada vez mais relevante, com um aproveitamento das oportunidades de estudo para executar um projeto migratório. Darmody & Smyth (2008); Finn & O'connell, (2012) ; Gilmartin et al; e Rojas Coppari & Phe Lan (2016)) indicam como o avanço gradual de um mercado para o ensino de estrangeiros tem suprido o mercado de trabalho com mão de obra dos estudantes não irlandeses, já que o visto de estudo permite 20h semanais de trabalho, e 40 horas durante o período de férias. No caso específico dos brasileiros, Machado (2024) indica que esse processo envolve tanto uma “política desviante” – ou seja, o uso consciente pelos legisladores da mão de obra estudante/migrante como contingente vulnerável à exploração no mercado de trabalho – como processos complicados de exploração pelas escolas de inglês. Imigrantes brasileiros recorrem ao visto de estudo como forma de entrar legalmente no país e durante esse período, como veremos abaixo, precisam acessar novas formas de documentação, o que nem sempre acontece.

2 A ANTROPOLOGIA DO DIGITAL

A internet está inserida no centro da vida social do imigrante como instrumento de trabalho, lazer e socialização (SÁNCHEZ-QUERUBÍN & ROGERS, 2018). Sendo assim, a vida contemporânea do imigrantes está atravessada pelo uso da internet e as redes sociais tomaram o posto de principal meio de comunicação. O Youtube, uma rede social, não foge à regra. Dinâmicas próprias são construídas diariamente dentro da internet e o mundo vivencia uma crescente digitalização. O Youtube pode ser utilizado como uma poderosa ferramenta, especialmente quando consideramos uma de suas características únicas: a duração.

A pesquisa foi realizada com canais de imigrantes brasileiros na Irlanda no Youtube. A grande maioria do público desses canais possui objetivos bem específicos: migrar. Isso significa que o consumo dos canais possui um caráter informativo, sendo raras as interações que fogem a esse objetivo. O trabalho tem o caráter de uma netnografia (CALIANDRO,

2016; HORST & MILLER, 2020; POLIVANOV, 2013) a partir desses canais de influencers da migração brasileira para Irlanda, com foco nos estudantes brasileiros neste país, já que a totalidade dos canais é produzida por imigrantes com o visto de estudo.

A globalização e a expansão das tecnologias de comunicação inscrevem a experiência migratória em um novo registro, o do ciberespaço. A difusão das mídias digitais põe em foco a relativa autonomia que o espaço digital ganha enquanto campo etnográfico, tal como suas associações à realidade *offline*. Leitão & Gomes (2017), ao articularem as plataformas digitais às cidades e processos de urbanização, estabelecem paralelos entre os modos de vida engendrados em contextos digitais com as diferentes formas de habitação urbana. Segundo as autoras, a naturalização do modo de vida *online* e hiperconectado ocorre de modo análogo ao que foi a normalização da vida urbana.

Pensar a internet enquanto campo é também pensá-la através de suas possibilidades de ocupação, tal como as associações (LATOUR, 2012) circunscritas por ela, mas não limitadas a ela. É nesse rastro que este artigo é construído: o acompanhamento etnográfico de produções audiovisuais de imigrantes brasileiros na Irlanda revela uma dimensão importante da produção de subjetividades que não se restringem mais à localidade (APPADURAI, 2004), mas extrapolam o Estado-nação (WIMMER & SCHILLER, 2003) e o espaço físico. As interpolações entre o online e o offline resgatam discussões caras à antropologia da migração, como a definição de fronteiras, hibridismos (HANNERZ, 1997) entre outras questões pertinentes.

3 OS CANAIS DO YOUTUBE

Analizamos 12 canais no Youtube de brasileiros imigrantes na Irlanda, os quais somados contam com mais de 40 vídeos catalogados, que foram separados por tópicos. Por congregar potenciais imigrantes, parte significativa dos conteúdos produzidos respondem a questões frequentes a respeito do processo migratório. Nesse sentido, os tópicos funcionam como perguntas e cada canal oferece suas respostas, como por exemplo: “por que viver na Irlanda?” .

O vídeo mais antigo é de 18/06/2016, enquanto o mais novo é de 30/10/2022. De modo geral, a temática dos vídeos é diversa, sendo desde *vlogs*, vídeos sobre rotina, tal como vídeos informativos a respeito da documentação necessária para imigrar, notícias relevantes etc. A escolha pelo Youtube, em parte, se dá pela riqueza de detalhes fornecidos em cada vídeo, detalhes estes que muitas vezes não são percebidos pelos criadores de

conteúdo, pois a filmagem – especialmente em ambientes externos – muitas vezes foge do controle do cinegrafista. Essa riqueza de detalhes, entretanto, é contrastada pela escassez de literatura sobre estudos migratórios e seus possíveis imbricamentos com as redes sociais, em particular o Youtube. Os vídeos fornecem relatos em primeira mão de experiências migratórias, muitas vezes em tempo real – como no caso das lives.

É possível assistir vídeos sem cortes com mais de 1 hora de duração de brasileiros trabalhando, particularmente no delivery, onde a prática de filmagem é mais comum. Em um vídeo de março de 2023, um acidente de trabalho foi filmado por um brasileiro que fazia entregas em uma bicicleta; em outubro de 2022 foi publicado a rotina de trabalho de um *cleaner* em um hospital na Irlanda, assim como em março de 2023 foi publicada a rotina de um brasileiro que trabalha no ramo da logística. Em suma, há uma grande variedade de relatos e filmagens em uma série de formatos e os exemplos citados compõem apenas uma pequena fração do material disponível no Youtube.

Pode-se dizer que, de modo geral, são vídeos pedagógicos, pois muitos deles são feitos como forma de instrução. Alguns títulos são sugestivos: “Os estudantes trabalham mais de 40h semanais? Respondendo perguntas”; “Faça isso para achar casa mais rápido na Irlanda”; “Ainda vale a pena morar na Irlanda em 2022?”, entre outros. Isso nos dá uma ideia do público consumidor desses canais, a saber, brasileiros interessados em emigrar para a Irlanda. Essa conclusão pode ser inferida com base na observação da seção de comentários, porém, ela é mesmo reforçada pelos brasileiros produtores de vídeos, que costumam iniciá-los com falas como “o pessoal me pergunta bastante...” (Estrada livre, 2022, vídeo 2, 08:56); “o vídeo de hoje foi muito pedido, muito sugerido no canal” (No mundo a dois, 2022, vídeo 3, 00:10) etc.

Esses registros assumem múltiplos propósitos, sendo desde um instrumento de trabalho, que divulga e proporciona entretenimento, como também um momento de fala, catarse e compartilhamento de experiências. Em um relato de sua experiência na Irlanda (No mundo a dois, vídeo 4), o brasileiro afirma que o primeiro mês no país é o mais desafiador, isso porque é o mês em que é necessário encontrar moradia, fazer o pagamento dos calções do aluguel, assim como também são feitas as primeiras compras, entre outros motivos. Segundo ele, a motivação para a criação dos vídeos se deu através de conversas com outros brasileiros que também passaram por essas dificuldades. No entanto, o brasileiro acredita que, com instrução, esses brasileiros estariam muito melhor preparados para lidar com esses obstáculos. De modo geral, essa situação descrita é o mote que orienta esse tipo de canal: ajudar outras pessoas que estão na mesma situação em que

eles já estiveram. Esses canais funcionam como aglutinadores de brasileiros interessados em emigrar para Irlanda, onde suas trajetórias e especialmente seus erros, servem de orientação para os que virão depois.

3.1 Análise dos vídeos

Os vídeos desses canais analisados apresentam um cenário complexo: uma espécie de pedagogia da imigração, como numa tentativa de ensinar a “viver melhor” na experiência migratória. Ao mesmo tempo, esses vídeos também têm uma intenção de gerar engajamento, o que pode entrar em conflito com a própria experiência que se pretende “ensinar”. Essa pedagogia envolve o reconhecimento do valor de qualquer trabalho, afinal, a experiência mais comum para muitos imigrantes é uma queda qualitativa no mercado de trabalho, ocupando funções que nunca imaginariam ocupar no Brasil (MASANET & BAENINGER, 2011; SALES, 1992; SHISHITO & RONCATO, 2015).

A partir dos vídeos e notícias analisados, podemos observar a preponderância de imigrantes brasileiros, sobretudo como entregadores de aplicativo e *cleaners* (faxineira/o); em menor escala trabalhadores de redes de hotéis, restaurantes, bares etc. O tensionamento de estereótipos e as negociações identitárias reformulam os valores acerca do trabalho, pois,

Em muitos casos, não se importam com o fato do emprego ser de baixa qualificação. Os migrantes brasileiros [na Irlanda] acabam aceitando empregos de posições diferentes de suas formações ou experiências, por sua alta oferta, pela barreira linguística e pela falta de interesse da população local em ocupá-los (M. C. DA SILVA, 2019, p.73).

Em um relato de uma *cleaner*, podemos observar a reconfiguração do valor do trabalho, que é transformado no país receptor, mas ainda comparado com o país de origem.

[Pessoa 1]: como é que está esse trabalho de faxineira para você? [Cleaner]: Olha, eu estou gostando porque eu estou aprendendo bastante, né. Tudo é uma experiência. No Brasil eu era de uma área totalmente diferente dessa que eu estou vivenciando agora, sempre respeitei todas as profissões e aqui eu aprendi o valor de cada uma delas. Quando a gente está no Brasil a gente pensa: “ah, faxineira... tem que estudar para não ser faxineira, para não ser gari” e aqui eu vejo muito valor

das pessoas em todas as áreas. [Pessoa 1]: trabalhando com isso aqui também gente, diferente do Brasil, a gente consegue fazer bastante coisa, então por exemplo, eu já trabalhei nessa área, a gente conseguiu dinheiro para comprar moto, para viajar, para fazer as coisas que a gente vem fazendo hoje, porque diferente do Brasil, o poder de compra aqui é muito maior. (Se vai Bora, Vídeo 6, 02:58-03:38).

Esse relato sintetiza em alguma medida uma importante ponderação feita pelos brasileiros na Irlanda: a mudança para trabalhos considerados precários no Brasil e o peso simbólico do “subemprego” valem o poder aquisitivo do Euro na Irlanda? Parece-nos que se desvincular desse aparato simbólico - especialmente para os imigrantes que se consideram de classe média no Brasil – é um dos grandes desafios para os brasileiros na Irlanda. Se ver em uma posição de vulnerabilidade, sem saber a língua, procurar por empregos desvalorizados no Brasil, entre outras coisas, parece constituir uma verdadeira ferida narcísica. São inúmeros os relatos de brasileiros que desistiram da Irlanda por não quererem se “submeter” a determinadas situações, empregos, moradias etc. (FARIAS, 2022; ROJAS COPPARI, 2019).

Essa adaptação, entretanto, não ocorre de modo pacífico para todos. Dificuldades relacionadas ao clima, habitação, barreiras linguísticas, impossibilidade de conseguir emprego na própria área e o isolamento social constituem os principais motivos do retorno de brasileiros. Ainda assim, pode-se observar certa preponderância das relações, o “*networking*”, em relação aos outros aspectos citados. Sendo os perfis analisados compostos exclusivamente por estudantes (ou ex-estudantes), as conexões estabelecidas no âmbito da escola, definem, em alguma medida, a velocidade da obtenção de um emprego, habitação, entre outras instruções relacionadas aos procedimentos burocráticos de permanência no país. A respeito disso, um brasileiro comenta:

Eu sempre repito aqui várias vezes no canal sobre a questão do networking, que é muito importante você chegar fazendo o máximo de amizades possíveis. Seja cara de pau mesmo, fale com as pessoas, puxe assunto, “ah, mas eu não conheço...”, não importa, ele também não te conhece, então dá no mesmo. Ninguém te conhece aqui, você está num país totalmente novo, você tem que ser sem-vergonha, na melhor forma de dizer [risos]. Você tem que falar com as pessoas, puxar amizade, contar um pouco sua história, perguntar a

história da pessoa também. Tem que mostrar empatia também, não é verdade? Você tem que se enturmar. Por que? Porque isso vai te abrir muitas portas. Você pode ter o melhor inglês possível, você pode estar com todos os documentos na mão e pode vir um camarada ali que é muito enturmado com todo mundo, sem documento, sem inglês e pegar um emprego na sua frente, vamos dizer assim. O Kaiky e a Karina provaram isso como ninguém. A Karina foi muito beneficiada pelo networking, porque eles são muito amigáveis, eles conversam mesmo com as pessoas. A Karina atualmente conseguiu um job devido ao networking. Não foi por uma aplicação propriamente dita em um site de empregos, que é a maneira tradicional que a gente conhece. (NO MUNDO A DOIS, Vídeo 5, 14:36-16:50).

Segundo o casal, um deles conseguiu um trabalho graças a uma indicação feita por uma amiga da escola de idiomas.

O inglês dela é bem básico, né? Mas por causa do networking ela conseguiu. Como eu vim primeiro, eu não conhecia ninguém aqui, então no primeiro dia quando eu ia no mercado e ouvia alguém falando português, eu já corria, rodava a seção atrás dele para conversar. (Ibid, 16:40-17:00).

Silva aponta que “o que eu percebi foi que o inglês não te dá emprego, mas lhe permite acesso ao mercado de trabalho” (M. C. DA SILVA, 2019, p.71). Essa percepção é ostensivamente repetida nos vídeos: é possível encontrar trabalho na Irlanda sem a necessidade imediata do inglês. Em suma, o elemento definidor do sucesso no trabalho está baseado nas redes de solidariedade entre brasileiros.

Em falas como essa o caráter pedagógico dos vídeos fica explícito: a fala segue uma lógica: o *influencer* destaca sua própria dificuldade inicial, faz uma análise do que a causou e apresenta a solução. Assim, outros imigrantes ou pretendentes a imigrantes podem simplesmente evitar o erro e agir, desde o princípio, “corretamente”. Assim, a importância das redes de contato é acentuada pelo *influencer*, pois sua experiência o fez dependente delas: é nas conexões com outros imigrantes que se arranja empregos mais facilmente. Então, o que se deve fazer é cultivar ao máximo as relações, maximizando a possibilidade de empregos. Assim, a resposta ao problema (dificuldade de arranjar trabalhos) é uma forma de instrumentalizar as relações a seu próprio favor.

A escola de idiomas é o primeiro grande ponto para os estudantes que viajam à Irlanda através do intercâmbio. A importância da escola é redobrada quando consideramos os baixos níveis de fluência em inglês por parte dos brasileiros. Isso quer dizer que parte significativa das primeiras interações serão com brasileiros, ou ao menos mediadas por eles. Esses aspectos somados ao aumento substancial de brasileiros no país – que quintuplicou em 6 anos¹ — , torna a comunidade brasileira na Irlanda uma das maiores da Europa. Ao comentar sobre a quantidade de brasileiros nas aulas de sua escola de idiomas, Eduardo comenta:

E brasileiro vai ter, cara. Aqui tem muito brasileiro e vai ter muito brasileiro em qualquer parte que tu vai, então você não vem com essa ideia “ai, não quero brasileiro”, meu, se tu não quer brasileiro, tu vai para outro lugar, porque aqui tem. Os brasileiros vão ser as pessoas que vão te ajudar aqui, vão te ajudar achar trampo, vão te ajudar achar acomodação, então tu não vem com essa ideia de “ai, brasileiro...” porque é isso aí, meu. Nós somos brasileiros e estamos invadindo tudo que é lugar, pai. Nós vamos estar em todas [risos] (Eduardo Franco, Vídeo 7, 04:10-04:45)

Como dito anteriormente, as relações que surgem a partir da escola de idiomas são uma poderosa ferramenta de network, sendo muitas vezes a porta de entrada para o mercado de trabalho. Em um vídeo do casal de brasileiros Raphael e Indiara, foi feita uma dinâmica semelhante ao Vídeo 5. Desta vez, eles foram conversar com brasileiros empregados a respeito dos trabalhos mais fáceis de se conseguir na Irlanda. Em um dos trechos, ele conversa com Isa, uma garçonete. Ao perguntar para ela sobre o trabalho, ela responde:

[Isa]: É tranquilo, tipo, eu achei que eu não ia conseguir nenhum trabalho, porque eu cheguei na Irlanda sem inglês nenhum. Consegui esse trabalho e eu consigo treinar um pouquinho mais meu inglês, até porque vem bastante gringo aqui, não só o inglês, mas outras línguas, então tem sido bastante bacana essa experiência com as pessoas. Eu adoro trabalhar com pessoas. [Raphael]: Assim, ó, o pessoal demonstrando que você gosta de falar, gosta de atender público, acho que é bastante tranquilo. (Se vai Bora, Vídeo 6, 06:46-07:32)

Assim, a resposta parece ser uma intensificação da vida social do imigrante, partindo da ideia de que *mais relações* é uma forma de solução para problemas de empregabilidade. Mas a complexidade dessa estratégia pedagógica é que, por outro lado, *“mais relações”* também pode ser uma estratégia que oferece perigos. Um tema comum nos vídeos é sobre o lugar da língua no cotidiano e o impacto que saber mais ou menos inglês pode ter na experiência migratória. Mas o problema que se elenca como decorrência da falta de inglês não é, como poderia se esperar, a comunicação com os irlandeses.

Essa imaginação de solidariedade não é unânime, sendo frequentes os apontamentos a respeito de brasileiros mal-intencionados. Ou seja, a sociabilidade é uma solução (para arranjar empregos), mas pode ser também um problema. Os abusos são mais comuns sobretudo por intermédio da língua inglesa. O baixo nível de fluência produz mais um nível de precariedade, tornando o brasileiro sujeito a uma série de abusos e até mesmo crimes, como fraudes, golpes etc. Dinâmicas como a “venda de indicação” (um brasileiro paga para outro brasileiro indicá-lo em seu trabalho), entre outras formas de “apoio” mediadas por dinheiro são relativamente frequentes. O próprio inglês, nesse sentido, acaba se tornando uma moeda de troca.

Eu e a Isadora, nós já tivemos problemas no trabalho com pessoas só porque a gente não falava o inglês muito bem, e isso vai ser muito comum aqui, tá? Você não fala muito bem o inglês, não entende, e às vezes aquele seu companheiro de trabalho faz com que você trabalhe mais ou o dobro para poder, como é que posso falar... trabalhar no lugar dele, para ser sincero [...] teve um caso, por exemplo, [alguém] praticamente que montava na minha costa, fazia a gente trabalhar igual uns condenados, sendo que não havia necessidade. Então às vezes o chefe falava assim: “olha, a missão de vocês é limpar dois quartos”, aí a gente não entendia muito bem, aí vinha essa pessoa e falava: “ó, a missão de vocês é limpar esses quatro quartos aqui”, então não era nosso trabalho, mas a pessoa faz com que seja. (NO MUNDO A DOIS, Vídeo 7, 07:32-08:35).

Uma coisa que nós já vimos, nós presenciamos é de atitudes de brasileiros contra o próprio brasileiro. Que é por exemplo, pessoas que tem cidadania e de alguma forma ela tenta prejudicar quem eles sabem que às vezes está no país de uma forma irregular, e aí ele começa espalhar conversas sobre a pessoa [...] para

prejudicar, para ver se a pessoa sai do emprego, para ver se a pessoa fica mal falado na roda de amigos, então nós já presenciamos muitas vezes que acabam trazendo esse tipo de assunto sem finalidade nenhuma. (NO MUNDO A DOIS, Vídeo 8, 05:30-07:10)

A sociabilidade pode, portanto, tornar um imigrante mais explorável se ele não domina a língua do patrão. Mas o explorador em questão não é o patrão em si – mesmo que a bibliografia indique níveis altos de exploração laboral (MACHADO, 2024) – mas outros brasileiros que dominam melhor a língua. Assim, a pedagogia da imigração dos *influencers* é complexa e contraditória, mas é construída a partir das experiências de vida, indicando assim uma forma de conhecimento calcada na vida vivida. Nesse sentido, as contradições são parte da experiência migrante e os canais acabam por permitir um entendimento da vida do brasileiro na Irlanda, justamente a partir dos exemplos que os vídeos escolhem para “ensinar” futuros imigrantes.

A escola também costuma ser um ponto de referência para muitos brasileiros para além da sua capacidade de socialização. Tendo em mente que o público geral dos youtubers brasileiros na Irlanda também são brasileiros com o intuito de imigrar, muitas escolas patrocinam os canais brasileiros e alguns chegam a trabalhar na instituição de fato. Esse é o caso, por exemplo, do canal Paula Dalferdt, uma brasileira que foi para a Irlanda com a Stamp 2 e posteriormente conseguiu um emprego como consultora na instituição de ensino em que ela estudou, a Seda College. A mesma instituição também patrocina outros canais, assim como outras escolas de idiomas. Há, portanto, uma tentativa de transformar essas experiências em uma propaganda para as escolas de inglês na Irlanda, indicando que os vídeos também podem interessar a quem vende o produto da “entrada na Irlanda”.

O intercâmbio sob o regime da *Stamp 2* pode durar até 2 anos, incluindo as férias. E esse intercâmbio é também um produto de mercado para as escolas. Assim, a intervenção dos *influencers* financiados pelas escolas tende a ser mais voltada à superação dos obstáculos, ao invés de reafirmar as imensas dificuldades da experiência migratória. Mas mesmo esses canais, como veremos mais à frente, deixam escapar perspectivas não tão otimistas, pois é quase impossível falar da imigração sem atentar para muitas dificuldades, que, aliás, a bibliografia tem destacado desde o começo do século. Mas é que se destacar também o fato de que a realidade de documentação é diferente em relação aos brasileiros com visto de estudantes. Numa pesquisa em 2014, Soares (2014) destaca que apenas 2% dos brasileiros em seu survey (com 310 imigrantes) estavam sem visto. Esse era um público composto por brasileiros que tinham visto de estudo (ou tinham passado à indocumentação). McGrath

& Murray (2009), por sua vez, com uma pesquisa com os brasileiros em Gort (no interior da Irlanda, onde a migração acontece inicialmente com o Stamp 1), o número de indocumentados entre seus entrevistados era de 67%, indicando uma realidade muito diferente daquela dos brasileiros estudantes, em termos de documentação.

Assim, os canais parecem tomar a realidade dos imigrantes-estudantes como englobante, provavelmente por apenas desconhecer as demais realidades. Nesse sentido, não é por menos que a questão de como se manter documentado é central nesses vídeos. Uma das grandes preocupações dos estudantes é permanecer na Irlanda após o vencimento do visto. São poucas as possibilidades de permanência, sendo uma delas a obtenção da dupla cidadania de algum país pertencente à União Europeia; ingressar em alguma faculdade ou escola técnica na Irlanda, seja a nível de graduação ou pós-graduação; conseguir um visto de trabalho e/ou se casar com alguém com dupla cidadania. A opção pela faculdade costuma ser a mais onerosa, pois a faculdade na Irlanda é duas vezes mais cara para não-europeus, ainda que seja possível solicitar financiamento.

Após o fim da graduação é possível fazer a aplicação para o visto *Stamp 1G*, que é um visto para não-europeus que acabaram de concluir a graduação ou estudos técnicos na Irlanda e estão em busca de emprego. Esse visto estende em até 2 anos a permanência na Irlanda. Ainda que seja a opção mais cara, segundo a maioria dos canais, ela costuma ser a mais escolhida pelos brasileiros que buscam residir definitivamente na Irlanda. Mas aqui é preciso destacar que a bibliografia (MACHADO, 2023) indica que apenas uma minoria dos brasileiros estudantes consegue efetivamente seguir os estudos em nível superior, dado o custo alto para estudantes extraeuropeus. Assim, os canais vendem uma possibilidade muito distante como muito próxima, engajando a audiência numa esperança que, efetivamente, é pouco concreta para a maioria dos imigrantes brasileiros.

Essas diferentes formas de regularização são minúcias das leis irlandesas, muitas vezes de difícil acesso aos imigrantes (embora vários dos sites oficiais do governo irlandês contenham traduções para o português). Assim, os canais acabam por ensinar ou, ao menos, dar uma ideia sobre as possibilidades de regularização. Assim, a passagem da situação documentada de estudantes para outra situação regularizada após os prazos concedidos pela lei irlandesa é uma questão central para esses *influencers*, que é replicada para os demais imigrantes brasileiros com o visto de estudante. Para todos esses, como indica a bibliografia (MACHADO, 2023), esse momento é crucial, sendo comum a passagem para a indocumentação. É, portanto, um momento que gera grande ansiedade e, como tal, não poderia deixar de ser um assunto central para a pedagogia dos *influencers* migrantes.

O trabalho é uma variável fundamental e muitas vezes é a pré-condição para que o intercâmbio desses brasileiros seja realizado. Todos os organizadores dos canais possuíam a Stamp 2, o visto que permite o estudo e trabalho na Irlanda. A possibilidade de estudar e trabalhar, para muitos foi o fator determinante na escolha da Irlanda, pois no Reino Unido apenas estudantes de universidades podem trabalhar, ao passo que na Irlanda, basta estudar inglês em uma das escolas credenciadas. A relativa maior flexibilidade das leis migratórias irlandesas torna a Irlanda um dos destinos mais atraentes para os estudantes. A carga horária de trabalho permitida é de apenas 20 horas semanais, aumentando para 40 horas durante as férias de verão, entretanto, é prática comum exceder o número de horas trabalhadas (MACHADO, 2024).

Conseguir um trabalho, então, é parte fundamental, mesmo se tratando de intercambistas. Todos os canais relatam de uma forma ou de outra, que uma das partes do planejamento do intercâmbio é a possibilidade de reverter o dinheiro gasto, de modo que seja possível cobrir todos os custos do intercâmbio e ainda ter algum saldo positivo para que seja possível fazer investimentos, consumir, enviar remessas para o Brasil etc. Mas essa parece ser uma versão muito otimista da experiência migratória na Irlanda, já que a bibliografia costuma destacar as dificuldades da vida do imigrante (MCNAMARA, 2008). Assim, tudo pode parecer fácil:

Em questão de oportunidades de emprego, tá chegando muita gente, né. Tem muitas pessoas aqui, cidade está bem movimentada. Será que tem oportunidade de emprego ainda? Tem, tem sim. Tem bastante oportunidade de emprego. Emprego aqui eu não sei como que funciona, não falta emprego, sério. Não sei, *aqui emprego brota do chão*. Sério, pessoal, aqui *só não trabalha quem não quer*. Aqui tem muitas oportunidades. Eu não vou falar para você, claro, você vai conseguir um emprego na sua área, conseguir um emprego lá no escritório, não, não é isso que eu quero falar. Eu te garanto que você chegando aqui, você correndo atrás, correndo qualquer tipo de emprego, você vai conseguir. (Estrada Livre, Vídeo 9, 04:20-05:02, grifos meus)

No mesmo vídeo, entretanto, o mesmo canal expõe uma realidade mais difícil, indicando a complexidade da experiência migratória.

A moradia está difícil, tem um pessoal desesperado para arranjar acomodação. Antigamente, quando eu cheguei aqui já era difícil arranjar acomodação, não era fácil. A pandemia fez os estudantes ficarem mais na Irlanda, já que os vistos foram prorrogados (...). A galera continua aqui e tem mais gente chegando (...). (Estrada Livre, Vídeo 9, 01:20-02:50)

Ou seja, ao falar sobre a ida de brasileiros para a Irlanda, o canal sugere que brasileiros não façam novos intercâmbios no país (que deixem mais para frente), em decorrência da falta de acomodação. Esse discurso “verdadeiro”, entretanto, pode ser lido por outras óticas. Sobre isso, um usuário comenta:

Meu irmão, não veja vídeos depressivos de brasileiros, não escute brasileiro, brasileiros não quer que vocês vão morar lá fora como eles, e fazem vídeos assim pra vocês desistirem, a situação nunca vai melhorar e tende a piorar [...] essa crise de acomodação é desde 2014, planejava ir para a Irlanda e sempre teve essa crise, não é de agora não, videozinho só para Br desistir (Estrada Livre, vídeo 9, seção de comentários).

Aqui o oferecimento de uma “experiência da vida vivida” pelo *influencer*, ou seja, a constatação de que a questão da crise imobiliária na Irlanda afeta brutalmente os imigrantes, é lida nos termos de uma teoria da conspiração. Do ponto de vista do comentário, esse aviso é apenas uma forma de enganar os futuros imigrantes e reservar mercado de trabalho: o próprio *influencer* vira um produtor de manipulação e essa pretendida pedagogia da experiência é lida apenas como pura e simples enganação.

A bibliografia dá razão ao influencer, entretanto: a crise de moradia tem sido cada vez mais severa, especialmente para imigrantes (CONNAUGHTON, 2021). De acordo com o ex-primeiro-ministro Leo Varadkar, a Irlanda tinha, em 2023, 250.000 casas a menos do que necessitava. A expectativa era que ocorresse o despejo de pelo menos 10.000 pessoas no ano de 2023, em decorrência da expectativa de piora da crise imobiliária e o aumento de mais de 150% no número total de requerentes de asilo (especialmente os ucranianos). O cenário de uma grande quantidade de imigrantes morando nas ruas já era uma realidade na Irlanda (O’BIEN, 2023).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, a internet está inserida no centro da vida social como instrumento de trabalho, lazer e socialização. Sendo assim, a vida contemporânea está atravessada pelo uso da internet e as redes sociais

tomaram o posto de principal meio de comunicação. O Youtube, uma rede social, não foge à regra. Dinâmicas próprias são construídas diariamente dentro da internet e o mundo vivencia uma crescente digitalização.

Pode-se concluir, portanto, que o Youtube pode ser uma útil ferramenta para compreensão de experiências migratórias, oferecendo novos ângulos para a prática etnográfica. Na análise que fizemos de alguns canais de *influencers* da imigração brasileira na Irlanda, vimos que as narrativas, embora permeadas pela comodificação da experiência de “estudo”, expressam a complexidade do fenômeno migratório, já que expõem tanto ideias positivas sobre a comunidade brasileira – são os brasileiros que vão ajudar outro imigrante brasileiro – como ideias negativas sobre a mesma comunidade: podem ser os brasileiros os exploradores de outros brasileiros.

No mesmo sentido, a percepção sobre a vida na Irlanda assume tanto perspectivas muito positivas (mesmo falseando a realidade), como quando se diz que não faltam empregos, como perspectivas mais realistas, quando se evidenciam problemas crônicos como a dificuldade da moradia. Embora tenhamos focados nessas duas dimensões (comunidade brasileira e moradia na Irlanda), diversos outros aspectos da experiência imigratória são tratados pelos canais, como o preconceito contra brasileiros, as dificuldades de pagar as contas com as 20h de trabalho, os problemas para conseguir documentação como carteira de motorista etc. Todos esses assuntos são parte desses canais, que os abordam a princípio a partir de um olhar mais otimista (dando vazio à comodificação da experiência migratória como um produto para as escolas de línguas) mas deixando escapar nas entrelinhas as dificuldades inerentes à vida de imigrante. Neste sentido, a análise dos canais de *influencers* de migração do Youtube pode ser um caminho interessante para entender as realidades dos brasileiros no exterior, já que mesmo quando muito otimistas não deixam de “vazar” aspectos importantes das dificuldades da vida dos imigrantes.

NOTA

¹ Cf. <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/03/20/brasileiros-sao-imigrantes-que-mais-solicitaram-regul-arizacao-do-status-migratorio-na-irlanda.ghtml>. Último acesso em: 24/03/23.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPADURAI, A. **Dimensões culturais da globalização**. Trad. Telma Costa. Teorema: Lisboa: Teorema, 2004.

- CALIANDRO, A. Ethnography in digital spaces: Ethnography of virtual worlds, netnography, & digital ethnography. **Handbook of anthropology in business** (p. 658–679). New York: Routledge, 2016.
- CAWLEY, M. Labour and education-related migration in the age of globalisation: New links between Brazil and Ireland in the age of globalisation. **Espaço Aberto**, 8 (2), 37–56, 2018.
- CONNAUGHTON, M. **Between a Rock and a Hard Place**: Navigating the Housing Pathways of Newcomers in Ireland (Master’s Thesis). Malmo: Malmo University, 2021.
- DARMODY, M., & SMYTH, E. Full-time students? Term-time employment among higher education students in Ireland. **Journal of Education and Work**, 21(4), 349–362. Taylor & Francis, 2008.
- FARIAS, N. A. de. **Identifying the determinants of Brazilian migration to and from Ireland**: A micro-level cross-country analysis. Dublin: Trinity College Dublin, 2022.
- FINN, M., & O’CONNELL, P. J. **Immigration of international students to the EU**Ireland. Col. European Migration Network. ESRI. Dublin: The Economic and Social Research Institute, 2012.
- GILMARTIN, M.; ROJAS COPPARI, P., & PHELAN, D. International student migration to Ireland (p. 22). **NIRSA Working Paper Series**, N° 80 – Jul y 2016. Maynooth: NIRSA - National Institute for Regional and Spatial Analysis, Maynooth University, 2016.
- HANNERZ, U. Fluxos, fronteiras, híbridos: Palavras-chave da antropologia transnacional. **Mana**, 3, 7–39., 1997.
- HORST, H. A., & MILLER, D. **Digital anthropology**. New Yor: Routledge, 2020
- LATOURE, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: Edufba/Edusc, 2012.
- LEITÃO, D. K., & GOMES, L. G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. **Revista Antropolítica**, 42 (1), 41–65. 2017
- MACHADO, I. J. R. Sobre a imaterialidade dos corpos imigrantes na Irlanda: esboço de uma teoria a partir do caso dos brasileiros. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 31 (67), 233–248. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2023.
- MACHADO, I. J. R. How deviant policies produce precarious immigrant workers: the case of Brazilians in Ireland. **International Migration**, 62(n/a), 111–113. John Wiley & Sons, Ltd., 2024.
- MAHER, G., & CAWLEY, M. Social Networks and Labour Market Access among Brazilian Migrants in Ireland. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 41(14), 2336–2356. 2015.

- MAHER, G., & CAWLEY, M. Short-Term Labour Migration: Brazilian Migrants in Ireland. **Population, Space and Place**, 22 (1), 23–35. 2016.
- MASANET, E., & BAENINGER, R. Brasileiros e brasileiras na Espanha: Mercado de trabalho, seguridade social e desemprego. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, (121), 65–89. 2011.
- MCGRATH, B. & MURRAY, F. Brazilian migrants in Ireland: Emergent themes from research and practice on the significance of social networks and social capital. **Journal Translocations: Migration and Social Change**, v.5, pp.1-20. 2009.
- McNAMARA, P. Migrant Workers in Ireland. **Spiritan Magazine**, 32 (3), 11. 2008.
- BRASIL - MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES Secretaria de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos. . **Comunidades brasileiras no exterior**. Brasília-DF: MRE, 2022.
- O'BRIEN, C. 'We see hunger, homelessness, destitution': The hidden struggle of overseas students in Ireland. **The Irish Times**. Irlanda. 2023. Disponível em : <https://www.irishtimes.com/ireland/education/2023/01/24/we-see-hunger-homelessness-destitution-the-hidden-struggle-of-overseas-students-in-ireland/> . Acesso em: 30/072024.
- POLIVANOV, B. B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. **Esferas**, (3). 2013.
- ROJAS COPPARI, P. **Liminal Lives: How Ireland's Labour Migration Regime Entraps Migrant Households in Hyper-precarity**. National University of Ireland Maynooth, Maynooth, 2019.
- SALES, T. Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: Uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 9 (1), 50–64. 1992.
- SÁNCHEZ-QUERUBÍN, N., & ROGERS, R. . Connected routes: Migration studies with digital devices and platforms. **Social Media+ Society**, 4 (1), 2056305118764427. SAGE Publications Sage UK: London, England. 2018
- SHISHITO, K. T., & RONCATO, M. S. Legalmente necessários, socialmente (in) desejados: Imigrantes brasileiros no mercado de trabalho japonês. **TRAVESSIA-revista do migrante**, (76), 29–46. 2015.
- SILVA, M. C. da. **Migração e qualidade de vida: caso dos brasileiros na Irlanda em dois momentos 2008 e 2018**. Dissertação de Mestrado (Master's Thesis). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba. 2019.
- SILVA, R. **O sertanejo além-mar: identidade regional e imigração goiana na República da Irlanda**. 294p. Tese de doutorado. PPGAS/UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

SILVA, R. “Deus me trouxe pra cá”: Goianos na Irlanda, projeto emigratório e religião. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, 25 (1 e 2), 158–177. 2018.

SOARES, A. G. **O Brasil na Irlanda: vidas em deslocamento na mobilidade contemporânea**. 152p. Dissertação de mestrado. PPG/FFLCH/USP. São Paulo: USP, 2014.

WIMMER, A., & SCHILLER, N. G. Methodological nationalism, the social sciences, and the study of migration: An essay in historical epistemology. **International migration review**, 37 (3), 576–610. Sage Publications Sage CA: Los Angeles, CA. 2003.

CANAIS CITADOS

ESTRADA LIVRE. **Já fui atacado na Irlanda!! É seguro morar aqui?** (Vídeo 1). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bWlMlf7Zet8>. Acesso em: 17/03/22.

ESTRADA LIVRE. **Como juntei dinheiro para morar fora.** (Vídeo 2). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2-1JwDPIcdo>. Acesso em: 21/03/23

ESTRADA LIVRE. **Ainda vale a pena morar na Irlanda em 2022?** (Vídeo 8). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=jiKSZIPUUbC>. Acesso em 23/03/23.

NO MUNDO A DOIS. **Quais os pontos negativos de morar na Irlanda?** (Vídeo 3). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VRXdurbIVyc>. Acesso em: 21/03/23.

NO MUNDO A DOIS. **Prepare-se para o primeiro mês na Irlanda.** (Vídeo 4). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ItCSfBsBp1k>. Acesso em 22/03/23.

NO MUNDO A DOIS. **Intercâmbio em 2022 na Irlanda – a experiência de Kayki e Karina.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=WIL_P4LiLQs. Acesso em: 22/03/23.

NO MUNDO A DOIS. **Os estudantes trabalham mais que 40h semanais? – respondendo perguntas.** (Vídeo 7). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HZeMSGJo5k4>. Acesso em: 23/03/23.

SE VAI BORA. **Empregos mais fáceis e comuns de conseguir na Irlanda.** (Vídeo 6). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pzS4-LtJiVQ>. Acesso em: 22/03/23.

RESUMO

De acordo com o último relatório do Ministério das Relações Exteriores, são mais de 80 mil brasileiros vivendo na Irlanda, um país com pouco mais de 5 milhões de habitantes. O ramo da agricultura constitui o setor que marca o início da imigração brasileira para a Irlanda, através do recrutamento de brasileiros para a indústria de processamento de carnes. Iniciado na década de 1990, esse processo ocorre em meio aos abatedouros na região de Anápolis, no Estado de Goiás. De lá para cá, importantes mudanças ocorreram no perfil dos imigrantes brasileiros na Irlanda. Uma dessas mudanças é o avanço da imigração brasileira por meio dos vistos de estudo. Atualmente o número de brasileiros com vistos de estudo é cada vez mais relevante, com um aproveitamento das oportunidades de estudo para executar um projeto migratório. A vida contemporânea do imigrantes está atravessada pelo uso da internet e as redes sociais tomaram o posto de principal meio de comunicação. Analisamos 12 canais no Youtube de brasileiros imigrantes na Irlanda, os quais somados contam com mais de 40 vídeos catalogados, que foram separados por tópicos. Por congregar potenciais imigrantes, parte significativa dos conteúdos produzidos respondem a questões frequentes a respeito do processo migratório. Pensar a internet enquanto campo é também pensá-la através de suas possibilidades de ocupação, tal como as associações circunscritas por ela, mas não limitadas a ela. É nesse rastro que este artigo é construído: o acompanhamento etnográfico de produções audiovisuais de imigrantes brasileiros na Irlanda revela uma dimensão importante da produção de subjetividades que não se restringem mais à localidade, mas extrapolam o Estado-nação e o espaço físico.

Palavras-chave: *Influencers* brasileiros, Irlanda, Estudantes, Trabalho, Internet.

ABSTRACT

According to the latest report from the Ministry of External Relations, there are over 80.000 Brazilians living in Ireland, a country with just over 5 million inhabitants. The agricultural sector marks the beginning of Brazilian immigration to Ireland, through the recruitment of Brazilians for the meat processing industry. Started in the 1990s, this process takes place amidst slaughterhouses in the Anápolis region, in the state of Goiás. Since then, significant changes have occurred in the profile of Brazilian immigrants in Ireland. One of these changes is the increase in Brazilian immigration through study visas. Currently, the number of Brazilians with study visas is increasingly significant, with people taking advantage of study opportunities to carry out a migration project. The contemporary life of immigrants is permeated by the use of the internet, and social networks have become the main means of communication. We analyzed 12 YouTube channels of Brazilian immigrants in Ireland, which together have more than 40 cataloged videos, separated by topic. By bringing together potential immigrants, a significant portion of the content produced answers frequently asked questions about the immigration process. Thinking about the internet as a field also means thinking about it through its possibilities for occupation, as well as the associations circumscribed by it, but not limited to it. It is in this wake that this article is constructed: the ethnographic monitoring of audiovisual productions by Brazilian immigrants in Ireland reveals an important dimension of the production of subjectivities that are no longer restricted to the locality but go beyond the nation-state and physical space.

Keywords: Brazilian influencers, Ireland, Students, Work, Internet.

74 anos da Convenção das Nações Unidas de 1951: desafios e reflexões acerca da definição de “Refugiado”

74 years of the United Nations Convention of 1951: challenges and reflections on the definition of “Refugee”

*Rafaela Claudino Osaki**

1 INTRODUÇÃO

Se a migração for um gênero do deslocamento humano, então o refúgio é a sua categoria mais vulnerável. Não por acaso, a palavra em si remete à fuga de perigos na busca por um abrigo que confira a proteção, o amparo e até mesmo o esconderijo necessários à sobrevivência humana. Ainda, no contexto da cultura judaico-cristã, a menção ao “refúgio” encontra-se em diversos versículos da Bíblia Sagrada: no livro de Salmos, Capítulo 7:1, lê-se “Senhor, meu Deus, em ti me refugio; salva-me e livra-me de todos os que me perseguem...” (BÍBLIA, Salmos, 7,1, 2017). Nesse sentido, a perseguição de um indivíduo ou grupos fez e continua a fazer parte do processo histórico da humanidade, cuja busca por acolhimento tem impulsionado a mobilidade humana desde a Antiguidade, a exemplo dos hebreus no Egito, dos cristãos no Império Romano, dos hereges durante a Inquisição na Idade Média, e dos opositores políticos na ditaduras militares da América Latina no século XX.

Não por acaso, a definição legal de “refugiado” de acordo com a Convenção das Nações Unidas de 1951 leva em consideração o fundado temor de perseguição do qual, por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, uma pessoa não pode ou não quer retornar ao seu país de origem ou valer-se da sua proteção. Assim, o caráter

* Mestranda em Relações Internacionais do PPGRI San Tiago Dantas (UNESP, Unicamp e PUC-SP).

forçado desse deslocamento faz com que o refugiado se diferencie de outras categorias migratórias, como turistas, estudantes, trabalhadores ou os chamados “migrantes econômicos”, uma vez que, nesses casos, há espaço à voluntariedade da sua decisão. Paralelamente, em 14 de dezembro de 1950, a Assembleia Geral da ONU instituiu o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) através da Resolução n. 428, demonstrando o interesse e a devoção da sociedade internacional à questão do refúgio.

Entretanto, o contexto que serviu de pano de fundo ao surgimento tanto do ACNUR quanto da Convenção da ONU de 1951 já sofreu diversas modificações em termos da quantidade de deslocados, das motivações ao deslocamento, além dos principais países de partida e destino. Segundo estimativa da ACNUR (2023) no relatório “Tendências Globais sobre Deslocamento Forçado” (2022), o número de pessoas deslocadas por guerra, perseguição, violência e violações de direitos humanos atingiu o recorde de 108,4 milhões. Ademais, no século XXI, o diagnóstico de “emergência climática” ou “colapso ambiental” diante da crescente recorrência de enchentes, queimadas e ondas de calor, além da elevação do nível do mar que ameaça países insulares como Kiribati, Tuvalu e Maldivas, trouxe à tona a discussão sobre uma nova categoria, a dos “refugiados ambientais”.

Diante disso, setenta e quatro anos após a adoção da Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, a suposta desatualização da definição de “refugiado” tornou-se uma das principais pautas nos foros humanitário e das migrações internacionais. Tendo em vista a proeminência da questão refugiada à luz dos cognominados “Estudos Críticos de Migração e Refúgio”, com destaque à abordagem terceiro-mundista de Bhupinder Chimni (1998; 2008). Este estudo propõe refletir sobre a temática dos refugiados no que se refere à sua conceituação legal, bem como aos seus desafios contemporâneos. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica, na primeira seção far-se-á uma retomada do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que levou ao surgimento do referido documento, passando pela sua atualização com o Protocolo de Nova York de 1967 e sucessiva complementação por meio de instrumentos regionais de proteção, a Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969 e a Declaração de Cartagena de 1984.

Na segunda seção será analisada a mudança de perfil dos fluxos migratórios após a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), haja vista o redirecionamento do deslocamento forçado do Sul em direção ao Norte Geopolítico. Nesta senda, faz-se mister explorar o (res)surgimento dos estudos de Refúgio como estudos de Migração Forçada por meio das análises de Zetter (1988), Shacknove (1985) e Sartoretto (2018)

sobre o tema, além da perspectiva terceiro-mundista de Chimni (1998). Isso porque tais transformações amplificaram a tensão entre a soberania estatal e a imigração, sobretudo em razão da natureza forçada do refúgio e *jus cogens* do Princípio do *Non-Refoulement*, disposto no artigo 33 - “Proibição de expulsão ou de rechaço” da Convenção da ONU de 1951: “1. Nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada (...)”.

Por fim, na terceira seção, no contexto do século XXI, será discutida a polêmica (des)atualização da definição legal de “refugiado” tendo em vista desafios contemporâneos, como os deslocados em razão da chamada “crise climática”, as clivagens de gênero e sexualidade ante a sua alegada invisibilização no referido diploma, além da linha cada vez mais tênue entre o refúgio e os migrantes econômicos diante da tendência de fluxos mistos, como se sucedeu durante a “crise migratória” na Europa em 2015. Assim, almeja-se analisar as reivindicações populares de reforma da Convenção de 1951, especialmente no que diz respeito ao conceito de “refugiado”, em contraponto à retórica anti-imigração que tem levado à fortificação das fronteiras nos países do Norte Geopolítico, relativizando até mesmo os direitos e a proteção à categoria mais vulnerável do refúgio.

2 O SURGIMENTO DO REFÚGIO NO SÉCULO XX

Conforme aponta Sartoretto (2018), a definição de “refugiado” prevista na Convenção das Nações Unidas de 1951 foi elaborada pelo continente europeu para enfrentar problemas de refugiados europeus. Isso porque tal diploma só se aplicava aos que haviam se tornado refugiados em razão de acontecimentos ocorridos antes de 1º de janeiro de 1951 (Artigo 1º, seção A, parágrafo 2º), visando contemplar, assim, o deslocamento provocado pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Não bastasse, havia um marcador geográfico que indicava expressamente a ocorrência de tais acontecimentos na Europa (Artigo 1º, seção B, parágrafo 1º).

Nesse sentido, Sartoretto (2018) destaca o caráter pontual do refúgio, uma vez que, à época, a sociedade internacional imaginava que se tratava de uma crise localizada e passageira. Do contrário, o mandato do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, o ACNUR, instituído pelas Resoluções 319 (IV) de 1949 e 428 (V) de 1950 da Assembleia Geral da ONU, foi sendo sucessivamente renovado a cada cinco anos, tendo se tornado uma agência permanente da organização em 2003 (Sartoretto, 2018). Nesse

sentido, para Chimni (1998), criou-se um “mito da diferença” desde o início dos estudos sobre refugiados, uma vez que esta categoria também já estava presente no Sul Geopolítico quando o diploma de 1951 foi redigido.

Porém, segundo Chimni (1998), tais refugiados do chamado “Terceiro Mundo” não foram contemplados no referido documento simplesmente porque não eram vistos como motivo de preocupação pela sociedade internacional. Ainda que em 1967, com o Protocolo de Nova York, a limitação temporal e geográfica que circunscrevia somente os refugiados do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tenha sido abolida em reconhecimento à universalidade da proteção do refúgio, na realidade, para Sartoretto (2018), o que ocorreu não foi a abrangência universal da definição de refugiado, mas sim a sua abordagem seguindo “padrões europeus”, isto é, “tornando universal uma definição predominantemente europeia de refugiado” (SARTORETTO, 2018, p. 33).

Diante desta “proteção incompleta e eurocêntrica” (SARTORETTO, 2018), os demais migrantes forçados, especialmente do Sul Global, foram relegados a status migratórios mais precários, pois não amparados pela proibição do *refoulement* nem pelo mandato do ACNUR, a exemplo dos migrantes econômicos, ambientais, humanitários, de crise, dentre outras terminologias cujas motivações ao deslocamento não se reduzem ao “fundado temor de perseguição” da definição clássica de refúgio. Assim, como as normas de proteção aos refugiados não se mostravam adequadas às demandas não europeias, instrumentos legais de proteção das Américas e da África trouxeram novos parâmetros que refletiam o contexto local e os fatores de repulsão particulares a cada uma dessas regiões num esforço de abarcar os diversos fluxos de deslocados excluídos pela matriz eurocêntrica.

Primeiramente, enquanto a definição de refugiado da Convenção da ONU de 1951 pauta-se por um elemento subjetivo baseado em características pessoais, qual seja, o fundado temor de perseguição em função da raça, nacionalidade, religião, opinião política ou pertencimento a grupo social; a Convenção da Organização de Unidade Africana que rege os aspectos específicos dos problemas dos refugiados na África (1969), e a Declaração de Cartagena (1984) ampliaram a proteção do refúgio para elementos objetivos de caráter coletivo, como a generalizada violação de direitos humanos, a agressão estrangeira e a grave perturbação da ordem pública. Com isso, uma definição expandida de refúgio tende a proteger de forma mais efetiva fluxos massivos de refugiados, cujo deslocamento, sobretudo em conflitos armados, muitas vezes, não tem conotação subjetiva e não decorre de uma perseguição individualizada (SARTORETTO, 2018).

Assim, segundo o Artigo I da Convenção da Organização de Unidade Africana (1969) e as Conclusões e Recomendações da Declaração de Cartagena (1984), respectivamente:

2 - O termo refugiado aplica-se também a qualquer pessoa que, *devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública* numa parte ou na totalidade do seu país de origem ou do país de que tem nacionalidade, seja obrigada a deixar o lugar da residência habitual para procurar refúgio noutro lugar fora do seu país de origem ou de nacionalidade. (Organização de Unidade Africana, 1969, Artigo I, grifo nosso).

Terceira - Reiterar que, face à experiência adquirida pela afluência em massa de refugiados na América Central, se toma necessário encarar a extensão do conceito de refugiado tendo em conta, no que é pertinente, e de acordo com as características da situação existente na região, o previsto na Convenção da OUA (artigo 1., parágrafo 2) e a doutrina utilizada nos relatórios da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos. Deste modo, a definição ou o conceito de refugiado recomendável para sua utilização na região é o que, além de conter os elementos da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, considere também como refugiados as pessoas que tenham fugido dos seus países *porque a sua vida, segurança ou liberdade tenham sido ameaçadas pela violência generalizada, a agressão estrangeira, os conflitos internos, a violação maciça dos direitos humanos ou outras circunstâncias que tenham perturbado gravemente a ordem pública.* (ACNUR, 1984, grifo nosso).

Com efeito, as complementações propostas pela Convenção da OUA (1969) e pela Declaração de Cartagena (1984) bem retratam a realidade terceiro-mundista, cujo denominador comum reside na intervenção estrangeira pelo uso indevido da força, passado colonial, exploração econômica e subjugação político-social do Sul Geopolítico aos países do Norte. No caso da África, “a riqueza natural e mineral do continente africano é inversamente proporcional à estabilidade na região” (SARTORETTO, 2018, p. 114) cujas fronteiras artificiais, ao serem impostas pelas potências europeias

durante a Conferência de Berlim (1884-85) sem levar em consideração as peculiaridades e diversidades étnico-culturais dos povos nativos, fomentaram os inúmeros conflitos internos e guerras civis que se seguiram desde a “Partilha da África” à sua descolonização ao longo do século XX.

Outrossim, a agressão, a ocupação e a dominação estrangeira mencionadas pela Convenção Africana (1969) foram enfatizadas na Declaração de Cartagena (1984) haja vista o histórico de imperialismo estadunidense, golpes de Estado e opressão política nas Américas do Sul e Central. Porém, o instrumento interamericano também propôs uma contribuição à definição de refugiado ao incluir a ameaça à sua vida, segurança ou liberdade pela violação massiva de direitos humanos, notadamente em reflexo às explorações e intervenções econômica, social e política estrangeiras — europeia e, atualmente, estadunidense — na região, tidas como as “veias abertas da América Latina” por Galeano (2010). Assim, ainda que a Declaração de Cartagena (1984) não tenha a mesma força vinculante da Convenção da OUA (1969), trata-se de uma *soft law* que influenciou o ordenamento jurídico dos países da região, como Argentina, Bolívia, Colômbia, Peru, e até mesmo do Brasil, nos termos do Artigo 1º, inciso III, da Lei n. 9.474/1997, segundo o qual “será reconhecido como refugiado todo indivíduo que: devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país.”.

Além da ampliação das motivações ao refúgio, os instrumentos regionais também privilegiaram uma “simples ameaça genérica” em detrimento do “fundado temor de perseguição” como fator desencadeador do direito à proteção refugiada. Para Sartoretto (2018), tal conceituação é mais objetiva, retirando a necessidade de se provar o sentimento individual de temor e a personificação de um agente persecutório, apresentando um caráter mais humanitário por contemplar situações graves e generalizadas que abarcam desde violência e agressões a conflitos e a ordem pública. Não bastasse, a especial ênfase à violação aos direitos humanos na Declaração de Cartagena (1984) tanto influenciou a democratização do escopo do refúgio, quanto levou em consideração questões terceiro-mundistas de deslocamento forçado, uma das principais críticas dos países do Sul Geopolítico à definição tradicional de refugiado.

Por fim, insta salientar que não existe uma definição *per se* de “perseguição” na Convenção da ONU de 1951. Tal termo, porém, foi expressamente mencionado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu Artigo 14(1), ao dispor que “todo ser humano, vítima de perseguição, tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países”. Ainda assim, a polêmica da definição de refúgio continuou e assumiu novas facetas com a transição dos séculos XX ao XXI.

3 DO REFÚGIO À MIGRAÇÃO FORÇADA, DO SUL AO NORTE GEOPOLÍTICO

A transição do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) foi marcada pelo período da Guerra Fria, que se estendeu de 1947 até 1991 com a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991). Nesse ínterim, o perfil do refugiado tradicional, nos moldes “europeizados” da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, modificou-se de um caráter apolítico para uma figura de cunho ideológico. Isso porque, em meios às tensões entre os Blocos Capitalista e Socialista, os refugiados vindos da União Soviética e suas zonas de influência, como Cuba e Vietnã, eram dotados de alto valor propagandista à narrativa anticomunista dos Estados Unidos (SARTORETTO, 2018). Não por acaso, para Chimni (2008), “as definições legais de ‘refugiado’ sempre foram parciais e concebidas para servir à política do Estado” (CHIMMI, 2008, p. 16), (tradução nossa)¹.

Nesse sentido, a transição da Guerra Fria (1947–1991) para o século XXI foi marcada por processos tanto de descolonização quanto de globalização. Com isso, o “mito da diferença” de Chimni (1998) tomou força, uma vez que o perfil e o fluxo dos refugiados sofreram nova modificação: em sua maioria os deslocados eram do Sul Geopolítico, invertendo o sentido da trajetória que, no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), tinha a Europa como região de partida, e não de destino. Desta feita, a imagem do “refugiado tradicional” — branco, homem e anticomunista — fez com que aqueles vindos do Terceiro Mundo fossem retratados como radicalmente diferentes deste padrão, não se enquadrando, portanto, na definição legal de refugiado.

Autores como Chimni (1998) não negam que não exista diferença entre fluxos vindos do Norte e do Sul Geopolítico, pelo contrário, uma vez que, na realidade, cada refugiado tem sua própria história. Porém, tais diferenças que foram propagadas, acerca de um “refugiado tradicional”, teriam caráter oportunista e de autosserviço, pois visam legitimar a contenção de refugiados do Sul para o Norte. Com efeito, para Chimni (2008), categorias jurídicas como a definição legal de “refugiado” não seriam dispositivos apenas de inclusão, mas sobretudo de exclusão, como uma forma de disciplinar a realidade em prol dos interesses dominantes na sociedade. Tendo em vista a ascensão dos Estudos de Refúgio sem uma vertente crítica ao seu viés excludente e eurocêntrico, isso se deu porque a agenda refugiada era definida pelo Norte, conforme já pontuado por Sartoretto (2018): elaborada pelo continente europeu para enfrentar problemas de refugiados europeus.

Não por acaso, tal redirecionamento do refúgio, do Sul para o Norte Geopolítico, foi acompanhado pela passagem dos Estudos sobre Refugiados para os Estudos sobre Migrações Forçadas, e do humanitarismo apolítico

para o “humanitarismo político” (CHATTY; MARFLEET, 2013). A significância de tais transformações nos âmbitos acadêmico e institucional não podem ser subestimadas como mera renomeação do fenômeno do refúgio. Pelo contrário, haja vista que, conforme bem pontua Zetter (1988), o termo “refugiado” constitui um dos rótulos mais poderosos e complexos da agenda humanitária, nas esferas nacional e internacional, especialmente ao desafiar a soberania estatal dos seus anfitriões ao mesmo tempo em que impõe uma condição de dependência aos seus detentores.

Com efeito, a diluição do refúgio no conceito mais amplo de migração forçada tende a apagar as peculiaridades tanto da sua condição quanto da sua necessidade de proteção, tornando-o apenas mais uma categoria em meio a tantas outras. Diante disso, os Estudos sobre Migrações Forçadas referem-se a situações tão diversas, incluindo problemas de segurança, que a vulnerabilidade particular aos refugiados foi sendo paulatinamente negligenciada e de forma paralela a um regime cada vez mais restritivo à imigração no Norte Geopolítico. Nesse contexto de transformação do perfil e do fluxo de refugiados, Chimni (2008) bem destaca como as soluções para a questão do refúgio também foram sendo modificadas de acordo com os interesses de cada época.

Isto pois, se de 1945 a 1982 o reassentamento era considerado a medida ideal à realocação permanente dos refugiados a um país de destino, de 1982 aos anos 2000 o repatriamento voluntário tornou-se a solução preferida, com o regresso dos refugiados ao seu país de origem sendo institucionalizado concomitantemente à construção do “*non-entrée regime*”. Não bastasse o caráter restritivo das políticas migratórias somado à já reduzida agência refugiada, tal “humanitarismo político” (CHATTY; MARFLEET, 2013) exerceu certo grau de intervenção do Norte Geopolítico no “Terceiro Mundo” buscando evitar que tais deslocamentos em massa fossem, sequer, provocados.

Desse modo, para Chimni (1998), a apropriação do Refúgio pela Migração Forçada decorreu da articulação dos Estados hegemônicos, que se utilizaram da agenda humanitária para promover seus próprios interesses, no caso, a mitigação do arcabouço jurídico refugiado com vistas à sua contenção no Sul Geopolítico. Mas não somente, uma vez que, conforme bem pontua Sartoretto (2018), a linha que separa o “gênero” migrantes forçados da “espécie” refugiados segundo a definição da Convenção de 1951 é muito tênue, pois se trata de conceitos cujas diferenças são sutis. Porém, uma vez que categorias jurídicas são expressões de poder, tais definições legais não podem ser os “árbitros finais” das realidades sociais, especialmente do refúgio, cujo deslocamento é forçado por graves violações, sejam individuais ou coletivamente (CHIMNI, 1998).

Migrantes forçados são todos os indivíduos que têm que deixar ou fugir de seus lares por razões alheias à sua vontade. Nessa modalidade de migração, fatores coercitivos estão envolvidos, como conflitos internos e internacionais, miséria extrema, graves violações de direitos humanos, violência generalizada, agressão e invasão estrangeira, desastres ambientais e mudanças climáticas, dentre outros. Já os refugiados são um grupo específico de migrantes forçados, perseguidos em razão da raça, nacionalidade, religião, pertencimento a determinado grupo social ou defesa de certa opinião política, protegidos pela Convenção de 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados e que recebem proteção internacional garantida pela Agência da ONU para Refugiados. Assim, todo refugiado é necessariamente um migrante forçado, mas o contrário não é verdadeiro, nem todo migrante forçado se enquadra na definição de refugiado da Convenção de 1951. (SARTORETTO, 2018, p. 20)

Todavia, para Shacknove (1985), conceitualmente, a condição de refugiado não está relacionada com a migração. Isso porque o refúgio decorre da falta de proteção estatal em relação às suas necessidades básicas, ainda que sob a sua jurisdição, ou justamente em razão disso. Assim, pautando-se numa relação de cunho político, e não territorial, entre cidadão e Estado, para Shacknove (1985) “a condição de refugiado é uma forma de apatridia desprotegida” (SHACKNOVE, 1985, p. 283), (tradução nossa)², de modo que tal status só deveria ser concedido àqueles cujo governo falhou no dever de proteção de seus nacionais, em termos de invasão estrangeira, guerra civil, genocídio, tortura e rapto, não lhes restando outra alternativa senão buscar refúgio internacionalmente. Nesse sentido, mais do que marcado por um agente persecutório, o refúgio referir-se-ia à ruptura dos laços que constituem a base mínima da cidadania, como confiança, lealdade, proteção e assistência estatal, pois a perseguição seria apenas uma das muitas formas que levam a essa situação.

4 REFÚGIO NO SÉCULO XXI: DESAFIOS E REFLEXÕES

Assim como o início do século XXI foi marcado pelo ataque terrorista às Torres Gêmeas, a Guerra ao Terror também influenciou a rigidez no controle de fronteiras. Todavia, a crescente restrição à mobilidade humana se deu de

forma seletiva em relação ao Sul Geopolítico, e inversamente proporcional à necessidade de recepção de fluxos deslocados. Com a iminência da emergência climática, populações de países insulares na Oceania, como Kiribati, Nauru e Tuvalu, cujos territórios encontram-se ameaçados pelo aumento do nível do mar, se veem compelidas a buscar refúgio pela região, em países como Austrália e Nova Zelândia, mas não são reconhecidas como refugiados nos ditames da Convenção da ONU de 1951.

Nesta senda, cerca de 73 países seguem criminalizando a comunidade LGBTQIA+, cuja população tem sua vida e integridade física ameaçadas por medidas arbitrárias e desumanas, como aprisionamentos, pena de morte, assassinatos, tortura, violência sexual, “terapias corretivas” forçadas; além de terem direitos fundamentais negados, como de reunião, expressão, ao casamento e a constituir família, acesso à saúde, educação e ao mercado de trabalho. Ainda que seja possível enquadrar a perseguição por motivos de orientação sexual e/ou identidade de gênero como “grupo social” nos termos da definição legal de “refugiado”, os pedidos de refúgio com base nesse dispositivo enfrentam dificuldades substanciais à obtenção desse status protetivo, uma vez que o seu reconhecimento como tal coloca um peso muito grande na questão probatória, que pode carecer de credibilidade de acordo com a análise cada vez mais subjetiva e discricionária dos países de destino (RSTP, 2024; SARTORETTO, 2018).

Outra categoria cujo enquadramento à situação de refúgio segue em debate é a dos chamados “migrantes econômicos”, por vezes motivados por causas complexas nas quais a perseguição e a exclusão socioeconômica se interseccionam (ZETTER, 2007). Isso porque, especialmente no caso de grupos minoritários, a perseguição pode ocorrer sem violência explícita, por meio de exclusão social, política e inclusive econômica durante períodos prolongados, de modo que tal quadro de desigualdades afeta diretamente o acesso a direitos humanos fundamentais. Nesse sentido, segundo Zetter (2007), diferenciar refugiados e migrantes econômicos no contexto dos fluxos migratórios contemporâneos não é uma tarefa fácil, sobretudo diante da histórica disparidade entre o Norte e o Sul Geopolíticos.

Os Estados falidos e as economias hegemônicas são ambientes predatórios e ameaçadores, especialmente para os economicamente excluídos, que também podem ser minorias étnicas. É fácil ver como estas condições de injustiça e medo produzem percepções profundas de perseguição e criam razões suficientemente convincentes para as pessoas fugirem em busca de uma vida melhor. O volume crescente de novas *boat*

people' provenientes da África Subsaariana, que tentam a perigosa viagem através do Mediterrâneo, é o exemplo atual mais óbvio. São migrantes econômicos ou refugiados? (ZETTER, 2007, p. 178, tradução nossa)³

Não bastasse, desde o início do século XXI, até mesmo os fluxos provocados por conflitos armados e violações generalizadas de direitos humanos no Oriente Médio, na África e na Ásia, nem sempre foram contemplados pelo diploma de 1951. A resistência do Norte Geopolítico em receber pessoas refugiadas vindas do Sul mostrou-se evidente na Europa ao longo da Guerra Civil Síria (2011-2024), quando refugiados foram retidos pelo Acordo União Europeia-Turquia (2016) às margens do Bloco, enquanto milhares de famílias como a do menino Alan Kurdi se afogaram no Mar Mediterrâneo em busca de refúgio na UE (FERREIRA, 2016). Insta salientar que a maior parte dos sírios, assim como ocorre com a maioria dos deslocados no Sul Geopolítico, refugiou-se nos países vizinhos, como o Líbano, mas ainda assim foram retratados como uma “crise” na e para a Europa.

Desta feita, ainda que, desde o surgimento da Convenção da ONU de 1951, o sentido do deslocamento do Norte para o Sul tenha se invertido, sendo atualmente a maior parte dos deslocados oriundos do Sul Geopolítico, na realidade estes costumam se deslocar dentro da própria região. O alto custo da viagem frente a escassez de recursos e a burocracia da documentação, haja vista a emergência da fuga no caso dos refugiados, é um dos muitos fatores que limitam o deslocamento destes ao Norte Geopolítico. Não obstante, ainda que o documento de 1951 tenha sido elaborado pelo continente europeu para enfrentar problemas de refugiados europeus (SARTORETTO, 2018), o refúgio de não-europeus continua não sendo uma preocupação aos países hegemônicos, os quais não se mobilizam em prol da recepção desses novos fluxos de deslocados terceiro-mundistas.

Pelo contrário, uma vez que, de tão poderoso, o rótulo de “refugiado” tornou-se um privilégio, pois as regras do refúgio e do *non-refoulement* tornaram-se exceções, enquanto a ressalva da segurança nacional tem sido adotada como a diretriz norteadora do controle de fronteiras para a gestão migratória, inclusive de refugiados. Tem-se, assim, um contrassenso, pois o fardo do deslocamento em massa recai sobre os países mais pobres e em desenvolvimento, sem estrutura e arcabouço jurídico suficientes para assegurar a proteção dos refugiados, mas as “soluções” políticas e a assistência financeira para tais crises dependem dos países hegemônicos do Norte Geopolítico, onde o capital e as mesas de negociação e decisão estão concentrados, como Nova York nos EUA, Genebra na Suíça e Haia nos Países Baixos (ZETTER, 1988).

Ademais, a transnacionalidade dos direitos dos refugiados, intrínseca à sua própria natureza, tem sido mitigada pela sobreposição, em vez de relativização, da soberania estatal no que tange a matéria. Se no início o refúgio pautava-se pela partilha de responsabilidades e solidariedade internacional, atualmente a abordagem à questão refugiada se dá pela partilha de encargos e a priorização da segurança nacional como política de imigração (FERREIRA, 2016). Nesse sentido, percebe-se que a crítica à predileção da Migração Forçada em detrimento dos Estudos de Refúgio encontra respaldo diante da diluição do rótulo de refugiado em meio a outros cujo deslocamento não é definido pela sua involuntariedade e cuja proteção se dá na forma complementar, alternativa e temporária de vistos e novas categorizações.

Ante o debate latente sobre a reformulação legal do conceito de refugiado, a imprescindibilidade da fuga permanece sendo tanto o mínimo denominador comum quanto o elemento diferenciador do refúgio, sustentando a proibição do *refoulement* como a sua pedra angular. Na realidade, a não relativização da soberania estatal em prol do direito do refugiado tem levado, pelo contrário, à relativização da Convenção da ONU de 1951 e, por conseguinte, do próprio instituto do refúgio. Nesse sentido, vale ponderar que, apesar de não se tratar de uma crise pontual, localizada e passageira, conforme se imaginava à época da criação do referido diploma legal, o “refugiado” é um rótulo cujo detentor costuma variar a depender das circunstâncias e contextos que levam à sua atribuição.

A título de exemplo, até a eclosão da Guerra Civil em 2011, os sírios não eram considerados refugiados, assim como os ucranianos antes da invasão russa ao país em 2022. Com isso, todas as pessoas, sejam por motivações raciais, religiosas, políticas, de nacionalidade ou pertencimento a grupo nacional, estão sujeitas a tornarem-se refugiadas sob a égide da Convenção de 1951 e do mandato do ACNUR. Assim, do mesmo modo que os direitos humanos e fundamentais, os direitos dos refugiados também devem ser dotados de inalienabilidade, uma vez que o seu grau protetivo é diretamente proporcional à vulnerabilidade daqueles que buscam proteção.

Nesta senda, após décadas distante de seu berço, o instituto do refúgio retornou à Europa com os ucranianos, em razão da guerra deflagrada pela Rússia em 2022, rememorando a figura do refugiado europeu que deu origem à sua definição legal em 1951. Diante disso, os pilares da partilha de responsabilidade, da solidariedade internacional e da acolhida humanitária foram temporariamente e seletivamente retomados. À época, foi apontado o contraste do rechaço aos refugiados sírios na Europa (HANKIR; RABAH, 2022; ZARU, 2022), fazendo com que a crítica e a abordagem terceiro-mundista da matéria ganhassem força novamente.

Com efeito, em que pese a interpretação altamente politizada da definição legal de refúgio, períodos de fragmentação e desintegração requerem o movimento contrário de união e cooperação. Nesse contexto, faz-se mister refletir se a reforma da Convenção da ONU de 1951, apesar de plausível, mostra-se a melhor alternativa no momento atual. De fato, o conceito de “refugiado” encontra-se desatualizado perante as demandas globais, sobretudo diante da crise climática como eixo central do século XXI. Porém, tendo em vista o *modus operandi* dos países hegemônicos, de fechamento de fronteiras e restrição à imigração do Sul Geopolítico, bem como a concentração dos centros de negociação, decisão e capital no Norte, a redefinição legal do refúgio pode vir a ter consequências desastrosas no que diz respeito à garantia dos direitos humanos.

Primeiramente, porque a eventual expansão do conceito poderia não apenas ser rejeitada pelos países de destino, como também ser explorada como justificativa à desvinculação da Convenção de 1951 pelos Estados-parte. Assim, há risco de inaugurar um precedente perigoso no que se refere à proteção dos refugiados, cujo arcabouço jurídico de viés humanitário poderia ser desmantelado por meros interesses de cunho político. Em tempos de deslocamentos em massa, crises sociopolíticas e rápidas mudanças econômicas e sociais, a estabilidade dos direitos humanos se coloca como um importante ponto de referência a despeito da volatilidade do século XXI. Contudo, a sua universalidade é colocada em xeque à medida que a aplicação de tais instrumentos se dá de forma seletiva, a exemplo dos refugiados sírios e ucranianos na Europa, e a serviço dos interesses dos Estados em vez da humanidade.

Diante de tais dilemas, para Zetter (1988) os mais capazes de definir, explicar e promover uma compreensão dos parâmetros do refúgio são os próprios refugiados com apoio dos profissionais, administradores e pesquisadores vindos tanto de dentro das comunidades refugiadas quanto dos países de acolhimento. Somado a isso, Sartoretto (2018) bem recorda que “para além do dever de proteção das pessoas em situação de refúgio e migração forçada, devemos reconhecer no ser migrante um ser humano que merece proteção e acolhimento pelo simples fato de partilhar o elemento comum a todos nós, ou seja, a condição humana.” (SARTORETTO, 2018, p. 230).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que, segundo estimativa de ACNUR (2023), até o final de 2022 o número de pessoas deslocadas por guerra, perseguição, violência e violações de direitos humanos atingiu o recorde de 108,4 milhões, a

transformação do status de “refugiado” em um privilégio ao invés de um direito não condiz com a realidade. Do mesmo modo, a elevação da segurança nacional como diretriz norteadora do controle fronteiriço para a gestão (anti)migratória também subverte o propósito da Convenção das Nações Unidas de 1951. Nesse contexto, as disparidades entre o Norte e o Sul Geopolíticos se aprofundam em razão de deslocamentos em massa cada vez mais desamparados em termos de estrutura, assistência e respaldo tanto financeiro quanto jurídico-protetivo.

Não por acaso, para Sartoretto (2018), o Direito Internacional dos Refugiados localiza-se no liame entre duas ideias opostas: por um lado, a soberania dos Estados, que têm o poder de decidir sobre o cruzamento de suas fronteiras e a residência de estrangeiros em seu território; por outro lado, a proteção dos refugiados, que constituem uma das categorias mais vulneráveis das migrações forçadas em razão do seu caráter persecutório. Diante disso, a evolução das normas protetivas de Direitos Humanos decorreu, ao menos formalmente, da paulatina mitigação da soberania estatal ao impor a recepção dos refugiados como regra cogente à época da criação da Convenção da ONU de 1951. Todavia, setenta e quatro anos depois, a distância entre o arcabouço jurídico internacional e a realidade das pessoas em situação de refúgio e migração forçada se mostra cada vez maior e inquietante.

No contexto de crise climática, de violência em razão da orientação sexual e/ou identidade de gênero, dos migrantes econômicos e de conflitos armados, a normativa legal tem se tornado, no caso concreto, um empecilho à proteção dos refugiados (SARTORETTO, 2018), seja pela definição clássica ou estendida dos instrumentos regionais. Isso porque, abolidas as limitações temporais e geográficas ao refúgio nos moldes do diploma de 1951, ainda persiste o limite dos interesses políticos dos Estados. Nesse sentido, no bojo da abordagem terceiro-mundista do Direito Internacional, Chimni (2008) bem pontua, assim como reitera-se, que “as definições legais de ‘refugiado’ sempre foram parciais e concebidas para servir à política do Estado” (Chimni, 2008, p. 16) – (tradução nossa)⁴ cujo poder soberano favorece a escolha estatal em relação aos migrantes e refugiados a serem recebidos.

Não por acaso, Zetter (2007) também afirma que “esse processo de categorização e diferenciação dos refugiados baseia-se em práticas altamente instrumentais que servem os interesses do Estado” (ZETTER, 2007, p. 181), (tradução nossa)⁵. Desta feita, as críticas ao conceito clássico de refúgio, à mercê da interpretação e discricionariedade das autoridades e órgãos administrativos, bem como a reivindicação pela sua redefinição mais ampla, que abarque motivações contemporâneas ao enquadramento de deslocados nesta categoria, de fato mostram-se pertinentes. Do mesmo modo, o

Princípio do *Non-Refoulement* do Artigo 33 da Convenção de 1951 não é absoluto, mas a sua exceção na hipótese de perigo e ameaça à segurança nacional e à ordem pública tem sido usada de forma indiscriminada pelo Norte Geopolítico no que se refere aos refugiados terceiro-mundistas.

Logo, mostra-se igualmente pertinente uma postura cautelosa em relação à reforma da Convenção das Nações Unidas Relativa aos Estatuto dos Refugiados de 1951, pois poderia levar à abertura de uma “caixa de Pandora” no âmbito do Direito Internacional Público, sobretudo num período de reiterada violação e relativização dos direitos humanos pelos Estados ao redor do mundo. Isso porque a eventual revisão do diploma de 1951 seria capaz de inaugurar um precedente perigoso no que diz respeito aos direitos dos refugiados, cuja proteção pode vir a ser desmantelada por interesses meramente políticos. É por isso que se faz mister refletir se a redefinição do conceito de “refugiado”, apesar de plausível, mostra-se a melhor alternativa no momento atual, marcado por processos de fragmentação e desintegração que desfavorecem a tomada de decisões consensuais e coerentes na esfera internacional.

O refúgio coloca-se como um desafio coletivo, uma vez que envolve movimentos transnacionais e demandas globais, porém foi justamente o caráter referencial dos instrumentos de direitos humanos, como a Convenção da ONU de 1951, que fez com que o status de refugiado persistisse ao longo dos seus setenta e quatro anos de existência. Tanto no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945), quanto ao longo da Guerra Fria (1947-1991), na transição da década de 90 para os anos 2000, e até mesmo durante o século XXI, o diploma de 1951 constitui um avanço que não pode sofrer retrocessos. Porém, conforme bem pontua Chimni (1998), as definições legais não podem ser os “árbitros finais” das realidades sociais, de modo que a proteção refugiada pode se pautar, mas não deve se limitar, pelas categorizações jurídicas. Ainda que de difícil implementação, especialmente num contexto cada vez mais anti-imigração de Estados fortificados, enquanto o rótulo de “refugiado” existir, as possibilidades são inúmeras.

NOTAS

¹ “The legal definitions of ‘refugee’ have always been partial and designed to serve State policy.”

² “Refugeehood is one form of unprotected statelessness”.

³ Failing states and warlord economies are predatory and threatening environments, particularly for the economically excluded who may also be ethnic minorities. It is easy to see how these conditions of injustice and fear produce deep-seated perceptions of

persecution and create sufficiently compelling reasons for people to flee to seek a better life. The increasing volume of new ‘boat people’ from sub-Saharan Africa, attempting the hazardous journey across the Mediterranean, are the most obvious current example. Are they economic migrants or refugees?

⁴ “The legal definitions of ‘refugee’ have always been partial and designed to serve State policy.”

⁵ “this process of categorizing and differentiating refugees is predicated on highly instrumental practices which serve the interests of the state.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Declaração de Cartagena**, 1984. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BD_Legal/Instrumentos_Internacionais/Declaracao_de_Cartagena.pdf

ACNUR. **Deslocamento forçado atinge novo recorde em 2022, e ACNUR pede ação conjunta**. 2023. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/2023/06/14/deslocamento-forcado-atinge-novo-recorde-em-2022-e-acnur-pede-acao-conjunta/#:~:text=O%20principal%20relat%C3%B3rio%20anual%20do> Acesso em: 16 fev. 2024.

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Salmos. Trad. João Ferreira de Almeida. Barueri-SP: SSB, 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.474, de 22 de julho de 1997**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm.

CHATTY, Dawn; MARFLEET, Philip. Conceptual Problems in Forced Migration. **Refugee Survey Quarterly**, v. 32, n. 2, p. 1–13, 2013.

CHIMNI, Bhupinder S. The geopolitics of refugee studies: a view from the south. **Journal of Refugee Studies**, v. 11, n. 4, p. 350–374, 1998.

CHIMNI, Bhupinder S. The Birth of a “Discipline”: From Refugee to Forced Migration Studies. **Journal of Refugee Studies**, v. 22, n. 1, p. 11–29, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre (RS): L&PM Pocket, 2010.

FERREIRA, Susana. Orgulho e preconceito: A resposta europeia à crise de refugiados. **Relações Internacionais (R: I)**, n. 50, p. 87-107, 2016.

HANKIR, Hassan; RABAH, Hams. Arab refugees see double standards in Europe’s embrace of Ukrainians. **Reuters**, 2 mar. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/arab-refugees-see-double-standards-europes-embrace-ukrainians-2022-03-02/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados**, 1951. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Protocolo Relativo ao Estatuto dos Refugiados**, 1967. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Protocolo_de_1967_Relativo_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf

ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA. **Convenção da Organização de Unidade Africana que Rege os Aspectos Específicos dos Problemas dos Refugiados em África**, 1969. Disponível em: https://www.fafich.ufmg.br/~luarnaut/convencao_oua.pdf

RSTP - REFUGEE SPONSORSHIP TRAINING PROGRAM. **Persecution based on Sexual Orientation and/or Gender Identity**, 2024. Disponível em: <https://www.rstp.ca/en/refugees/persecution-based-on-sexual-orientation-andor-gender-identity/>. Acesso em: 16 fev. 2024.

SANTOS, Lucineia Rosa dos. Refugiados. **Enciclopédia jurídica da PUC-SP**. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Internacional. Cláudio Finkelstein, Clarisse Laupman Ferraz Lima (coord. de tomo). 1. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/489/edicao-1/refugiados>.

SARTORETTO, Laura Madrid. **Direito dos Refugiados – do eurocentrismo às abordagens de terceiro mundo**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2018.

SHACKNOVE, Andrew E. Who Is a Refugee? **Ethics**, v. 95, n. 2, p. 274–284, 1985.

ZARU, Deena. Europe's unified welcome of Ukrainian refugees exposes 'double standard' for nonwhite asylum seekers: Experts. **ABC News**, 8 mar. 2022. Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/europes-unified-ukrainian-refugees-exposes-double-standard-nonwhite/story?id=83251970#:~:text=European%20countries%20host%20over%201,High%20Commission%20on%20Refugees%20data>. Acesso em: 16 fev. 2024.

ZETTER, Roger. Refugees and Refugee Studies — A Label and an Agenda. **Journal of Refugee Studies**, v. 1, n. 1, p. 1–6, 1988.

ZETTER, Roger. More Labels, Fewer Refugees: Remaking the Refugee Label in an Era of Globalization. **Journal of Refugee Studies**, v. 20, n. 2, p. 172–192, 2007.

RESUMO

Este estudo reflete sobre a definição de “refugiado” nos termos da Convenção das Nações Unidas de 1951, setenta e quatro anos após a sua adoção. Para tanto, conduzir-se-á uma retomada do contexto do pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945) que levou ao surgimento do referido documento, bem como da sua atualização com o Protocolo de Nova York de 1967 e complementações pela Convenção da Organização da Unidade Africana de 1969 e pela Declaração de Cartagena de 1984. Continuamente, com a queda do Muro de Berlim (1989) e o fim da União Soviética (1991), a mudança de perfil dos fluxos migratórios do Sul em direção ao Norte Geopolítico foi acompanhada pelo (res)surgimento dos estudos de Refúgio como estudos de Migração Forçada. Já no século XXI, será discutida a polêmica (des)atualização da definição legal de “refugiado” tendo em vista desafios como a crise climática, as clivagens de gênero e sexualidade, e a sua linha tênue com migrantes econômicos. Como resultado, aponta-se que o status de refugiado foi transformado num privilégio cuja exceção em caso de perigo ou ameaça à segurança nacional tornou-se a regra nos países de destino do Norte Geopolítico. Por fim, apesar das reivindicações populares de reforma da Convenção de 1951, diante da sua crescente relativização pelos Estados, a sua conservação mostra-se indispensável à garantia mínima de direitos e proteção à categoria mais vulnerável dos refugiados.

Palavras-chave: Convenção das Nações Unidas de 1951; Refúgio; Migração Forçada.

ABSTRACT

This study reflects on the definition of “refugee” under the 1951 United Nations Convention, seventy-four years after its adoption. To this end, there will be a review of the post-Second World War context (1939-1945) that led to the emergence of the aforementioned document, as well as its updating with the 1967 New York Protocol and complementations by the Convention of the Organization of African Unity of 1969 and by the Cartagena Declaration of 1984. Continuously, with the fall of the Berlin Wall (1989) and the end of the Soviet Union (1991), the change in the profile of migratory flows, from the South towards the Geopolitical North, was accompanied by the (re)emergence of Refuge studies as studies of Forced Migration. In the 21st century, the controversial outdated legal definition of “refugee” will be discussed in view of challenges such as the climate crisis, gender and sexuality cleavages and their blurred line with economic migrants. As a result, it is pointed out that refugee status was transformed into a privilege whose exception in the case of a danger or threat to national security became the rule in destination countries in the Geopolitical North. Finally, despite popular demands for reform of the 1951 Convention, given its increasing relativization by States, its conservation proves to be indispensable to the minimum guarantee of rights and protection for the most vulnerable category of refugees.

Keywords: 1951 United Nations Convention; Refuge; Forced Migration.

The need for international solidarity: the case of Latin American democracies

A necessidade de solidariedade internacional: o caso das democracias latino-americanas

*Lucilene Cury**
*Bruno Massola Moda***

1 INTRODUCTION

If, on one hand, there is interference by countries over others, exasperating autocratic national governments, giving rise to international crises, political conflicts, and wars; on the other, it is known that international relations can aid democratic processes, especially in those Latin America “fragile democracies,” as continue to be observed nowadays. In these scenarios, acts of international solidarity have the power to promote human rights, social justice, and, thus, the dignity of citizens. Therefore, this problem calls for an efficient international community to boost relations between States through international organizations to promote peace and avoid conflicts. The Organization of American States (OAS) is one of these organizations focused on strengthening these democracies that increasingly tend to deteriorate, inciting violence among their populations and disrespecting human dignity. This article aims, therefore, to reflect on concepts intrinsic to democracy such as human rights, citizenship, dignity, and governance, among others, while, at the same time, presenting empirical cases of countries with great

* Associate Professor at the School of Communication and Arts and at the Graduate Program in Latin American Integration at the University of São Paulo. Researcher at the Institute of Advanced Studies, University of São Paulo, chair Oscar Sala. Email: lucilene@usp.br

** Ph.D. candidate in the Graduate Program in Latin American Integration; Editor at the Brazilian Journal of Latin American Studies (BJLAS). Email: bruno.moda@hotmail.com

social turmoil in these times of violated human rights, which are seen on international media news and socialized with the entire globalized society in this digital era.

With that, this article projects the possibility of new governance that is capable of treating societies with great inequalities in the global public space. Such inequalities lead to a lack of control of all kinds, particularly in the so-called 'global south', which is characterized by being dominated by a greater power, namely the "global north." This new governance is a possible utopia, as Enrique Dussel points out: the utopia of a fairer society where people are treated with dignity. In the appendices, we attempt to provide a brief analysis of current events occurring in Venezuela, El Salvador, and Ecuador. Since these issues are continually happening, the analyses have been based on reviews of newspaper articles, as scholarly research on the most recent events has not yet been completed.

2 A DISCUSSION ON DEMOCRACY

To better understand the concept of democracy and its multiple meanings hereby utilized, the following authors were selected. Starting with the philosopher Enrique Dussel, proposed the construction of a new type of national State considering "[...] a participatory democracy under the control of the people over the exercise of delegated power [...] so that the citizen's demands are satisfied." (CASELAS, 2009, p. 79).

Innerarity (2020), in turn, emphasizes that:

Democracy has lived most of its past glories; now it must survive, reformulating its function in the current world and the future [...] What has been broken today is the trust that governments want or can face the risks of existence in an effective and egalitarian manner [...]. What most weakens our democratic institutions is their mutilation, or reductionism, their simplification. (INNERARITY, 2020, p. 413)

Innerarity's approach leads us to think about the concept of a complex democracy, which is understood as a process capable of serving an equally complex society based on increasingly expansive globalization and knowledge.

The articulation of greater complexity can and must be compatible with the need to make decision modes intelligible so that respect for the complexity of the world should not mean renouncing the pretensions of political

configuration [...] therefore, it is necessary to think about the forms of government in the era of networks and organized complexity; the more rustic forms of government that were appropriate for relatively simple societies must be more sophisticated and complex for the 21st-century society. (ibidem, 2020, p. 727)

This idea of democracy is combined with government practices that are not open to the perspective of complexity. Edgar Morin has been one of the pioneers in researching the issue of complexity, which he called the *Epistemology of Complex Thought and Complexity Sciences*. It turns out that, while science has changed a good portion of its paradigms, the central concepts of political theory have not carried out the corresponding transformation and the use of the same means that served delimited spaces and slow times. When spaces are deterritorialized and instantaneity is present in the communication of social subjects, that is, old instruments versus new realities, which constitutes a conceptual and practical gap simultaneously. Hence, there is the question: Can democracy survive the complexity of climate change, artificial intelligence, algorithms, and financial products, or do we have to conclude that this complexity is a threat to democracy? The answer is complex, and a few points to consider include: a) our idea of democracy and our government practices are not open to the perspective of complexity; b) the need for greater participation in a more direct deliberative democracy; c) we need to think about a more complete and complex concept of democracy, which takes into account globalization within societies, with its multiple categories, from physical, knowledge, wisdom, and collective intelligence societies.

In the current circumstances of social complexity, it is necessary to think about forms of government in the era of networks and organized complexity. It is essential to know how to transform information into knowledge, manage ignorance, anticipate risks, especially those arising from artificial intelligence (AI), consider the need for environmental sustainability, and plan the future of societies so that the current circumstances of social complexity can be met. In this sense, the fundamental teaching of complex and non-linear thinking for politics is that not every action follows a safe and predictable result in societies. According to Rothstein and Innerarity (2020), “any intervention project in these same societies will have to learn to develop more reflective and subtle strategies, managing the growing uncertainty regarding the effectiveness of their interventions” (p. 1000). This uncertainty is also part of the new steps of science, as its purpose is to understand new realities, which in turn are societies of increasing uncertainty, since the era of certainties is behind us, both in science and in society.

In this sense and per Sassen (2010), current societies have little centrality due to the formation of networks that multiply interdependent relationships between all citizens, both from a social and spatial point of view, which projects a new geography: that of centrality and marginality. In turn, Saramago (2013), in the chapter entitled “Truth and Democratic Illusion,” also contributes to the notion of democracy in this article. In his words, Saramago argues that

Any elementary manual on Political Law would inform us that democracy is an internal organization of the State in which the origin and exercise of political power are up to the people, an organization in which the governed govern through their representatives; thus, being assured, I would add the said manual, intercommunication and symbiosis between rulers and ruled, within the framework of a rule of law (p. 60).

He continues arguing that:

The fact that democracy can be defined according to the formulas mentioned above, or others equally equivalent in precision and rigor, does not mean that as a real and effective democracy, we have to characterize it in all cases and circumstances just because it is still possible, when applicable, to rediscover and identify, in all of its institutional bodies and structures, some or all of the traits that are made explicit or implicit in the aforementioned definitions (ibidem p. 61).

It involves reflecting on the various definitions of democracy and its concreteness, that is, democratic action itself. In this sense, the author asks:

To what extent can they give us guarantees of a truly democratic action [...] when taking advantage of the institutional legitimacy that came from the popular election, they try to divert our attention [...] from the fact that in the very same process of voting already were present, and in conflict, on the one hand, the expression of a political option represented materially by the vote and, on the other hand, the involuntary demonstration of a civic abdication in most cases without awareness of itself? (SARAMAGO, 2013, p. 62).

With this, we intend to show that, coinciding with Saramago's literary expression but lacking his verve, the vote, an essential condition of democracy, does not represent in itself the system that calls itself democratic since politicians have increasingly used the hope of deluded voters turning into, as the author states, reductive democracies, that is "a particular authoritarian body under general democratic guises." In other words, in reality, we have no shortage of examples of autocracy in the time/space in which we are situated. In the era of what Santos (2000) called "perverse globalization," the

Competitiveness, suggested by production and consumption, is the source of a new totalitarianism, more easily accepted thanks to the confusion of spirits that is taking place. The production, at the very basis of social life, of structural violence, easily visible in the ways of acting of the State, companies, and individuals, has the same origins. [...] There is a real setback regarding the notion of public good and solidarity, which is emblematic of the shrinking of the social and political functions of the State with the expansion of poverty and the growing harm to sovereignty, while the political role is expanding of companies in regulating social life. (ibidem, p. 37–38).

3 DIGNITY AND HUMAN RIGHTS

Habermas (2012), in a chapter dedicated to Human Dignity, "The Concept of Human Dignity and the Realistic Utopia of Human Rights", refers to Article 1. of the Universal Declaration of Human Rights, adopted by the United Nations on December 10, 1948, which contains the premise that all human beings are born free and equal in dignity and rights, from which he deconstructed it through the various observations he makes about its real relevance. In his reflections on the links between the concepts of human dignity and human rights, he states that the invocation of human rights is generated by the indignation of those offended by the violation of their human dignity, thus suggesting that "human dignity" is not a posteriori classifier expression but rather the moral "source" from which the contents of all fundamental rights are fed. Habermas (2012) emphasizes that:

The experience of disrespect for human dignity has a revealing function – for example, in the face of unbearable social living conditions and the marginalization of impoverished social classes; given the

unequal treatment of women and men in the workplace; discrimination against foreigners, cultural, linguistic, and racial minorities [...]; or in the face of the brutal deportation of illegal immigrants and asylum seekers. (HABERMAS, 2012, p.33–34)

After 200 years of democracy in modern constitutional history, it is possible to assume, according to Habermas, that human dignity constitutes the “portal” through which the egalitarian and universalist content of morality is imported into law. Following his reflections, he uses Kant’s ideas to address the issue of morality and encourages us to think about how his influence can be seen today, 300 years after his birth. In this sense and considering the scenario of the recent crisis of democracy in the world and Latin America in particular, Pascoal (2024) has stated the following on Kant’s thought:

Kant – a beam of light in dark times: Despite the time that separates the era in which he lived from the current one, the vitality of his thought and the perception of how much his ideas can inspire the search for ways out of the crisis that has become the present world are quite dark. The current world is going through a phase of dangerous turbulence: the growth of authoritarianism, worship of populist leaders of various shades, attachment to prejudices that time should have buried, erosion of the international order based on respect for the autonomy of States, growing belligerence between States, ‘witch hunts’ and intolerance on a cultural level that are incompatible with the level of civilization achieved by humanity”, which is what seems to be possible to glimpse in these times, in these countries of our region and not only in them. (PASCOAL, 2024, 4, p.A6)

With this argument, already emphasized by Habermas (2012), we move on to the issue of the public sphere, a concept so well defined by him, to analyze what is happening today in the so-called “knowledge societies,” where technologies are capable of obstructing the tenuous line that separates the public from the private and makes all citizens open and exposed to society in general, with serious risks to the privacy necessary for citizens, as well as its consequences for societies. Many of these consequences can also lead to social chaos due to the lack of truth, which is a disruptive factor in today’s societies.

Professor Virgílio Almeida, coordinator of the Oscar Sala Chair¹ at the Institute of Advanced Studies at the University of São Paulo - Brazil (IEA/USP) highlights the ethical and social risks linked to the veracity of information and the need for the public sphere to know how to deal with the transmission of information to citizens when it comes to interaction between humans and algorithms. That is, to address its influence in democratic theories and political sciences on the ability to listen to the citizens of contemporary societies.

Upon listing possible impacts and challenges of technologies and their long-term consequences on public institutions and observing the possibility of hardening private sources of information, rarely subjected to political questioning, Almeida, Mendonça, Filgueiras (2023) state:

We are interested, however, in drawing attention to the fact that many of them are crossed by the same macro-process of transformation of what social scientists call the public sphere [...] The public sphere is essential to democracy and is anchored in communication ecosystems that are historically transformed, but that depends on our ability to produce meaning collectively, and that refers to a common political ground. Generative Artificial Intelligence technologies affect the communication ecosystem, promoting restructuring that fuels challenges posed to democracies. One of these important challenges has to do with the ability of citizens to be heard by the political community (ALMEIDA, MENDONÇA, FILGUEIRAS, 2023, s/p.).

4 GLOBALIZATION AND LATIN AMERICA

Santos (2000), when reflecting about the globalization process, pointed out that it can be perceived as perverse when it creates and perpetuates inequalities between nations. The new “mass” technological frontier with the emergence of artificial intelligence (AI) as one of the main drivers of this phase of the globalized economy represents a new front in the battle against inequality because it still represents what we here denominate of technological coloniality, a risk already pointed out by Santos in the early 2000s. Caution is necessary, as, instead of being an equalizer, AI can serve as yet another mechanism of domination, exacerbating existing disparities from both economic and political points.

Another likely risk is that Latin America’s historic economic challenges may deepen further in light of AI. The possibility of massive automation of industrial processes and the integration of AI in various spheres of society

can potentially eliminate low-skilled jobs, increase unemployment, and further accentuate internal and global social inequality. On the political side, Shoshana Zuboff (2021), Professor Emeritus at Harvard, warns that AI can also be used as a tool of social and political control. Authoritarian or authoritarian-friendly governments can employ AI to monitor citizens, suppress dissent, and manipulate information, thereby undermining civil and political rights. Lack of adequate regulation and accountability mechanisms may allow misuse of IA to restrict freedom of expression and political participation, significantly compromising the implementation of democracy. Hence, a new approach that guarantees citizens' participation and political representation is essential to mitigate the effects of digital inequality and the unregulated advance of AI. This involves creating public policies that promote equal access and participation in technology and digital education and regulations to protect individual and collective rights in the digital environment.

Thus, in the context of what can be called the "crisis of democracy" in Latin America and the world, we highlight the following points:

1. Democracy must be understood as a process.
2. Globalization and complex societies are the references for contemporary democracies.
3. The interactions and the configuration of these interactions in the political and election systems of the countries are of utmost importance.
4. It is necessary to make government decision-making intelligible so that citizens can exercise surveillance and control functions that affect them
5. Democratic representation presupposes citizenship capable of understanding, judging, and controlling the political system.
6. The weakening of democratic institutions is linked to their manipulation, or reductionism, to their simplification, which is incompatible with today's complex societies.
7. Only a complex democracy can be considered a complete democracy
8. The analysis of complexity is interested in knowing how change propagates through interconnected behaviors, which occurs in modern communication networks, where all participants are potentially united with each other, and this changes the way democracy needs to be understood.

9. The network architecture facilitates unlimited connectivity and extension, favoring terminations in front of the center.
10. The potential for innovation provided by the internet makes it impossible to control or limit these connections and their collaborative nature, and this, therefore, expands public space.
11. It is necessary to design government institutions for this era of social/virtual networks; and,
12. Highlight that effective governance in the 21st century requires organized collaboration and that institutional intelligence today means the ability to generate collective intelligence, which is a genuinely public task.
13. The Internet has favored a rapprochement between peers, the formation of watertight behaviors, including sectarian ones, and uniform opinion spaces, which make up the classic information monopolies.
14. Disintermediation produces an information overload, as the available data increases, but is not compensated with a corresponding capacity to understand them and transform them into knowledge, which puts democracy at risk, or the so-called “crisis of democracy,” which in the case of Latin America can be mentioned in some of the countries with very threatened democracies, such as Ecuador, El Salvador and Venezuela, which recently went through presidential elections and are going through absolutely serious situations about the security of their citizens, presented below.

5 FINAL CONSIDERATIONS

Starting from the examples of the countries mentioned above, we will weave the considerations that we believe are capable of relating the ideas presented in the text to show that human dignity, human rights, and self-declared democracies themselves, in reality, do not correspond to the facts that can be seen in the sample selected to compose this work, as well as evoke the need for international bodies representing the mission of contributing to peace in the world, in the political/diplomatic context, to be supportive of citizens and exercise their role effectively so that these democracies established there, in the context of Latin America, do not succumb, as appears to be happening.

APPENDIX A. Latin American contemporary democracies analysis

The appendices that follow attempt to provide a brief analysis of current events occurring in Ecuador, El Salvador, and Venezuela. Since these issues are continually changing, the analyses have been based on reviews of newspaper articles, as scholarly research on the most recent events has not yet been completed.

APPENDIX A.1. Ecuador

In a referendum held by President Daniel Noboa, on April 21, 2024, Ecuadorians went to the polls to demonstrate in a popular consultation on 11 issues related to the security area, the economy, commercial issues, employment contracts, and the possible extradition of Ecuadorians, an important point for the issue of organized crime.

The country, which recorded around 8,000 violent deaths in 2023, with a homicide rate of 44.5 per 100,000 inhabitants – the highest in Latin America, is suffering a serious public security crisis as well as a major energy crisis, with energy rationing of up to 5 hours a day and suspension of working hours on April 18th and 19th. According to statements by President Noboa, at the time, Ecuadorians demanded urgent reforms to guarantee security, a process that: “can only continue and be maintained if we give the police and armed forces the clear and firm support that we are proposing in popular consultation.”.

Ecuadorians needed to answer whether or not they agreed with the increase in penalties in cases of terrorism, organized crime, contract killings, trafficking in human beings, or arms trafficking, among others, such as extraditing some of their compatriots for crimes defined in the Ecuadorian legislation. To do this, the country would have to reform its entire Organic Penal Code, which for Jorge Nuñez – co-director of the Ecuador Prison Observatory and assistant professor at the University of Amsterdam – is a mistaken measure: “We know that increasing sentences does not necessarily solve or reduce the crime” (PAÚL, 2024)

Image 01: The popular consultation seeks to allow the military to support the police without the need to declare states of exception.



Source: Getty Images

The result of the referendum was the approval of nine of the eleven questions asked by Daniel Noboa's government, which managed to approve the extradition of the country's citizens and the adoption of harsher penalties against organized crime. The 'Yes' received 60% to 73% of the valid votes. The 'No' prevailed on questions about the reestablishment of working hours (69%) and the recognition of international arbitration for the resolution of commercial disputes (65%), according to the director of the National Electoral Council (CNE) – Diana Atamaint. Regarding permission for additional support from the Armed Forces to the police in combating organized crime, 'Yes' = 73%; Allow extradition – 65%, among other specific results. ([CartaCapital.com.br](https://www.cartacapital.com.br) –AFP – 22/04/2024).

Image 02: Ecuador is experiencing a serious public security crisis. In the photo, prisoners in custody in a prison in the province of Cotopaxi



Source: Getty Images

On October 15, 2023, voters returned to the polls to choose, in a second round, the country's new president, whose dispute is between Luiza González and Daniel Noboa. This dispute was marked by the murder of candidate Fernando Villavicencio on August 9, during the electoral campaign. (CNN - REUTERS – 12/10/2023).

Image 03: Military personnel accompany the coffin of Fernando Villavicencio, killed after a political rally in Ecuador



Source: Photo: Henry Romero/Reuters

Images 04: President Daniel Noboa visits the prison



Source: Santiago Arcos /Reuters

Daniel Noboa, a 35-year-old millionaire, is elected president of Ecuador, with 52% of the votes in an election marked by historic violence, which had international repercussions. (G1 – Mundo, 10/15/2023).

“Violence does not relent, and Ecuador renews a state of emergency.” (G1 – Mundo, 10/15/2023). - Thus, seven months after being elected, President Noboa declared a new state of emergency in 7 of the country’s 24 provinces. According to the measure announced by the government, the constitutional guarantees of Ecuadorians were suspended for 60 days, as well as the right to the inviolability of home and correspondence.

In January, the escape of a criminal leader from a prison provoked a violent attack by drug trafficking groups that led to prison riots, attacks on the press, car bomb explosions, temporary detention of prison officers and police officers, and around 20 deaths [...] According to Noboa, Wednesday’s decree is part of a ‘second stage of the war’ against drugs and organized crime. Ecuador, located between Colombia and Peru – the world’s largest cocaine producers -, years ago went from being an island of peace to becoming a strategic point and the target of a violent dispute between groups of drug traffickers. (ESTADÃO, 2024, s/p.).

APPENDIX A.2. El Salvador

On February 4, 2024, Nayib Bukele was re-elected in El Salvador with more than 85% of the valid votes, amid controversies due to the concentration of powers in the Executive. Focusing on security, Bukele ran a campaign based on the success of his security strategy. According to the Magazine *Look*, in a publication dated February 5, 2024, the country's crime rate fell from 107 homicides for every 100 thousand people, in 2015, to 2.3 homicides for every 100 thousand people, in 2023, but at a high cost. It is estimated that more than 75 thousand Salvadorans were arrested without charges, more than 1% of their entire population—without court orders, lack of legal processes, abuses, and precarious conditions in prison.

The Salvadoran prison is the largest in the Americas. Currently, the Latin American country has around 65 thousand inmates and lives in a state of exception, according to the newspaper – (ESTADÃO, 2023, s/p.).

The country's new prison, called the Confinement Center for Terrorism, was inaugurated at the beginning of February and has 10 pavilions and cells that can hold up to 100 prisoners, with a total capacity to hold 40,000 inmates, making it the largest prison of the Americas.

Image 05: First prisoners taken to the mega-prison located in Tecoluca, 74 kilometers from San Salvador



Source: Salvadoran Presidency / AFP

Image 06: A prison for 40 thousand people was inaugurated in the presence of President Nayib Bukele.



Source: Press Secretary of the Salvadorean Presidency via *AFP*

The inauguration happened in 2023, a year before the election in which Bukele ran again, contrary to the Salvadoran Constitution, which prohibits direct re-election.

The numbers made the small Central American nation of 6.5 million inhabitants reach, in March last year, the top of the *ranking* of countries with the highest incarceration rate in the world. The data comes from World Prison Brief, an organization based at Birkbeck University, in London.

In March 2022, the country's president, Nayib Bukele, managed to get Congress to approve a state of exception in the country. In this way, some constitutional rights were suspended — the police began to make arrests without warrants, and the government began to be able to access people's communications without authorization from the Court. After that, the number of prisoners exploded: more than 62 thousand people were arrested, most of them suspected of belonging to gangs.

Image 07: New prison complex in El Salvador



Source: Press Secretary of the Salvadorean Presidency via *AFP*

Several human rights bodies, in addition to residents, however, denounce the arrest of innocent people and suspected mistreatment in penitentiary centers. On Friday the 27th, *Human Rights Watch* stated that a database obtained by the NGO supports the existence of severe overcrowding in prisons, mass violations of due process, and detentions of teenagers. According to the organization, the data comes from the Ministry of Public Security and lists people processed under the state of exception. Human Rights Watch also states that, at the end of August, 1,082 minors were arrested, 918 males and 164 females – including 21 teenagers aged 12 and 13. The database counts at least 32 people who died in state custody (*ESTADÃO*, 2024).

On May 20, 2024, on p. C6, *o ESTADÃO* published an article by *The Economist* entitled “(IN) Public Security – Gang Violence – AL needs to see crime in a new way – Mano dura policies please crowds but create problems.”.

It is possible to highlight the following:

Bukele’s *mano dura* has worked – for now – because El Salvador’s gangs were ‘poor and predatory,’ says Christopher Blattman of the University of Chicago. Salvadoran criminal groups relied heavily on extortion,

controlling neighborhoods establishing checkpoints, and charging tolls from anyone who wanted to pass. [...] The extortion business model meant that gangs had to operate openly in the most densely populated urban areas to maximize profits, so it was easy to siege them. Tattoos with gang symbols also helped identify criminals.” [...] Tired of violence, Salvadorans welcomed the repression of crime. [...] Politicians have visited El Salvador to arrest ‘the Bukeke model’. The repression of crime in Ecuador smacks of this too, **despite Daniel Noboa being more democratic. (authors’ emphasis)** (ESTADÃO, 2024, p. C6)

Under the title: “In El Salvador, the population feels safe from gangs, but fears the State”, journalist Luiz Henrique Gomes, wrote:

Controversial policies of popular President Nayib Bukele have dismantled group control but left families fearing arbitrary arrests. Updated data shows that 1.85% of the country’s population, 6.3% million inhabitants, is incarcerated, under President Nayib Bukele’s exceptional regime. Thousands of people are imprisoned, but not the main leaders of Mara Salvatrucha and Barrio 18 (dominant and rival groups). The government claims that there are no longer “pandilleros” (groups of criminals that formed in the country in the 1990s based on extortion and control of territories) on the streets, but the exception regime is renewed every 30 days. In turn, the economy of the country, which is one of the poorest in Latin America, favors violence, as political scientist Robert Muggah said: There is a very strong relationship with economic inequality,” as we know very well. In Muggah’s analysis, without resolving structural problems, the policy of militarization and mass incarceration will hardly be sufficient to maintain the country’s security. This calls into question Bukele’s successes in the future (ESTADÃO, 2024, s/p.).

Image 08: The El Salvador presidency published the following image in 2020 showing prisoners in rows



Source: Reproduction/Twitter/El Salvador Presidency

APPENDIX A.3. Venezuela

With 51.2% of the votes, Maduro wins elections and consolidates the strength of Chavismo in Venezuela. The President of Venezuela will have another mandate to reunify the base, expand social programs, and lift US sanctions. - Lorenzo Santiago - Brazil De Fato.

The president of Venezuela, Nicolás Maduro, was re-elected this Sunday (28). The Chavista who represents the United Socialist Party of Venezuela (PSUV) received 51.20% of the votes against 44.2% for former ambassador Edmundo González Urrutia with 80% of the votes counted. (SANTIAGO, 2024, s/p.).

Image 09: Nicolás Maduro has been in charge of Venezuela since 2013



Source: Internet/Reproduction

Image 10: The Supreme Court of Venezuela declares Nicolás Maduro winner of the elections after an audit of the electoral records.



Source: Leonardo Fernandez Vilorio / Reuters

Today, the Venezuelan Court of Justice validates Maduro’s re-election and calls for an investigation into ‘false minutes’ published by the opposition. Court of Justice stated that it also found the attack *hacker* against the elections and asked for the publication of the results, according to SANTIAGO (2024).

About a month has passed since the election results were announced, confirming Maduro as the winner, and during that time, there have been both internal and external protests around the legitimacy of the vote. After opposition leader Maria Corina Machado and her replacement, Corina Yoris had their candidacies rejected, the opposition, led by former diplomat Edmundo González, internally rejected the president’s victory and looked for a way to have the results reexamined. Based on the online count of 83% of the minutes, González’s lead over Maduro was approximately 37 points, with the certainty that he won the most votes based on the available data.

In this process, people were detained in violent demonstrations, more than 24 were killed, and politicians remained in hiding for fear of the arrest that threatened them. Without presenting the minutes of the results, demanded by everyone, Maduro proclaimed: “I can say before the people of Venezuela and the world – I am Nicolás Maduro Moros, the re-elected president of the Bolivarian Republic of Venezuela. And I will defend our democracy” (KURMANAEV, 2024).

Image 11: Fire during protests after Nicolás Maduro was declared winner of election in Venezuela



Source: CNN in España

Leaders and nations from all around the world have been protesting Maduro's election and calling for the results. Latin American leaders from Mexico, Brazil, and Colombia have been working together to mediate, through diplomatic channels, Maduro's government position and the opposition's demands.

"Brazil demands voting minutes, but ignores signs of fraud by Maduro." (ESTADÃO, 2024, p. A12).

"In Chile, President Gabriel Boric declares that he does not consider that there is democracy in Caracas." (ESTADÃO, 2024, p. A11).

In turn, "The US has already recognized that the opponent, Edmundo González Urrutia won the presidential election. The American government was followed by several countries in the region, including Argentina, Peru, Ecuador and Panama." O ESTADÃO, 2024, p. A 20. In Europe:

The EU does not recognize Maduro's victory and 'requests independent verification' [...]. 'in the absence of supporting evidence, the results published on August 2 by the National Electoral Council – **CNE** - cannot be recognized', the EU Council said in a statement, calling

for an independent verification of the votes” [...]. The manifestation of **UE** It comes amid growing international concern about the increase in the number of prisons in Venezuela following the elections. Maduro announced at a rally last week that the government had arrested 2,000 opponents and warned that more would be detained. (ESTADÃO, 2024, p. A11).

International organizations such as

The **Carter Center** – the most important organization authorized to monitor the election in Venezuela, declared yesterday that the process cannot be considered democratic. Founded by the former president of **USA** Jimmy Carter, the center pointed out ‘serious violations’ in the supposed victory of dictator Nicolás Maduro [...] **OAS** met yesterday on an emergency basis to discuss the crisis in Venezuela, but there was no majority to approve a resolution calling for transparency in the investigation. There were 11 votes in favor of the text, but 18 were needed. Brazil abstained”. (ESTADÃO, 2024, p. A12).

Regarding the loss of patience of several human rights organizations, Andrés Oppenheimer, from the ‘Miami Herald’ and presenter of the ‘Oppenheimer Presents’ Program on **CNN** in Spanish, states: “Mature and the delay and The Hague Court” (ESTADÃO, 2024, p. A13):

There is a critical factor that stands out for its absence, in the pressures of **USA** and Latin America for the Venezuelan dictator, Nicolás Maduro, to allow a transition to democracy: for the International Criminal Court to issue an arrest warrant against him. Several human rights organizations are losing patience and asking whether the **TPI** is protecting Maduro [...] Se Khan (prosecutor of the **TPI**) issues a warrant in the coming days, the court order will become a formidable tool for pressuring the dictator to accept a negotiated transition, perhaps in return in some form. If it persists, however, Khan’s inaction will constitute a scandalous omission.

What we intended to weave, in these considerations presented above, was yet another outline of what is possible to glimpse in the “democracies” of Latin America, based on the sample selected based on the criteria of

holding the recent presidential elections, on October 15, 2023; February 4, 2024 and July 28, 2024, respectively, in Ecuador, El Salvador and Venezuela, which exposes what can be considered the tip of the *iceberg* of the social situation in which the citizens of these lands, called Latin America, whose term was “invented in Paris in 1836, when the Frenchman Michel Chevallier in his book *Letters about North America*, used for the first time the expression ‘Amérique Latine’ to differentiate countries to the south of USA of the United States themselves”, according to Palacios (2024: p. 441).

Finally, it remains for us to share some questions inserted in this context of concern and doubts that societies, in general, are going through, which can be called a “civilization crisis.”.

1. How can we think about the necessary human dignity, increasingly threatened by the successive failures of our faltering democracies?
2. How to validate a voting system determined by digital networks with information that is not always true, when quantification is not combined with reflection?
3. How can we think about political/governmental representation, which is not visible in the actions of those who received these votes?

Thus, if in the new “digital republic”, characterized by networks, algorithms, robotization, and Artificial Intelligence (IA), we have technological solutions to political problems, and, if in elections, the number of votes given to candidates requires reflection, mathematics is not enough to arrive at democracy and its future, which can be destructive or strengthening.

NOTES

¹ The chair develops research topics related to responsible artificial intelligence.

BIBLIOGRAPHICAL REFERENCES

ALMEIDA, Virgílio; MENDONÇA, Ricardo Fabrino; FILGUEIRAS, Fernando. GPT Chat: technology, limitations and impacts. **Science Today**, Instituto Ciência Hoje, Rio de Janeiro, March 2023 [CH 396].

CASELAS, José Maria Santana. Enrique Dussel’s possible utopia: The architecture of the Ethics of Liberation. **Ethics and Political Philosophy Notebooks**. V.2. N. 15. São Paulo, 2009.

DANIEL Noboa, milionário de 35 anos, é eleito presidente do Equador. **G1**. [s.l.] 15 out. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/10/15/ecuador-resultado-da-eleicao.ghtml> . Acesso: [s.d.a.]

- ECUADOR candidates close campaigning ahead of Sunday vote. **CNN-REUTERS**. [s.l.], 12/10/2023. Disponível em : <https://www.reuters.com/world/americas/ecuador-candidates-close-campaigning-ahead-sunday-vote-2023-10-12/> . Acesso em: 15 out. 2023
- EL SALVADOR imprisoned and tortured minors amid a gang crackdown, Human Rights Watch said. **ESTADÃO**. Internacional. São Paulo, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/el-salvador-prende-torturou-menores-de-idade-repressao-gangues-estado-de-emergencia-direitos-humanos-human-rights-watch-nprei/?srsltid=AfmBOorVFTfXCgHDiqmVCt3ti-jDK9c0 esW6STTpq1N7gPeaSBaDalBD> . [s/d/a]
- ESTADÃO. São Paulo. 20 maio de 2024, p. C6. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950922-37228-nac-0022-cid-c6-not> . Acesso em: [s.d.a.]
- ESTADÃO. São Paulo. 30 jul. 2024, p. At12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950922-37228-nac-0022-cid-at12-not> . Acesso em: [s.d.a.]
- ESTADÃO. São Paulo. 1 ago. 2024, p. A12. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950922-37228-nac-0022-cid-A12-not> . Acesso em: [s.d.a.]
- ESTADÃO. São Paulo. 5 ago. 2024, p. A11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950922-37228-nac-0022-cid-A11-not> . Acesso em: [s.d.a.]
- ESTADÃO. São Paulo. 8 ago. 2024, p. A11. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19950922-37228-nac-0022-cid-A11-not> . Acesso em: [s.d.a.]
- GOMES, Luiz Henrique. El Salvador, the population feels safe from gangs, but fears the State. **ESTADÃO**. Internacional. São Paulo. 16 jun. 2024. Disponível em: https://www.estadao.com.br/internacional/plano-de-bukele-em-el-salvador-traz-sensacao-de-seguranca-contragangues-e-medo-do-estado/?srsltid=AfmBOopBuWj1TXHkHumGuguqKv9UAWA2GfPIAabqXFLR_qzoMLJ9-Wj . Acesso em: [s.d.a.]
- HABERMAS, Jürgen. **Um ensaio sobre a constituição da Europa**. Lisboa: Edições 70, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. **Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa**. São Paulo: Unesp, 2023.
- INNERARITY, Daniel. **Política para perplexos: o fim das certezas**. São Paulo: Vozes, 2018.
- INNERARITY, Daniel; SOLANA, Javier (Eds.). **La humanidad amenazada: gobernar los riesgos globales**. Madri: Paidós, 2011.
- INNERARITY, Daniel. **Una teoría de la democracia compleja: gobernar en el siglo XXI**. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2020. (Ebook). Disponível em: https://inep.org/images/2025/TXT/2020-Innerarity-Demo_Compleja.pdf . Acesso em: [s.d.a.]

- KURMANAEV Anatoly. O New York Times. **ESTADÃO**. International. São Paulo, 11 ago. 2024.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Trad. Eliane Lisboa. Porto Alegre: Editora Meridional/Sulina, 2005.
- O ALABAMA precisa encarar o crime de uma nova maneira – Políticas autoritárias agradam às multidões, mas criam problemas. **ESTADÃO**. Internacional. São Paulo, 20 maio 2024. Publicado originalmente em The Economist.
- OPPENHEINER, Andrés. Maduro e o atraso do Tribunal de Haia. **ESTADÃO**. p. A13. São. Paulo. 21 ago. 2024.
- OS PRINCIPAIS pontos aprovados no referendo sobre a segurança no Equador. AFP. **Carta Capital**. São Paulo, 22.04.2024 06H18. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/os-principais-pontos-aprovados-no-referendo-sobre-a-seguranca-no-equador/> . Acesso: [s.d.a]
- PALACIOS, Ariel. **América Latina lado B**: o cringe, o bizarro e o esdrúxulo de presidentes, ditadores e monarcas dos vizinhos do Brasil. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2024.
- PASCOAL, Isaiah. Kant. Um farol de luz em tempos sombrios. **ESTADÃO**. A6. São Paulo, 15 jun. 2024.
- PAÚL. Fernanda. O que está em jogo em referendo que Noboa promove no Equador neste domingo. **BBC News Mundo**. 20 abr. 2024. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cv268e17e3go> . Acesso em: [s.d.a.]
- SANTIAGO, Lorenzo. o presidente da venezuela terá mais um mandato para reunificar a base militar, expandir os programas sociais e suspender as sanções americanas. **Brasil de Fato**. São Paulo, 29 jul. 2024.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SARAMAGO, José. **Democracia e universidade**. Belém: Edu.UFPA, 2013.
- SASSEN, Saskia. **Territory, Authority, Rights** – from medieval to global assemblages. Princeton: Princeton University, 2006.
- SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- VIOLENCE dos not subsidie and Ecuador renews state of emergency. **Estadão**. São Paulo, 24 maio 2024. Economia & Negócios, A11
- ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Trad. George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020. 800 p. (Edição digital)

ABSTRACT

Territorial growth makes all nations, regions, and blocks of countries interdependent, which also causes problems and challenges beyond their borders. In the context of weak Latin American democracies, this article aims to answer the following question: How can international civic solidarity strengthen and guarantee rights for citizens in the region? From an international relations perspective, this research seeks to demonstrate specific needs for international solidarity in Latin America, mainly for countries that recently had presidential elections, such as Ecuador, El Salvador, and Venezuela, which have specific needs for the protection of human rights and of the dignity of their citizens, aiming for a more democratic and participatory Latin American society. Using an interdisciplinary theoretical approach, this study starts with a comparative analysis of regional concepts and experiences along with quantitative and qualitative data on democracy in the region, the violation of these democratic rights, and the lack of attention to human dignity. Thus, it seeks to contribute theoretical-empirical evidence for the interrelation between international civic solidarity and overcoming the democratic deficit through political/diplomatic actions beyond the National States, which ultimately should translate into efforts to promote human rights and social justice.

Keywords: Democracy; Latin America; International solidarity; Public security; El Salvador

RESUMO

O crescimento territorial torna todas as nações, regiões e blocos de países interdependentes, o que também causa problemas e desafios além de suas fronteiras. No contexto das frágeis democracias latino-americanas, este artigo busca responder à seguinte questão: Como a solidariedade cívica internacional pode fortalecer e garantir direitos aos cidadãos da região? Sob a perspectiva das relações internacionais, esta pesquisa procura demonstrar necessidades específicas de solidariedade internacional na América Latina, principalmente em países que recentemente realizaram eleições presidenciais, como Equador, El Salvador e Venezuela, que possuem demandas específicas quanto à proteção dos direitos humanos e da dignidade de seus cidadãos, visando a uma sociedade latino-americana mais participativa e democrática. Utilizando uma abordagem teórica interdisciplinar, este estudo parte de uma análise comparativa de conceitos e experiências regionais, juntamente com dados quantitativos e qualitativos sobre a democracia na região, a violação desses direitos democráticos e a falta de atenção à dignidade humana. Assim, busca contribuir com evidências teórico-empíricas para a interrelação entre solidariedade cívica internacional e a superação do déficit democrático por meio de ações políticas/diplomáticas além dos Estados Nacionais, que, em última instância, devem se traduzir em esforços para a promoção dos direitos humanos e da justiça social.

Palavras-chave: Democracia; América Latina; Solidariedade internacional; Segurança pública; El Salvador

As cartas do imigrante britânico George Stewart Boddy sobre sua vida na colônia do Assunguy, província do Paraná, Brasil – segunda metade do século XIX

The letters of British immigrant George Stewart Boddy about his life in the colony of Assunguy, province of Paraná, Brazil – second half of the 19th century

*Ana Maria Rufino Gillies**

1 APRESENTAÇÃO

Houve épocas em que era possível discutir um contexto histórico abstraindo-se de considerar qualquer destino individual (LEVI, 2001, p. 167). Contudo, com as viradas epistemológicas ocorridas a partir da segunda metade do século XX, passamos a assumir a importância de se conhecer os caminhos percorridos e os vestígios deixados por vidas individuais, particularmente no que tange ao fenômeno das grandes migrações. Nesse processo, o meio utilizado para manutenção dos laços afetivos com a comunidade de origem foram as cartas, particularmente ao longo do século XIX. Uma prática mais comum entre as camadas letradas, mantida respeitando-se diversas convenções de escrita, era também importante para indivíduos que precisavam recorrer a terceiros a fim de enviar e receber notícias para amigos e, principalmente, familiares distantes.

* Doutora em História pela UFPR. Professora Associada do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Centro-Oeste, UNICENTRO, do Curso de Licenciatura em Artes Visuais e do Programa de Pós-Graduação em Cinema e Artes do Vídeo-PPGCINEAV da Universidade Estadual do Paraná, UNESPAR. Membro do Grupo de Pesquisa em História Cultural do PPGH da UNICENTRO, do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Artes-GIPA, Grupo de Pesquisa em Arte, Cultura e Subjetividades-GPACS e Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Diversidade e Cultura-GEPEDIC da UNESPAR.

Link para o Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3844117013723738>.

Neste texto, discutimos o significado dessa prática para quem escrevia, o que o pequeno acervo de 14 cartas escritas por Mr. Boddy, ao qual passarei a me referir pelo primeiro nome, George, representava para seus familiares britânicos e o que representa para seus descendentes, britânicos e brasileiros. No Brasil, mais especificamente no Paraná, o ancestral inglês tem sido objeto de pesquisa e memorização para os senhores Ozeias Faville, para Norberto Boddy e para as famílias ampliadas a partir dos filhos de George; na Inglaterra, quem pesquisa sobre ele, incansavelmente, é o Sr. Geoff Lilleker. Foram eles que generosamente compartilharam as cartas do seu antepassado imigrante e outros dados mais recentes.

Não se pretende, neste artigo, narrar toda a vida de George, tarefa, aliás, impossível, inclusive porque de tudo que ele indica ter escrito, só dispomos de alguns fragmentos, o que é costumeiro, pois “a correspondência, por exemplo, é por natureza uma escrita perdida” (ARTIÈRES, 1998, p.10). Nesse sentido, alguns aspectos do contexto de sua experiência são indispensáveis para melhor entendimento.

Na segunda metade do século XIX, o governo imperial brasileiro, diante da evidência de que não conseguiria manter a escravidão por muito tempo e com uma elite grandemente¹ interessada em substituir o trabalhador negro escravizado por uma população branca europeia, colocou em prática uma política imigratória por meio de agentes estabelecidos no Brasil e na Europa. Baseando-se numa retórica ilusionista, valeu-se, entre outras ações, da publicação de propagandas que acenavam com a viabilidade de ascensão social e econômica daqueles que se dispusessem a vir se estabelecer em colônias agrícolas, dentre as quais, a Colônia do Assunguy, na Província do Paraná. A partir de 1865, a província passou a receber imigrantes oriundos de países como Alemanha, Itália, Polônia, Espanha, Dinamarca, França, Irlanda, Inglaterra, entre outros. George Boddy foi um desses imigrantes que chegaram ao Paraná em 1868 juntamente com um grupo de ingleses e irlandeses.

No Brasil, usualmente não se associa a ideia de imigrantes a ingleses ou irlandeses, conforme explica Oliver Marshall (2005). Nesse país, eles são um pouco mais conhecidos por papéis exercidos no século XIX nos negócios de exportação/importação e comércio de produtos industrializados, na navegação, negócios bancários, construção de estações e linhas ferroviárias², na repressão ao tráfico de escravos (ao mesmo tempo em que essa prática, na qual se notabilizaram, estava sendo suspensa em seu país). Fora do Brasil, como colonizadores em países do continente africano e por sua ocupação da Índia e de Hong-Kong.

Brazil is not usually associated with either English or Irish immigrants, but in the late 1860s and early 1870s great efforts were made in England and elsewhere to stimulate interest in the country. An idealized image of Brazil was created to help persuade dissatisfied Irish and English to pack up and join agricultural settlement schemes in a country that they had known nothing about, the recruits carrying unrealistic expectations of what lay before them. (MARSHALL, 2005, p. 7)

Conforme Marshall explica na citação acima, grandes esforços foram feitos na Inglaterra e em outros países para estimular o interesse e atrair imigrantes para o Brasil. Para isso, foi criada uma imagem idealizada e veiculada por meio de cartas, artigos, panfletos e livros, exaltando as virtudes de lugares apresentados como paradisíacos que, associados à imagem de exotismo e mistério, descrevia a natureza quase aos moldes da carta em que, em 1500, Pero Vaz de Caminha descreveu o potencial exploratório da terra brasileira.

A Colônia do Assunguy, na Província do Paraná, para onde imigrantes europeus foram enviados a partir de 1860, ficava a 100 quilômetros da capital da província, Curitiba. Lá havia terras ditas férteis, mas topografia acidentada e íngreme, viabilizando somente o plantio de poucas culturas. Além disso, o péssimo estado dos caminhos e elevados custos dos transportes, por mulas, e monopolizado por poucos, tornavam inviável a comercialização da pequena produção. Estes fatos, associados à precária estrutura local e insuficiência de recursos que seriam providos pelo governo imperial, dificultaram a permanência da maioria dos imigrantes para lá enviados, principalmente a dos britânicos que, de acordo com registros disponíveis no Arquivo Público do Paraná e no periódico *Dezenove de Dezembro*, foi o grupo que mais reclamou, certamente com razão, das promessas não cumpridas e das péssimas condições de existência no lugar. Desse modo, foi elevado o grau de mobilidade, prática aliás comum em processos migratórios. Poucos permaneceram na colônia, tendo, eventualmente, se mudado para a capital e para cidades do interior.

Dos poucos britânicos que permaneceram, podem ser citados alguns cujas famílias ainda podem ser identificadas na capital e no interior do Paraná: Boddy, Bond, Chamberlain, Faville, Joslin, Kendrick, Mason, Pugsley, Samways, Tamplin, para citar apenas alguns com cujos descendentes tive contato ao longo de minhas pesquisas, ao me procurarem em razão do interesse que tinham em conhecer mais sobre seus antepassados. Porém, é Oliver Marshall (2005, p. 230-268)

o pesquisador que apresenta, em seu livro, a mais extensa relação de imigrantes que se estabeleceram, além do Paraná, também em colônias no litoral de São Paulo e no interior de Santa Catarina.

Apesar da existência precária na colônia do Assunguy, há registros de solidariedades e de sociabilidades entre os imigrantes, conforme relatórios disponíveis no Arquivo Público do Paraná³ e em um livro, inédito, de memórias, escrito pelo Sr. Albert Burton Tigar.⁴ Nascido na colônia, filho de imigrantes britânicos. Albert, em seu extenso relato, não se refere a George, mas não é improvável que este último tenha feito parte do mesmo círculo, uma vez que ele relata, em uma de suas cartas, ter ajudado o Sr. Albert Tamplin, também imigrante britânico e avô de Albert, a construir sua casa. De todo modo, o que há de comum entre todos esses personagens é a prática cultural de escrita de cartas e de diários.

Valiosos suportes da historiografia, ao viabilizarem acesso ao cotidiano de pessoas comuns, seus modos de vida e maneiras de pensar em um determinado período, diários e cartas são os vestígios, fragmentos, indícios esparsos dos atos e das palavras de pessoas que viveram num passado que só nos é acessível desse modo indireto: pela mediação das fontes, pelo trabalho orientado pela compreensão da necessidade de controlar e equilibrar nosso fascínio pela riqueza das trajetórias individuais que essa documentação proporciona.

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FONTES

Desde que uma nova perspectiva historiográfica levou à revalorização do indivíduo comum e do que se praticava e se produzia no âmbito da vida privada, ampliaram-se os espaços para os escritos biográficos e autobiográficos e o campo de possibilidades para o historiador. Diários e cartas, documentos autobiográficos que são, nos quais o indivíduo, homem ou mulher, escreve sobre si, juntam-se a outros fragmentos da existência humana que, desde os *Combates pela História*, de Lucien Febvre (1985), levaram ao desenvolvimento de reflexões que promoveram e promovem a escrita de uma história que procura abarcar mais objetos, mais sujeitos – daí os estudos sobre gênero, raças e etnias, classes sociais, memórias, além de sempre novas problemáticas e perspectivas, como as propostas de decolonialidade e interseccionalidade.

Parte da cultura de uma determinada época, os escritos autobiográficos, de cartas a diários íntimos, não são produzidos, pelos seus autores ou autoras, sem uma seleção. Como destacou Philippe Artières (1998, p. 11):

(...) não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, damos destaque a certas passagens. (...) Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante algum tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com nossas próprias cartas: guardamos cópias de algumas, seja em razão de seu conteúdo, seja em razão de seu destinatário. (ARTIÈRES, 1998, p. 11).

Dessas práticas de arquivamento, destaca-se o que o autor chama de intenção autobiográfica. Quando a seleção e guarda dessa produção são realizadas por outros que não o próprio autor, há, com frequência, uma intenção biográfica. Contudo, Pierre Bourdieu (2001, p. 183-200) adverte contra o senso comum de se pretender escrever uma história da vida de um sujeito, baseada no pressuposto de que a vida é uma história que se desenrola como um caminho, um projeto que tem começo, meio e fim, um sentido, uma lógica retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância e relações inteligíveis. “O real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório” (BOURDIEU, 2001, p. 185).

3 SOBRE AS CARTAS DE GEORGE BODDY

O conjunto de correspondências escritas por George e disponibilizado pela sua família é composto por 14 cartas escritas entre os anos de 1868 e 1910, endereçadas à sua mãe; a um dos irmãos tentando convencê-lo a juntar-se a ele na colônia; e, por fim, a uma sobrinha. Então, na sua escrita, que não se configura egocêntrica, ele demonstra que está contemplando vantagens também para seu irmão.

Pode-se supor que muitas outras tenham sido escritas ao longo dos anos, mas foram extraviadas ou não foram selecionadas para leitura de um público fora do círculo familiar guardião. Observa-se em sua escrita que se tratava de uma prática regular, e que, a despeito de ter sido um hábito cultural comum no século XIX, para George, particularmente nos primeiros

anos, vivendo na colônia e se sentindo profundamente só, escrever e receber cartas se constituiu como um modo de manter uma proximidade afetiva com seus familiares, um tipo de sociabilidade regular, de natureza epistolar.

Embora eu considere relevante analisar o grau de sociabilidade mantida por George, uma vez que a tomo aqui como conceito, há que se levar em consideração o fato de que as relações íntimas e afetivas com pais e irmãos, certamente permitem uma flexibilidade na demonstração dos sentimentos que o afligem na solidão da colônia.

Ele procura mostrar, nas cartas, que está se esforçando no sentido de uma interação com os demais residentes na colônia, mas anseia por poder conversar e compartilhar o cotidiano, o trabalho, e as doces memórias de casa. George está se correspondendo com a família e, embora pareça desesperado em alguns momentos, logo em seguida se recompõe e expressa confiança no futuro

Imprevistas e inesperadas foram muitas das situações que fizeram parte da experiência de George e, de fato, dos imigrantes enviados ao Assunguy. A primeira carta do conjunto salvaguardado pela família, datada de 14 de março de 1868, foi postada na Inglaterra por um outro imigrante, Woods (provavelmente James Wood) que, por razões de saúde e notícias preocupantes recebidas de casa, voltou para o país. Os imigrantes que aqui permaneceram, procuravam, sempre que possível, enviar e receber correspondências, valores e outras encomendas, por meio de conterrâneos que viajavam para a Inglaterra ou vinham de lá. Era comum a denúncia de que as cartas, enviadas para a Europa ou vindas de lá, não chegavam a seus destinos, passando antes por um escrutínio das autoridades locais, temerosas da repercussão das reclamações dos colonos.

Logo de início, George explica que a metade dos que chegavam na colônia, a abandonavam, porque nada ali era como representado pela propaganda; pelo contrário, a vida ali era muito ruim, a começar pela comida: *“The Farinya and Fizons are all the people in this blessed country live on. (...) That is all we have in the shape of meal and what use is it, we cannot make bread of it. I have not tasted bread for 6 months & more and do not expect to for many or more years”* [“Feijão e Farinha é tudo do que o povo desse país abençoado vive. (...) Isto é tudo o que temos como refeição e para o que serve, se não podemos usar para fazer pão. Eu não como pão há mais de 6 meses e não tenho esperança de fazê-lo por muitos anos”]⁵. Acrescenta que feijão não era muito bom, sendo inclusive servido aos cavalos, e mesmo assim, era escasso, demorava a chegar, pois eles viviam muito longe, no sertão.

Seu relato não discrepa dos relatos contidos em correspondências, diários, denúncias, depoimentos, dados ao engenheiro britânico Thomas Plantagenet Bigg-Wither (1974) que circulou pelo interior do Paraná entre

os anos de 1872-1875, e ao cônsul britânico Lennon-Hunt (1998, p.77-133) enviado para ouvir seus conterrâneos (inclusive George), em 1874. São registros de uma vida dura, à qual George destaca, em suas cartas de 1868, que estava procurando se acostumar e que não tinha dúvidas de que em 2 ou 3 anos de trabalho duro, colheita, e posse de uma vaca e de alguns porcos, eventualmente estaria bem, mas que fazia questão de descrever as dificuldades a serem enfrentadas apenas para que não se tivessem do país uma falsa impressão. *“This is not a fit place, in my opinion, to bring a woman to, and it is fit for nothing but rough hard men who can stand any kind of hardships. (This is a true account of the place which I cannot send by post as it is reported all letters are opened and if they give bad accounts destroyed)”* [Este não é um lugar apropriado para se trazer uma mulher, e é apropriado apenas para homens fortes e rudes capazes de suportar toda sorte de dificuldades (Esta é uma verdade sobre o lugar que eu não posso enviar pelo correio porque consta que todas as cartas são abertas e, se reportam as dificuldades, são destruídas)].

Oriundo de Doncaster, região metropolitana ao sul de Yorkshire, não são conhecidas as razões pessoais que levaram George, ou outros britânicos oriundos de outras regiões da Grã-Bretanha, a emigrarem. Mas a disposição para enfrentar as dificuldades apontadas em suas cartas já era um indício de que não pretendia retornar, dar-se por vencido. Nos primeiros anos, vivendo num contexto de extrema rusticidade e precariedade, seu relato busca equilíbrio entre o desespero e a esperança de dias melhores. O autor das cartas se esforça para apresentar uma imagem de si que, ao mesmo tempo, sensibilize os pais para que um de seus irmãos venha ajudá-lo na colônia, e demonstre que ele está determinado e confiante em ser bem-sucedido. Como escreve Tereza Malatian, estudiosa desse tipo de documentação:

O que o escritor de cartas parece querer dizer a todo momento, ao apresentar uma “pose” de si mesmo, é simplesmente: “eu estou aqui”. Pose continuamente refeita em formas efêmeras e transitórias, nas quais a experiência cotidiana, sempre inacabada, aberta ao inesperado, está presente. (MALATIAN, 2013, p. 201).

Cartas, diários e *memoirs* fizeram parte das práticas cotidianas dos europeus desde a época moderna, e essa produção tem representado importante conjunto de fontes para a escrita da História. Algumas dessas produções foram publicadas, como os diários de Samuel Pepys (1633-1703), de D. Pedro II (1840-1891), Maria Graham (1785-1842), para citar apenas exemplos mais conhecidos entre nós. Outras, não publicadas, como

o *Diary* da imigrante britânica Caroline Maxwell Tamplin e o *Memoir* de seu neto Albert Burton, foram tomadas como fontes para a escrita da história (GILLIES, 2011; 2014)

As cartas, frutos de uma cultura epistolar, representam espaços de sociabilidade, lugares de memória (NORA, 1993) e um amplo campo de possibilidades para o historiador (e até mesmo para a indústria cinematográfica, como as cartas que Vincent van Gogh escreveu, entre 1873 e 1890, para seu irmão Théo (1997). São ‘escritas de si e escritas de história’ (GOMES, 2004), cuja produção e análise permitem o acesso a sujeitos e a contextos históricos; trazem fragmentos, vestígios de outras épocas, indícios de eventos, de sentimentos, de esperanças, de tudo aquilo que constituiu experiências de vidas humanas.

As cartas expressam dimensões culturais do sujeito, que poderiam ser chamadas de momento biográfico. (...) Família, vizinhança, cidade, local de trabalho são algumas das pertencas culturais interiorizadas ao longo de uma história de vida. Só que uma vida não transcorre de modo linear contínuo e sim em momentos, nos quais experiências organizam-se no espaço interior construído pelo sujeito e que individualiza um aspecto de sua vida. Nas cartas, isso ocorre de modo especialmente claro, pois é a configuração do momento biográfico que rege o contar da vida por meio da junção de experiências referidas a tempos e contextos sempre heterogêneos. (MALATIAN, 2013, p. 200).

O registro da vida em escritos autobiográficos configura-se como constituição de memória, antídoto do esquecimento e fonte de imortalidade, e a memória, assim preservada, pode conduzir à história. “Ao ter acesso a esses fragmentos, o historiador espia por uma fresta a vida privada palpitante, dispersa em migalhas de conversas a serem decodificadas em sua dimensão histórica...” (MALATIAN, 2013, p. 200). Mas cabe ao historiador definir o que buscará nesses documentos e confrontá-los com outros documentos, como também estar atento ao potencial sedutor e às armadilhas presentes no desenrolar da experiência cotidiana que provoca suspense e ansiedade no leitor enquanto este acompanha os fatos fragmentados de uma vida. Esses perigos exigem do historiador rigor analítico e procedimentos de crítica documental empregados a todo e qualquer tipo de documentação. Pierre Bourdieu adverte para o risco de supormos que a posse de documentos da natureza dos aqui descritos nos permite recompor a vida como “o conjunto de acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história” (BOURDIEU, 2001, p. 183).

Produzir uma história de vida, tratar a vida como uma história, isto é, como o relato coerente de uma sequência de acontecimentos, com significado e direção, talvez seja conformar-se com uma ilusão retórica, uma representação comum da existência que toda uma tradição literária não deixou de reforçar. (BOURDIEU, 2001, p. 185).

Tomados os devidos cuidados metodológicos, é um privilégio para a história ter acesso a fontes de natureza autobiográfica, em particular essas cartas, guardadas e preservadas por mais de 150 anos, graças ao cuidado e à importância atribuída a esses registros por familiares aqui referidos como guardiões da memória. São múltiplos os sujeitos em torno dessa memória, familiares britânicos e brasileiros, o que indica que seria também interessante averiguar por que esses familiares consideraram importante guardar esses papéis, o que significam para eles e por que desejam investigar mais. Conforme Teresa Malatian (2013, p. 200), as cartas sempre suscitaram em seus autores ou destinatários sentimentos ambivalentes de desejo de preservação ou destruição, e devemos considerar que, possivelmente, parte das cartas de George foram perdidas ou destruídas, uma parte guardada e outra selecionada para sair do âmbito do privado para o público. “Mas outro interesse, mais poderoso, permitiu que as cartas sobrevivessem silenciosas em arquivos pessoais, por vezes cuidadosamente atadas com fitas: o desejo de salvar vestígios de vidas, de laços estabelecidos, de afetos experimentados”. (MALATIAN, 2013, p. 200). Passemos, então, a explorar os conteúdos das cartas de George.

4 FRAGMENTOS DA TRAJETÓRIA DE GEORGE STEWART BODDY NA PROVÍNCIA DO PARANÁ

Distante de seu país, de seus familiares e de sua cultura, as cartas permitiam a George a manutenção de uma sociabilidade com os seus cuja importância ele destaca com frequência. Como explica Malatian (2013, p. 197), “o envio e o recebimento de notícias, com frequência e regularidade, constituíam-se em dimensão da vida cotidiana” (...), “criava e sustentava um desejo de reciprocidade”, que George explicitava com ansiedade, quando respostas demoravam a chegar na colônia, ou com grande alegria quando, ao retornar do meio do mato onde estivera trabalhando derrubando árvores ou construindo pontes, no sertão a que ele se referiu anteriormente, havia uma carta e/ou um pacote com jornais e outras encomendas esperando para ser aberto.

Sentindo-se só e aspirando, de fato, implorando, que o irmão Harry viesse se juntar a ele, há evidências de que George escrevia com bastante frequência, o que é compreensível, por conta dessa saudade elevada a altos picos que afeta aqueles que vivem nas condições em que ele se encontrava. O tempo todo, mesmo nesse pequeno acervo que foi colocado à nossa disposição, o que se evidencia é a manutenção de uma sociabilidade regular, ainda que à distância, quiçá não tão diferente da sociabilidade que mantemos nos dias atuais, embora por meio de outros suportes - eletrônicos, digitais - que não o papel. Não obstante as diferentes temporalidades há, no passado do século XIX e nos dias atuais destas primeiras décadas do século XXI em que tivemos que viver distanciados para evitar contágio pelo coronavírus, esse desejo de falar de si, de compartilhar as atividades do dia a dia, os sentimentos, os modos de pensar, as aspirações e as esperanças, os anseios e os temores, enquanto, ao mesmo tempo, o escritor elabora uma imagem de si.

O século XIX, conhecido como “o século da História”, foi também o século das correspondências, da introspecção, da constituição de uma intimidade e de uma vida privada que acompanhou a implantação da ordem burguesa no Ocidente (PERROT, 1991, p. 9-13; MARTIN-FUGIER, 1991, p. 193-261). “Assim como diários e autobiografias, as cartas expressavam a vida privada segundo regras de boas maneiras e apresentavam uma imagem de si controladoras da espontaneidade e da revelação da intimidade” (MALATIAN, 2013, p. 197). São aspectos perceptíveis nas cartas que George escreve, esse controle entre o desejo de expressar-se com a intensidade e multiplicidade dos sentimentos que tomam conta de seu peito enquanto, ao mesmo tempo, procura conter-se na manifestação de desespero, que converte em palavras de fé, confiança e esperança de um futuro mais auspicioso.

Se na primeira carta, de março de 1868, ele compartilhou alguns dados sobre as duras condições de vida na colônia, na segunda carta do acervo, datada de 28 de novembro do mesmo ano, ele descreve algumas peripécias do trajeto: saindo do Rio de Janeiro, passaram pelo porto de Santos, no litoral de São Paulo, onde ficaram por 3 dias, e onde lhe contaram sobre o mercado de venda de escravos, que ele não foi ver mas sobre o qual ficou sabendo que um escravo do sexo masculino era vendido por 300 libras esterlinas⁶, filhas eram tiradas de suas mães e casais separados, para serem vendidos, “*and they said it was a very touching sight*” [e eles disseram que era uma coisa muito tocante de se ver], ele conclui.

Contou também sobre a ferrovia que ia de Santos à capital de São Paulo, construída por engenheiros ingleses. Passaram por Cananéia, onde vários imigrantes ingleses foram deixados (MARSHALL, 2005, p. 138-149) e, por fim, chegaram a Paranaguá onde teria visto um inglês que lá morava há 40

anos e era chefe de polícia. O relato se estende sobre a subida do litoral para Curitiba, onde, conta, permaneceu por 14 dias. Levaram 5 dias para chegar na colônia do Assunguy, onde as casas, constituídas de um único cômodo onde todos viviam, comiam e dormiam, eram construídas, sem janelas, feitas da madeira derrubada das cercanias e cobertas com as folhas da árvore de palmito, em áreas onde todos andavam descalços, inclusive a maioria dos ingleses, porque quando seus calçados se desgastavam, era caro demais para comprar novos. Ele desenhou um pequeno modelo do que seriam essas casas e esclareceu que, assim que possível, construiria sua casa nos moldes a que estava acostumado. Também se referiu ao fato de a região ser muito afastada⁷, o que poderia ser superado com a construção de uma estrada para o município de Castro, destino para o qual a produção seria escoada.

Em janeiro de 1869, ele escreveu duas cartas, uma para os pais e outra para o irmão Harry. Na carta para os pais, ele inicia expressando sua alegria por ter recebido correspondência da família *“To me, all alone here in a foreign land, doubly, trebly, welcome is the good news from home across the deep blue sea. The newspapers I prize much and should like more...”* [Para mim, totalmente sozinho em uma terra estrangeira, são duplamente, triplamente bem-vindas as boas notícias de casa cruzando o profundo mar azul. Os jornais eu prezo muito e gostaria de receber mais...]. Já se passara quase 1 ano desde sua chegada à colônia, mas sua casa ainda não tinha sido construída, e mais uma vez ele expressa a esperança de conseguir fazê-lo logo; inclusive informa que a casa terá nome (um hábito não incomum entre alguns imigrantes) – *Stewart House* – e a terra/fazenda, *Stewart Plantation* -, eu diria que, um modo de aristocratizar-se, nos moldes da *gentry*⁸. Na carta para o irmão, ele conta que andava procurando aprender tudo que pudesse para poder tornar-se independente, e que, em suas terras, havia plantado laranjas, uva etc. e mesmo construído uma pequena casinha, mas que não podia trabalhar sozinho e de que valeria trabalhar e plantar e depois partir, pois não pretendia passar o resto da vida ali. Por isso, implorava que o irmão tivesse pena e viesse juntar-se a ele para que, em alguns anos, pudessem apenas colher os frutos, fumar charutos, plantar tabaco etc.

Voltando à carta para os pais, ele indica, outrossim, que esteve trabalhando bastante, inclusive construindo uma casa para o Dr. Tamplin⁹, pois *“we all seem to help and assist one another out here so that makes our troubles lighter to bear”* [parece que todos nos ajudamos uns aos outros aqui para tornar nossos problemas mais leves de suportar]. E mais uma vez, a manifestação de fé em dias melhores, *“I have no doubt we shall all be doing well in a year or two. This is certain, we shall all be able to grow our own food as well as keep our own cow, horse, mule &ce.”* [eu não tenho dúvida de que nós todos estaremos bem em um ano ou dois. Isto é certeza, nós

todos conseguiremos plantar e colher nosso próprio alimento bem como ter nossa própria vaca, cavalo, mula etc.]. Isto, trabalhando sem parar, pois, lá, segundo conta, não se guardavam os domingos. “*It is Sunday here today and looks not a bit like it, shops open &ce. No Sunday is there in foreign countries. No Sunday, oh no Sunday. It is really awful to be an Englishman who has been used to such different customs.*” [É domingo aqui hoje e não se parece nem um pouco com um domingo, lojas abertas etc. Não há domingos em países estrangeiros. Não há domingos, oh não há domingos. É realmente terrível ser um inglês que estava acostumado a costumes tão diferentes.]. Consola-se na esperança de que a próxima entrega do correio lhe traga cartas do irmão Harry, comenta o que os jornais brasileiros escrevem sobre a Inglaterra, particularmente sobre Gladstone¹⁰, Bright¹¹ e outras figuras, demonstrando grande interesse em manter-se informado sobre a política de seu país.

No mesmo ano de 1869, em uma carta do mês de julho endereçada apenas à mãe, ele agradece pelos jornais enviados e, claramente procurando sensibilizá-la, escreve:

I should so like Harry to come here, he would be company. You know it is so hard to be here all alone & no one you know to see about you. Help him to come. I know you would be better satisfied if you knew two were here together. We could assist each other & if sickness overtook we should be a comfort to each other in a foreign land. Think it well over, I do not wish to go the least in opposition to your wishes but I think you will approve. One of us would then in a few years be able to come & see you. Whilst if I remain here alone I could not leave the place at all if I stop here. But if Harry does not come I don't know about it. Living alone in a forest is not nice, not comfortable, but if I live in the hope of him coming it will help me on. I seem to have got it into my head that he must come so do let him. (BODDY, July 1869).

[Eu gostaria tanto que Harry viesse para cá, ele seria companhia para mim. Sabe, é tão difícil ficar aqui sozinho e sem ninguém para estar com você. Ajude-o a vir. Eu sei que a senhora ficaria mais satisfeita se soubesse de nós dois aqui juntos. Nós poderíamos ajudar um ao outro e, se ficássemos doentes, confortar um ao outro num país estrangeiro. Pense bem sobre isto, eu não desejo ir contra seus desejos, mas eu penso que a senhora aprovará. Um de nós poderia então, daqui a alguns

anos, visitá-la. Enquanto eu permaneço aqui sozinho eu não posso sair deste lugar de jeito nenhum. Mas, se Harry não vier, eu não sei o que farei. Viver sozinho numa floresta não é agradável, não é confortável, mas se eu viver na esperança de ele vir, isto me ajudará a prosseguir. Acho que eu coloquei na cabeça que ele tem que vir, então por favor, deixe-o vir.]

Passaram-se os meses e o irmão Harry não veio e não escreveu, o que deixou George ansioso, angustiado. *“I am surprised and anxious at not hearing from you for so long a time now, 4 or more months. I hope you are well. I have been anxiously waiting for a letter from you to hear if you have made any preparations towards joining me out here. I am hoping you are and will soon be here”*. [Estou surpreso e ansioso por não ter recebido notícias suas há tanto tempo, 4 meses ou mais. Espero que você esteja bem. Estive ansioso esperando uma carta sua para saber se você fez preparativos para vir juntar-se a mim aqui. Estou esperando que sim e que você estará aqui logo]. Pobre George! Agradece pelos jornais e pede que, se vier, o irmão traga cobertores etc., porque, para poder comprar comida, teve que vender tudo que tinha. A carta é de 25 de outubro de 1869, que ele finaliza com *“your affectionate brother, G Boddy. Merry xmas and happy new year. Write and come”* [seu irmão afetuoso, G. Boddy. Feliz Natal e Feliz Ano Novo. Escreva e venha]. Estando há 2 meses do Natal, esses votos de Boas Festas revelam que George estava desesperadamente procurando se apegar à esperança de que o irmão viesse, mas no fundo sabia que isto não aconteceria.

Dos anos seguintes, temos apenas 2 cartas, uma de 1870 e outra de 1871. Na primeira, mais uma vez endereçada ao irmão, ele expressa seu desapontamento, seu desejo de que o irmão estivesse lá e, tacitamente, a compreensão de que o irmão não viria; portanto, pede-lhe que escreva uma carta bem longa e logo. Aparentemente, o irmão escreveu informando que teve problemas de saúde. A carta é curta, George parece resignado, conta que teve um encontro com uma cobra enorme – de 8 *feet*/2 metros e meio e um *large tiger* [um grande *tigre*], lamentando não ter dado tempo de transformá-lo num delicioso assado, e que, como ainda não havia estradas trafegáveis, não havia comunicação e todos se sentiam isolados do mundo.

Na carta de 1871, endereçada ao irmão William, ele se desculpa por não ter escrito antes devido a ter estado na floresta com o engenheiro, marcando limites de terras para os colonos e funcionando como intérprete, porque o engenheiro não falava inglês e os colonos não falavam português (considerando a diversidade de origens dos imigrantes enviados para Assunguy, lá se formou uma verdadeira Babel). Ele manifesta votos de que

tenham tido um bom Natal e lamenta que os Natais na colônia eram muito estranhos porque eles não tinham *plum pudding*¹² etc. Passou o Natal em casa – *at home* – em vez de ir juntar-se a outros homens solteiros por causa da distância de onde se encontrava, de 6 a 7 léguas. Se tivesse ido, teria comido porco assado no rolete, pelo que descreve. “*So you see we have some queer ways, no housekeepers, all to do ourselves*” [Então, veja você, nós temos uns hábitos estranhos, não temos empregada/os domésticos, temos que fazer tudo nós mesmos].

Como destacado no início deste texto, esses escritos de âmbito autobiográfico, como diários e cartas, constituem um tipo de fonte muitas vezes fragmentado, ou seja, nem sempre cobrem uma cronologia linearmente regular. O diário de Caroline Tamplin, com o qual trabalhei entre os anos de 2006 e 2010, era composto de um único caderno, cobrindo os anos de 1880 a 1882, salvo de uma daquelas fogueiras que muitas vezes são feitas para queimar papéis velhos por falta de espaço ou outras razões. Entretanto, a partir daquele único caderno, foi possível descortinar um universo repleto de historicidade, de fatos e personagens cujas existências foram confirmados a partir de outros documentos – relatórios de autoridades provinciais e imperiais, periódicos, relatórios de presidente de província e dos diretores da colônia Assunguy onde ela ficou estabelecida etc. No caso de George, seus relatos sobre a vida na colônia podem ser acrescidos do depoimento que ele, entre outros imigrantes britânicos, prestou ao Cônsul Lennon Hunt em 1874 (publicado em 1998, p. 46-47), nos seguintes termos:

George Boddy (esposa e duas crianças) veio para a Colônia seis anos atrás e obteve sua terra imediatamente, distante cerca de dez milhas do centro da Colônia. Foi completamente enganado quanto à descrição da terra, parte da qual deveria ser terreno aberto. Prometeram-lhe emprego nas estradas, mas até recentemente não tinha conseguido nenhum. Trabalhou nas estradas dezoito meses atrás, e ganhou 22 mil réis. Tendo perdido o atestado do Diretor, prometeram-lhe uma nova medição do trabalho, mas ela nunca foi feita e não conseguiu obter o dinheiro. Reclama que toda a melhor terra da Colônia está nas mãos do Senhor Miró e outros e ainda está inculta. Acha que uma grande injustiça foi feita aos colonos, e um grande prejuízo à Colônia, colocando-os em terras mais próximas ao centro. Diz que foi noticiado nos jornais que uma soma de dinheiro fora disponibilizada para adiantamentos aos colonos, para a construção de moinhos de cana-de-açúcar. Este

favor foi dado a somente um colono; todos os outros pedidos foram recusados. Escolas e igrejas protestantes, prometidas pelo governo, ainda não foram construídas. Sua dívida para com a Colônia, 450 mil-réis. Assinado George Boddy, Assunguy, 20 de setembro, 1874 (BODDY, In: MONUMENTA, 1998, p. 46-47).

Passaram-se 20 anos desde a carta anterior do acervo e a próxima, datada de outubro de 1891¹³. Nela, endereçada por George à sua sobrinha, descortina-se um cenário completamente diferente! George está casado e tem 9 filhos vivos, 5 rapazes e 4 meninas, com idades que vão dos 19 aos 2 anos de idade, o que considera uma bela família, pois no sertão, dizia-se, quanto mais, melhor (*"A nice family for out here in the Woods, we always reckon more the merrier"*)! É uma carta elegantemente composta, seguindo as regras de boas maneiras, expressando alegria pela gentileza de a sobrinha escrever-lhe e prometendo acrescentar seu nome à sua lista de correspondentes, significando que, então, aguardará um fluxo contínuo de cartas dela – *"I cannot say whether I am more pleased or surprised to receive your letter, but I can assure you it was very welcome, and now I shall be very happy to add your name to my list of correspondents, and by that you must understand, I shall expect letters regularly from you"*.

Comenta, então, que está no Brasil há 23 anos e que, tendo vivido todo este tempo num país tropical, não suportaria o inverno inglês; para visitá-la, teria que fazê-lo no verão. Entretanto, seguem-se os relatos sobre os efeitos das fortes chuvas que atingiram a região: os níveis dos rios haviam subido *60 feet*/cerca de 18 metros, provocando enchentes nunca vistas antes, com danos às propriedades e perdas de vidas, tudo e todos levados pelas enxurradas, inclusive pontes construídas por e pertencentes aos colonos ingleses. Como consequência, o abastecimento e as comunicações foram afetados.

A despeito de tudo isto, ele conta que

I have been appointed Professor of the Portuguese language & have obtained the position of schoolmaster for this district. The salary is small for a start, only about 50 pounds per year, but what with the farm (which your cousins work now) we shall be in a little better position. (...) I am also the head doctor here, as there is no physician or surgeon to be had under 80 miles or so, also the lawyer, letter writer, maker up of all papers & petitions sent to the government. (BODDY, 1891) [Eu fui designado Professor de Português e consegui um cargo

de mestre-escola para este distrito. O salário é pequeno para começar, apenas cerca de 50 libras por ano, mas juntando com os rendimentos da fazenda (que está aos cuidados dos seus primos agora) nós ficaremos numa situação melhor. (...) Eu também sou o médico aqui, pois não há outro, nem cirurgião, em uma distância de 80 milhas/quase 130 km, também sou o advogado, escritor de cartas, preparador de papéis e petições ao governo].

Como se vê, seu cotidiano era bastante ocupado com uma diversidade de tarefas de prestação de serviços aos colonos, enquanto os cuidados com a fazenda ficavam a cargo dos filhos mais velhos – William Henry, Francis George e Alfred Stewart, e um trabalhador pago para substituí-lo na lida. Comenta que, apesar de terem enfrentado uma epidemia de influenza, ele não perdeu um paciente sequer, embora muitas pessoas tenham morrido por não terem buscado socorro logo ou se automedicado erroneamente. Cuidar dos doentes, explica, lhe custava caro em remédios homeopáticos porque as pessoas eram muito pobres e não tinham condições de lhe pagar, mas ele estabeleceu uma regra desde o começo de nunca deixar de atender quem quer que fosse, com ou sem pagamento (*“It costs me a good deal in Homeopathic medicines & you see the people (at least a great many of them) are very poor & can’t pay me for my troubles & medicine, so out of Doctoring you may say I gain nothing. But I made a rule from the beginning never to turn anybody away unserved money or no money”*)

A última carta do acervo de cartas enviadas à Inglaterra é datada de setembro de 1895, e, mais uma vez, endereçada à sua sobrinha, Florrie. Logo de início, ele se desculpa pelo atraso em responder a 2 cartas que ela lhe enviara, atrasos esses motivados pela guerra, em relação à qual ele informa que atuou como Inspetor de Recrutamento.¹⁴ Conta que a guerra mudou tudo para pior, com encarecimento de preços, taxas e impostos, e que, se fosse 20 anos mais jovem, pensaria seriamente em voltar para sua terra natal, mas, devido à idade e uma grande família, isto se tornava impossível. A despeito de tudo, mantinha-se interessado nos acontecimentos que se desenrolavam na Inglaterra e que ficava feliz em poder acompanhar pelas muitas publicações que seus familiares lhe enviavam – *Sheffield Telegraph, Strand Magazine, Sunday Companion, Doncaster Chronicle & Gazette, Doncaster Review* – as eleições, que elegeram uma maioria do partido conservador *Tory*, resultado com o qual George mostrou-se resignado, acreditando, acreditando que não faria diferença quem ganhasse, embora fosse um confesso *Gladstonite*¹⁵ Por algumas dessas publicações, ele também acompanhava atividades culturais e sociabilidades de seus familiares em clubes, salas de leituras, chás, às

quais ele confessa que, às vezes, sonhava em aparecer de repente e delas participar, *“Such things are Unknown here. We have acted too much on the principle of “when you go to Rome you must do as Rome does”* [Esse tipo de coisas é desconhecido aqui. Nós agimos demais baseados no princípio de que quando em Roma devemos agir como os romanos]. Quase finalizando a carta, ele comenta sobre fotografias trocadas, sobre sobrinhos e sobrinhas, sobre a altura de seu filho Frank (Francis), sobre sua filha Elizabeth que, com 16 anos já tinha uma filha de 2 meses chamada Idalina, e sobre uma outra filha, Verônica, de 15 anos, que estava noiva para se casar com um jovem inglês, vizinho, Albert Chamberlain. Finaliza contando que estavam fazendo melado, e relembra à sobrinha algumas brincadeiras na neve com seus irmãos, há mais de 30 anos, na Inglaterra.. Por fim, lamentando que sua esposa não andava bem de saúde, despede-se com amor para todos.

As últimas cartas, datadas de 1905, 1908 e 1910 e oriundas de Serro Azul, estão endereçadas a seu filho Michael, (que mora no Brasil, não tendo sido possível saber onde) ao qual ele se refere como Miguel. Estão escritas por George em português, não um português perfeito, impecável, mas num interessante esforço e confiança em expressar-se no idioma do país no qual escolheu viver e a cuja cultura adaptou-se, suponho que parcialmente. Em 17 de setembro de 1905, ele envia notícias das filhas casadas, que *“vão bem com suas¹⁶ maridos”* e da filha caçula, Lydia, que estava noiva para casar-se até o final do ano; os preparativos estavam sendo feitos por Guilherme [William] Shannon, filho de James Shannon, um outro imigrante britânico que, como George, chegou na colônia entre 1867/68. Também notícia sobre seu filho Guilherme [William], casado, estabelecido em Curitiba, com uma fábrica de banha que estava indo regular. Na colônia, onde permaneciam apenas George e Henrique [Henry] para cuidar do sítio, estavam lidando com rapadura.

Em 1908, as notícias predominantes são de casamentos de filhas de vizinhos e de nascimentos de mais crianças na família. Lydia estava esperando mais uma criança, Verônica já tinha tido mais um filho homem e todos estavam bem; já o filho mais novo de Mecia andou doente, mas estava bem. Alguém queria vender-lhe mais alguns lotes de terra, mas ele não aceitou, talvez por já não poder contar com todos os filhos homens para ajuda-lo. Ficou contente por alguém ter comprado um lote contíguo ao seu, possivelmente porque a proximidade de um vizinho contribuiria em muitos sentidos: alguma sociabilidade, solidariedade, menos isolamento.

Por fim, a carta de 1910. As notícias não são boas. Conhecidos e vizinhos doentes e mortes, ratos destruíram-lhe uma canoa, a rapadura e o melado feitos não ficaram bons. George estava engordando alguns porcos e havia plantado milho, mas soa desanimado por causa de *“muita doença*

por aqui que não tem jeito". Também ficara doente Chico que, suponho, tenha sido aquele que George contratou para substituí-lo enquanto ele desempenhava as muitas funções que citou em anos anteriores. Com Chico doente por 23 dias, George teve que dar conta de muito trabalho, inclusive subindo morros, o que o cansou muito, comenta.

Passaram-se 42 anos desde a primeira carta do acervo até esta última. Ainda que por meio de fragmentos, são importantes vestígios que nos permitiram algum acesso ao desenrolar de vidas de indivíduos e grupos na lida cotidiana para forjar existências suportáveis, vencendo obstáculos e aspirando à prosperidade para si e para os seus. Escritas no âmbito do privado, as cartas de George e as cartas que ele recebia da família na Inglaterra, lá e cá, eram sem dúvida aguardadas com ansiedade, recebidas com alegria, lidas em voz alta, preservando os laços afetivos com pessoas e com costumes, por ora rememorando com saudades práticas culturais impossíveis de serem mantidas longe da terra de origem. Seleccionadas e preservadas por descendentes, essa correspondência representa espaços de memórias, sempre visitados e que, pelo risco de perda por conta do acúmulo de papéis juntados ao longo dos anos, transferem o acervo para que um historiador lhes garanta a sobrevivência. De fato, aquilo que está no âmbito da memória está sujeito à evanescência; por isso a importância da história, tendo sido pela compreensão desse perigo que, temerosa, a família transferiu para uma historiadora a função de compartilhar publicamente a experiência de seu ancestral.

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE MEMÓRIA E HISTÓRIA

Aqui, tomo como referência o texto de Pierre Nora (1993), em que o autor realiza um balanço sobre as relações historiográficas entre história e memória e problematiza uma série de questões entre os modelos de história do passado e do presente, como a dessacralização da memória e de uma história que se pretendia universal, em razão de uma demanda da multiplicidade de outras histórias que não a sacralização da nação. "O fim da história-memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história", escreve Nora (1993, p. 17). Essas memórias tornam-se mais e mais importantes a cada dia, motivadas, entre outros fatores, pelo desejo de reconhecimento do protagonismo de seus autores e da inserção e validação desses personagens por meio da escrita da história. "Quem não se crê autorizado hoje a escrever suas Memórias, não somente os pequenos atores da história, como também os testemunhos desses autores, sua esposa e seu médico?" (NORA, 1993, p. 16), e seus familiares (eu acrescentaria), como

tem sido a prática e, no caso presente, a expectativa de seus descendentes que, talvez conscientes do risco de perda dos registros materiais dessas memórias, consagram-nas a historiadores. “Menos o testemunho é extraordinário, mais ele parece digno de ilustrar uma mentalidade média”, acrescenta Nora em relação aos registros produzidos, no mais das vezes, por autores quase desconhecidos. Já para o historiador, o extraordinário está em recuperar esses registros, pessoais, individuais, que remetem a grupos e a contextos compartilhados por esses grupos, informam sobre seus cotidianos, suas sociabilidades, seus conflitos, sonhos, esperanças, suas culturas e identidades.

A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obcecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. Não há mais nenhuma família na qual pelo menos um membro não se tenha recentemente lançado à reconstituição mais completa possível das existências furtivas de onde a sua emergiu. (NORA, 1993, p. 17)

NOTAS

¹ Predominantemente, mas não integralmente. Ver mais em GILLIES, AMR. As propostas reformistas de Henrique de Beaupaire Rohan (1856 e 1878) – políticas públicas e utensilagem mental. Dissertação de Mestrado, Curitiba, UFPR, 2002. Congresso Agrícola de 1878. Edição Fac-simile. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988. Ver também GILLIES, Ana Maria Rufino. O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890): *memórias, trabalho e sociabilidades*. Curitiba: SAMP, 2014, p. 119-128. Coleção Teses do Museu Paranaense. Disponível em: https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/e_book_diario_imigrante_britanica.pdf . Acesso 06/06/2023.

² Ver: GILLIES, Ana Maria Rufino. Ingleses no Brasil: imaginário, representações e as diferentes configurações sociais da presença britânica no Brasil do século XIX. In: *Estudios del Ishir*, 10, 2014, 23-38. <http://revista.ishir-conicet.gov.ar/ojs/index.php/revistaISHIR> .

³ PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público (DEAP). Correspondência do Governo. Relatórios. Códices. Anexo OV, 07/08/0380, 1866-1872.

⁴ GILLIES, Ana Maria Rufino. As memórias de um senhor britânico sobre sua vida na colônia do Assunguy (Paraná), Inglaterra e Canadá na segunda metade do século XIX: migrações, memórias e identidades. In: ANAIS do Simpósio Nacional de História da ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300675197_ARQUIVO_ASMEMORIASDEUMSENHORBRITANICO.TEXTOCOMPLETOANPUH2011.pdf . Acesso 06.06.2023

⁵ Toda a tradução dos trechos de cartas escritas por George foram realizadas por mim, que não anoto a autoria, apenas coloca-as entre [...].

⁶ Para se ter uma dimensão comparativa, segundo valores que George informa em suas cartas, o preço de um lote de terra de 175 acres/70.8225 ha. era 10 libras esterlinas, que os colonos podiam pagar em 5 anos! Uma viagem em navio a vapor da Inglaterra ao Rio de Janeiro custava 15 a 16 libras esterlinas.

⁷ Assunguy, hoje município de Cerro Azul, fica a 100 km de Curitiba, capital do Estado do Paraná. Realizei algumas visitas de pesquisa ao Assunguy, em companhia de meu marido, Ian Robert Gillies, imigrante britânico interessado na história de seus compatriotas. Em uma das visitas, fomos em companhia de Oliver Marshall, autor da mais completa obra sobre imigrantes britânicos no Brasil do século XIX. Mais recentemente, em 2022, acompanhei um grupo de familiares descendentes de George Boddy. Na primeira visita, em 2006, constatei que, distante 100 km da capital, Curitiba, apenas metade da estrada estava pavimentada!

⁸ *Gentry* era a classe mais alta da sociedade rural inglesa, a aristocracia possuidora de terras (*landed aristocracy*)..

⁹ Trata-se de Albert Tamplin, marido de Caroline Maxwell Tamplin, objeto de meu estudo para a tese de doutorado, posteriormente publicado pelo Museu Paranaense. (GILLIES, 2014).

¹⁰ William Ewart Gladstone, político liberal, primeiro-ministro britânico entre os anos de 1868 a 1894.

¹¹ Provavelmente, John Bright (1811-1889), político inglês liberal, radical, que fez oposição a Gladstone e defendeu uma série de medidas que favoreciam as classes médias em detrimento aos privilégios da aristocracia latifundiária.

¹² *Plum pudding* não é um pudim de ameixas, mas um bolo de Natal tipicamente inglês, contendo frutas secas, frutas cristalizadas e outros ingredientes.

¹³ As cartas anteriores eram endereçadas de Colônia de Assunguy, Província de Paraná; a partir de agora, 1891, o endereço é Cerro Azul. Ocorreu que, em 1872 a colônia foi emancipada à categoria de Freguesia, em 1882 foi elevada à categoria de Vila, em 1897 passou à categoria de Cidade, como sede do município e em 1929 foi mudada a grafia de Cerro Azul para Cerro Azul. A fonte consultada, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/cerro-azul/historico> (acesso em 15.01.2022) informa que a colônia prosperou rapidamente até 1872, o que não corresponde aos fatos por mim verificados em visitas que realizei ao local. Devido ao isolamento, dificuldades de acesso e de transporte,

carência de suprimentos e recursos humanos e materiais de toda ordem, topografia montanhosa, entre outras, como a suspensão da subvenção do governo, a colônia não progrediu, tendo inclusive sofrido muitas mortes e abandono por parte dos colonos originalmente enviados para lá.

¹⁴ Trata-se da Revolução Federalista que, iniciada no Rio Grande do Sul entre republicanos, denominados ‘pica-paus’, e federalistas, denominados ‘maragatos’ prolongou-se entre os anos de 1893 a 1895, tendo atingido e envolvido Paraná, com a morte do Barão do Serro Azul e o cerco da Lapa.

¹⁵ Como já mencionado anteriormente neste texto, refere-se a William Ewart Gladstone (1809-1898), um estadista liberal britânico. Consta que, inicialmente, ele foi um *Tory*, mas eventualmente rompeu com esse grupo, passando ao partido Liberal. Sua política, referida como um liberalismo gladstoniano, enfatizava igualdade de oportunidade, oposição ao protecionismo comercial. Tornou-se popular entre a classe trabalhadora, que o considerava o ‘William do Povo’.

¹⁶ Mantive a grafia original. A questão de gêneros que diferencia masculino e feminino, seus e suas, deles e delas etc. é muito difícil para o estrangeiro introjetar, particularmente, se além de falar português, a pessoa faz suas leituras e escritas no idioma original. Meu marido, britânico oriundo da Inglaterra, mesmo após viver quase 45 anos no Brasil, por falar apenas inglês em casa, ler e escrever em seu idioma original, não conseguiu superar algumas dificuldades com o idioma português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. In: **Estudos Históricos**, 1998, 21, p. 9-34.

BIGG-WITHER, Thomas Plantagenet. **Novo caminho no Brasil meridional: a Província do Paraná. Três anos de vida em suas florestas e campos.** Rio de Janeiro: J. Olympio; Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1974.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral.** 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p. 183-191.

FEBVRE, Lucien. **Combats pour l’histoire.** Paris, Armand Collin, 1953. **Combates pela história.** Lisboa: Editorial Presença, 1985.

GILLIES, Ana Maria Rufino. **Políticas públicas e utensilagem mental: uma análise das reformas propostas por Henrique de Beaupaire Rohan em 1856 e 1878.** 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

GILLIES, Ana Maria Rufino. As memórias de um senhor britânico sobre sua infância na colônia do Assunguy (Paraná), Inglaterra e Canadá na segunda metade do século XIX: migrações, memórias e identidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE

- HISTÓRIA – ANPUH, 26; 2011, São Paulo. **Anais**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- GILLIES, Ana Maria Rufino. **O diário de uma imigrante britânica no Paraná (1860-1890)**: memórias, trabalho e sociabilidades. Curitiba: SAMP, 2014. (também disponível em: <https://www.museuparanaense.pr.gov.br/sites/mupa/arquivos_restritos/files/documento/2020-09/e_book_diario_imigrante_britanica.pdf>. Acesso: 10.08.2023.
- GILLIES, Ana Maria Rufino. Identidade, Cultura e Relações Étnico-Raciais no Paraná. In: **Anais** do II Congresso Internacional de História UEPG-Unicentro. Ponta Grossa: UEPG, 2015.
- GINZBURG, Carlo. Sinais. Raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Emblemas e sinais: morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- GOMES, Angela de Castro (org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- LENNON-HUNT. Emigration to Brazil. Report on the Colony of Assunguy. London: Harrison and Sons, 1875. p. 77-133; Imigração para o Brasil. Relatório sobre a Colônia de Assunguy. Tradução de Claudio DeNipoti. **Monumenta**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998. p. 17-75.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 4.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. p.167-182.
- MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2013.
- MARSHALL, Oliver. **English, Irish and Irish-American Pioneer Settlers in Nineteenth Century Brazil**. Centre for Brazilian Studies. University of Oxford. Oxford, 2005.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada 4**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 193-261.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Proj. História, São Paulo, (10), dez. 1993.
- PERROT, Michelle. Introdução. In: PERROT, Michelle (org.). **História da Vida Privada 4**. Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 9-13.
- SIMMEL, Georg. Sociabilidade – um exemplo de sociologia pura ou formal. In: SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

RESUMO

Na década de 1860, imigrantes europeus de diversas origens, entre os quais britânicos, vieram para o Paraná. Muitos retornaram a seus países, dirigiram-se a outras províncias, morreram. Alguns permaneceram, entre os quais George. Este artigo toma como fonte um conjunto de 14 cartas que ele escreveu para sua família na Inglaterra, entre os anos de 1868 e 1910, e dados supridos por seus descendentes europeus e brasileiros, os guardiões da memória familiar. Tomando como referência obra organizada por Ângela de Castro Gomes (2004), discutimos a sociabilidade epistolar mantida por George, fonte cuja natureza é problematizada a partir de uma seleção de reflexões teóricas propostas por autores como: Pierre Bourdieu (2001), Giovanni Levi (2001), Teresa Malatian (2013), Philippe Artières (1998) e Pierre Nora (1993).

Palavras-chave: Imigração britânica; Sociabilidade epistolar; Escrita-de-si; Memória familiar; Século XIX.

ABSTRACT

In the 1860s, European immigrants from different origins, including the British, came to Paraná. Many returned to their countries, went to other provinces, died. Some remained, including George. This article takes as source a set of 14 letters that he wrote to his family in England, between the years of 1868 and 1910, and data supplied by his European and Brazilian descendants, the guardians of the family memory. Taking the work organized by Angela de Castro Gomes (2004) as reference, we discuss the epistolary sociability maintained by George, a source whose nature is problematized from a selection of theoretical reflections proposed by authors such as: Pierre Bourdieu (2001), Giovanni Levi (2001), Teresa Malatian (2013), Philippe Artières (1998) e Pierre Nora (1993).

Keywords: British Immigration; Epistolary sociability; Self-writing; Family memory; 19th Century.

Celebrando a herança e o afeto

Celebrating heritage and affection

*Tatiana Chang Waldman**

Desde a infância, nós, filhas e filhos de migrantes, sabemos que há algo que nos diferencia de amigas e amigos brasileiros: a língua falada por nossas mães, pais e avós dentro de casa (e os sotaques fora dela); os ingredientes e temperos que integram nossa culinária cotidiana; os remédios caseiros que nos curam; as crenças que herdamos de tudo aquilo que dá sorte e azar; as fotos dos álbuns de família com seus cenários distantes e legendas em outras línguas (e, no meu caso, em caracteres); as roupas típicas usadas em festas e ocasiões especiais; as datas que somente nós celebramos.

Na minha memória, o ano novo lunar consegue reunir um pouco de cada um desses elementos. Celebrei a virada do calendário lunar ao longo dos meus 41 anos de vida e sua simbologia para uma família chinesa migrante, como a minha, é única. Tem muito da nossa bagagem cultural envolvida e do desejo de compartilhá-la com quem amamos.

Da China herdei o sobrenome, minhas feições e o gosto pelo fazer (e, sobretudo, o comer) coletivo, em família: aquela de sangue e aquela expandida, que escolhemos.

Nasci do encontro de pessoas que circulam pelo mundo: uma mãe chinesa e um pai brasileiro, mas filho de um polonês e neto de uma italiana. Por parte de mãe, minha família é originária da Província de Jiangxi, no Sudeste da China. Chegaram ao Brasil, em 1950, depois de uma viagem de navio ao longo de dois meses, com alguns baús de pertences e o desejo (e a necessidade) de recomeçar.

Minha *popo* e meu *kunkun* não trouxeram muito além de roupas, panelas e uma máquina de costura. Eram eles e seus cinco filhos: um menino e quatro meninas (entre sete e um ano de idade). Integravam um grupo de chineses que iriam implantar uma fábrica de papel no Brasil. Este foi o primeiro ofício do meu *kunkun* em terras brasileiras.

* Filha e neta de migrantes e nascida em São Paulo, Brasil, é Mestre e Doutora em Direitos Humanos pela Universidade de São Paulo (USP). Atua com os temas de migrações internacionais e direitos humanos. Coordenadora do Núcleo Educativo do Museu da Língua Portuguesa.

Contato: tatiana.waldman@gmail.com

A família passou por Curitiba, Campina Grande e, por fim, se estabeleceu em São Paulo. Por todos os lugares onde passaram, deixavam um pouco da sua origem, presenteando os novos amigos e colegas de trabalho com as poucas e pequenas lembranças que haviam trazido da China.

Em São Paulo criaram raízes. Foi aqui que seus filhos se graduaram e formaram suas famílias e também a cidade onde *kunkun* e *popo* escolheram viver até o fim de suas vidas. Ainda que agora, por conta de genros, noras, netas e netos, os brasileiros representem uma parte significativa da família, na época em que a matriarca e o patriarca eram vivos, o círculo de amigos próximos incluía, principalmente, outros migrantes chineses.

Essa pequena comunidade chinesa na capital paulista mantinha, como podia, seus laços com suas origens: a língua materna, a música (meu *kunkun* gostava muito de tocar seu *erhu*), a culinária e alguns dos costumes trazidos da China, como se reunir aos fins de semana para jogar *mahjong* com amigos e celebrar as datas festivas, sendo a principal delas o ano novo lunar.

O ano novo lunar, para os chineses, é uma grande festa. Mas para nossa família, é a maior festa do ano. Diferente do natal ou do ano novo festejados no Brasil, nesse dia reencontramos a família inteira e amigos para comer e celebrar a chegada de um novo ciclo.

Era a data em que nossa *popo* e nossas mães e tias vestiam seus bonitos *qipaos* e/ou seus agasalhos chineses com botões de nó. O vermelho predominava nas roupas ou acessórios, nas toalhas e guardanapos, nos *hóngbào* que ganhávamos dos mais velhos e até nas frutas oferecidas: lichias e melancias. A cor traz boa sorte.

A celebração era sempre um almoço realizado na casa de alguém da família, geralmente da *popo* e do *kunkun*, com uma infinidade de pratos chineses e o barulho dos *kuàizi* tocando as tigelas e pratos e das muitas vozes se atravessando em português e chinês. Um possível silêncio só vinha na hora do brinde.

Foto 1



Celebração do ano novo lunar (provavelmente em 1985). Foto: Arquivo pessoal

Algo que sempre me marcou em almoços de família era o estar e fazer junto. Todos os pratos eram elaborados para serem compartilhados e nossas tigelas não se salvavam da interferência de palitos das mães, tias e da *popo* que a todo momento se aproximavam com algum novo item que deveríamos saborear. Custei a entender o tamanho do afeto envolvido em cada um desses gestos. Era a partir da comida que as mulheres da família indicavam saber quais pratos que eu mais gostava. Demonstravam, dessa forma, o seu amor, cuidado e carinho.

Na infância, o ano novo lunar era o dia em que nós, crianças, íamos cumprimentando todo aquele mar de gente com um “*Gong Xi Fa Cai*” sem saber quem eram nossos parentes mais distantes e quem eram parentes de parentes ou amigos. Afinal, o número de convidados ia crescendo à medida em que as famílias iam incorporando mais membros. Havia sempre espaço para mais um convidado (seja um namorado de um familiar ou um amigo curioso que viu uma foto da celebração do ano anterior e ficou interessado em conhecer).

Minha diversão por muito tempo foi ficar de olho nos novos integrantes da festa e nas suas caras e bocas diante de pratos chineses, muitos deles excêntricos para o gosto brasileiro. Era fácil identificar os iniciantes pelo uso de garfos e facas. Uma brincadeira da nossa família é que namorados

e namoradas só poderiam ser aceitos entre os Chang se provassem o ovo milenar. Por ser uma iguaria, normalmente o ritual se dava na primeira celebração do ano novo lunar que a pessoa participasse. Não era preciso gostar, a ideia era se abrir a provar. Eu mesma, só fui provar o famoso ovo com mais de 30 anos. E não gostei.

Um tema que sempre gerava discordância entre as gerações era a sobremesa. Nós, nascidos no Brasil, tínhamos como referência pudins, sorvetes e bolos de restaurantes locais e resistíamos em aceitar fatias de melancia ou arroz glutinoso como conclusão do banquete. Depois de muitos anos de negociação e sob um novo contexto em que a celebração passou a ser predominantemente em restaurantes, o caminho encontrado pela família foi escolher aqueles que serviam frutas (geralmente banana e abacaxi) caramelizadas para acalmar o desejo infantil pelo doce.

Depois que a *popo* e o *kunkun* faleceram (entre o fim da década de 1990 e o início da de 2000), muitos costumes foram mudando gradualmente. Os fins de semana com jogatinas de *mahjong* não ocorriam mais desde que grande parte dos seus amigos e parceiros de jogo faleceram. Eles diziam que não tinha mais graça. Os encontros familiares seguiram ocorrendo com frequência. Nossos churrascos ainda misturavam o pepino agridoce e o macarrão chinês frio com o vinagrete e a farofa, mas a língua chinesa foi rareando e o português logo passou a predominar. Alguns detalhes foram se perdendo no caminho: se antes eu não poderia comer somente a metade de uma pera – minha *popo* ficava de olho porque dava azar – hoje ninguém mais faria caso (ainda que eu, por precaução, nunca mais tenha tentado comer somente a metade de uma pera).

Uma das minhas tias, tia Mau, pegou para si a organização da celebração do ano novo lunar. Com a família mais numerosa, e junto com ela mais outros tantos amigos agregados, os restaurantes chineses foram tomando o lugar das casas de familiares. A festividade cresceu. A organização começa já no início de janeiro, com a seleção do lugar, do cardápio da celebração e a lista (cada dia maior) de convidados confirmados.

Foto 2



Celebração do ano novo lunar (2023). Foto: Arquivo pessoal.

A comida em abundância segue sendo a marca da celebração, mas hoje as receitas já não são as nossas e os pratos giram na bandeja circular de grandes mesas de restaurantes. Ao fim da festa, geralmente as tias – que formam quase uma comissão organizadora e julgadora do evento – se reúnem em um canto para comentar o que acharam da comida, da ordem em que os pratos foram servidos e do restaurante. Ninguém sai sem uma marmitta com parte do que restou do almoço!

Uma tradição que não se perdeu foi o costume de comer um ovo de chá no ano novo lunar. Segundo a minha família: dá sorte. É um ovo cozido no chá e em especiarias. Minha *popo* que os preparava todos os anos, somente nessa época. Depois que ela faleceu, minha tia Yaya passou a cozinhá-los para toda a família. Eu sempre gostei desse ovo (que na minha infância eu chamava de ovo cinza) e adorava descascá-lo e ver o desenho que se formava. Já minha irmã não gostava do seu gosto, mas era obrigada a comer mesmo assim. Sorte é sorte, e ela não poderia ficar de fora.

Me lembro que no ano novo lunar de 2021, o Brasil ainda estava vivenciando o distanciamento social por conta da pandemia. Não havia como encontrar minha tia e receber meu ovo. Pedi, então, que ela me enviasse a receita por celular. Ela me encaminhou uma foto da sua receita escrita à mão. Fiz, então, quatro ovos: para minha mãe, meu pai, minha irmã e para mim. A minha versão ficou menos colorida que a da minha tia. Ela me indicou que da próxima vez deveria usar mais shoyu e quebrar mais a casca do ovo com palitos de dente.

Foto 3



Meus primeiros ovos de chá (2021). Foto: Arquivo pessoal.

Fui saber muito tempo depois, em uma viagem à China, aos 35 anos, que esses ovos eram uma comida de rua muito popular no país. Algo que os chineses comiam cotidianamente e que não tinha uma relação direta com o ano novo lunar.

Não importa. Para mim e para a minha família aqui no Brasil, seguem sendo os ovos de chá da sorte. Algo que só comemos nessa época do ano. Afinal, a culinária é carregada de afeto e memórias, especialmente para quem vem de outros cantos. Ou quem herda tantas trajetórias familiares.

Escrevo este ensaio na primeira quinzena de janeiro de 2025. Em poucos dias, já será o Festival da Primavera. Sou grata por poder celebrar duas vezes o ano novo em datas tão próximas e de formas tão distintas.

Me vem à mente as tantas e boas memórias dos grandes responsáveis por tudo isso: meu *kunkun* e minha *popo*. São lembranças saudosas que me levam a um emaranhado de gente, vozes, línguas, cheiros e comidas. E que tenho sempre comigo: o modo bonito como eles levavam a vida.

Minha família já começou a organizar seu encontro anual. É tempo de reunir. Estar junto. Da minha parte, confirmo a presença e busco a receita do ovo de chá. Que venha o ano da serpente! *Gong Xi Fa Cai* para todos!

Imigração religiosa — uma história

Religious immigration — a history

*Alexandre Rocha Pintal**

Era uma tarde bucólica de fim de expediente quando a secretária avisou de um novo cliente que chegaria em instantes. Já vinha realizando há alguns anos serviços jurídicos “pro bono” para refugiados e outros tipos de imigrantes premidos de condições econômicas, paralelamente aos pedidos de vistos para executivos e empregados de grandes conglomerados por chamada de mão de obra. Diferentemente destes, aqueles não possuíam muitas opções de vistos que lhes permitissem a residência – pelo menos não de modo simples, à luz do estatuto do estrangeiro e do conselho nacional de imigração.

Tanto os requisitos legais para o refúgio quanto para os vistos não atrelados a trabalho formal temporário ou permanente, requisitado por empresa brasileira, exigem comprovação um tanto mais complexa das circunstâncias peculiares que obrigaram a saída do estrangeiro de seu território, e isto me instigava a atuar.

O caso do nigeriano que viria a conhecer me provocou um choque de realidade mais profundo que os antecedentes. Alterei seu nome para preservar-lhe a intimidade.

Imbue chegou no horário marcado para a conversa, e colocou calmamente o guarda-chuva encharcado no canto da sala de reuniões. Com um típico sorriso desconfiado de quem enfrentaria a burocracia de um Estado do qual não era nacional, me cumprimentou discretamente e se sentou, proferindo um “boa tardi” com sotaque africano evidente.

Perguntou se eu preferia falar em português ou inglês, e lhe respondi que tanto fazia. Começou a explicar seu histórico na Nigéria, de onde era nacional, mas logo percebi que o português ainda estava muito precário, pedindo-lhe para prosseguir na língua nativa dele — a Nigéria fora colônia britânica até os anos 1960.

* Alexandre Rocha Pintal é autor de *Direito Imigratório* (2ª ed. Juruá: Curitiba, 2014), advogado inscrito na OAB/PR sob o número 42.250, membro da American Bar Association, pós-graduado em Direito Público, do Trabalho e Previdenciário. Autor e articulista de sites e revistas especializados

Imbue era membro integrante de uma igreja de matriz católica na região, trabalhando como voluntário. Lá, preparava as celebrações das missas, batismos e outras cerimônias essencialmente litúrgicas, mas também cuidava da manutenção da igreja. Me disse que era um bom marceneiro e isso o credenciou para os muitos concertos e ajustes nos móveis que a guarneciam. Também representava a agremiação em projetos sociais da comunidade, construindo casas e escolas.

Imbue era muito perspicaz e disposto a prosseguir no auxílio à igreja, mas me contou que não veio ao Brasil com visto regular. Havia adentrado à fronteira como clandestino num navio saído da África, com passagem pelos Estados Unidos e outros países, desembarcando em Santos (SP).

A longa viagem renderia algumas histórias para além da principal, cuja causa lhe obrigou a fugir da Nigéria. Elas ilustram dificuldades, mas também a coragem destes seres humanos que, sozinhos ou acompanhados de suas famílias, deixam tudo para trás em busca de uma nova vida.

Num certo dia Imbue estava auxiliando o padre numa missa, próximo ao púlpito, quando um ruidoso estrondo irrompeu na frente da capela, destruindo parte da entrada e atingindo as primeiras fileiras de pessoas sentadas. “A fumaça se confundia ao cheiro de carne humana queimada”, disse-me com olhos marejados. Ao perceber homens armados com fuzis adentrando pela abertura destruída, gritando palavras de ódio aos cristãos, correu para a porta dos fundos detrás do santuário. O clérigo correu para o outro lado e foi alvejado com uma rajada fatal. Imbue conseguiu escapar e se confundir no meio da multidão do lado de fora, que ao ouvir a explosão da bomba e tiros se dispersou.

O rapaz deixou para trás o irmão e os pais que estavam dentro da igreja e mais tarde viria a saber que os últimos faleceram com a queda de uma das paredes da estrutura, mas o irmão sobreviveu em meio aos escombros, tendo sido levado a um hospital da região.

Embora tenham mirado nos fiéis que lotavam a missa, o objetivo do grupo terrorista “Boko Haram” era assassinar os que trabalhavam para a igreja, como meio de intimidar católicos e forçá-los a abandonar o país. Todos os dezessete integrantes do grupo auxiliar da missa, exceto Imbue, faleceram. Ao chegar em São Paulo, uma ONG o encaminhou a Curitiba onde conseguiram-lhe um dormitório numa igreja local. Ele desejava regularizar a situação migratória e encontrar o irmão.

Após algumas reuniões com assistentes do escritório, explicando-lhes as diligências que precisariam ser executadas, orientei o africano na busca pela documentação necessária, inclusive traduções oficiais, e pleiteamos o visto para missionário, que, após alguns meses, foi deferido sem ressalvas, a partir de uma declaração dele e outra do pároco responsável, firmando a intenção de residir permanentemente no Brasil.

Nas duas ocasiões posteriores que o reencontrei, o português (linguagem) já era suficiente para um diálogo, o que indicava participação ativa nas atividades para as quais se candidatara. A tristeza deu lugar à alegria de rever o irmão, após um golpe de sorte numa rede social.

Perseguições religiosas ainda são uma das maiores causas de imigração pelo globo, merecendo sensibilidade das autoridades brasileiras e da Organização das Nações Unidas (ONU).

Esforços continuados do Vaticano também têm permitido transferências individuais e coletivas de missionários a países simpáticos a recebê-los, mas o apoio de governos locais na África ainda carece de um aprofundamento. Lutas religiosas, políticas e a corrupção ainda dificultam em muito as ações humanitárias.

O Brasil, a par dos desafios, tem se mostrado afável à atenção dos imigrantes religiosos. Um país de forte e eclética tradição religiosa, desde sua formação jesuítica inicial, não poderia mesmo negligenciá-los.

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitás, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.
b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.
c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papyrus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico
NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias:** mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar:** comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.theses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <http://www._____>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERAVI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-
mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngã da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2025/2026

SETEMBRO - DEZEMBRO/2025

Cultura, representações e encruzilhadas
(Ano XXXVIII, Ed. 104)

JANEIRO - ABRIL/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 105)

MAIO - AGOSTO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 106)

SETEMBRO - DEZEMBRO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 107)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



0103-5576

TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869